

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO & CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**MESTRADO PROFISSIONAL-GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES APRENDENTES**

**SARAH ARAÚJO DE LUCENA**

**A IMPLANTAÇÃO DE UM BANCO COMUNITÁRIO DE  
DESENVOLVIMENTO:**  
**um estudo de caso sobre o processo organizativo comunitário**

**JOÃO PESSOA**

**2013**

SARAH ARAÚJO DE LUCENA

**A IMPLANTAÇÃO DE UM BANCO COMUNITÁRIO DE  
DESENVOLVIMENTO:  
um estudo de caso sobre o processo organizativo comunitário**

Dissertação apresentada à Coordenação do Mestrado Profissional – Gestão em Organizações Aprendentes, da Universidade Federal da Paraíba, para fins de cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia da Silva Costa

JOÃO PESSOA

2013

L935i Lucena, Sarah Araújo de.

A implantação de um banco comunitário de desenvolvimento: um estudo sobre o processo organizativo comunitário / Sarah Araújo de Lucena.- João Pessoa, 2013.

194f.

Orientadora: Márcia da Silva Costa

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE/CCSA

SARAH ARAÚJO DE LUCENA

A IMPLANTAÇÃO DE UM BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO: UM  
ESTUDO DE CASO SOBRE O PROCESSO ORGANIZATIVO DA COMUNIDADE

Dissertação apresentada à Coordenação do Mestrado  
Profissional – Gestão em Organizações Aprendentes,  
para fins de cumprimento parcial das exigências para  
obtenção do título de mestre.

Aprovado em: 17 de julho de 2013

BANCA EXAMINADORA



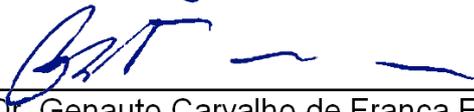
---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia da Silva Costa  
Orientadora (UEPB)



---

Prof. Dr. Maurício Sardá de Faria  
Membro Examinador Interno (UEPB)



---

Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho  
Membro Examinador Externo (UFBA)

# *Agrade SFR*

A experiência de concluir este mestrado é semelhante à abertura do BCD Jardim Botânico. Ambas não aconteceram por acaso; decorreram de um processo de amadurecimento, de uma trajetória de vida, de um conjunto de interações com diferentes pessoas e grupos. O período do mestrado foi bastante desafiador. Eu teria inúmeras justificativas para desistir, pois problemas de diferentes naturezas se acumularam e se intensificaram com o tempo. Mas eu não me permiti abandonar o estudo porque o objetivo de avançar no aprendizado foi mais forte, porque o compromisso com a comunidade me encorajou a continuar lutando, porque o sonho de conquistar outros espaços de trabalho latejou em minha mente continuamente, porque amigos estenderam as mãos quando a tristeza se tornou desespero e, principalmente, porque a fé na força divina, continuamente, me revelou que eu precisava suportar as angústias para concluir a conquista que eu tanto sonhara. Para mim, ser é fruto de aprendizagens. Por isso, *Agrade SFR* é agradecer a todos que, de alguma forma, contribuíram para constituição do meu ser e da minha forma de ser.

## AGRADECIMENTOS

☆ Ao corpo discente e docente, pelo processo de maturação científica e profissional durante o mestrado. Às companheiras e aos companheiros de estudo, com os quais, em diferentes momentos, refletimos sobre as nossas práticas, sobre o mundo profissional em que estamos inseridos, sobre nossas angústias e medos frente aos desafios acadêmicos. Ao Cijame Junior, por sua destreza e carinho ao me apoiar em diferentes situações;

☆ À orientadora, Prof<sup>a</sup> Marcia Costa, por aceitar um tema desafiador para nós duas, permanecendo até o final desta jornada de trabalho e reflexão;

☆ Ao prof. Maurício Sardá, pela sugestão do campo de pesquisa e por me encaminhar para a comunidade São Rafael;

☆ Aos professores componentes da banca de avaliação, Genauto França Filho, Maurício Sardá e Wilson Aragão (presente à Qualificação), por se disponibilizarem a construir conosco esta dissertação;

☆ À comunidade São Rafael, em especial aos membros do conselho gestor e do comitê de avaliação de crédito, que me acolheram com imenso carinho e com os quais construímos este trabalho. A Daniel Pereira e Wanessa Santos que, de forma atenciosa, me ajudaram a compreender a realidade da comunidade e abriram as portas para que eu adentrasse na vida da comunidade;

☆ Ao casal 20, José Neves e Valeria Adissi, que me acolheram como filha, viabilizando inúmeras condições para que eu pudesse estudar para a seleção deste mestrado e para que eu conseguisse me dedicar à escrita desta dissertação. À admirável historiadora Valeria Adissi que, com sua brilhante capacidade de investigação, se empenhou em me ajudar a construir o contexto histórico da comunidade São Rafael;

☆ A Claudia, Cabeção, que dividiu o mesmo quarto da “pousada” e me ajudou na digitação de alguns materiais em troca de “18,50 Orquídeas”;

☆ A historiadora Joana Neves, que, muito mais do que me ajudar a entender história, me concedeu suporte para a reflexão e melhoria desta dissertação;

☆ A Valzinho, um querido irmão e parceiro, com o qual partilhamos vivências, angústias, dúvidas, alegrias, restrições financeiras, caminhada acadêmica;

☆ A Sol que, na distância física, buscou se fazer presente e acompanhou o sofrimento, a luta e a superação dos problemas que surgiram nestes últimos dois anos de minha vida;

☆ A Mainha, que durante alguns meses suportou, praticamente sozinha, um período familiar muito difícil e doloroso para nós...

☆ A mim, que, em meio a inúmeras dificuldades e incontáveis problemas nas diversas áreas de minha vida, não me permiti desistir de meus ideais e objetivos, abri mão da convivência social, do lazer e do descanso para canalizar meu tempo e esforço, acreditando que há momento de “opilar” e de “desopilar”, como diz Sergio Queiroz;

☆ A Deus, pois sem Sua força superior não teria conseguido finalizar esta importante etapa de minha vida.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Relação entre tipos de economia e equações do mercado .....	50
Quadro 2 -	1º Passo ou Fase para a criação de um banco comunitário.....	62
Quadro 3	2º Passo ou Fase para a criação de um banco comunitário.....	63
Quadro 4	3º Passo ou Fase para a criação de um banco comunitário.....	64
Quadro 5	4º Passo ou Fase para a criação de um banco comunitário.....	65
Quadro 6	Dados demográficos da comunidade São Rafael.....	78
Quadro 7	Caracterização dos participantes da pesquisa.....	82

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Alcoólicos Anônimos
AMAZONA	Associação de Prevenção à AIDS
AMCSR	Associação de Moradores da Comunidade São Rafael
ASMOCONP	Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras
BCDs	Bancos Comunitários de Desenvolvimento
BCDJB	Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico
BNH	Banco Nacional de Habitação
BPDS	Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário
CAC	Comitê de Avaliação de Crédito
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CEHAP/PB	Companhia Estadual de Habitação Popular da Paraíba
COOP	Cooperativas de Crédito
CORRESP	Correspondentes no país
CPCC	Centro Popular de Cultura e Comunicação
DLSS	Desenvolvimento Local, Sustentável e Solidário
DSTs	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EAF	Entidade de Apoio, Assessoria e Fomento
EBE	Entidade Beneficente Evangélica
EES	Empreendimento Econômico Solidário
ES	Economia Solidária
ESSOR	Association de Solidarité Internationale
FECOL	Fórum Socioeconômico Local
FUNSAT	Fundação Social do Trabalho
I CONAES	I Conferência Nacional de Economia Solidária
II ENIES	II Encontro Nordeste das Incubadoras de Economia Solidária
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCUBES	Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários
ITES	Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial
MPGOA	Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego

NESOL	Núcleo de Apoio às Atividades de Extensão em Economia Solidária
PAA	Postos Avançados de Atendimento
PAB	Postos de Atendimento Bancário
PAC	Postos de Atendimento Cooperativo
PAE	Postos de Atendimento Eletrônico
PAM	Posto de Atendimento de Microcrédito
PDCI	Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado
PRODASEC	Programa de Ações Sócio-Culturais para as Populações Carentes do Meio Urbano
URBANO	Urbano
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
RADCOM	Rádio Comunitária
Rede de BCDs no NE	Rede de Bancos Comunitários na Região Nordeste
SEDH/PB	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPB -	Universidade Federal da Paraíba

LUCENA, Sarah Araújo de Lucena. A implantação de um banco comunitário de desenvolvimento: um estudo de caso sobre o processo organizativo comunitário. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2013.

## RESUMO

O estudo de caso teve como objetivo geral compreender a dinâmica do processo de organização local favorável à criação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico. Quanto aos objetivos específicos, delimitamos: 1) Descrever como tem se estruturado o processo de organização social da comunidade São Rafael; 2) Identificar informações históricas de como se constituiu a comunidade São Rafael; 3) Caracterizar o papel, os recursos e os interesses dos atores internos e externos à comunidade São Rafael para a implantação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico; 4) Analisar a dinâmica da interação social, entre os diferentes atores, durante o processo de organização para a inauguração do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico. O referencial teórico foi construído a partir de três eixos: 1) A economia solidária; 2) Os elementos constitutivos da organização comunitária; 3) Os bancos comunitários de desenvolvimento. A metodologia da pesquisa fundamentou-se na pesquisa qualitativa, com uma postura epistemológica construcionista social, usando a classificação ideográfica. A escolha pela pesquisa ação demandou o uso da análise do discurso, haja vista que o foco da pesquisa contemplou um conjunto de aspectos subjetivos relacionados à experiência da comunidade São Rafael na organização de seu Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico.

Palavras chave: Economia solidária; Organização comunitária; Banco comunitário de desenvolvimento.

Title: The implantation of a communitarian development bank: a case study about the communitarian organizational process.

#### ABSTRACT

The main objective of this case study was the understanding of the dynamics of the local organization process in favor of the creation of the Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico. Regarding the specific objectives, they were delimited to: 1) to describe how the social organization process of São Rafael community has been structured; 2) to identify historical references on how São Rafael community was built; 3) to characterize the role, resources and interests of the actors, internal and external to the community, for the implementation of the Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico; 4) to analyze the social interaction dynamics among the different actors, during the organization process for the opening of the Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico. The theoretical referential was built based on three axles: 1) the solidarity economy; 2) the constitutive elements of the communitarian organization; 3) the communitarian development banks. The methodology of the research was based on qualitative research, with a social constructivist epistemological approach, by using an ideographic classification. The option for the action research demanded the use of the speech analysis, as the focus of the research included a set of subjective aspects related to the experience of São Rafael community in the organization of the Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico.

Key Words: Solidarity economy; Communitarian organization; Communitarian development bank.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1</b>	<b>A delimitação do tema da pesquisa.....</b>	<b>12</b>
<b>1.2</b>	<b>A questão central da pesquisa.....</b>	<b>14</b>
<b>1.3</b>	<b>Os objetivos geral e específicos.....</b>	<b>14</b>
<b>1.4</b>	<b>A justificativa da pesquisa.....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1</b>	<b>A economia solidária.....</b>	<b>17</b>
2.1.1	A relação entre o sistema capitalista e a economia solidária.....	18
2.1.2	A economia solidária enquanto fenômeno.....	22
2.1.3	As características da economia solidária.....	24
<b>2.2</b>	<b>Os elementos constitutivos da organização comunitária.....</b>	<b>26</b>
2.2.1	A comunidade no meio urbano.....	27
2.2.2	A ação comunitária.....	29
2.2.3	A solidariedade e a cooperação no cuidado mútuo	30
2.2.4	A constituição da identidade.....	32
2.2.5	O poder da comunidade.....	33
2.2.6	A participação autogestionária.....	34
2.2.7	A comunicação sobre e da comunidade.....	36
2.2.8	O interesse pessoal na ação coletiva e no desenvolvimento.....	38
2.2.9	O desenvolvimento comunitário e a importância da liderança.....	39
<b>2.3</b>	<b>Os bancos comunitários de desenvolvimento.....</b>	<b>41</b>
2.3.1	As finanças solidárias e os bancos comunitários de desenvolvimento.....	41
2.3.2	A origem dos bancos comunitários de desenvolvimento.....	44
2.3.3	As características dos bancos comunitários de desenvolvimento.....	47
2.3.4	As ações do banco comunitário de desenvolvimento.....	48
2.3.5	A estrutura da gestão do banco comunitário de desenvolvimento.....	54
2.3.6	O processo de multiplicação dos bancos comunitários de desenvolvimento...	56
2.3.7	A metodologia de implantação dos bancos comunitários de desenvolvimento.....	60
<b>3</b>	<b>CONTEXTO DA PESQUISA.....</b>	<b>67</b>
<b>3.1</b>	<b>Os antecedentes históricos da comunidade São Rafael.....</b>	<b>67</b>
3.1.1	O povoamento da região onde se localiza a comunidade São Rafael.....	67
3.1.2	A Fazenda São Rafael.....	69
3.1.3	A comunidade São Rafael.....	73
3.1.4	O contexto atual da comunidade São Rafael.....	77
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>80</b>
<b>4.1</b>	<b>A natureza da pesquisa e a escolha do método.....</b>	<b>80</b>
<b>4.2</b>	<b>Os participantes da pesquisa.....</b>	<b>81</b>
<b>4.3</b>	<b>O processo de coleta de dados.....</b>	<b>83</b>
<b>4.4</b>	<b>O processo de análise dos dados.....</b>	<b>86</b>
<b>5</b>	<b>A COMUNIDADE SÃO RAFAEL E O BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO JARDIM BOTÂNICO.....</b>	<b>89</b>
<b>5.1</b>	<b>Os acontecimentos e as ações do processo de organização comunitária...</b>	<b>89</b>

5.1.1	O entendimento acerca da concepção de economia solidária por parte de membros de empreendimentos solidários.....	89
5.1.2	A vivência prática da economia solidária dentro do sistema capitalista.....	90
5.1.3	O cuidado com a segurança alimentar na comunidade.....	93
5.1.4	A relação da comunidade com o meio ambiente.....	93
5.1.5	A solidariedade para superação dos efeitos negativos da chuva.....	94
5.1.6	A concepção de comunidade para a comunidade São Rafael, para o poder público e para os meios de comunicação.....	96
5.1.7	A comunidade São Rafael x a favela São Rafael.....	99
5.1.8	Os mecanismos de comunicação da e na comunidade São Rafael.....	102
5.1.9	A contribuição das parcerias para estimular os processos educativos com vistas às ações e ao desenvolvimento comunitários na comunidade.....	104
5.1.10	O exercício da liderança na comunidade.....	107
<b>5.2</b>	<b>As ações de organização social direcionadas para a implantação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico.....</b>	<b>109</b>
5.2.1	A proposta de intervenção do programa da INCUBES/UFPB.....	111
5.2.2	A proposta de intervenção do projeto da ITES/UFBA.....	111
5.2.3	Os aspectos iniciais para a implantação do BCD Jardim Botânico.....	112
5.2.4	As primeiras ações e definições do processo de implantação.....	113
5.2.5	O processo educativo/formativo.....	117
5.2.6	A relação com o poder público.....	124
5.2.7	A gestão das ações do e para o banco.....	126
5.2.8	A comunicação intragrupal e intergrupala.....	131
5.2.9	O funcionamento do banco.....	134
5.2.10	A identidade do banco.....	136
5.2.11	A mobilização de recursos.....	140
5.2.12	A inauguração do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico	142
5.2.13	As condições mínimas para criação do banco comunitário de desenvolvimento.....	145
5.2.14	A perspectiva de futuro do BCD Jardim Botânico e da comunidade São Rafael.....	146
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>149</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>155</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>165</b>

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. A delimitação do tema da pesquisa

A presente pesquisa se insere no tema da economia solidária (ES) e concentra a atenção no estudo sobre a experiência da comunidade São Rafael no processo de implantação de seu Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico. Com esse foco, buscamos compreender os elementos da constituição histórica e da interação social da comunidade São Rafael que contribuíram para a implantação deste empreendimento econômico solidário.

A fundamentação teórica foi construída a partir de três eixos: a economia solidária; os elementos constitutivos da organização comunitária; os bancos comunitários de desenvolvimento.

Os registros das reflexões teóricas e das experiências práticas ligadas à economia solidária (ES) e aos bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) têm se multiplicado ao longo dos anos. Há diferentes entendimentos sobre a ES, mas a existência do empreendimento econômico solidário chamado banco comunitário de desenvolvimento (BCD) referenda a compreensão de que a economia solidária contempla a hibridação de economias, a construção conjunta da oferta e da demanda, reproduzindo-se nos interstícios da economia capitalista, sem incorporar os valores desta, e regulando a sociedade sob formas mais solidárias (FRANÇA FILHO, 2002).

A visão de economia solidária - que estrutura a linha de raciocínio disposta neste estudo e que embasa a formulação teórico-prática dos bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) – mostra que é possível promover um desenvolvimento solidário e cooperativo em comunidades pobres, que coloca o ser humano, na sua integralidade, como sujeito e finalidade da atividade econômica (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2006b; FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2003; SINGER, 1997).

Mas quando se pensa no protagonismo comunitário para a promoção do desenvolvimento local, pressupõe-se um conjunto de elementos ligados à organização comunitária, tais como o exercício do diálogo, da democracia, da autogestão, da cooperação, da solidariedade, da valorização dos vínculos interpessoais, da aprendizagem coletiva, do fortalecimento do sentimento de pertença e da identidade grupal (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2006b; NEIVA, BRAZ, NAKAGAWA, MASCARENHAS, 2013; MELO NETO & MAGALHÃES, 2008; LÉVY, 2007; GON, 2004; HOGGART, 2001; LEFEBVRE, 1991; SOUZA, 1987).

Por causa deste entendimento é que comunidades que apresentam um processo organizativo comunitário têm sido estimuladas por instituições fomentadoras a criarem BCDs, como forma de promoção do desenvolvimento local e de democratização das finanças com um caráter solidário e permeadas por relações de proximidade (FRANÇA FILHO, et. al., 2013; MELO NETO E MAGALHÃES, 2006).

Esse é o caso da comunidade pesquisada, a São Rafael, a qual tem congregado parceiros da própria comunidade e externos a ela para o desenvolvimento de ações e articulações que beneficiam moradores locais e de uma comunidade vizinha, Padre Hildo Bandeira, e que desde o final de 2011 começou a discussão sobre o processo de criação e implantação do seu banco comunitário, denominado Jardim Botânico.

Para o estudo desse processo foi necessário buscar referências em experiências de bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil. Por ter sido a primeira experiência de BCD no Brasil, por apresentar características peculiares em relação a outras experiências de finanças solidárias no mundo e por continuar sendo uma iniciativa tão promissora, as características do Banco Palmas contribuem para a delimitação da concepção e do “modelo” dos bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil, sendo, inclusive, reconhecido como a principal referência para programas governamentais de multiplicação deste tipo de banco.

Os BCDs apresentam três aspectos articulados: a) modo autogestionário de operar, sob a lógica de proximidade, do contato pessoal, da mediação social baseada em valores como confiança, lealdade e solidariedade; b) objetivo focado no fomento do desenvolvimento local, delineado pela própria comunidade; c) maneira de garantir a sustentabilidade, combinando a lógica de autofinanciamento à de transferência direta de recursos (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2010, p. 23-24).

Isso demanda dos participantes envolvidos na gestão do BCD uma visão estratégica, integrada, sistêmica, que busque incluir o tecido social do território num processo de aprendizagem coletiva e prática – para além dos serviços financeiros da instituição - de forma peculiar, dadas as especificidades locais, na perspectiva de reforçar as relações de proximidade, confiança e convivência no interior da população envolvida com o banco.

A orientação metodológica, que adotamos para a realização deste estudo de caso, se configura como uma pesquisa-ação, de base qualitativa, com classificação ideográfica e interpretação fundamentada na análise do discurso.

O processo de coleta de dados, realizado durante mais de um ano, permitiu: a identificação de preceitos da economia solidária nos comportamentos verbais e não verbais de membros da comunidade; o entendimento sobre a dinâmica de articulação da comunidade

com organizações internas e externas ao território; a compreensão acerca da ambiência da organização social local; a percepção de que há uma conjuntura política favorável para a multiplicação de bancos comunitários pelo país; a apreensão dos elementos que interferiram no processo de criação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico; o levantamento da visão de futuro da e sobre a comunidade.

Sendo assim, o foco de nosso trabalho de pesquisa está na experiência concreta da comunidade São Rafael no seu processo de organização para a criação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico: um projeto que se estrutura a partir de um histórico social aliado a um conjunto de apoios institucionais que adentraram na comunidade para fortalecer o processo de desenvolvimento comunitário.

## **1.2. A questão central da pesquisa**

Há uma tensão inerente à ambiência onde coexistem, apesar do paradoxo, as práticas e valores da economia solidária e as práticas e valores da economia capitalista. Essa realidade, com seus elementos objetivos e subjetivos, orientam o comportamento das pessoas, que, no caso estudado, envolve os atores sociais ligados, direta e indiretamente, ao processo de implantação do Banco Comunitário Jardim Botânico da comunidade São Rafael.

Esse processo contempla uma história de construção social, proveniente da ação e da interação dos indivíduos e instituições internos e externos à comunidade. O contexto do objeto da pesquisa, por conseguinte, suscita uma questão central, refletida ao longo do tempo de construção deste trabalho: Qual a dinâmica das relações sociais da comunidade São Rafael que contribuem para a implantação do Banco Comunitário Jardim Botânico?

## **1.3. Os objetivos geral e específicos**

Diante da inquietação por responder a questão central, o objetivo geral deste trabalho é compreender a dinâmica do processo de organização local favorável à criação do Banco Comunitário Jardim Botânico. Para alcançá-lo, desdobramos tal questão nos seguintes objetivos específicos:

- 1) Descrever como tem se estruturado o processo de organização social da comunidade São Rafael;
- 2) Identificar informações históricas de como se constituiu a comunidade São Rafael;

3) Caracterizar o papel, os recursos e os interesses dos atores internos e externos à comunidade São Rafael para a implantação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico;

4) Analisar a dinâmica da interação social, entre os diferentes atores, durante o processo de organização para a inauguração do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico.

#### **1.4. A justificativa da pesquisa**

As análises sobre experiências de bancos comunitários de desenvolvimento, geralmente, enfatizam mais a dimensão econômica e de gestão, ou seja, tratam dos produtos, serviços e ações destes empreendimentos econômicos solidários já em funcionamento. Algumas vezes abordam o histórico de mobilização e de organização comunitárias na gestão do banco e no uso de seus serviços.

Os fatores subjetivos implicados na construção de um banco comunitário em uma comunidade remetem aos valores e aos sentidos que direcionam a ação dos membros da comunidade em interação com outras pessoas de dentro e de fora do território para a construção de projetos e ações comunitários.

Essa perspectiva, que instrui os objetivos da pesquisa, evidencia a sua relevância na proposta de trazer luz sobre os processos da construção social de um banco comunitário de desenvolvimento, contribuindo, assim, para o avanço do debate e das proposições práticas de aperfeiçoamento das experiências na área.

Considerando a importância do fenômeno em si – a concretização de uma tecnologia social autogestionária numa sociedade individualista, competitiva e consumista, que enfrenta inúmeros desafios na tarefa de debelar seus profundos problemas sociais – o estudo aqui relatado também encontra sua justificativa no buscar trazer à tona as dificuldades e potencialidades das experiências voltadas para projetos comunitários na comunidade São Rafael.

Temos, assim, a expectativa de que as contribuições descritivas e analíticas expostas sirvam para o entendimento científico do complexo tema **bancos comunitários de desenvolvimento** e para fornecer a possibilidade de, juntamente com a comunidade, refletirmos sobre elementos importantes que precisam ser compreendidos e trabalhados na sua realidade para a melhoria da busca do desenvolvimento local.

Apesar da comunidade em análise ser vulnerável social e economicamente - semelhantemente a outros territórios no estado da Paraíba e do Brasil - sabemos que cada comunidade tem as suas especificidades, constituídas por sua trajetória de luta, pela ocupação do seu território, suas conquistas, seus desafios, seus anseios, sua cultura, entre outros. Nossa investigação possibilitou conhecer algumas dessas especificidades e elencamos aspectos que poderão subsidiar o aprimoramento da condução do desenvolvimento do banco comunitário e de outras ações e projetos nesta mesma comunidade ou em experiências de outras comunidades.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. A economia solidária

A temática da economia solidária tem sido pesquisada na comunidade acadêmica. O número de monografias, dissertações, teses, artigos, relatórios de pesquisa e de cursos específicos sobre o tema tem se multiplicado dentro e fora do Brasil. Percebe-se, também, que o próprio movimento de Economia Solidária tem se esforçado para sistematizar suas ações e reflexões, seja de forma articulada em redes, seja de forma específica, pelas organizações de assessoria e fomento e pelos empreendimentos econômicos solidários. Os registros, sejam acadêmicos sejam populares, são comprovações de que o conhecimento sobre Economia Solidária tem se expandido.

Por outro lado, na literatura consta uma visão de que, embora a economia solidária tenha sido alvo de debates e críticas nas últimas décadas, os discursos sobre a mesma não são uníssonos e apresentam-se com uma relativa imprecisão<sup>1</sup>. Todavia, o foco deste tópico não é discutir sobre este assunto, mas, explicitar os principais aspectos concernentes ao termo economia solidária ou economia popular solidária a fim de que, em seções seguintes, seu conteúdo seja relacionado aos temas da organização comunitária e do banco comunitário de desenvolvimento.

Vale esclarecer logo no início deste capítulo quais são as duas categorias de atores sociais envolvidos na estruturação, no fortalecimento e na disseminação da economia solidária pelo país: 1) empreendimento econômico solidário (EES); 2) entidade de apoio, assessoria e fomento (EAF).

---

<sup>1</sup>É possível encontrar diferentes termos que descrevem objetos semelhantes - Economia Solidária, Economia Social, Economia Popular, Economia Popular Solidária, Terceira Via, Economia Social, Soioeconomia Solidária, Humanoeconomia, Economia de Proximidade, Economia de Comunhão, entre outros – como também é frequente achar distintas compreensões acerca do fenômeno economia solidária. As diferentes nomenclaturas adequam-se aos diversos interesses políticos dos movimentos sociais envolvidos nesse campo de luta sócio-político-econômica. Para melhor entendimento sobre o assunto, consultar:

\* TIRIBA, Lia. A economia solidária no contexto da economia moral das multidões (os sindicalistas entram em campo). Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, núm. 4, p. 27-45, set. 2001.

\* TIRIBA, Lia. Ciência econômica e saber popular - reivindicar o “popular” na economia e na educação. In: TIRIBA, Lia e PIKANÇO, Iracy (orgs). Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida: Idéias & Letras, 2004. V. 1, p. 75-102. Disponível em: <[http://web.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/Ci\\_ncia\\_econ\\_mica\\_e\\_saber\\_popular\\_1\\_.pdf](http://web.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/Ci_ncia_econ_mica_e_saber_popular_1_.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2012.

Os empreendimentos econômicos solidários<sup>2</sup> desenvolvem uma pluralidade de atividades voltadas para a geração de trabalho e renda, as quais podem envolver produção, prestação de serviço, distribuição, comercialização, consumo, poupança, crédito, beneficiamento, troca. O banco comunitário de desenvolvimento (BCD) é compreendido dentro da categoria EES, entretanto as suas amplitude e complexidade de atuação fazem-no ser um tipo de EES singular, que merece estudos mais profundos, haja vista que congrega diferentes atividades econômicas e sociais (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2006 a, p.13).

No que concerne às Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento, estas podem ser governamentais e não governamentais e apoiam diretamente os EES a partir de capacitação, assessoria, incubação, acompanhamento, assistência técnica e organizativa (ibdem).

### **2.1.1. A relação entre o sistema capitalista e a economia solidária**

A economia solidária (ES) nasceu nos primórdios do capitalismo industrial, como reação ao empobrecimento e ao desemprego em larga escala entre o conjunto dos artesãos. Tal conjuntura de precariedade econômica foi provocada pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção, pela exploração exacerbada do trabalho nas fábricas e seus efeitos negativos na saúde do trabalhador. Ademais, as experiências associativas desenvolvidas pelos trabalhadores desde a época dos Pioneiros de Rochdale e as contribuições teóricas dos socialistas utópicos contribuíram para a estruturação da economia solidária (SINGER, 2002; SANTOS, 2005a).

A economia solidária (ES) não é um sistema. Ela desenvolve-se dentro do sistema capitalista, mesmo sendo opositora aos preceitos deste. Portanto, vale compreender brevemente a ambiência cultural em que a ES está imersa. O contexto atual em que estamos inseridos configura-se sob a lógica da acumulação de capital, da desregulamentação e da

---

<sup>2</sup> A caracterização adotada para a identificação de um Empreendimento Econômico Solidário (EES) – durante as quatro etapas do Mapeamento Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária – elenca os seguintes elementos: “a) coletivas - organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc; b) cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meios urbanos e rurais que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e; e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário” (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2006 a, p.13).

desestruturação da sociedade salarial, cujas manifestações são o desemprego, o trabalho temporário, os baixos salários, a terceirização e outras formas de flexibilização, a precarização do trabalho e, por conseguinte, a precarização da própria vida (COSTA, 2006; SANTOS, 2005a; SINGER, 2002).

A engrenagem da sociedade funciona sob a influência do jogo de forças do mercado, dos direitos de propriedade associados às relações assimétricas de propriedade, das relações de intercâmbio, do espírito competitivo, do desejo de acumulação e consumo, sendo tudo isso defendido como componente de uma ordem econômica natural (FRANÇA FILHO, et.al. 2013; WEBERING, 2008; COSTA, 2006). Esse conjunto de fatores favorece um grupo seletivo e detentor de poder econômico e político, que fundamenta o domínio sobre os trabalhadores e destina a mais-valia para a posse de poucos (COSTA, 2006).

Tiriba (2004, p. 2) destaca que “Às custas da exploração do ser humano e da natureza, o capitalismo nos conduziu à barbárie”. A autora retoma a proposição marxista e critica que o capitalismo, mesmo garantindo os direitos sociais, configura o trabalho como mercadoria, alienado e precário. Na visão de Herbert Marcuse, além de alienado, o trabalho é também alienante, pois a ocupação laboral tem o sentido de manter as massas ocupadas e obedientes, de castrar os indivíduos como seres políticos e pensantes, de sustentar as inércias de um sistema que se reproduz quase insensivelmente (apud ALBORNOZ, 1995, p. 75-76).

A base do capitalismo é a exploração do trabalho pelo capital, seja de forma explícita, seja de forma camuflada, tal como no caso do uso da cooperação e da solidariedade para geração de lucro, a partir da mobilização e da manipulação dos trabalhadores pelos detentores do poder econômico. O trabalhador, desprovido da liberdade e da autonomia na condução e no propósito de seu trabalho, restringe sua participação à negociação de sua força de trabalho (COSTA, 2006).

Assim, o trabalho hoje não seria só alienante porque o esforço alienado imbeciliza e reduz a capacidade de opor-se ao sistema e superá-lo. O produto do trabalho e o seu consumo escravizam; terminam o processo de alienação e cooptação do indivíduo, que não pode mais se destacar e opor. O trabalho torna-se necessário porque o produto é visto como tal; e assim se fecha o círculo da nova dominação (ALBORNOZ, 1995, p. 77-78).

Santos (2005) e Webering (2008) afirmam que apesar de todos os aspectos negativos da ideologia neoliberal, como não houve a formulação de uma alternativa econômica concreta ao capitalismo, os preceitos neoliberais foram aceitos com grande êxito. Isso corroborou para que a ideia de que “não há alternativa” fosse absorvida, inclusive, por intelectuais progressistas. Por isso Santos (2005) conclama a necessidade urgente de se formular

alternativas econômicas concretas que sejam ao mesmo tempo emancipatórias e viáveis, na perspectiva de uma globalização contra hegemônica para combater os efeitos da exploração capitalista.

Contrariamente à ideia de conformidade das pessoas com a crença de que “não há alternativa”, Razeto (1994) destaca que desde os primórdios do capitalismo moderno até a atualidade, grande parte da humanidade espera uma mudança profunda nos modos de organização e funcionamento da economia, seja por que foi submetida à marginalização, à exclusão, à pobreza e à injustiça, provocados pelo sistema capitalista, seja pela discordância intelectual, moral e/ou espiritual em relação à busca desenfreada pelo lucro, à competição exacerbada, à subordinação do trabalho ao capital, ao consumismo, à acumulação de capital.

Para este autor, essa busca por mudança na economia tem seguido duas direções principais e pode ser verificada nos processos históricos, nas lutas sociais, nas experiências organizacionais e nas dinâmicas políticas e ideológicas. A primeira direção inclui uma procura pela transformação macrossocial, sistêmica, com ênfase na ação política e em projetos de economia estatal ou socialista. A segunda direção abarca o nível microssocial, com a criação de alternativas baseadas na cooperação, na autogestão, na solidariedade, no caráter comunitário (idem). A economia solidária, a depender da visão teórica adotada, pode ser compreendida sob os dois pontos de vista. A explicação sobre essa multiplicidade de perspectiva será abordada mais a frente.

Webering (2008) e Gohn (2004) argumentam que, a partir do final do século XX, a ambiência societária corroborou para a reorganização dos movimentos e pensamentos críticos no que se refere à elaboração de propostas contrárias à globalização hegemônica. Isto pode ser percebido no aumento de reuniões de articulação entre diferentes movimentos sociais de articulação local, como também mundial, com finalidades similares voltadas para o bem estar dos seres humanos em sua coletividade e em sua totalidade.

Autores como Santos (2005b), Webering (2008), Gohn (2004), Singer (2002), Razeto (1994) explicam que esse ativismo contra a globalização hegemônica - que inclui uma articulação entre o pensar e o agir e entre a teoria e a prática - tornou-se uma reação inevitável porque a utopia do mercado autorregulado não conseguiu manter-se no tempo sem destruir o homem e a natureza. É perceptível que nos últimos anos, no Brasil e também na América Latina, aumentou significativamente a proporção de iniciativas voltadas para uma recuperação e uma (re) invenção de práticas e de formas de sociabilidade opostas aos preceitos capitalistas e norteadas pelo sentido da autogestão e da equidade e pelo ideal de

solidariedade. Tais iniciativas estão associadas ao movimento denominado economia solidária.

Este processo de contestação às práticas do sistema capitalista vigente – exploração, competição, alienação - advém da inconformidade com a concentração de renda em níveis absurdos, da crise do desemprego estrutural, da fragmentação e do empobrecimento das relações sociais, do individualismo exacerbado, da degradação ambiental entre outros aspectos que, enfim, revelam a falência do atual modelo de desenvolvimento na sociedade. Assim, compreende-se que são as próprias contradições do sistema capitalista que criam e recriam as resistências; a prova é que as formas de produção associativas mutualistas, autogestionárias e os grupos cooperativados não surgiram recentemente, mas têm atravessado gerações.

Conforme mencionado anteriormente, Santos (2005) e França Filho (2002) afirmam que é preciso pensar numa outra forma de produção e distribuição de riqueza que não seja a dominante e nem uma socialista autoritária. É necessário ultrapassar a ideia de economia de mercado como única fonte de riqueza. Neste sentido, a noção de economia plural<sup>3</sup> dá margem para essa reflexão porque, em outras palavras, na nossa realidade atual as iniciativas de economia solidária funcionam em um contexto econômico societário regido por forças da: 1) Economia mercantil (que envolve o mercado); 2) Economia não mercantil (que inclui o Estado); 3) Economia não monetária (que abrange a reciprocidade sob a lógica da dádiva). Retomamos esse debate mais à frente.

Dando seguimento a este raciocínio, França Filho (2002) defende que a economia solidária não necessariamente precisa ser contra o mercado, uma vez que pensar em aniquilar o sistema atual pode ser uma postura ou ingênua ou autoritária. Este autor advoga por uma economia com mercado, que seja regida pelos princípios e práticas embasados na solidariedade e na cooperação.

---

<sup>3</sup>A ideia de economia plural é discutida por Polany e consiste na concomitância de funcionamento de três tipos de economia no seio de sociedades complexas: “a) uma economia mercantil - fundada no princípio do mercado auto-regulado. Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitarista, pois neste tipo de troca/relação o valor do bem (que se mede pelo seu preço) funda a lógica do sistema, ao contrário do primado do valor do laço, do liame (ou da relação social) que se busca numa lógica recíproca; b) uma economia não mercantil - fundada na redistribuição. Isto é, marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos afim de distribuí-los; c) e finalmente, uma economia não monetária - fundada na reciprocidade. Isto é, um tipo de sistema de relação de trocas orientado segundo a lógica da dádiva, tal como formulada/descrita por M. Mauss. A dádiva compreende três momentos: aquele do dar, do receber e do retribuir. Neste tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal e o objetivo mesmo da circulação destes bens é de perenizar os laços sociais (ou tecer o liame social). A lógica da dádiva obedece a um tipo de determinação social específica, pois ao mesmo tempo livre e obrigado, a doação (ou esse registro de lógica) é essencialmente paradoxal” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 4).

### 2.1.2. A economia solidária enquanto fenômeno

A expressão Economia Solidária surgiu, então, para indicar a associação de duas noções historicamente dissociadas, isto é, iniciativa e solidariedade, como também aventar a partir das próprias experiências, a inserção da solidariedade no núcleo central do processo de elaboração coletiva das atividades econômicas.

No entanto, há uma discordância sobre o fenômeno da economia solidária (ES). Há quem a compreenda como assistencialista, como mecanismo capitalista de adaptação e atenuação de crise econômico-social, como formas precárias e desprotegidas de relações de trabalho existentes na penumbra da informalidade, como modo de produção substitutivo ao capitalismo, como modo de produção político-econômico coexistente com o capitalismo e, ao mesmo tempo, divergente das práticas deste (CUNHA, 2007; TIRIBA, 2004; EID, 2003). Este último autor, Eid, discorre sobre as diferentes visões e análises relacionadas à economia solidária:

a) Existe uma visão de desconfiança para com a economia solidária, interpretando-a como um movimento messiânico (ligado à religiosidade, ao voluntarismo, à caridade, ao assistencialismo) ou como um movimento de políticas assistencialistas, sem a menor perspectiva de autonomia e de emancipação social no seu desenvolvimento;

b) Outra perspectiva é entendê-la como um movimento de empreendedorismo emergente, centrado na competitividade por mercados crescentes e integrados, na viabilidade econômico-financeira, nas estratégias de mercado, ou seja, subordinada à dinâmica das empresas capitalistas;

c) Há também uma compreensão, por parte de liberais, de que as experiências solidárias são mais uma maneira de corrigir as crises cíclicas do sistema capitalista, pois quando isso ocorre, o aparecimento ou ressurgimento dessas práticas tem a função de reduzir pressões populares por trabalho, emprego e renda;

d) Por último, há a concepção de que ela é um movimento ligado à autogestão, a partir da qual os trabalhadores assumem uma postura ativa e propositiva no intuito de conquistar a autonomia e a construção da cidadania coletiva, formando, até mesmo, redes solidárias em nível mundial.

Nós - semelhantemente ao coletivo ligado à Rede Brasileira de Bancos Comunitários, que faz parte do movimento social da economia solidária - adotamos como perspectiva orientadora para este trabalho a última compreensão. A justificativa é a percepção de que, no

curto e no médio prazos, a superação do capitalismo talvez não seja viável, já que, de um modo geral, as estratégias de adequação e superação das crises ainda têm sustentado o domínio capitalista. No entanto, esta compreensão não impede que os atores sociais ligados à ES, e especialmente aos bancos comunitários, proponham novas formas de regulação da sociedade.

Um dos principais autores que discorre sobre este enunciado teórico da regulação é França Filho. Para ele, a emergência da economia solidária é ligada à problemática da exclusão e da desigualdade econômicas e sociais, da crise do Estado-providência e da falência dos mecanismos de regulação econômico-político da sociedade. Isto faz com que este fenômeno vislumbre novas formas de regulação da sociedade nos níveis local, nacional e internacional, com modo de funcionamento e finalidade novos, uma vez que congregam diferentes atores sociais - usuários, profissionais e voluntários – interessados em gerar atividades econômicas aliadas à coesão social, ao reforço dos laços sociais (liame social) (FRANÇA FILHO, 2002; FRANÇA FILHO, et. al., 2013).

Retomamos, agora, a explanação sobre economia plural associada ao tema da regulação econômico-política da sociedade e dos territórios. A respeito da união destes dois assuntos, França Filho (2002, p. 2) assevera que a economia solidária pode ser considerada como um modo de regulação inovador, haja vista que os serviços de proximidade, ou solidários, permitem:

1) A hibridação de economias, ou de recursos de naturezas distintas, a saber: a) Não mercantil – a partir de subvenções ou outros financiamentos provenientes do poder público, de qualquer instância governamental, envolvendo o Estado; b) Mercantil – por meio de venda ou prestação de serviços a particulares, pessoas físicas ou jurídicas, abrangendo o Mercado; c) Não monetária – mediante a participação voluntária, a doação sob a forma material ou humana, contemplando uma lógica reciprocitária ou uma lógica da dádiva;

2) A construção conjunta da oferta e da demanda, o que implica na concepção e proposição de serviços em função de necessidades sociais reais da localidade, numa interação ativa entre os diferentes participantes da iniciativa, corroborando com o exercício de uma dimensão política nestas experiências e para a estruturação de um espaço público de proximidade.

Esse entendimento acerca da regulação econômico-política da sociedade interfere na dinâmica de funcionamento dos empreendimentos econômicos solidários, haja vista que as relações estabelecidas, por exemplo, pelo banco comunitário de desenvolvimento abarcam: os apoios governamentais recebidos; a produção e a comercialização locais; a participação ativa

de moradores para a promoção do desenvolvimento social e humano; a satisfação das necessidades de consumo locais.

### **2.1.3. As características da economia solidária**

O conteúdo desta seção elenca enunciados teóricos sobre a economia solidária (ES) que nem sempre são constatados na realidade dos territórios, nas práticas dos empreendedores solidários e nas articulações políticas mais amplas. Contudo, é importante compreender a caracterização da ES para depois poder refletir sobre o que existe na realidade prática do objeto estudado.

Para a realização do Mapeamento Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária, viabilizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES /MTE), com o apoio do movimento social de economia solidária de todo o país, discriminou-se, de forma simplificada, para agilizar o processo de pesquisa, quatro grandes características dos empreendimentos econômicos solidários:

a) Cooperação – refere-se aos interesses e objetivos comuns, à união dos esforços e capacidades, à propriedade coletiva ou parcial ou total de bens, à partilha dos resultados e à responsabilidade solidária diante das dificuldades;

b) Autogestão – contempla as práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus graus e interesses;

c) Atividade Econômica – considera a agregação de esforços, os recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, a prestação de serviços, o beneficiamento, o crédito, a comercialização e o consumo;

d) Solidariedade – abrange a preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados, a melhoria das condições de vida de participantes, o comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem estar de trabalhadoras e consumidoras (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2006 a, p. 12).

Os resultados escritos de dois eventos com a participação de representantes dos movimentos da ES do país - I Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em 2006, e III Plenária Nacional da Economia Solidária, que aconteceu em 2003 – contém informações legitimadas pelos atores sociais da área. Condensamos os princípios gerais e algumas características da ES da seguinte maneira:

1) Suas concepções e práticas são fundadas em relações de colaboração solidária e em valores culturais que consideram o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica;

2) Privilegia a autogestão, a cooperação, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a importância da mulher, a igualdade de gênero, raça, etnia, o acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, a preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, a valorização do saber e da criatividade humanos, a unidade entre produção e reprodução, a busca por uma outra qualidade de vida e consumo, o desenvolvimento comunitário e humano com eficiência social<sup>4</sup> (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2006 b, p. 57; FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2003, p. 3-4).

Além destas características, outros elementos constituem a identidade da ES. Ela é um modo de gestão e de organização do trabalho que subsiste sem ser subsumido pelo sistema de valores baseados na lógica liberal utilitarista, sustentada na reconstrução e ressignificação dos laços de solidariedade no tecido social. Ela busca valorizar as diversidades, as peculiaridades de cada dinâmica local, de cada modo de organizar a vida e a economia, circundada por novas formas de solidariedade<sup>5</sup>.

Ademais, ela alia a democratização da economia à prática de cidadania, visa a partilha social da riqueza, do poder e do saber, não se limitando a suprir apenas a necessidade material imediata dos envolvidos – que por vezes excluídos do mercado formal, associam-se voluntariamente, mas dispendo-se a ser uma ferramenta de transformação social e opção ideológica. Este conjunto de elementos caracterizadores da ES revela o desafio que ela tem para concretizar-se enquanto um projeto de integração social e cultural, articulando-se junto à esfera pública (FRANÇA, 2002; COSTA & CARRION, 2008; WEBERING, 2008; CUNHA, 2007; MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2006b; ARRUDA, 2003).

---

<sup>4</sup> Esta pauta está inserida não apenas no movimento da economia solidária, mas também em outros movimentos sociais que se fortalecem principalmente a partir do final do século XX, conforme Gohn (2004).

<sup>5</sup> “Estas novas formas de solidariedade fazem alusão a iniciativa cidadã em oposição, ao mesmo tempo, às formas abstratas de solidariedade praticadas historicamente pelo Estado, de um lado, e às formas tradicionais de solidariedade marcadas pelo caráter comunitário. Neste sentido, estamos diante de um fenômeno efetivamente inédito, segundo nossa hipótese, pois estas experiências não parecem orientar-se segundo o registro de uma socialidade típica da *Gemeinschaft* (comunidade), princípio comunitário (Tönnies), ou seja, uma socialidade comunitária (Weber), ou ainda, uma solidariedade mecânica característica das sociedades tradicionais (Durkheim). De fato, se um tipo de dinâmica comunitária marca estas experiências, sua expressão não parece identificar-se ao registro de um comunitarismo herdado (conforme nos lembra A.Caillé e J.-L.Laville), “na medida em que ela emana de um comunitarismo muito mais escolhido como referência coletiva a um bem comum do que imposto pelo costume” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 1).

Um entendimento teórico crucial para este trabalho é que o alicerce da economia solidária está vinculado à comunidade e suas forças intrínsecas. Ou seja, a economia solidária é estruturada a partir da união de esforços locais, por vezes com parcerias externas, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Essa melhoria da qualidade de vida é atrelada à concepção de um desenvolvimento local, endógeno, sustentável e solidário, com uma prática de empoderamento social na medida em que, coletivamente, os membros do território exercitam a capacidade de refletir e debater sobre os problemas, de buscar soluções compatíveis com as demandas e potencialidades locais, de estabelecerem uma convivência humana, solidária e cooperativa, de aliarem as dimensões econômica, social e política em benefício da população e com a perspectiva de criar um círculo virtuoso que contrarie as causas estruturais da marginalização (FRANÇA FILHO, et. al., 2013; MELO NETO & MAGALHÃES, 2008; MARIANE E ARRUDA, 2011; SANTOS, 2005a; SINGER, 1997).

Em outras palavras, sob a luz dos princípios da economia solidária, o desenvolvimento que coloca o ser humano numa posição de importância acima do capital fundamenta-se na organização coletiva dos indivíduos de uma dada localidade com o objetivo de fomentarem as potencialidades que lhes são inerentes, numa coalizão entre as instituições e organizações de nível local com a colaboração de agentes externos (KISIL, 2005; MARIANE & ARRUDA, 2011). A partir desta compreensão, tornou-se necessária a discussão sobre os elementos constitutivos de um processo de organização comunitária para poder melhor interpretar os dados relacionados ao objeto de estudo deste trabalho.

## **2.2. Os elementos constitutivos da organização comunitária**

O ser humano é eminentemente social, desde sua dependência nos primeiros anos de vida em relação aos cuidados de outrem até a constituição de sua subjetividade. O espaço íntimo do indivíduo, ou seja, o seu mundo interno, interage com o mundo social, isto é, o mundo externo. O resultado desta interação provoca marcas singulares na formação do ser humano, que abrangem o delineamento de crenças e valores compartilhados na dimensão cultural, que colaborarão para a constituição da experiência histórica e coletiva dos grupos e populações.

Na discussão sobre teoria social da comunidade, Ferreira (1968) realça a concepção de Georges Gurvitch referente à mutualidade constitutiva entre indivíduo e sociedade. Esta é imanente àquele, que, por sua vez, também é imanente a esta. O ser humano é o que é porque

interage com os outros seres humanos, com a sociedade. A sociedade abarca os "outros", os "nós" e os "eus". Assim, a sociedade revela-se nas profundezas do "eu" e o "eu" revela-se nas profundezas do "nós", isto é, da sociedade.

O "eu", o "outro" e o "nós" são indissolúvelmente vinculados entre si e em diferentes intensidades, numa dinâmica conflituosa, constituem a vida psíquica de cada indivíduo, numa relação cujo somatório compõe a vida psíquica e comportamental, por exemplo, de uma comunidade (FERREIRA, 1968). Não é nosso objetivo fazer uma análise pormenorizada da psique humana, todavia levamos em consideração alguns aspectos para melhor compreender o processo organizativo para a implantação do banco comunitário de desenvolvimento.

### **2.2.1. A comunidade no meio urbano**

Para se entender o que é organização comunitária é preciso primeiro refletir sobre o que é comunidade e suas características. Segundo Kalina e Kovadloff (1978), os gregos do século VII e VI antes de Cristo e os que viveram em Atenas entre os séculos V e IV antes de Cristo concebiam a *polis* como uma comunidade, ou seja, uma organização cujos assuntos eram de interesse coletivo. A *polis* transcendia a representação de um lugar de trabalho, de produção; ela incorporava a dimensão de encontro interpessoal, de diálogo, de celebração, de identidade, ou seja, de vida comunitária em termos políticos, culturais, morais e econômicos.

Entendimentos acerca do significado de comunidade são explicitados por Ferreira (1968) em Teoria Social da Comunidade. Há teóricos que focalizam os aspectos geográficos, outros o âmbito subjetivo das relações sociais sem qualquer vínculo à área geográfica, e também aqueles que mesclam as duas compreensões para conceituar o que é comunidade.

Para Dwight Sanderson, o conjunto de pessoas que ocupam uma determinada área geográfica constitui uma comunidade. Esta área pode ser de tamanho maior, como uma cidade ou um distrito, mas também pode ser uma unidade menor que reúna uma associação de atividades humanas (FERREIRA, 1968).

A noção de comunidade foi ampliada a partir do avanço da tecnologia de comunicação. Bauman (1999), por exemplo, explicita que comunidades podem ser constituídas no ciberespaço, a partir de interesses similares entre seus membros, desprovidas de uma dimensão territorial, mas formatadas na temporalidade com um transporte de informações sem envolver o movimento de corpos físicos, com uma difusão de dados quase instantânea. É o caso das comunidades alocadas no ciberespaço.

Robert Morrison McIver e Arthur Rios têm uma compreensão diferente e afirmam que comunidade é um grupo de pessoas que habitam uma mesma área, interligadas por uma trama de relações e contatos íntimos, partilhando as mesmas tradições e os mesmos interesses, com um significativo nível de consciência da participação em ideias e valores comuns (apud FERREIRA, 1968).

Conforme Ferreira (1968) uma comunidade não se restringe a uma extensão de terra delimitada. Ela envolve população com uma organização social, cujas atividades conscientes e inconscientes, ideias e instituições cristalizadas constituem a moldura da existência humana, numa relação complexa. O sentido inconsciente de comunidade, abordado por Hoggart (2001), deriva da convicção de que a união é necessária quando se tem a pretensão de melhorar as condições de vida da coletividade. Esta convicção tem sua origem nos movimentos cooperativos.

Por sua vez, Souza (1987) argumenta que aglomerados populacionais, sejam pequenos ou médios, podem ou não ser classificados como comunidades porque internamente podem existir interesses opostos que, conseqüentemente, implicam na existência de mais de uma comunidade em uma única área. Pois,

"A substância da comunidade não está no aspecto físico da área de moradia, mas no conjunto de relações e inter-relações, de poderes e contrapoderes que se estruturam, tomando como referência a infraestrutura física e social da área que, por sua vez, tem suas determinações nas estruturas fundamentais da sociedade. A comunidade é, portanto, forma particular de expressão da própria sociedade" (SOUZA, 1987, p. 66, 67).

Ao considerar o conjunto das relações e interrelações no seio de uma comunidade, no caso da São Rafael, é importante levar em conta a influência do processo de urbanização na pós-modernidade, haja vista a sua localização e o contexto histórico de sua estruturação, como será relatada na seção sobre o contexto histórico.

"As alterações e mudanças que vão se dando no capitalismo atingem as camadas populares com potencial sempre mais elaborado de exploração. Os países da América Latina, com suas características de dependência, têm, sobre a maioria de cada país, aliados aos elementos de exploração das suas relações de dependência. Nessa região, a situação de subdesenvolvimento e dependência amplia os problemas sociais e, ante a realidade de crescente complexidade social, situações antes comuns de cooperação tendem a se diluir. A competição e o conflito assumem o lugar da cooperação em situações de interesse imediato e essa realidade tende a ser interiorizada pela população como característica comum às camadas populares, além das de ignorância e incapacidade, também inculcadas. A ideologia dominante inspira e dá condições de sustentação a essa realidade, que é aparente. A consciência popular é afetada por essa ideologia, produzindo muitas vezes indivíduos atuantes

que se encarregam de fazer a veiculação da ideologia dominante no seio da sua própria classe social. [...] Diferentes e contínuos condicionamentos fazem agora com que o processo de cooperação, elemento básico, tenha de enfrentar, ao nível da aparência, dificuldades e justificativas capazes de bloquear o seu surgimento espontâneo." (SOUZA, 1987, p. 28-29).

Bauman (1999, p. 30, 31) identifica aspectos inevitáveis da urbanização na pós-modernidade: a fragmentação do espaço da cidade, o encolhimento e desaparecimento do espaço público, a desintegração da comunidade urbana, a separação, a segregação, a extraterritorialidade da nova elite e a territorialidade forçada do resto. Mas há também outro elemento nesse processo de urbanização: a informalidade. E, segundo França Filho (et. al., 2013), a informalidade não se limita ao aspecto da execução de atividades produtivas, mas também é verificada na ausência de registros de propriedades das casas ou de territórios onde as pessoas habitam, na inexistência de documentos de identificação pessoal de membros da família. Sendo assim, a informalidade está ligada a exclusão social e a ausência da condição real de ser cidadão.

Por outro lado, é, sobretudo, no meio urbano que áreas de moradia, por causa das contradições sociais, tornaram-se susceptíveis à constituição de espaços de mobilização, organização e luta populares (SOUZA, 1987). Esta compreensão teórica aliada aos elementos coletados na pesquisa de campo fizeram com que não nos limitássemos aos efeitos negativos do processo de urbanização na estruturação da comunidade São Rafael, mas que incorporássemos a esta seção outros aspectos teóricos ligados à organização comunitária enquanto reação às insatisfações locais. Tais aspectos são explanados a seguir.

### **2.2.2. A ação comunitária**

Diante da conjuntura que a família, unidade básica da comunidade, já não tem mais condições de ser o centro da produção material necessária à existência das pessoas e que novas formas de exploração da natureza e dos bens sociais passaram a vigorar na sociedade, a ação comunitária assumiu, então, novas variáveis enquanto processo social espontâneo.

Num nível de engajamento mais situacional, verifica-se o auxílio mútuo ou a ajuda mútua entre vizinhos e grupos que moram num mesmo território. A prontidão do auxílio vigora com maior intensidade em época de crise, contudo é a continuidade do auxílio mútuo que fundamenta o processo de ação comunitária. Já num nível mais elaborado, a ação comunitária revela-se “um instrumental que se caracteriza pela identificação de problemas,

interesses ou preocupações de ordem comum, pela organização para pensar em comum as decisões sobre os mesmos e pelo desempenho das ações decididas” (SOUZA, 1987, p. 22).

Quando o coletivo se cala, não age – nem com a participação de todos os seus componentes, nem com a mediação de alguns de seus representantes – a força deste coletivo se dilui e a segregação fragiliza a capacidade de contestar, de protestar, de lutar, de agir. Portanto, para Lefebvre (1991, p. 123), cabe às forças sociais indicar suas necessidades locais, abrir os horizontes, reivindicar e construir o futuro, ou então, torna-se cada vez mais inconsistente a ação coletiva.

Mas é importante ressaltar que a ação comunitária não se limita a atuação da comunidade por si mesma. Pode haver a colaboração das entidades existentes dentro e fora do território, que constituem a força social potencializadora, fortalecendo os recursos da comunidade e aliando-se ao comprometimento com os interesses da comunidade.

Quando as forças sociais se propõem a atuar de forma organizada, segundo Gohn (2004), elas aglutinam as pessoas num campo de atividades e de experimentação social, gerando criatividade e inovações socioculturais. “Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em ‘fazeres propositivos’” (idem, p.141).

### **2.2.3. A solidariedade e a cooperação no cuidado mútuo**

Um dos principais elementos da ação comunitária é a solidariedade, que envolve uma preocupação com a melhoria das condições de vida dos participantes. Conforme Lisboa (2003, p. 248), “a energia da solidariedade decorre dela ser o sentimento de sentir-se solidamente parte do mesmo corpo (este é o sentido etimológico e original)”. A solidariedade contempla o vínculo entre as pessoas, a compaixão, a empatia. No entanto, é crucial destacar que o sentimento de sentir-se parte de um todo maior surge se houver um cultivo, um esforço - contínuo neste sentido.

Enquanto pré-requisitos para o modo cooperativo da ação comunitária destacam-se: a existência de interesses e objetivos comuns, a predisposição para a união dos esforços e das capacidades de todos os envolvidos, o engajamento coletivo para lidar com as dificuldades.

Os desafios que se estabelecem, portanto, é desconstruir a cultura individualista e competitiva e construir uma cultura de cooperação solidária, por meios de vivências concretas. Pensando no bem da coletividade, estas vivências provocam benefícios como: a percepção de que o alcance dos objetivos é também consequência da ação dos outros

membros; maior sensibilidade às solicitações das outras pessoas; frequência na ajuda mútua; maior homogeneidade na quantidade de contribuições e participações; aumento qualitativo na produtividade do grupo; a promoção da equidade e da justiça; o estímulo à criatividade; o fomento à troca de saberes e habilidades; a identificação e correção dos fatores de ineficiência; a delimitação mais clara das metas diretrizes e propostas do grupo; a valorização da corresponsabilidade (GAIGER, 2000; BROTTTO, 1997).

Apesar destas vantagens para a convivência em grupo, é necessário lembrar que a transformação cultural não é rápida porque não se limita apenas a uma modelagem de comportamento, mas uma mudança de atitude<sup>6</sup>.

De acordo com Lisboa (2003), na imaterialidade do trabalho cooperativo há um forte componente de afetividade, de contato e interação humanos, de cuidado mútuo. Sobre o cuidado mútuo, este se desenrola após a constituição de relações de proximidade que se estabelecem a partir do que G. Gurvitch chama de formas “sócio-aproximadoras” de relações interpessoais, que incitam o fortalecimento dos vínculos e das formas de sociabilidade nos territórios<sup>7</sup>. Trata-se de um movimento contrário ao que se é propagado pela cultura individualista e utilitarista, cujos mecanismos são “sócio-afastadores”, que superficializam as relações humanas (apud FRANÇA FILHO, 2013).

As relações de proximidade voltadas para a ação comunitária enquadram-se à lógica da dádiva, descrita por M. Mauss, a qual reduz a importância e o valor da lógica monetária e valoriza a dádiva de si mesmo e do tempo pessoal em favor de uma coletividade (DZIMIRA e FRANÇA, 1999). Trata-se, portanto, de uma escolha em comprometer-se, por exemplo, na realização de atividades coletivas da comunidade para implantar uma tecnologia social – bancos comunitários de desenvolvimento – que melhora as condições de vida no território.

Numa relação entre economia solidária e lógica do cuidado, o ambiente social criado é de partilha da riqueza, do poder e do saber para a promoção do desenvolvimento local e a transformação da sociedade civil, uma vez que os trabalhadores organizam-se politicamente, debatem sobre soluções para os problemas comuns, sob a forma da democracia direta e participativa, que é o caso dos bancos comunitários de desenvolvimento (ARRUDA, 2003; CARBONARI, 1999; SINGER, 1997; LISBOA, 1999). Trata-se de alcançar, por exemplo, o que Gaiger (2003) chama de eficiência sistêmica, a qual contempla a concretização de

<sup>6</sup> A noção de comportamento refere-se às ações propriamente ditas, sejam verbais ou não verbais. A concepção de atitude, por sua vez, transcende o comportamento, uma vez que inclui os valores e crenças que nem sempre são expressos nos comportamentos.

<sup>7</sup> No ponto de vista de Santos (2005b), território engloba o chão, as pessoas que o ocupam, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que as pertence. Trata-se de um território usado e utilizado por uma população, que extrapola o lugar de uma ação pragmática e aporta vida, emoção e valores.

benefícios sociais, e não apenas monetários ou econômicos, que incluem o entorno dos empreendimentos coletivos envolvidos.

#### **2.2.4. A constituição da identidade**

As relações de proximidade, tratadas no tópico anterior, fortalecem os vínculos interpessoais e corroboram para a constituição da identidade, como relatamos a seguir.

A construção de uma identidade advém de um processo de negociação intra e interpessoal, isto é, como citamos anteriormente, do “eu”, do “outro” e do “nós” (FERREIRA, 1968). Nas ciências humanas e sociais uma das vertentes de discussão sobre identidade é a sociológica<sup>8</sup>, que concebe a constituição da identidade numa relação dialética com a sociedade, incluindo os atos comunicativos, as vivências e as aprendizagens (VERONESE & ESTEVES, 2009).

Pessoas que fazem parte de uma classe social mais baixa têm a nítida noção de que pertencem a este grupo e da necessidade de manterem uma relação de boa vizinhança, de cooperação para sua própria sobrevivência. No meio urbano a vivência comum de necessidades cotidianas recria situações constitutivas de identidade local, as lutas de grupos reforçam o sentimento de pertença ao território. Tudo isso corrobora para que a área de moradia não se reduza simplesmente a local-dormitório e nem a local de consumo (HOGGART, 2001; LEFEBVRE, 1991; SOUZA, 1987).

Ao mesmo tempo em que pessoas pertencentes a uma classe social mais baixa têm discernimento de sua condição, conforme Hoggart (2001) e Bauman (1999), estas mesmas pessoas podem rejeitar essa identidade, almejar pertencer a uma classe social mais alta e recriminar os indivíduos que se comportam como superiores aos outros membros da sua classe.

Avançando sobre o delineamento da identidade e relacionando-o à articulação política de maior amplitude, Gohn (2004) assevera que os indivíduos que antes se sentiam excluídos socialmente quando passam a participar de movimentos sociais mais abrangentes, territorialmente falando, percebem-se incluídos nas ações deste grupo ativo. A aliança entre a comunidade e os movimentos sociais provoca uma articulação e um empoderamento ainda maior, pois os movimentos instituem e cultivam identidades em grupos antes dispersos e

---

<sup>8</sup> A outra vertente é a psicodinâmica, que não tratamos neste trabalho porque ela se refere à estrutura psíquica do indivíduo e ao processo de individuação por auto-descoberta (VERONESE & ESTEVES, 2009).

desorganizados a partir da realização de ações conjuntas, as quais projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social e, portanto, de identidade.

No caso da comunidade São Rafael há um outro elemento constitutivo de sua identidade; a menção de que ela é uma favela<sup>9</sup> (LAVIERI & LAVIERI, 1999). As favelas são alvo de esteriótipos associados às características do ambiente de moradia e aos comportamentos e atitudes atribuídos aos seus moradores. Além da caracterização descrita na nota de rodapé, há também uma concepção moral do termo favela enquanto espaço estigmatizante. O aumento da violência e do narcotráfico, cujas bases de distribuição localizam-se principalmente em favelas, contribuiu para que estas fossem qualificadas pela mídia e pelo senso comum como dissipadoras da criminalidade (GONDIM, 2010; FREIRE, 2008).

Isto fez construir no imaginário social uma série de mitos ligados à pobreza, à violência e à criminalidade que implicou na estigmatização de seus habitantes. Essa estigmatização é atrelada a uma identidade deteriorada e depreciativa, em uma relação de subordinação na estrutura social, que não é necessariamente reconhecida pelos próprios moradores da área chamada favela, o que provoca, conseqüentemente, a negação desta identidade de “favelado” (GONDIM, 2010; FREIRE, 2008).

### **2.2.5. O poder da comunidade**

Como explicamos na seção anterior, Gohn (2004) afirma que quando uma comunidade se insere numa articulação que extrapola os limites de seu território e se alia a um movimento social, isto resulta num sentimento de pertencimento social e, por conseguinte, na definição de mais uma identidade comunitária que, retroalimenta o poder político da comunidade.

O poder comunitário fundamenta-se num conjunto de condições que a comunidade dispõe para fazer valer os seus interesses e alcançar os seus objetivos. As condições de poder da comunidade perpassam: o discernimento que ela tem sobre sua realidade e sobre as alternativas de enfrentamento dos problemas; a capacidade de organização da população; o conhecimento e o domínio de técnicas e táticas acumuladas, também, nas próprias experiências de enfrentamento; a circulação/comunicação de ideias da população; os bens

---

<sup>9</sup> Segundo dois estudos feitos por Freire (2008) e Gondim (2010) a literatura mostra que o que caracteriza uma favela é a irregularidade fundiária (e a falta do título de posse torna a população vulnerável à remoção), a ocupação da terra por pessoas de baixo poder aquisitivo, a precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregulares, construções não licenciadas e incompatíveis com os padrões legais.

materiais possuídos pela população. Se estas condições funcionarem de forma encadeada, o poder da comunidade se fortalece (SOUZA, 1987).

Um contraponto interno à comunidade e que dificulta o processo de organização local é o que Ferreira (1968) chama de forças de desorganização, que acompanham ou seguem a falta de uma conduta coordenada e integrada. Todavia, a unidade social se mantém em virtude do poder de coesão da comunidade. A coesão entre certas forças e a coordenação que existe entre elas gerarão as relações relativamente duradouras de ação recíproca, as quais se opõem aos meros contatos pontuais entre as pessoas (FERREIRA, 1968).

Outro ponto contrário ao exercício de poder da comunidade é a existência de estrutura de dominação. Conforme Michel Cozier (apud BAUMAN, 1999, p. 77), o processo de dominação consiste na busca de uma estratégia que incorpora duas ações concomitantes: garantir a máxima liberdade de manobra ao dominante e impor as restrições mais rigorosas possíveis à liberdade de decisão do dominado.

No âmbito da disputa política, por vezes, o Estado realiza os seus objetivos de controle em áreas vulneráveis a partir de ações definidas por uma política social e, sobretudo, a partir de objetivos personalistas dos seus agentes políticos, inspirados na demagogia, no eleitoralismo, desestabilizando a luta pelo desenvolvimento comunitário, cerceando a iniciativa da coletividade local ou criando uma condição de dependência que conduz as pessoas à passividade, à sujeição (SOUZA, 1987; FERREIRA, 1968).

Por isso que Arruda (2003) destaca que é importante questionar a efetividade da incorporação coletiva de poder coletivo e refletir se, na verdade, o que acontece é apenas a sensação de empoderamento sem efetivamente as pessoas coletivamente incorporarem esse poder comunitário.

#### **2.2.6. A participação autogestionária**

A participação social é um processo inverso à dominação, à concentração do poder. Souza (1987) alerta para uma realidade: muitas práticas e discursos intitulados de participação nada mais são do que processos de dominação, obviamente, processos de contra-participação.

Os tipos de dominação são múltiplos, contudo, na mesma medida também são múltiplas as resistências e os atores que as protagonizam. É o desconforto, o inconformismo e a indignação frente a uma situação ou contexto que suscita impulso para pensar e se mobilizar em relação à superação das dificuldades encaradas. É a conversa entre os atores coletivos

sobre as opressões e sobre as aspirações que mobiliza os envolvidos para agirem de forma associada (WEBERING, 2008).

Ferreira (1968) discorre que as pessoas participam de uma comunidade em virtude daquilo que é comum. Portanto, é preciso que entre os indivíduos haja semelhança quanto a objetivos, crenças, aspirações, reconhecimento, compreensões. Souza (1987, p. 81), por sua vez, destaca um importante aspecto: participação "é um processo social que existe independentemente da interferência provocada por um ou outro agente externo". Ademais, se a participação é distribuição de poder, aí está o grande desafio para a comunidade, segundo a perspectiva desta última autora.

Na visão de Lefebvre (1991) quando a participação social restringe-se a um simulacro de informação e de atividade social, as pessoas retornam para um estado de passividade. Este autor defende que a participação real e ativa apresenta-se sob a prática da autogestão pelo coletivo.

Sobre a autogestão, Albuquerque (2003, p. 20-21) destaca que ela é fundada na democracia, na cidadania, na autonomia. Seu caráter multidimensional acarreta uma compreensão mais ampla do que meramente uma modalidade de gestão. O autor discorre sobre quatro dimensões: a social, a econômica, a política e a técnica.

A primeira dimensão diz respeito ao caráter social, pois enquanto construção social a autogestão deve ser percebida como resultado de um processo capaz de engendrar ações e resultados aceitáveis para todos os indivíduos e grupos que dela dependem; a segunda remete ao econômico, são processos de relações sociais de produção, que se definem sobre práticas que privilegiam o fator trabalho em detrimento do capital; a terceira é política, se fundamenta a partir de sistemas de representação cujos valores, princípios e práticas favorecem e criam condições para que a tomada de decisões seja o resultado de uma construção coletiva que passe pelo poder compartilhado (de opinar e decidir), de forma a garantir o equilíbrio de forças e o respeito aos diferentes atores e papéis sociais de cada um dentro da organização; a quarta dimensão é técnica, insinua a possibilidade de uma outra forma de organização e de divisão do trabalho.

Quanto à autogestão, Gohn (2004, p. 142) menciona algumas estratégias para o exercício da mesma pela comunidade. Para ela, ter autonomia é:

“ter projetos e pensar os interesses dos grupos envolvidos com autodeterminação; é ter planejamento estratégico em termos de metas e programas; é ter a crítica, mas também a proposta de resolução para o conflito em que estão envolvidos; é ser flexível para incorporar os que ainda não participam, mas tem o desejo de participar, de mudar as coisas e os acontecimentos da forma como estão; é tentar sempre dar universalidade às demandas particulares, fazer política vencendo os desafios dos localismos; ter autonomia é priorizar a cidadania, construindo-a onde não existe, resgatando-a aonde foi corrompida. Finalmente, ter autonomia é ter pessoal

capacitado para representar os movimentos nas negociações, nos fóruns de debates, nas parcerias de políticas públicas”.

### **2.2.7. A comunicação sobre e da comunidade**

No tópico anterior discutimos sobre a participação comunitária de forma autogestionária e autônoma. Mas essa participação pressupõe um processo comunicacional fluido e, na concepção dos atores envolvidos na economia solidária, detentora de uma base solidária, dialógica e educativa (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2006 b).

A comunicação é a via pela qual as pessoas compartilham experiências e mantêm uma vida comum. Os mecanismos comunicacionais, especialmente as discussões e os debates públicos, ensejados pelas liberdades políticas e pelos direitos civis podem desempenhar um papel fundamental na formação de valores, na identificação das necessidades coletivas, na emergência de normas sociais, na seleção evolutiva de comportamentos individuais e coletivos (SEN, 2000).

A partir do ato comunicacional, de acordo com Jürgen Habermas, os indivíduos adquirem consciência moral pela via argumentativa e negociam a partir da apreciação dos interesses de cada componente do grupo para a formação da vontade coletiva no sentido de facilitar a resolução dos conflitos. A negociação não tem como pano de fundo a dominação, mas a orientação. O motivo disto é que a ética do discurso deve garantir a imparcialidade na formação de juízos e o acordo não pode ser imposto à outra parte e nem extorquido da outra pessoa por meio de manipulações (BRENNAND, 2006).

O espaço público representa um lugar privilegiado para os sujeitos terem chances iguais de participação no debate e de influência recíproca, podendo ocorrer uma (re) definição de valores, juízos e decisões sociais dentro do grupo. No âmbito da economia solidária, como no caso da constituição e gestão do banco comunitário, este espaço configura-se como um importante laboratório de prática e de “aprendizagem na prática” de um comportamento político (COSTA & CARRION, 2008; BRENNAND, 2006; SEN, 2000).

Com um caráter social, intelectual, criativo e democrático<sup>10</sup>, a discussão pública possibilita que os indivíduos de um grupo lutem por sua autonomia cultural, material e política, focalizados na emancipação humana (BRENNAND, 2006; SEN, 2000).

---

<sup>10</sup> Sobre a aliança entre escolha pública e democracia no âmbito da economia solidária, os termos “democracia direta” e “democracia local”, o primeiro enunciado por Melo Neto e Magalhães (2006) e o segundo por França Filho (et. al. 2013), abarcam a democratização dos processos decisórios dos atores sociais locais para a promoção do desenvolvimento social, econômico e político numa dimensão territorial. A rede de articulação

Durante a coleta de dados levantamos várias notícias na mídia sobre a comunidade São Rafael, cuja tônica faz menção a eventos violentos e à identidade de favela. Por este motivo optamos por inserir as visões de Zygmunt Bauman e de Milton Santos sobre a postura dos meios de comunicação na transmissão de informações/notícias.

Bauman (1999, p. 83) problematiza o modo como os meios de comunicação promovem a espetaculosidade na transmissão de atos de violência, que sustenta e reforça nos consumidores das notícias uma “indiferença ética rotineira”, que faz descarregar as “reservas acumuladas de sentimentos morais”, que fragiliza a capacidade de sentir empatia pelo outro indivíduo. Este autor afirma que "Uma imagem sintética da brutalidade auto-infligida vai se sedimentando na consciência pública - uma imagem de ‘ruas sórdidas’, ‘zonas proibidas’ ampliadas, versão aumentada de uma terra de bandidos, um mundo estranho, subumano, para além da ética e de toda salvação".

Além da espetaculosidade, há também a manipulação que os mecanismos midiáticos exercem sobre a sociedade como um todo, com a subserviência, até mesmo, da política, enviesando a interpretação do público. Santos (2005b, p. 40) alerta para esta questão quando afirma que:

“Há uma relação carnal entre o mundo da produção da notícia e o mundo da produção das coisas e das normas. A publicidade tem, hoje, uma penetração muito grande em todas as atividades. Antes, havia uma incompatibilidade ética entre anunciar e exercer certas atividades [...] Hoje, propaga-se tudo, e a própria política é, em grande parte, subordinada às suas regras. [...] Falsificam-se os eventos, já que não é propriamente o fato o que a mídia nos dá, mas uma interpretação, isto é, a notícia. [...] Numa sociedade complexa como a nossa, somente vamos saber o que houve na rua ao lado dois dias depois, mediante uma interpretação marcada pelos humores, visões, preconceitos e interesses das agências. O evento é entregue maquiado ao leitor, ao ouvinte, ao telespectador, e é também por isso que se produzem no mundo de hoje, simultaneamente, fábulas e mitos.”

Destacamos outros dois elementos ligados ao âmbito da comunicação da comunidade São Rafael: o uso de instrumentos e meios de comunicação pelo poder público e o uso por parte de membros da comunidade que fazem parte de movimentos e lutas sociais.

No que tange às instituições governamentais, segundo Moreira e Queiroz (2004), estas organizações têm criado e propagandeado denominações com conotações mais suaves do que “favela” para aglomerados de pessoas que vivem em territórios sob condições de

vulnerabilidade socioeconômica<sup>11</sup>. Todavia, essa postura apenas dificulta a apreensão da verdadeira dimensão do problema enfrentado por estes coletivos. Na prática, segundo as autoras, denominações como “comunidades”, “jardins”, “condomínios”, entre outros em quase nada se diferenciam das favelas quando são comparadas as características de todos esses aglomerados<sup>12</sup>.

O outro elemento é o uso de meios de comunicação e informação virtuais gratuitos para a constituição de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais. Considerado como positivo pelos organismos ligados a movimentos e lutas sociais, essa estratégia tem servido para a criação, o desenvolvimento e a propagação de novos saberes e conteúdos, para ampliação das articulações, para fortalecimento do processo de empoderamento social (SANTOS, 2005b; GOHN, 2004)

Por outro lado, Santos (2005b) ressalta que ainda é um número limitado de pessoas que são incluídas nessa troca veloz de informações, dadas as suas diversas condições de exclusão e de vulnerabilidade.

### **2.2.8. O interesse pessoal na ação coletiva e no desenvolvimento**

Quando os indivíduos mobilizam-se para ações coletivas ou comunitárias, segundo, Sen (2000) eles podem ser motivados por “simpatia” ou impelidos pelo “comprometimento”. Este autor explica que não existe apenas a conduta individual altruísta entre os participantes das ações comunitárias, mas existem também comportamentos estimulados pelo egoísmo inteligente, pela cobiça, pela ganância.

Nas situações em que a motivação advém da “simpatia”, o envolvimento do indivíduo com as ações coletivas visa o próprio bem estar, o auto-interesse, a satisfação pessoal, podendo envolver os interesses de pessoas com as quais o indivíduo simpatiza. Quando a motivação está ligada ao “comprometimento”, a pessoa não age simplesmente para se satisfazer ou para concretizar o auto-interesse, ou para aliviar o incômodo pessoal decorrente da “simpatia”. No “comprometimento” a pessoa dispõe-se a fazer algum tipo de sacrifício pessoal para promover outros valores, como justiça social, nacionalismo ou bem-estar da comunidade (SEN, 2000).

---

<sup>11</sup> Esta relação do Estado com os aglomerados é retomada na seção sobre o contexto histórico da comunidade São Rafael.

<sup>12</sup> Conforme tratamos no tópico sobre identidade.

Sendo assim, visando a promoção de outros valores e no estímulo ao “comprometimento” dos indivíduos é fundamental criar oportunidades de escolhas, aprendizados e decisões substantivas para as pessoas a fim de que elas exercitem o agir de modo corresponsável, sustentando-se numa base comunitária, democrática, dialógica e com liberdade, superando o papel de meros consumidores, papel este ditado pela sociedade atual (SEN, 2000; BAUMAN, 1999).

E neste sentido, é crucial a valorização da inteligência coletiva para promover o reconhecimento e o enriquecimento mútuos das pessoas, corroborando com o estreitamento dos laços sociais, para o fortalecimento do sentimento de pertença ao grupo, para o discernimento da importância das competências individuais, para os resultados coletivos (LÉVY, 2007; BROTTTO, 1997). Conforme Lévy, 2007, p. 30:

[...] quando valorizamos o outro de acordo com o leque variado de seus saberes, permitimos que se identifique de um modo novo e positivo, contribuimos para mobilizá-lo, para desenvolver nele sentimentos de reconhecimento que facilitarão, conseqüentemente, a implicação subjetiva de outras pessoas em projetos coletivos.

### **2.2.9. O desenvolvimento comunitário e a importância da liderança**

Discorremos sobre as condições de vulnerabilidade que fazem parte da realidade de comunidades como a São Rafael. Estas condições advertem que o desenvolvimento a ser promovido em territórios como os caracterizados neste trabalho, necessariamente, devem transcender o âmbito econômico e incluir também o social, o cultural, o humano, o político.

Segundo Mariane e Arruda (2011), o desenvolvimento de uma comunidade inevitavelmente deve focar-se no desabrochar das capacidades, competências e habilidades desta comunidade, sendo protagonizado pelos membros do coletivo local com a colaboração de agentes externos e internos, tornando a comunidade apta para agenciar os seus potenciais, resolver seus problemas, suprir suas necessidades e aspirações.

É a partir do entendimento que se constrói sobre a exclusão socioeconômica que a população segregada cria e se mobiliza para a implementação de iniciativas de resistência e de garantia de sobrevivência (TIRIBA, 2004). É nesse movimento de resistência que se evidencia, na visão de Dahrendorf (1992, p. 66), a importância das lideranças para impulsionarem as ações transformadoras que ainda não foram visualizadas e/ou absorvidas pelos demais membros do coletivo. O autor argumenta: “É por isso que os que iniciam a ação

são tão importantes. Eles parecem estar nadando contra a corrente, mas, na realidade, simplesmente sentiram a mudança da maré antes que os outros”.

Há um conjunto de tarefas que líderes comunitários podem executar para a promoção do desenvolvimento local. A lista de tarefas é apresentada por Kisil (2005, p. 153-154) e consiste em: 1) Diagnóstico das necessidades, estabelecimento das prioridades, planejamento e programação sobre a intervenção desejada, seleção das estratégias e táticas, formulação de planos que incluem o uso dos recursos na implementação das atividades; 2) Gerência dos conflitos dos diferentes grupos, segmentos ou organizações internas e externas à comunidade envolvidas no processo de desenvolvimento; 3) Mobilização de recursos internos e externos à comunidade; 4) Gerência eficiente dos recursos financeiros, organizacionais e naturais; 5) Provisão e prestação de serviços que atendam as necessidades básicas do projeto; 6) Integração dos serviços para torná-los mais eficientes e eficazes; 7) Controle de burocracia para tornar as agências ou equipes do governo mais cooperativas com e para os membros da comunidade.

Como se percebe, não são tarefas simples e requerem dos líderes esforços e competências/habilidades. Ao mesmo tempo, verificamos a importância da descentralização do poder quando associamos os valores da economia solidária e a perspectiva de desenvolvimento local, sustentável e solidário à necessidade de desenvolvimento humano e de estímulo ao protagonismo comunitário. Em outras palavras, a descentralização do poder pressupõe a superação da relação tradicional líder-seguidores, ou seja, a superação da tendência à subordinação simbólica.

Exercitar a liderança, de forma rotativa, é uma estratégia significativa para que as habilidades e competências individuais sejam desenvolvidas, compatibilizando com as demandas situacionais, a fim de criar o que Lévy (2007) denomina de engenharia do laço social. Entendemos que é possível compreender e estimular a prática da liderança sem restringí-la ao exercício das funções formais e à consecução de tarefas correspondentes aos cargos delimitados. No contexto de uma comunidade, criar oportunidades para que pessoas pertencentes ao território ampliem suas competências implica em estimular a conformação da inteligência coletiva, conceito enunciado por Lévy (2007).

Com o objetivo de incitar ações que desemboquem no desenvolvimento comunitário sustentável, é essencial a participação de cada cidadão e de organizações sociais locais responsáveis, estando todos engajados nos interesses e necessidades da coletividade. E estabelecer parcerias com os três setores - governo, mercado e terceiro setor - pode complementar e fortalecer as ações locais.

No entanto, é preciso ter cuidado na elaboração e execução de projetos que visam o desenvolvimento da comunidade, pois estes devem considerar as circunstâncias, as oportunidades e os limites do contexto em que a comunidade está inserida. Todos os envolvidos, num somatório de forças e competências, precisam ter um interesse genuíno na melhoria da qualidade de vida da comunidade para poder desembocar em mudanças estruturais (KISIL, 2005; SOUZA, 1987).

### **2.3. Os bancos comunitários de desenvolvimento**

Os objetivos de nossa pesquisa não estão atrelados ao funcionamento de um banco comunitário, mas ao processo de organização coletiva e de preparação das condições necessárias à abertura do banco. Sendo assim, optamos por tratar de forma breve um conjunto de aspectos - financeiros, administrativos e de serviços constitutivos do banco comunitário – para revelar um panorama desta tecnologia social e para facilitar o entendimento acerca da experiência da comunidade São Rafael no processo de criação de seu Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico.

#### **2.3.1. As finanças solidárias e os bancos comunitários de desenvolvimento**

Os bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) são enquadrados na categoria “finanças solidárias”, embora estes congreguem diferentes atividades econômicas. Para se entender sobre finanças solidárias é importante destacar primeiro o que são finanças. Segundo Muñoz (2009, p. 208), o termo finanças faz referência à utilização do dinheiro, seu preço, rendimento, proteção, transferência e controle, empréstimo e, de um modo geral, a todas as atividades que configuram o fluxo monetário de entrada e saída ao longo do tempo.

A natureza do surgimento e da estruturação das finanças solidárias decorre da exclusão financeira<sup>13</sup> e tem como finalidade a democratização dos recursos financeiros para o atendimento das necessidades de todos (MUÑOZ, 2009).

---

<sup>13</sup> O Banco Central do Brasil reconhece que, apesar de ter ocorrido um aumento expressivo do uso de produtos e serviços financeiros em todas as regiões do país, ainda persiste um expressivo contingente da população excluído financeiramente, exclusão esta que não se restringe à falta de acesso, mas também a não efetividade de utilização dos produtos e serviços. Esta constatação estimula a referida instituição a elaborar planos de ação, perpassados pela compreensão de que inclusão financeira é o “processo de efetivo acesso e uso pela população de serviços financeiros adequados às suas necessidades, contribuindo com sua qualidade de vida” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010, p. 16).

Freire (2011, p. 66) esclarece que há duas características comuns nas experiências de finanças solidárias: 1) Sua derivação provém de sistemas de reciprocidade e de ajuda mútua, os quais reatam e fortalecem os laços comunitários de proximidade; 2) Seu objetivo principal é “assegurar o acesso aos serviços financeiros de forma democrática, ética e solidária”. Uma terceira característica, mas que não é regra para todas as iniciativas, é que, geralmente, atividades de formação, capacitação e sensibilização ocorrem no processo de implantação da iniciativa econômica, com foco no fortalecimento das relações de confiança e da valorização do ser humano.

Na Conferência Temática sobre Finanças Solidárias definiu-se que as práticas de finanças solidárias apresentam três aspectos articulados: a) modo autogestionário de operar, sob a lógica de proximidade, do contato pessoal, da mediação social baseada em valores como confiança, lealdade e solidariedade; b) objetivo focado no fomento do desenvolvimento local, delineado pela própria comunidade; c) maneira de garantir a sustentabilidade, combinando a lógica de autofinanciamento a de transferência direta de recursos (que é um mecanismo redistributivo, próprio de economias não mercantis ou mutuárias), sem se restringir ao princípio da rentabilidade do capital (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2010, p. 23-24).

No portal do Ministério do Trabalho e Emprego é possível verificar que as iniciativas de finanças solidárias reconhecidas pelo governo federal são os bancos comunitários de desenvolvimento e os fundos rotativos solidários, os quais são fomentados pelo Programa Economia Solidária em Desenvolvimento.

Para o Instituto Palmas, os BCDs são classificados como pertencentes ao campo das finanças solidárias na medida em que: 1) suas taxas de juros são inferiores às de mercado; 2) seu sistema de crédito é justo e trata os desiguais desigualmente, escalonando os juros para viabilizar a distribuição de renda, em que quem tem mais recursos paga mais juros ou quem solicita um empréstimo de maior valor paga mais juros; 3) seus recursos, resultados e gestão pertencem à comunidade; 4) seu sistema de crédito alimenta uma rede local de produção e consumo através de diversos mecanismos; 5) sua forma de análise de crédito transcende os instrumentos tradicionais do capitalismo e verifica a confiabilidade do potencial cliente através da relação de vizinhança e proximidade numa espécie de aval da vizinhança. (MELO NETO & MAGALHÃES, 2006, p. 38, 39 e 40).

No caso dos BCDs, é importante destacar que estes não se restringem à concepção de instituição de microfinanças, haja vista que a autogestão é um elemento constituinte de seu funcionamento, ou seja, a participação ativa da comunidade e o controle social fazem parte da

estrutura corporal dos BCDs. Ademais, por serem iniciativas baseadas nos princípios da Economia Solidária, a dinâmica de funcionamento dos BCDs são regidas pela cooperação, pela solidariedade e pela democracia.

Melo Neto & Magalhães (2008, p.18) justificam que o BCD “vai muito além do simples ato de concessão do microcrédito” porque “tem início com a capacitação e o empoderamento dos moradores, despertando a sensibilidade para a solidariedade e a colaboração enquanto estratégia de um modelo de desenvolvimento justo e sustentável”.

Sendo assim, a maior diferença em relação aos outros tipos de finanças solidárias é que o BCD “reorganiza as economias do bairro, criando uma rede local de produtores e consumidores. Ou seja, estimula as pessoas a produzirem e consumirem na própria comunidade, criando um circuito financeiro gerador de desenvolvimento local” (MELO NETO & MAGALHÃES, 2005, p. 11).

É com a participação e a organização da comunidade que se articula simultaneamente produção, comercialização, financiamento e capacitação, com a finalidade de dinamizar a economia local e fortalecer a relação de vizinhança entre os moradores.

Também chamados de Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário (BPDS), são considerados como “instituições civis, sem fins lucrativos, que têm como objetivo prover serviços financeiros com vistas a fomentar a produção popular e solidária e o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades” (CÂMARA DOS DEPUTADOS – PLC nº 93/2007, p. 10). Destacamos, ainda, que a Câmara de Deputados Federais reconheceu que estes bancos são “instituições populares de financiamento enraizadas nas comunidades” que prestam não apenas serviços financeiros, mas têm “como missão o reconhecimento da cidadania local nos seus mais diversos aspectos” (idem, p. 8).

Silva Júnior discrimina elementos que certificam a distinção entre os bancos comunitários de desenvolvimento e as demais experiências de concessão de microcrédito (como cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao microempresário, bancos do povo): a) a coordenação do Banco e a gestão dos recursos são realizados pela própria comunidade; b) os juros são justos<sup>14</sup>, inclusive com escalonamento balanceado de acordo com o valor do empréstimo e do poder de compra/pagamento do beneficiado; c) as linhas de microcrédito são voltadas para a produção e para o consumo local, com vistas à potencialização da geração de trabalho e renda na comunidade; d) a concessão e a cobrança dos empréstimos são baseadas nas relações de vizinhança, o que faz desembocar num controle muito mais social do que

---

<sup>14</sup> Apesar de não ser foco de nosso trabalho discorrer sobre elementos financeiros do BCD, é importante destacar que não há unanimidade quanto à concepção de que juros podem ser justos.

econômico; e) a dinamização da economia local, em especial o consumo local, é estimulada a partir de instrumentos alternativos, como o cartão de crédito e a moeda social circulante local<sup>15</sup> (SILVA JR., 2008, p. 17).

Uma informação indispensável a ser evidenciada é que, por ter sido a primeira experiência de banco comunitário de desenvolvimento no Brasil, por apresentar características peculiares em relação a outras experiências de finanças solidárias no mundo, e por continuar sendo uma iniciativa tão promissora, as características do Banco Palmas delimitam a concepção e o modelo dos BCDs no país, sendo inclusive reconhecido como a principal referência para programas governamentais de multiplicação deste tipo de banco. Portanto, a caracterização de banco comunitário de desenvolvimento explicitada neste trabalho se mescla com a caracterização do Banco Palmas.

### **2.3.2. A origem dos bancos comunitários de desenvolvimento**

Diferentemente do que acontece na economia solidária, no que se refere às difusas compreensões teórico-práticas sobre a mesma, no caso do empreendimento econômico solidário “banco comunitário de desenvolvimento” encontramos uma sincronia interpretativa nos discursos relacionados à noção e ao fenômeno destes bancos.

Embora tenham surgido na fase da sociedade em que predomina o sistema capitalista, estes bancos são vistos como uma reforma revolucionária, porque alicerçam formas de organização econômica e de sociabilidade opostas aos preceitos capitalistas. Este argumento reflete a compreensão discutida neste trabalho, na seção sobre economia solidária, acerca da coexistência das práticas da economia solidária com as práticas da economia capitalista, sem que aquelas sejam subsumidas pelos valores desta (SANTOS, 2005a; FRANÇA FILHO, et. al., 2013).

O exemplo de maior destaque no país e até mesmo fora do país no que se refere aos BCDs é o Banco Palmas. Por isso, explicitamos de maneira sucinta a ambiência e o ambiente em que foi criado o primeiro banco comunitário no mundo, com base no que Melo Neto e

---

<sup>15</sup> A moeda social circulante local é uma moeda que só tem validade num território específico – comunidade, bairro ou município, que não ultrapasse 60.000 habitantes – com aceitação e uso facultativos, sem a finalidade de obtenção de lucro ou qualquer tipo de vantagem econômica para o seu promotor – no caso, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento – acompanhada do lastro – ou seja, com uma equivalência em moeda oficial (INSTITUTO PALMAS, 2011). O Banco Central do Brasil (2010, p. 22) reconhece que as moedas sociais, juntamente com os Bancos Comunitários, “são mecanismos complementares e alternativos de inclusão financeira”.

Magalhães (2005), Melo Neto e Magalhães (2008), Instituto Palmas (2011), Costa (2010a) elucidam.

Em 1973, período em que o regime militar preponderava, o Conjunto Palmeira teve sua origem numa ação de assentamento de cerca de 1,5 mil famílias, realizada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, remanejadas de áreas de risco e de áreas de beira mar, onde o processo de urbanização se expandia e que, conseqüentemente, seu potencial especulativo imobiliário aumentava (MELO NETO, 2006).

A comunidade começou a se organizar e fez parcerias com instituições locais, nacionais e internacionais. Na década de 1980 foi registrada a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) e foi feito um mapa da produção e do consumo, cujo resultado mostrou que apenas 20% das pessoas faziam compras no Conjunto Palmeira, ou seja, que os recursos financeiros dos moradores escoavam para fora do bairro.

Na década de 1990 foi estruturada a União das Associações e Grupos Organizados do Conjunto Palmeiras (UAGOCONP) e foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado (PDCI), que contemplava os diagnósticos e as diretrizes para a solução dos problemas locais. Em 1998 foram criados o cartão de crédito Palmacard e o Banco Palmas com o intuito de direcionar o consumo dos moradores para a produção e para a prestação de serviços dentro do bairro.

A sistematização da ideia de criação do Banco Palmas foi encabeçada por 5 pessoas que estavam à frente da Associação dos Moradores de Conjunto Palmeiras. Esse dado é importante na medida em que elucidada que em um processo complexo, tal como é a criação de um banco comunitário de desenvolvimento, não é exequível ter uma comunidade inteira engajada, desde o início do processo, na criação desta experiência. Ou seja, é um grupo de lideranças que assume a estruturação inicial para dar seguimento ao processo de mudança cultural, tal como Dahrendorf (1992) esclarece como sendo um processo natural. Gradativamente, a partir do estímulo das lideranças, outras pessoas vão aderindo à proposta e fortalecendo-a.

Conforme Joaquim de Melo Neto, do Instituto Palmas, a base teórica e filosófica, dos líderes comunitários que delinearão e impulsionaram a ideia, veio das leituras que tinham sobre a Teologia da Libertação e sobre cooperativismo na perspectiva de Paul Singer<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Havia no grupo idealizador do Banco Palmas o conhecimento acerca do Grameen Bank, banco que ofertava microcrédito para produção em Bangladesh, a comunidade apresentava uma demanda que transcendia a proposta deste banco, que se restringia ao crédito produtivo. No entanto, as características do Grameen Bank não preenchiam as necessidades do conjunto Palmeira, este demandava uma gestão comunitária autogestionária.

Havia no conjunto Palmeira a necessidade de estimular o consumo interno, por meio de uma moeda que só circulasse no bairro, a fim de que os moradores consumissem majoritariamente na comunidade. É por causa destes argumentos que a concepção do Banco Palmas é considerada como uma ideia endógena, segundo entrevista dada por Joaquim de Melo Neto (*in Revista Trabalho*, 2011).

Aconteceram reuniões com produtores, comerciantes e moradores em geral em 1997, e, em 1998, o Banco Palmas iniciou suas atividades, concedendo um crédito total de R\$ 2 mil, emprestados da ONG Cearah Periferia, para 05 produtores e cartão de crédito para 20 famílias. Como estratégia de dar visibilidade à mobilização comunitária, na inauguração estiveram presentes, além de moradores, autoridades, políticos e a mídia (COSTA, *in* MORAIS & BORGES, 2010).

Quatro meses após a inauguração, uma nova conquista foi efetivada: parcerias com duas organizações de cooperação internacional foram estabelecidas. Gradativamente, o total da carteira para empréstimos em PalmaCard tem aumentado. No âmbito jurídico, a existência do Banco Palmas se divide entre o CNPJ da ASMOCONP e o do Instituto Palmas, a fim de que suas ações sejam melhor administradas, já que não há uma legislação brasileira adequada para as especificidades dos bancos comunitários.

É notória a diferença entre o porte do Banco Palmas e dos demais BCDs, no entanto todos eles têm um mesmo objetivo, promover o desenvolvimento endógeno, e características em comum, dentre as quais destacamos a principal, a que é considerada o alicerce da estruturação deste empreendimento: a participação da comunidade na criação e na gestão do banco comunitário (FRANÇA FILHO, et. al. 2013; MELO NETO & MAGALHÃES, 2006). Isso exige um certo nível de engajamento de membros da comunidade em ações coletivas voltadas para o suprimento das necessidades locais.

Aspectos deste engajamento nós tratamos na seção sobre organização comunitária e destacamos aqui o fato de moradores buscarem compreender os problemas locais e mobilizarem-se para a viabilização de atividades que supram suas demandas. A criação de um BCD é um acontecimento que se desenrola quando já existe um certo engajamento comunitário.

A projeção que o Banco Palmas teve, e continua tendo, fez com que o desenho da estrutura e do funcionamento deste se tornasse referência para a construção do conceito e para a caracterização dos bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) no Brasil, e até mesmo fora do país. Por conseguinte, as informações constantes neste trabalho acadêmico concernentes à explicação sobre o Banco Palmas e sobre os bancos comunitários de

desenvolvimento se misturam, espelhando, portanto, o fenômeno da referência que o Banco Palmas é, no Brasil, para implantação de outros BCDs, tal como se percebe na política da SENAES para multiplicação de bancos desta tipologia, discutida mais à frente.

Representantes do Instituto e do Banco Palmas pronunciam que não há um modelo único, que o Banco Palmas é uma experiência e que cada comunidade constrói a sua experiência. É indiscutível que a experiência do Conjunto Palmeira serve de exemplo, portanto, de referência para outras comunidades, entretanto cada comunidade tem liberdade para definir que ações deseja desenvolver.

### **2.3.3. As características dos bancos comunitários de desenvolvimento**

O banco comunitário de desenvolvimento é um dos tipos de empreendimento econômico solidário, regido pelos princípios e valores da economia solidária, os quais já citamos em seção anterior. A atuação do BCD transcende o fator econômico, estimula a produção e a comercialização numa relação simbiótica com o consumo local e responsável, têm sua gênese, sua estruturação e sua manutenção arquitetadas pela comunidade (SILVA JR., 2008).

A preocupação focada no desenvolvimento do território e não apenas no desenvolvimento de empreendimentos individuais de forma pontual e aleatória é uma das características dos BCDs mais relevantes, que é destacada por França Filho e Silva Junior (2009, p. 31): “seu maior objetivo e compromisso são a construção de redes locais de economia solidária mediante a articulação de produtores, prestadores de serviços e consumidores locais”.

Segundo Melo Neto & Magalhães (2005, p.8), o banco comunitário de desenvolvimento “é um serviço financeiro, solidário, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltado para reorganização das economias locais, na perspectiva da geração de trabalho e renda da Economia Solidária”, regido por mecanismos da democracia direta, instalados em territórios com baixo índice de desenvolvimento humano.

As principais características dos BCDs elencadas pelo Instituto Palmas (MELO NETO & MAGALHÃES 2006, p. 7) são:

- 1) É a própria comunidade quem decide criar o banco, tornando-se gestora e proprietária do mesmo; 2) Atuam sempre com duas linhas de crédito; uma em reais e outra em moeda social circulante; 3) Suas linhas de crédito estimulam a circulação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território; 4) Apoiam os empreendimentos em suas estratégias de

comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização e outros); 5) Atuam em territórios caracterizados por alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social; 6) Estão voltados, sobretudo aos beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas compensatórias; 7) Sua sustentabilidade, em curto prazo, funda-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas.

A busca pelo desenvolvimento endógeno, realizada pelos atores envolvidos com a tecnologia social dos bancos comunitários é regida pela autogestão, democracia, cooperação, solidariedade. A partir do exercício da democracia localmente e de forma direta, os atores sociais envolvidos nas ações do banco comunitário participam de processos decisórios ligados ao banco propriamente dito e ao desenvolvimento comunitário de forma mais ampla. A postura autogestionária de promoção do desenvolvimento social, econômico, político e cultural, na dimensão territorial, torna a comunidade protagonista de sua própria história (MELO NETO & MAGALHÃES, 2008; MELO NETO & MAGALHÃES, 2006; FRANÇA FILHO, et. al., 2013).

A instalação de um banco comunitário é um dos elementos que refletem a disposição da comunidade para promover o desenvolvimento humano e social por meio da mobilização local, da construção coletiva do conhecimento, da criação e manutenção de espaços de participação, da valorização dos talentos e recursos locais e da articulação intersetorial das parcerias internas e externas à comunidade (SOUZA, 1987; FRANÇA FILHO et al. 2013).

Para França Filho et. al. (2013, p. 68), os BCDs apresentam singularidades que os distinguem das outras iniciativas de finanças solidárias: 1) Fundamenta-se nos processos de organização comunitária; 2) Inclui uma outra lógica de funcionamento econômico, uma vez que incorporam valores como solidariedade, confiança sem a preocupação com a lucratividade das atividades executadas; 3) Defende uma ética no investimento dos recursos, nas operações financeiras, mantendo um outro tipo de relação com o dinheiro; 4) Fazem uso da moeda social com objetivo econômico, para aumentar o consumo local e internalizar a renda na economia local, e com objetivo político, para sedimentar no imaginário coletivo o sentimento de pertença ao território e para fortalecer a identidade local.

#### **2.3.4. As ações do banco comunitário de desenvolvimento**

Os serviços prestados pelos BCDs classificam-se, a partir da natureza ou da finalidade, sob duas modalidades: 1) Serviços de natureza financeira ou serviços financeiros solidários, ligados às operações financeiras; 2) Serviços solidários de natureza educativa ou serviços

solidários de organização local, relacionados às estratégias de fortalecimento do processo de organização e desenvolvimento comunitários (FRANÇA FILHO, et. al., 2013, p. 71).

Os serviços mercantis não concorrenciais têm em sua gênese componentes humanos solidários, tal como se verifica na afirmação de Melo Neto e Magalhães (2006, p. 13):

[...] os serviços financeiros que o BCD executa funcionam também como um instrumento de valorização das pessoas, criação de laços afetivos, acolhimento, mobilização e organização da comunidade. É isso que chamamos de serviços mercantis não concorrenciais, pois só o BCD seria capaz de transformar um “pagamento de conta de água” em uma ferramenta de transformação humana e social.

França Filho (et. al., 2013, p. 71) sistematiza os tipos de serviços de cada uma das modalidades citadas acima. Os serviços financeiros solidários abarcam: 1) O microcrédito solidário para produção e consumo; 2) A moeda social circulante local; 3) Os cartões de crédito solidários; 4) Os serviços de correspondente bancário, a exemplo de abertura e extrato de conta corrente, depósito em conta corrente, saque avulso ou com cartão magnético, recebimento de títulos e de convênios e pagamento de benefícios; 5) Outros serviços, a saber, microsseguros.

Já os serviços solidários de organização local compreendem: 1) As ações de formação e capacitação; 2) O acompanhamento por meio de assessoria técnica aos empreendimentos e iniciativas locais; 3) A sensibilização comunitária; 4) A promoção e animação de espaços de discussão pública, como os fóruns locais; 5) O fomento das redes locais de economia solidária, que contempla produtores, comerciantes, prestadores de serviço e consumidores.

No microcrédito os empréstimos podem ser feitos individualmente ou coletivamente para produção e consumo de bens e serviços, visando atender o mercado local. É feito em reais quando os bens e serviços não são oferecidos dentro da comunidade, por exemplo, tecnologia, máquinas, equipamentos, insumos, etc., com o intuito de aumentar o volume das riquezas geradas no bairro. É feito em moeda social local para fortalecer as iniciativas de empreendimentos que já existem no bairro, fazendo com que a riqueza produzida circule na própria comunidade. “Essa estratégia promove, para o bairro, uma interação saudável entre a economia local e a economia ‘externa’” (MELO NETO & MAGALHÃES, 2005, p. 21).

Sobre o uso da moeda social em Rede de Trocas Solidárias, esta é uma importante ação do BCD, pois o dinheiro perde o seu pedestal. Conforme Heloisa Primavera (2008, p. 62) a maior contribuição das redes e clubes de trocas para a economia solidária foi “alterar

profundamente uma equação econômica fundamental – a equação do Mercado”. O quadro<sup>17</sup> abaixo explicita essa questão:

**Quadro 1 – Relação entre tipos de economia e equações do mercado**

<b>Tipo de economia</b>	<b>Equação do mercado</b>
Tradicional	MERCADO = Matéria Prima + Conhecimento + Produtor + Consumidor + Dinheiro
Solidária	MERCADO = Matéria Prima + Conhecimento + Produtor + Consumidor + Moeda Social

Heloisa Primavera explica:

Se o Mercado requeria para sua realização que existissem, basicamente, matéria prima, conhecimento para transformá-la, produtores para executar os bens e serviços, consumidores para comprá-los e DINHEIRO para fechar o circuito, a experiência dos clubes de trocas mostrou até que ponto o dinheiro pode ser substituído pela moeda social, uma simples ferramenta produzida pela comunidade para os fins de permitir as trocas entre produtores e consumidores (ibdem).

A diretriz principal do uso de moeda social circulante local é fundamentar-se no anseio de incentivar e impulsionar o consumo dos produtos e serviços produzidos localmente. Trata-se de uma reinvenção da economia, de submetê-la às finalidades sociais e com uma aceitação mais ampla que o território onde está inserido o BCD. Este fator faz com que a moeda social seja um elemento estruturante dentro da metodologia dos BCDs (INSTITUTO PALMAS, 2011; MELO NETO & MAGALHÃES, 2005).

Melo Neto Segundo e Magalhães (2005, p. 14) afirmam que na medida em que ampliou e se consolidou a articulação entre produtores, prestadores de serviço, comerciantes e consumidores, o conjunto Palmeira, paulatinamente, transformou-se num “grande clube de trocas<sup>18</sup>” usando a moeda social. Isso possibilitou a interação entre as riquezas e a solidariedade geradas internamente pela moeda social com a moeda oficial. Pessoas que não tinham, de início, o acesso à moeda oficial, a partir de seus trabalhos passaram a obter a moeda Palmas.

As principais características das moedas sociais circulantes locais são: 1) Há um lastro em moeda nacional na mesma equivalência; 2) Não se dispõem a substituir a moeda nacional; 3) São confeccionadas com componentes de segurança; 4) Circulam no comércio local com

<sup>17</sup> Este quadro foi construído pela autora deste trabalho, com base nas informações coletadas na fonte citada.

<sup>18</sup> A compreensão acerca de clubes de trocas será explicada mais adiante.

liberdade; 5) Sua troca por moeda nacional só é feita por comerciantes na sede do BCD; 6) Não exige a cobrança de juros pelo seu uso; 7) O acesso é voluntário (MELO NETO & MAGALHÃES, 2005; MELO NETO, 2006; INSTITUTO PALMAS, 2011).

O cartão de crédito solidário é um cartão sem taxa de adesão e de manutenção, válido somente no bairro, cujo valor progride de acordo com a pontualidade do pagamento, e que permite o acesso imediato a remédios, gás de cozinha, alimentos, material de construção e outros itens de necessidade básica emergencial, sem que o titular do cartão pague juros (MELO NETO & MAGALHÃES, 2005; MELO NETO, 2006).

Uma ferramenta de inclusão financeira e de desenvolvimento local é o correspondente bancário, haja vista que geralmente nas comunidades onde se instalam os bancos comunitários não existem agências bancárias próximas. O correspondente bancário pode ofertar serviços de encaminhamento de propostas de abertura de contas, recebimentos e pagamentos em contas de depósitos, recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimos e de financiamentos, execução de serviços de cobrança e recepção e encaminhamento de propostas de emissão de cartões de crédito<sup>19</sup> (MELO NETO SEGUNDO e MAGALHÃES, 2005; Revista Trabalho, 2011; MELO NETO e MAGALHÃES, 2008; COSTA in MORAIS & BORGES, 2010a).

Um percentual das transações realizadas fica sob posse do banco comunitário, contribuindo para a sustentabilidade financeira deste. Favorece um maior fluxo de pessoas, permitindo que as mesmas passem a conhecer os serviços e produtos do banco e que aloquem no empreendimento um volume significativo de recursos. Na mesma proporção do fluxo e da alocação cresce a complexidade na gestão do banco e os riscos de prejuízos e danos, a exemplo de assaltos<sup>20</sup>. Para a concretização do correspondente bancário é necessário fazer parceria com alguma instituição pública ou privada que ofereça esse tipo de serviço financeiro, porque o BCD não tem autonomia e autorização legal para tal.

Quanto aos serviços solidários de organização local, estabelecidos em parceria com instituições externas à comunidade, são oferecidos porque, para se instigar o protagonismo

---

<sup>19</sup> Para mais informações sobre a atuação dos correspondentes bancários consultar Banco Central do Brasil (2010, p. 54-56).

<sup>20</sup> Segundo o Banco Central do Brasil, existem várias unidades de atendimento ao público - agências bancárias, Postos de Atendimento Bancário (PAB), Postos Avançados de Atendimento (PAA), Postos de Atendimento Eletrônico (PAE), Correspondentes no país (CORRESP), Cooperativas de Crédito (COOP) e Postos de Atendimento Cooperativo (PAC), Posto de Atendimento de Microcrédito (PAM) - mas são os correspondentes que representam a principal forma de acesso ao sistema financeiro (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010, P. 47-48). Um dado interessante é que na Paraíba, em 2010, para cada 10 mil habitantes existiam 8,26 correspondentes bancários (idem, p. 51). Apesar do aumento do número de unidades de atendimento ao público, o próprio Banco Central do Brasil reconhece a exclusão financeira que a população de baixa renda sofre. Os bancos comunitários, ao realizarem a ação de correspondente, viabilizam à população localizada em territórios de baixo IDH a participação mais efetiva no âmbito econômico.

comunitário na promoção de seu desenvolvimento, os BCDs precisam capacitar os moradores do território para participarem de forma ativa no processo de desenvolvimento local solidário (SILVA JUNIOR, 2008; MELO NETO, 2006). Assim, fazem parte destes serviços os cursos de formação e capacitação sobre temas diversos para moradores de diversas faixas etárias e de ambos os gêneros, as atividades de acompanhamento aos empreendimentos locais, a sensibilização da comunidade, a partir de instrumentos educativos diversos, para o fortalecimento das relações sociais e a vivência da economia solidária e da cidadania nos territórios (FRANÇA FILHO, et. al., 2013).

Também fazem parte os espaços públicos de discussão coletiva sobre os problemas e de planejamento das soluções, de aprendizado de uma outra cultura política e mais democrática, de delimitação de planos estratégicos de desenvolvimento comunitário. Esses espaços podem ser chamados de fóruns econômicos locais ou fóruns de desenvolvimento comunitário.

O fórum socioeconômico local que acontece no Banco Palmas é um espaço de diálogo e proposição com foco no desenvolvimento endógeno, segundo os princípios da economia solidária, cujas reuniões têm a participação de produtores, comerciantes, prestadores de serviço, consumidores, representantes de organizações comunitárias (culturais, esportivas, religiosas) e de instituições públicas (escolas, postos de saúde e outros) e gestores públicos, quando estes são convidados especialmente para tratar de assuntos específicos.

Esse mecanismo é o que consolida a participação ativa dos moradores nas ações ligadas ao território, ao banco comunitário, à associação comunitária e a uma dimensão político-geográfica mais ampla (FRANÇA FILHO, et. al., 2013; COSTA in MORAIS & BORGES, 2010a; COSTA in MORAIS & BORGES, 2010b; MELO NETO SEGUNDO e MAGALHÃES, 2005; MELO NETO e MAGALHÃES, 2008).

As redes locais de economia solidária são outra estratégia de reorganização econômica do território. A rede local de prossumidores<sup>21</sup> ou rede de colaboração solidária possibilita conexões estabelecidas entre comerciantes, produtores, prestadores de serviço, organizações comunitárias, consumidores em geral para a promoção do desenvolvimento local e do fortalecimento mútuo.

As cadeias produtivas locais são compostas por conexões que são estabelecidas entre os produtores, os prestadores de serviços e os consumidores. Elas permitem a criação de um fluxo de informações técnicas, o qual explicita a compatibilidade entre a formação específica da força de trabalho e a configuração do entorno. Quando o perfil produtivo do bairro se torna

---

<sup>21</sup> Os termos prossumidor e prossumator são neologismos criados pelo movimento social da economia solidária.

conhecido, as atividades produtivas e as vendas são impulsionadas, ampliando e tornando mais eficiente e mais confiante a cadeia como um todo. Quanto mais fortalecida a inteligência coletiva, quanto mais competências são agregadas ao grupo, mais elos na cadeia produtiva se estabelecem.

A rede local de prossumatores tem um elemento a mais do que a de prossumidores porque a primeira compreende que cada morador pode ser, simultaneamente, produtor, consumidor e ator social de transformação, que se mobiliza para as lutas sociais pela garantia de direitos e pela implementação de políticas públicas (INSTITUTO PALMAS, 2011; SILVA JUNIOR, 2008; COSTA in MORAIS & BORGES, 2010a; COSTA in MORAIS & BORGES, 2010b; MELO NETO e MAGALHÃES, 2008).

É também importante destacar outros aspectos acerca do trabalho sistêmico da rede local de prossumatores, cujo funcionamento deve incitar os produtores e consumidores a interagirem de maneira simbiótica, ou seja, de forma que o sucesso de um dependa do êxito do outro (MELO NETO & MAGALHÃES, 2006, p. 35). A visão do BCD deve ser estratégica, integrada e sistêmica, e deve buscar incluir o tecido social do território num processo de aprendizagem coletiva e prática de forma peculiar, porque deve reforçar as relações de proximidade, confiança e convivência entre a população atendida.

A proposta de banco comunitário de desenvolvimento mostra que toda a dinâmica deste tipo de banco leva a complexos processos de aprendizagem não apenas dos operadores e dos gestores do banco, mas também das lideranças locais e da comunidade como um todo.

Aprendizado no campo econômico e financeiro, na relação com o poder público, no gerenciamento dos conflitos, na interação com os meios de comunicação, na criatividade, na ousadia e em tantos outros campos. A comunidade [...] “se aperreia”, aprende, fica mais informada, se empodera e participa de forma mais decisiva nas discussões do bairro/município (MELO NETO & MAGALHÃES, 2006, p. 26).

A aprendizagem não se limita ao entendimento dos serviços prestados pelo banco, mas deve incluir, de modo prático, o incentivo ao consumo responsável, a política de créditos evolutivos com juros evolutivos<sup>22</sup>, a importância da distribuição de renda no bairro e do sentimento de solidariedade entre as pessoas, entre outros aspectos concernentes à ação propositiva de justiça econômico-social, referendada pelos BCDs e que subsidia o processo de transformação estruturante da sociedade a médio e longo prazos (idem, p. 38). Por isso que o

---

<sup>22</sup> A aplicação dos juros evolutivos implica em atrelar o valor dos juros ao valor ao empréstimo, ou seja, quanto maior o valor do empréstimo, maior o valor do juro.

Instituto Palmas alerta para a importância e o cuidado que se deve ter no processo educativo transformador da comunidade:

É preciso que o BCD se preocupe em criar vários instrumentos de caráter educativo e popular (cartilha, fotonovela, vídeo, cordel); promover campanhas; realizar oficinas nas escolas; e outras atividades voltadas para capacitação da comunidade. Essa educação em finanças solidárias que se aprende na ambiência do BCD é levada para a família, para gestão econômica da casa, para as lutas e reivindicações socioeconômicas do bairro/município, para compreender e influenciar mais diretamente – e de forma crítica – no debate sobre os rumos da economia no país (idem, 2006, p. 22 e 23).

Quando as capacidades territoriais ficam fortalecidas, novas lideranças despertam outras inquietações, lutas e vitórias são desencadeadas e ampliam-se a mobilização e a participação cidadã da população. “É no território que interagimos e construímos redes de relações sociais e políticas que repercutem no desenvolvimento político, econômico e cultural do município/estado/nação” (idem, p. 20) e a rede local de prossumidores viabiliza a criação de um círculo virtuoso de produção  $\leftrightarrow$  consumo  $\leftrightarrow$  geração de trabalho e renda  $\leftrightarrow$  produção (MELO NETO e MAGALHÃES, 2008, p. F-16), interagindo, também, com os atores sociais externos para a promoção do desenvolvimento na perspectiva da Economia Solidária, que é um Desenvolvimento Local, Sustentável e Solidário (DLSS).

### **2.3.5. A estrutura da gestão do banco comunitário de desenvolvimento**

A participação da comunidade é essencial desde o processo de criação até a gestão cotidiana do empreendimento solidário. Na gestão há diferentes níveis de participação, que variam de acordo com os papéis que os membros da comunidade exercem nas atividades do banco, como por exemplo, funcionários remunerados, gestores do empreendimento, usuários e beneficiários diretos dos produtos ou serviços disponibilizados.

Na gestão propriamente dita do banco há:

- 1) A entidade gestora, uma organização da sociedade civil responsável juridicamente pelo banco, que responde sobre questões ligadas ao empreendimento e que firma parcerias e convênios;
- 2) O agente ou analista de crédito, responsável pelo funcionamento do banco no cotidiano, cujas tarefas incluem atendimento ao público, cadastro dos clientes, visita de acompanhamento, cobrança, fechamento de contrato e liberação de crédito;

3) O auxiliar administrativo ou caixa, cujas atribuições são atendimento no correspondente bancário, organização de documentos, cadastro de clientes que pleiteiam o crédito, e dependendo dos recursos do banco, pode acumular as funções do agente;

4) O comitê de avaliação do crédito (CAC) ou comitê de aprovação do crédito, composto por três a cinco membros, geralmente o analista, o gerente e um representante da entidade gestora, com as funções de analisar, aprovar e desaprovar as solicitações de crédito apresentadas pelo agente;

5) O conselho gestor, instância máxima de decisão, é formado por representantes da comunidade e de entidades parceiras para fazer a controladoria social do banco – controle administrativo, e financeiro, acompanhamento das contas bancárias, prestação de contas, controle de circulação da moeda social, coordenação dos agentes de crédito e do auxiliar administrativo – e para discutir sobre as dificuldades e estratégias para que o banco cumpra seus objetivos (FRANÇA FILHO, et. al., 2013; PASSOS, 2007, apud FRANÇA FILHO, et. al., 2013; INSTITUTO PALMAS, 2011).

As funções de gestão do banco também são exercidas por outros moradores do território onde se encontra o banco, na medida em que estas pessoas participam da construção do aval da vizinhança. Esta avaliação consiste em uma consulta aos vizinhos sobre o comportamento, a honestidade, os valores éticos e morais do futuro tomador de crédito. É uma tática que empodera ainda mais os moradores da comunidade, uma vez que é a visão destes que interfere na decisão do comitê de aprovação de crédito:

Nos bairros pobres ninguém mais que os vizinhos conhecem tão bem as pessoas. Todas as fragilidades e virtudes estão expostas cotidianamente; as casas são conjugadas e as portas estão sempre abertas; as relações fluem rapidamente pela solidariedade entre as famílias, sendo comum que os vizinhos ajudem uns aos outros com um pouco de açúcar, um café, um remédio ou outro gênero de primeira necessidade; e as crianças, rapidamente, se socializam e começam a conviver, articulando os pais nestes círculos de amizade (MELO NETO e MAGALHÃES, 2008, p. F-16).

Ademais, os vizinhos do tomador de crédito contribuem ativamente para o controle da inadimplência, constituindo-se, conforme Melo Neto e Magalhães, uma espécie de “verdadeiro e legítimo SPC social” (ibdem). Estes autores relatam como se desenvolve o controle da inadimplência no Banco Palmas:

Um dia após o vencimento da parcela o analista de crédito visita o tomador de crédito lembrando do seu compromisso com o banco. Passados 15 dias ele recebe uma carta de cobrança. Passado um mês, se o cliente não procura o banco para negociar sua dívida, o analista comunica aos vizinhos aquela situação de inadimplência e da indisposição da pessoa para resolver o problema com o banco,

em seguida levamos a situação ao conhecimento do Fórum Socioeconômico Local – FECOL. Por último, negativamos o inadimplente no SPC e protestamos a dívida em cartório. Vale lembrar, que essas medidas são tomadas quando a pessoa tem, comprovadamente, uma “má fé” com o banco, ou seja, não demonstra interesse em pagar ou negociar a dívida (MELO NETO & MAGALHÃES, 2005, p. 26).

### **2.3.6. O processo de multiplicação dos bancos comunitários de desenvolvimento**

Neste tópico nós discorreremos com um pouco mais de detalhes porque a criação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico é fruto de dois processos históricos: o da comunidade São Rafael, que tem acumulado experiências de atividades e projetos coletivos, e o do movimento de luta pela consolidação e multiplicação de bancos comunitários no país, que tem a participação dos membros de comunidades e de entidades de apoio e fomento não governamentais e governamentais. O Banco Jardim Botânico nasce num período em que as condições e os apoios para esta tecnologia social têm se tornado quantitativa e qualitativamente maiores, como relatado mais a frente.

Um fenômeno comum na realidade brasileira é que em comunidades mais longínquas, de difícil acesso, em territórios cujo agrupamento de pessoas é pequeno, ou em locais onde vigora a pobreza econômica, as redes de bancos convencionais não se fazem presentes. A implantação de agências bancárias é atrelada à garantia de lucro expressivo. E quando as localidades apresentam as características citadas acima, não há interesse em ofertar os serviços bancários através de agências devidamente equipadas com recursos físicos e humanos<sup>23</sup>.

Uma das características dos BCDs é a instalação em comunidades onde o desenvolvimento socioeconômico é baixo e, geralmente, as famílias alocadas nesses territórios nunca tiveram acesso a um serviço de crédito, dificilmente possuem qualificação/experiência profissional, apresentam reduzido espírito empreendedor, estão com a ficha cadastral comprometida no SPC, com dívidas em serviços públicos – água e esgoto, eletricidade (MELO NETO SEGUNDO & MAGALHÃES, 2005, p. 27). “Pode parecer suicídio o ato de oferecer crédito a essa clientela. No entanto, sem “correr risco” não se pode alcançar a inclusão social” (ibidem), pois, no caso dos BCDs, o crédito não é concebido como um produto micro-financeiro, mas como uma política de inclusão social.

Em entrevista para a Revista Trabalho (2011, p. 8) o Coordenador-Geral de Comércio Justo e Crédito da SENAES, Antônio Haroldo Mendonça, afirma que quando a SENAES

---

<sup>23</sup> Em 2010, segundo o Banco Central do Brasil (2010, p. 51) havia 0,68 agências para cada 10 mil habitantes.

decidiu apoiar os bancos comunitários e estabeleceu a parceria com o Banco do Brasil, a prioridade era viabilizar a implantação destas iniciativas em municípios com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), justamente onde moradores dificilmente têm acesso ao microcrédito tradicional e a outros serviços bancários.

O BCD chega exatamente nestes territórios, e coloca a comunidade como gestora desses serviços. Instalados dentro da sede das associações comunitárias, sindicatos, salões comunitários, fóruns e conselhos e outros equipamentos sociais, o BCD contribui para humanizar o atendimento, disponibilizando de forma rápida, sem burocracia e acessível a todos, serviços financeiros que antes eram privilégios de alguns (MELO NETO & MAGALHÃES, 2005, p. 12).

A avaliação que se fazemos é que até a gestão presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva a discussão sobre o apoio à economia solidária não teve a ênfase devida. Dentro do governo que se instalou em 2002, e que vigora até o presente momento, é evidente a disputa de interesses, que revela um paradoxo ideológico em suas ações desenvolvidas. A disputa é perceptível na destinação de recursos que beneficiam direta e indiretamente grandes empresas e empresários capitalistas, ou seja, uma perspectiva neoliberal por um lado, e por outro, no investimento em ações concebidas como catalisadoras do desenvolvimento local, sustentável e solidário para populações excluídas nos âmbitos social, cultural e econômico.

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) é resultado de uma sensibilidade para as questões dos movimentos sociais, em especial do movimento operário e da economia solidária, que desembocou na incorporação de militantes, com suas crenças políticas e ideológicas, no quadro de colaboradores da SENAES. No entanto, também é fundamental deixar claro que nas reuniões do movimento nacional de economia solidária reconhece-se que o governo federal pode direcionar mais esforços e recursos para o setor da economia solidária como um todo.

No caso dos bancos comunitários, foco do nosso trabalho, verificam-se grandes entraves para o desenvolvimento desta tecnologia social. Talvez o principal entrave seja o marco regulatório específico para os bancos comunitários ainda não ter sido aprovado, o que limita apoios efetivos e eficientes para estas iniciativas comunitárias.

Para o Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer (SINGER, 2004) governo brasileiro está empenhado em promover reformas do sistema financeiro, abrindo-o para as camadas de baixa renda, que continuam excluídas deste. Nesta perspectiva, o objetivo da SENAES é envolver as três esferas governamentais no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as finanças solidárias.

O apoio da SENAES aos projetos de finanças solidárias acontece desde 2004, a partir do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, presente no Plano Plurianual (PPA) 2004/2007 do governo federal. Esta ação fez despertar o debate junto a bancos públicos e outras entidades e provocou a parceria com a Fundação Banco do Brasil para o apoio aos bancos comunitários.

No ano de 2005, Ano Internacional do Microcrédito, um GT Interministerial elaborou uma política nacional de microcrédito e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO), instituído por lei federal em dezembro do mesmo ano. Ainda em 2005 o prêmio da Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social recebido pelo Banco Palmas fez aumentar a demanda pela disseminação da metodologia do Banco Palmas. A SENAES/MTE, por sua vez, passou a apoiar o Instituto Palmas no processo de multiplicação de BCDs, por meio do Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários<sup>24</sup>.

Diante do crescente número de BCDs criados, houve a necessidade de refletir sobre as práticas e o conceito dos bancos comunitários, o que resultou na criação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento em janeiro de 2006, na elaboração de uma cartilha e de um termo de referência sobre BCDs (FRANÇA FILHO et. al, 2013).

No PPA 2008/2011 foi reafirmada a importância do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento e foi estabelecida uma parceria entre Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Justiça no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), em que se propôs a constituição e consolidação de no mínimo 183 bancos comunitários entre 2008 e 2010, com investimento orçamentário de R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) (MENDONÇA, 2008).

Em 2010 foi lançada pela SENAES/MTE uma Chamada Pública, vinculada ao Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, de nº 03/2010, para selecionar projetos voltados ao âmbito da “Ação Nacional de Fomento às Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários”, sob duas modalidades - uma regional e uma nacional – num total de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais)<sup>25</sup>. Este edital possibilitou que a comunidade São Rafael recebesse apoio da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da

<sup>24</sup> Segundo Garcia (2012), nos dois anos, 2005 e 2006, a SENAES repassou R\$ 300.000,00 ao Instituto Palmas para a criação de BCDs.

<sup>25</sup> Como entidade de coordenação e suporte nacional foi aprovado o Instituto Palmas, e enquanto entidades executoras regionais assumiram: Núcleo de Apoio às Atividades de Extensão em Economia Solidária - NESOL/USP (região sudeste), Ateliê de Ideias (região centro-oeste), Instituto Capital Social da Amazônia (região norte) e a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia - ITES/UFBA (região nordeste) (NEIVA, BRAZ, NAKAGAWA, MASCARENHAS, 2013b).

Bahia (ITES/UFBA) no processo de criação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico.

Este projeto nacional foi um marco para a Rede Brasileira de BDCs porque foi a primeira política nacional de finanças solidárias no Brasil, a qual possibilitou condições de ampliação do número de BCDs no Brasil para um total de 103 bancos em meados de 2013 (FRANÇA FILHO et al. 2013).

Outro projeto importante, em especial para a comunidade São Rafael, é o projeto apresentado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH/PB), do governo estadual da Paraíba, que foi aprovado em sexto lugar na seleção feita a partir da Chamada Pública N.º 02/2011– Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária para o Desenvolvimento Local e Territorial visando a superação da extrema pobreza – realizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011a). Um dos eixos do edital nacional contemplado no projeto estadual é o de investimento em finanças solidárias, com a pretensão de apoiar seis bancos comunitários no estado da Paraíba. Apesar da aprovação, até o presente momento o projeto ainda não foi executado.

Durante o III Encontro Nacional da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, que aconteceu de 13 a 15 de março de 2013, foi realizado um balanço do “Projeto de Apoio às Finanças com base em Bancos Comunitários”. Na oportunidade, a SENAES divulgou que dará seguimento ao projeto referido e abrirá um edital que descentralizará ainda mais a concessão de apoio financeiro para a multiplicação das iniciativas de finanças solidárias. Em outras palavras, a SENAES, que antes repassava recursos para o Instituto Palmas implantar a tecnologia social dos bancos comunitários pelo país, por causa da competência deste, a partir de 2010 passou a destinar recursos também para instituições que assumissem o trabalho de multiplicação da tecnologia de forma regionalizada (Chamada Pública nº 03/2010).

Esta descentralização deve-se ao fato da Rede Brasileira de Bancos Comunitários ter se fortalecido ao longo dos anos e ao fato do conhecimento sobre metodologia de implantação de bancos comunitários ter sido e continuar sendo absorvido por instituições desta rede. Considerando este avanço, a SENAES anunciou, na apresentação sobre o balanço do projeto, que fará uma chamada pública que incluirá financiamento para instituições de ação estadual e/ou municipal.

Esses avanços concernentes ao apoio governamental para os bancos comunitários de desenvolvimento, segundo a literatura pesquisada, devem-se à consecução de um novo modo de gestão dos negócios públicos, reivindicado pelos próprios movimentos sociais nos anos 80

na luta pela democratização dos órgãos e aparelhos estatais. Verifica-se essa dinâmica de relação governo-sociedade civil organizada no movimento de multiplicação e fortalecimento dos bancos comunitários de desenvolvimento, e na economia solidária de forma mais ampla (GOHN, 2004).

A abertura do poder público para o diálogo e para a estruturação de políticas públicas, a postura propositiva do movimento social de luta pela multiplicação e o fortalecimento dos bancos comunitários representam uma nova configuração de “Participação Cidadã”, cujas práticas “rompem com uma tradição de distanciamento entre a esfera onde as decisões são tomadas e os locais onde ocorre a participação da população” e incorpora um circuito de formulação e implementação de política pública (GOHN, 2004, p. 143).

Conforme Kisil (2005, p. 140) é crucial que haja um esforço articulado para mudanças sistêmicas quando se pretende promover um desenvolvimento comunitário autossustentável, com a implantação de políticas públicas específicas e voltadas para a concretização de mudanças estruturais nos territórios.

### **2.3.7. A metodologia de implantação dos bancos comunitários de desenvolvimento**

Diante da demanda pela multiplicação dos bancos comunitários de desenvolvimento, o Instituto Palmas, a partir do Centro de Referência, passou a formar técnicos para atuarem na multiplicação da metodologia do Banco Palmas e apoiarem a criação de bancos comunitários no Brasil e em outros países. Costa esclarece que o trabalho de reaplicação da metodologia de bancos comunitários tornou-se uma das prioridades do Banco Palmas porque este percebia que era preciso criar outras experiências similares e uma rede de colaboração entre as mesmas a fim de que gerasse como resultado o fortalecimento mútuo e, por conseguinte, tornasse viável a existência de iniciativas de bancos comunitários no país (COSTA, in MORAIS & BORGES, 2010, p. 274). A bibliografia estudada mostra que o Banco Palmas e o Instituto Palmas desempenharam papel de protagonistas na construção de referência e de metodologia para a implantação de bancos comunitários no Brasil e para subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas adequadas para esse campo.

Ademais, atualmente é possível encontrar inúmeros materiais explicativos sobre os bancos comunitários de desenvolvimento e sobre seu processo de implantação – vídeos, jogos pedagógicos, peças teatrais, fotonovelas, cartilhas, livros, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses e outros. No caso da metodologia de multiplicação de bancos comunitários, defendida pelo Instituto Palmas e pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários, é

imprescindível destacar que ela só funciona se for totalmente compreendida e realizada pela comunidade (MELO NETO e MAGALHÃES, 2008, p. S-16).

A partir de 2003 a metodologia dos BCD passou a ser discutida fora de Fortaleza, em outros municípios cearenses, como um instrumento eficaz na geração de renda para os mais pobres. Em 2004 surgiu o segundo banco comunitário, o Banco Par, na cidade de Paracuru/CE, e a partir de 2005 os bancos começaram a se multiplicar. A propagação desta tecnologia social já fez com que técnicos do Instituto Palmas tenham atuado nos seguintes continentes: África, Ásia, América do Sul.

Nos quadros 2, 3, 4 e 5<sup>26</sup> estão descritas as visões explicitadas pelo Instituto Palmas e por Adriano Costa – INSTITUTO PALMAS (2011, p. 11-13); COSTA (2010a, p. 272-273) – acerca dos passos ou fases a serem apreciados, quando há a intenção de implantar um banco comunitário. É fundamental ressaltar que em ambas as publicações há destaque para o fato de que estes passos ou fases são apenas indicações, ou seja, a adaptação pode ser feita segundo o grau de organização da comunidade e das relações já existentes.

Os quadros contemplam as duas visões sobre os passos ou fases para criação de um banco comunitário. Para facilitar a formatação das tabelas e possibilitar uma melhor visualização para o leitor, optamos por construir um quadro independente para cada passo ou fase. Os conteúdos semelhantes entre as duas propostas estão dispostos nas células mescladas; já as ideias diferentes inserimos nas colunas respectivas do autor detentor da proposta.

---

<sup>26</sup> Estes quadros foram construídos pela autora deste trabalho, com base nas informações coletadas nas fontes citadas.

**Quadro 2 – 1º Passo ou Fase para a criação de um Banco Comunitário**

<b>Instituto Palmas</b>	<b>Adriano Costa</b>
<b>Contatos iniciais e Seminário de Sensibilização</b>	<b>Identificação</b>
<p>Em ambas as fontes, verifica-se semelhança no que concerne ao que segue. Com o intuito de averiguar se há condições necessárias e favoráveis para a instalação do banco, são realizados estudos, diagnósticos e visitas à localidade interessada. O primeiro ponto investigado é se há membros da comunidade e organizações com ações no território, que estejam interessados em assumir o projeto, e, além do mais, se há uma instituição legítima e representativa no local que possa e queira se envolver no desenvolvimento e na gestão das ações do banco. O segundo ponto requer uma sondagem sobre o compromisso e o interesse de outros atores em apoiar o projeto- como, por exemplo, o poder público local e a iniciativa privada. No caso do poder público, é de grande relevância que este contribua para a execução do projeto, mas ele não é imprescindível.</p>	
<p>O Instituto Palmas defende que é necessário realizar um Seminário de Sensibilização, no qual as diferentes organizações mobilizadas participem. No encontro apresenta-se o que é o banco comunitário e a plenária define se aceita ou não a criação do banco na sua comunidade em questão. Quando a decisão é pela implantação, elege-se uma comissão provisória, formada por 3 a 5 pessoas, responsável pela condução de todo o processo até o lançamento.</p>	<p>Costa acrescenta um terceiro ponto, que envolve uma confirmação da disponibilidade de uma estrutura de comunicação, pelo menos a linha telefônica, requisito para transmissão de dados dos caixas do correspondente bancário. O quarto ponto envolve um diagnóstico de grupos produtivos locais e, quando possível, da capacidade de produção do território.</p>

**Quadro 3 – 2º Passo ou Fase para a criação de um Banco Comunitário**

<b>Instituto Palmas</b>	<b>Adriano Costa</b>
<b>Seminário ABC da Economia Solidária</b>	<b>Preparação</b>
	<p>É só na segunda fase que Adriano Costa sugere a sensibilização dos moradores, produtores e comerciantes do local, mas é também nesta etapa que ele já propõe a capacitação dos agentes e gerentes de crédito que irão trabalhar diretamente no banco. Neste momento, os atores locais que se mostram interessados na iniciativa são reunidos a fim de discutir sobre as expectativas, negociar apoios e definir coletivamente formas de contribuir para a constituição do banco.</p>
<p>Nas duas fontes encontra-se a mesma orientação: a realização do Seminário ABC da Economia Solidária, que inclui os interessados dos diferentes segmentos, mas, especialmente, os líderes e empreendedores locais. Este encontro formativo abrange conceitos, princípios e valores da Economia Solidária, metodologia, objetivos e produtos dos bancos comunitários, noções sobre como organizar coletivamente redes de produtores e consumidores locais, cadeias produtivas, feiras locais, moeda social e outros instrumentos da Economia Solidária. As experiências do Conjunto Palmeiras e outros bancos comunitários são explicitadas como referências para a comunidade envolvida.</p>	
<p>O Instituto Palmas adiciona outros conteúdos no seminário: contextualização histórica da Economia Solidária no Brasil e na América Latina, o papel das finanças solidárias para o desenvolvimento e fortalecimento de territórios empobrecidos.</p> <p>Além disso, o Instituto sugere a inclusão de 20 a 25 pessoas - dentre líderes locais e empreendedores – no curso.</p> <p>O final desta etapa é a composição do grupo que realizará o planejamento do BCD.</p>	<p>Adriano Costa adiciona na no encontro formativo o exercício prático de mapear a produção e o consumo no território. Após essas atividades, as pessoas eleitas para atuarem como agentes de crédito e gerentes do banco recebem um treinamento técnico específico.</p>

**Quadro 4 – 3º Passo ou Fase para a criação de um Banco Comunitário**

<b>Instituto Palmas</b>	<b>Adriano Costa</b>
<b>Oficina de Planejamento</b>	<b>Implantação (Oficina de Planejamento)</b>
<p>A oficina de planejamento contempla a delimitação das formas de funcionamento e de gestão do banco, os produtos e serviços que serão disponibilizados para a população, a entidade gestora, as parcerias, entre outros aspectos.</p> <p>O momento subsequente é a criação dos instrumentos de gestão – formulários, fichas de cadastro, política de juros, procedimentos e ferramentas de análise de crédito e assim por diante. Concomitantemente é providenciada toda a documentação para registro junto aos órgãos oficiais do poder público federal, estadual e municipal, a abertura de conta corrente, o registro em cartórios, as assinaturas dos convênios e mais algumas demandas burocráticas são resolvidas. Diante da imaturidade do grupo no que concerne ao funcionamento do banco comunitário, o Instituto Palmas monitora e assessora à distância a equipe de gestão.</p>	
<p>O Instituto Palmas assevera que o processo de definição dos nomes do banco e da moeda social proporciona uma discussão sobre o que caracteriza a comunidade, o que a diferencia e a torna única. Essa mobilização impulsiona a construção da memória e da identidade coletivas, trazendo à tona informações importantes ligadas às lutas, às dificuldades, às conquistas, aos personagens envolvidos na promoção do desenvolvimento local.</p> <p>Ademais, é preciso ter 3 cuidados nessa etapa: 1) Evitar criar expectativa na comunidade em relação a produtos e serviços que o BCD não terá condições de oferecer no início de seu funcionamento; 2) Se boa parte dos serviços – crédito produtivo, microsseguro, moeda social, correspondente bancário e outros – não forem possíveis do banco executar, deve-se ter cautela quando à data de inauguração; 3) No planejamento é crucial distinguir as ações específicas do banco (como o microcrédito) e as ações de apoio ou complementares (como curso de profissionalização, que depende de outras parcerias).</p>	<p>Adriano Costa afirma que, cumprida essa exigência documental, o material gráfico do banco e da moeda social é providenciado para, então, inaugurar o banco e iniciar as operações.</p>

**Quadro 5 – 4º Passo ou Fase para a criação de um Banco Comunitário**

<b>Instituto Palmas</b>	<b>Adriano Costa</b>
<b>Treinamento da equipe de inauguração do Banco Comunitário</b>	<b>Consolidação</b>
A assessoria do Instituto Palmas permanece e, além do trabalho de acompanhamento à distância, atividades presenciais continuam existindo, no entanto com foco bem específico: realização de um mapeamento simplificado da produção e do consumo locais; visitas técnicas de assessoria; participação em um encontro de formação e troca de experiências da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. O treinamento da equipe gestora do BCD, dividido em uma etapa teórica e uma prática, contempla; análise e gerenciamento do crédito, operações do caixa, controles contábeis, emissão e gestão do sistema de moeda social. A parte teórica é, geralmente, feita no território do novo BCD. Já a parte prática é realizada na sede de um banco comunitário, a fim de que a equipe vivencie todas as atividades do banco em funcionamento.	
A festa de inauguração, com a participação de todos os atuais e potenciais parceiros gera um ambiente de motivação e empoderamento fundamentais para o êxito das ações do BCD.	

As fases de implantação expostas pelo referencial teórico são discutidas na seção da em que refletimos sobre os dados coletados, na qual correlacionamos a teoria com as informações coletadas na pesquisa documental e de campo.

Há um entendimento de que existem condições mínimas para que seja criado um BCD (INSTITUTO PALMAS, 2011, p. 10-11):

- 1) Existência de um processo de mobilização local e de organização comunitária, além de uma instituição da sociedade civil fortalecida e motivada para ser gestora do banco;
- 2) Disponibilidade de espaço físico e infraestrutura básica aportada por um parceiro local, geralmente Prefeitura Municipais e outros;
- 3) Disponibilidade de, no mínimo, 02 funcionários aportados por um parceiro local;
- 4) Recursos para um fundo de crédito produtivo, em média, de R\$ 30.000,00;
- 5) Recursos para lastro da moeda social, em média, de R\$ 5.000,00;
- 6) Recursos para capacitação dos agentes, gerentes de crédito e operadores de caixa, além da sensibilização dos atores econômicos e sociais locais para aderirem à iniciativa;
- 7) Recursos para infraestrutura do banco, tais como móveis e equipamentos. Também é necessário garantir a produção de material de divulgação e confecção das moedas sociais.

No processo de implantação de bancos comunitários no país, há um entendimento aceito de forma generalizada de que a comunidade interessada deve procurar o Instituto Palmas, ou

outra entidade que tenha competência, ligada à Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, para ser acompanhada no processo de organização.

Outro encaminhamento aprovado nacionalmente é que é crucial a filiação do novo banco à Rede Brasileira de Bancos Comunitários, cujo objetivo é articular as ações comuns dos bancos comunitários de todo o país, criar condições mais propícias para o aprimoramento e multiplicação de experiências nesse campo, acompanhar o funcionamento dos bancos, proporcionar encontros e eventos formativos para fortalecimento mútuo, conceder o “selo de certificação”.

### **3. CONTEXTO DA PESQUISA**

#### **3.1. Os antecedentes históricos da comunidade São Rafael**

Com o intuito de compreender o processo histórico de delimitação e ocupação da área onde está localizada a comunidade São Rafael, foi feito um rastreamento na internet acerca dos trabalhos que incluem qualquer aspecto relacionado ao território contemplado nesta pesquisa. Foram encontrados mais de sessenta trabalhos acadêmicos/científicos, incluindo monografias, dissertações, teses, artigos científicos, relatórios de pesquisa, projetos de pesquisa, relatos de extensão universitária.

Esse material não esgota a documentação existente, mas tendo em vista o tempo disponível e considerando que a análise detalhada deste material não é objetivo desta pesquisa, decidimos não citar com minuciosidade a quantidade e as especificidades dos trabalhos encontrados. Em linhas gerais, os temas abarcados por estes documentos incluem aspectos ligados às áreas de geociências, história, psicologia, comunicação, farmácia, enfermagem, educação, ciências sociais, gestão pública.

A decisão de escrever sobre os antecedentes históricos da comunidade São Rafael atende ao desejo de moradores da comunidade de entenderem com mais detalhes o contexto histórico local e de almejarem registrá-lo em forma de livro e em forma de vídeo. Após ouvirmos várias falas sobre a intenção dos registros, entendemos a relevância do levantamento histórico mais minucioso para a comunidade, pois este fora feito em nenhum dos materiais que consultamos sobre a comunidade São Rafael.

##### **3.1.1. O povoamento da região onde se localiza a comunidade São Rafael**

A comunidade São Rafael é circunscrita na bacia do rio Jaguaribe. O rio Jaguaribe, cujo nome significa “rio dos jaguares” ou “rio onde as onças bebem água”, localizado na região litorânea do estado da Paraíba, atravessa o município de João Pessoa e tem suas margens atualmente ocupadas pelos seguintes bairros: Jaguaribe, Esplanada, Castelo Branco, Rangel, Oitizeiro, Brisamar, Torre, Cruz das Armas, Tambauzinho, Cristo Redentor, Expedicionários, Miramar, Altiplano, Bancários, Tambaú, Manaíra, José Vieira Diniz, Ernani Sátyro, Jardim Veneza, São José, Cidade dos Funcionários, Cabo Branco, Jardim Cidade Universitária e João Agripino. A comunidade São Rafael está inserida no bairro Castelo Branco, um dos que ocupam maior espaço dentro da bacia.

Segundo Oliveira (2012) o povoamento da cidade da Parahyba deu-se através da concessão de sesmarias, logo após a vitória dos portugueses sobre o povo Potiguara. Gonçalves (2007) explica que as terras concedidas limitavam-se com a antiga Aldeia Braço de Peixe, do povo Tabajara, que se uniu aos portugueses na guerra para desalojar os Potiguara do baixo curso do Rio Paraíba.

Na região do vale do Rio Jaguaribe existiam propriedades rurais, em especial o Sítio Jaguaribe, cujos proprietários receberam terras em doação conforme a Lei de Terras de 1850. A ocupação dessa área data do ano de 1587, quando foi concedida pela Coroa Portuguesa uma sesmaria em favor de Francisco Gonçalves Serralheiro no dia 08 de fevereiro do referido ano<sup>27</sup>.

O crescimento da cidade desenrolou-se lentamente até o século XIX. No início do século XX a expansão exigiu que fossem feitas intervenções para manter a circulação e higiene urbana. A região passou, então, a ser denominada bairro Jaguaribe, cuja ocupação, no início do século XX, transcorreu sob duas frentes:

“A primeira delas perpassava as áreas disponibilizadas pela Santa Casa para os migrantes pobres advindos do interior que literalmente fugiam das intempéries da seca. Em relação a esses migrantes pobres que ocuparam não apenas Jaguaribe, mas também outras áreas ruralizadas da capital paraibana [...]. Na outra frente de ocupação do bairro estavam os ricos proprietários de terras de origem rural que se estabeleceram nas partes mais próximas ao Varadouro, mais precisamente na Rua das Trincheiras e Avenida João Machado locais que, pela sua proximidade do chamado “Centro Antigo” da cidade, dispunham à época, de condições de salubridade superiores às áreas destinadas às moradias dos foreiros pobres” (OLIVEIRA, 2012, p. 44).

Na década de 1920, de acordo com Chagas (2004), famílias pobres de diversas cidades do interior da Parahyba deslocaram-se para a capital e procuraram lugares para morar em Jaguaribe. Já que os proprietários dos sítios e terrenos não residiam nestes lugares, os donos alocavam estas famílias pobres. “Essa medida reproduziu na cidade a rede de proteção às classes pobres e foi eficaz, sobretudo porque se tornou indispensável à manutenção da ordem, à medida que tirava as famílias da rua e impunha-lhes o controle” (idem, p. 214).

---

<sup>27</sup> Parte do texto do registro da concessão da sesmaria e do dimensionamento é exibido a seguir: “[...] pareceu Francisco Giz morador nesta Cidade, e por elle me foi dado uma petição com hum despacho do Sr. Ioam Tavares Capitão e Governador, a qual petição e despacho hé o seguinte, Sr Diz Francisco Gonçalves Serralheiro assistente nesta povoação da Parayba, em qual está a serviço de Sua Majestade que a elle lhe hé necessario Mil braças de terra em Joguaribe em coadra alem do Ryo da banda do Sul e assim mais a varge da banda do Varadouro com as agoas vertentes da parte e junctamente com a ilha aonde hé Aldea do braço do Peixe, contestando com agoa salgada.” (TAVARES, 1982, p. 31). O texto da concessão consta no Anexo A.

### 3.1.2. A Fazenda São Rafael

Ainda no início do século XX, a área onde está localizada a comunidade São Rafael passou a pertencer à Fazenda São Rafael, cujo nome, obviamente, foi colocado para homenagear o supracitado santo, pois era comum essa prática de homenagear os santos e os símbolos da Igreja Católica.

A Fazenda situava-se a 3 km do espaço geográfico em que se concentravam residências e o comércio da cidade, e localizava-se depois do bairro Miramar, no qual pessoas de bom poder aquisitivo moravam (KYOTOKU, 2009). A propriedade Fazenda São Rafael fora comprada pelo Governo do Estado da Paraíba em 1922, conforme citação de Nascimento (2002, p. 27).

“O Estado da Paraíba, por justo título, é senhor e legítimo possuidor da propriedade denominada “FAZENDA SÃO RAFAEL”, antes “Macacos”, localizada neste Município de João Pessoa, adquirida ao doutor Manoel Veloso Borges e sua esposa, dona Andréa Marques Veloso Borges, conforme escritura de compra e venda lavrada em 10 de março de 1922, em notas do Tabelião Heraldo Monteiro, do 2º Ofício desta comarca, devidamente transcrita no Registro de Imóveis desta cidade – Cartório Pedro Ulisses, às fls 76, livro 3-M”.

Até a década de 1930 predominava a monocultura, e a cultura do algodão preponderava. Kyotoku (2009) esclarece que a intensificação da necessidade de diversificar a produção agrícola e a importância de melhorar a qualidade da alimentação da população incitaram a criação de uma Diretoria de Produção, subordinada à Secretaria de Agricultura do Estado da Paraíba, institucionalizada pelo decreto 583, de 16 de outubro de 1934.

Com o intuito de executar o Plano de Racionalização Agrária durante a gestão do governo estadual por Argemiro de Figueiredo, foi estabelecido o decreto 1.117, de 12 de setembro de 1938 para aprimorar o caráter técnico e administrativo do órgão, a Diretoria de Produção passou a denominar-se Diretoria de Fomento da Produção e no mesmo ano a Secretaria de Agricultura do Estado da Paraíba transformou a Fazenda São Rafael em Estação Experimental do Litoral.

Kyotoku (2009), a partir do levantamento de documentos históricos, discorre sobre a argumentação do Secretário de Agricultura da Paraíba, Dr. Lauro Montenegro, exposta em um artigo publicado no jornal *A União*<sup>28</sup>, acerca da relevância do consumo de vitaminas, principalmente advindas das hortaliças, para o fortalecimento do organismo humano. Ademais, no artigo o Secretário explicou que o cultivo das hortaliças requeria práticas

<sup>28</sup> MONTENEGRO, Lauro. Hortas e Japoneses. *Jornal A União*. João Pessoa, 10 abr.1938. *Cad. A União Agrícola*, p.1, apud KYOTOKU, 2009, p. 992.

especiais, as quais eram bem dominadas pelos japoneses e que, portanto, o governo tinha o interesse de viabilizar a interação entre famílias brasileiras e famílias japonesas para promover o aprendizado das técnicas agrárias localmente.

Segundo o morador “Seu Zé Marcos”, na Fazenda São Rafael já existiam aproximadamente 12 famílias brasileiras que trabalhavam na produção agrícola e na criação de animais. A partir da transformação da Fazenda São Rafael em Estação Experimental do Litoral, conforme Kyotoku (2009), buscando melhorar e adaptar espécies agrícolas para aumentar o rendimento de suas lavouras, o governo estadual criou na estação o primeiro núcleo colonial organizado na Paraíba para acolher os colonos japoneses, cuja vinda foi patrocinada pelo governo estadual.

Em 29 de setembro de 1938 chegaram a João Pessoa cinco famílias de re-imigrantes japoneses, oriundas de Tomé-Açu, no Pará, com o objetivo de desenvolver atividades ligadas ao Plano de Racionalização Agrária.

“A cultura científica de hortaliças, dentro do plano de racionalização agrícola do govêrno Argemiro de Figueirêdo, é o objetivo principal das atividades dos 27 colonos alí localizados – Por áto de ontem do sr. Interventor Federal interino, foi criada, na Fazenda São Rafael, uma cadeira rudimentar mista – A UNIÃO visitou ontem o primeiro núcleo colonial organizado na Paraíba. [...] . Iniciando alí o seu trabalho os colonos irão desenvolver, especialmente, a cultura de hortaliças estendendo-se ainda ao cultivo do arroz, feijão, batata, cana, etc.” (JORNAL A UNIÃO. Instalado um Núcleo de Colonos Japonêses na “Fazenda São Rafael”. João Pessoa, 30 de setembro de 1938. Cad. A União Agrícola, p. 1 e 7<sup>29</sup>, apud KYOTOKU, 2009, p. 992)

Na Estação Experimental do Litoral foram construídos aviário, apiário, coelheira, horto de plantas florestais e de fruteiras. A produção hortifrutícola teve como foco inicial o abastecimento da cidade.

O conflito entre Japão e Estados Unidos na II Guerra Mundial, em dezembro de 1941, provocou o rompimento das relações diplomáticas com o Japão, e, por conseguinte, foram iniciadas as perseguições contra os japoneses no Brasil. Na Paraíba o jornal do Estado A União deixou de apoiar os colonos japoneses e passou a noticiar as possibilidades de sabotagem por esses estrangeiros. Foi então que o interventor Ruy Carneiro mandou a polícia confinar os japoneses em 13 de março de 1942 em uma colônia agrícola no município de Mamanguape, divisa com o Rio Grande do Norte<sup>30</sup>.

<sup>29</sup> A imagem da notícia sobre a instalação de um núcleo de colonos japoneses na Fazenda São Rafael consta no Anexo B.

<sup>30</sup> A imagem da notícia sobre a retirada dos colonos japoneses na Fazenda São Rafael consta no Anexo C.

Conforme o resultado da pesquisa de KYOTOKU (2009), quando os colonos voltaram para a Fazenda, após a guerra, eles não puderam recuperar suas antigas residências porque lavradores brasileiros já tinham ocupado os espaços.

Na coleta de informações sobre o histórico da região onde está localizada a comunidade São Rafael, o morador “Seu Zé Marcos”<sup>31</sup> relatou suas lembranças sobre o assunto. Nascido em 1952, o entrevistado declarou que é “nascido e criado” na comunidade São Rafael. Pelos cálculos que fizemos, o seu pai começou a morar na então Fazenda São Rafael em, provavelmente, 1936 e continuou morando na localidade até falecer. Mesmo ganhando uma casa da Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), o pai do entrevistado não quis sair porque tinha um elo afetivo com o local e “sempre dizia”: “a minha casa é na comunidade São Rafael”.

O pai do morador de “Seu Zé Marcos” saiu do interior da Paraíba quando seus pais faleceram e foi morar na casa de uma pessoa no bairro da Torre. Depois um amigo o levou para a granja para “fazer um biscoite”<sup>32</sup> e depois desse “biscoite” ele tornou-se funcionário público, cujas tarefas eram “tratar de aves de pena, tipo.. é... galinha, pato, peru”. Aposentou-se depois de 35 anos de serviço.

O entrevistado relatou que o seu pai dizia que quando chegou “era tudo mato”, e que o local se chamava “Granja São Rafael” e pertencia ao governo estadual. A extensão territorial dessa granja incluía a Mata do Buraquinho, a área do bairro dos Bancários, Santa Clara, Doroteias.

Na granja moravam doze famílias, nas quais havia funcionários públicos e estas famílias tinham como responsabilidade cuidar da granja, das plantas, dos animais. As famílias cuidavam das plantações, que incluía frutas, inhame, batata, macaxeira, milho e outros alimentos.

As donas de casa, incluindo a mãe do entrevistado, lavavam roupas para pessoas de Miramar, Tambauzinho, Jaguaribe. Moradores da granja também pescavam, inclusive a mãe de “Seu Zé Marcos”: “Minha mãe pescava, né. Ela trabalhando, lavando roupa, botando pra enxaguar e pescando, né.. De noite ela trazia o peixe pra gente comer”.

Havia um chefe, o qual dividia os alimentos e entregava para os moradores da granja. Retomando o que as citações de Kyotoku (2009) revelam sobre o objetivo da criação da Fazenda São Rafael e o relato do entrevistado, compreende-se que parte da produção era

---

<sup>31</sup> Nesta seção sobre os antecedentes históricos da comunidade São Rafael o “Seu Zé Marcos” é uma importante fonte para a elaboração do texto. O mesmo autorizou a revelação de sua identidade.

<sup>32</sup> “Fazer biscoite” é uma expressão popular que significa realizar um trabalho remunerado por um período curto.

destinada ao abastecimento da cidade, em especial, “os animais de asa e de pena” eram vendidos para fora, eram destinados para repartições do governo estadual, para outras granjas do governo no sertão, localizadas em Cajazeiras e Pombal, por exemplo. Trimestralmente caminhões eram abastecidos com a produção da fazenda, que incluía alimentos do tipo inhame, macaxeira, milho e animais, e distribuíam para órgãos do governo estadual.

Os moradores da “Granja São Rafael”, segundo “Seu Zé Marcos”, compravam poucas mercadorias fora da fazenda, a exemplo do feijão e do arroz. Mas, por vezes as famílias brasileiras consumiram arroz plantado na área, provavelmente o plantio foi feito pelas cinco famílias de re-imigrantes japoneses, pois estes dominavam a técnica

Segundo relato do entrevistado, a produção dos japoneses também incluía verdura “do tipo, tomate, pimentão, quiabo... essas coisas que eles forneciam pro pessoal lá no mercado central pra vender”.

Refletindo com o entrevistado, percebemos que na área onde está instalada a comunidade São Rafael as doze famílias brasileiras e as cinco famílias japonesas trabalhavam na terra próxima ao rio Jaguaribe. As famílias brasileiras atuavam na primeira parte da área da comunidade e as famílias japonesas trabalhavam na segunda parte<sup>33</sup>. O entrevistado falou que na parte superior do bairro Castelo Branco ainda existem três casas onde três famílias japonesas moravam. A área total de ocupação dos re-imigrantes era de aproximadamente 500m<sup>2</sup>.

Na entrevista as lembranças de “Seu Zé Marcos”, “nascido e criado” na comunidade São Rafael desde 1952, suscitaram emoções nele. O entrevistado explicou que a relação dos brasileiros com os japoneses, o entrevistado não era boa porque crianças brasileiras brincavam no terreno administrado pelos japoneses e também retiravam produtos do plantio destes. Nessa hora o entrevistado riu bastante porque a lembrança evocou um significado forte para ele, reviveu a comicidade das peripécias infantis.

“Eu e meu irmão junto com alguns garotos da... da Granja, né. [...] Hoje é roubar, a gente ia furtar né... É que a gente olhava assim pela cerca, que aqui dividia. Digamos assim: aqui era o terreno deles e aqui era a Granja, né. A gente levantava a cerca, né, daquele arame farpado, né. E passa, passa, passa... E as tomate, os pimentão [mais risos] Aí nisso, ele tinha, um deles tinha um filho que era do bombeiro, né? E ele dizia assim: ‘Vão roubar, né? Magote de fila da puta!’... Ai a gente corria pelo capim... E dizia assim: ‘Eu vou dizer ao chefe do seu pai!’ [...] Sei que todo dia era essa peleja, né. E pai dizia assim: ‘Se for roubar e o japonês vier me reclamar, eu

<sup>33</sup> Para entender a extensão da ocupação das famílias brasileiras e japonesas, tomamos como referência pontos comerciais da BR 230. Da entrada atual da comunidade São Rafael até perto do posto de gasolina e da instalação da antiga concessionária de carros ficavam as famílias brasileiras. Destes pontos até a avenida Beira Rio, as famílias japonesas administravam o espaço geográfico.

quebro no cassete, viu?'. Era pêêia mesmo! E muitas vezes ele pegava mesmo, pegava a gente pelo braço, eu e... eu e Lula, minha irmã. 'Vaaaamos, dois safado! Vou entrega a seu Francisco. Seu Francisco num gosta de safadeza, não.' [...] Rapaz, e num era só a gente que roubava, não. Outros garotos iam roubar também... Mas rapaz, mas o velho xingava mermo, viu...".

Segundo o levantamento documental exposto na monografia de Nascimento (2002) e de Barbosa (1999), parte da área da Fazenda São Rafael foi doada pelo chefe do Poder Executivo do Estado da Paraíba, representado pelo Bacharel Homero Leal, para a construção do Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A lei nº 1.871 de 17 de novembro de 1958<sup>34</sup> referendou a doação do terreno para a obra.

Barbosa (1999) acrescenta que, diante da necessidade de ampliação da UFPB, segundo consta nos autos do Registro de Imóveis do Cartório Souto Maior, datado de 13 de março de 1968, o Governo do Estado da Paraíba, na administração do Senhor João Agripino Filho, adquiriu do Dr. Manoel Veloso Borges mais uma parte da Fazenda São Rafael. Nascimento (2002) menciona que a lei nº 2.525 de 12 de março de 1968<sup>35</sup> autorizou a doação do espaço geográfico. A área cedida foi destinada para a construção do Hospital Universitário, parte do Instituto de Ciências Biológicas, Criatório de pequenos animais para experiências e investigações científicas e setor de estudo e difusão do conhecimento da Botânica Regional.

### 3.1.3. A comunidade São Rafael

A partir dos anos sessenta do século XX, mais especificamente no período em que vigorava a ditadura militar (1964 a 1985), iniciou-se um processo que se caracterizou por uma ocupação do solo brasileiro com base na intervenção estatal, dentro de um macro projeto desenvolvimentista, que somava políticas nacionais de habitação pelo Banco Nacional de Habitação - BNH e políticas de integração nacional, pelo Ministério dos Transportes, substituindo investimentos na malha ferroviária pela criação de uma malha rodoviária que facilitasse o acesso dos grandes centros produtores ao mercado nacional.

Sousa (2006, p. 70-71) descreve as transformações ocorridas na cidade:

“A cidade de João Pessoa passa a ter uma rápida expansão impulsionada pelas grandes intervenções estatais desde o início do período militar com a implantação do Distrito Industrial incentivado pela SUDENE, do Campus da Universidade Federal da Paraíba, com o apoio do MEC e do Anel Rodoviário – com a ligação entre a BR-

<sup>34</sup> PARAÍBA. Lei Nº 1.071, de 17 de novembro de 1958. Autoriza o Chefe do Poder Executivo a fazer a doação do terreno destinado à construção da Cidade Universitária.

<sup>35</sup> PARAÍBA. Lei Nº 2.525, de 12 de março de 1968. Autoriza a doação do terreno e dá outras providências.

101 e a BR- 230, onde localiza-se o viaduto de Oitizeiro. A política nacional de transportes visava uma integração nacional, sendo responsável pela estruturação-desestruturação do espaço urbano de João Pessoa. A BR-230 ilustra bem essa política: na medida em que a cidade foi crescendo, trechos dessa rodovia foram sendo incorporados ao tecido urbano mudando a sua função para uma via urbana de fato. Formas ilegais de ocupação se desenvolveram nas margens dessa via como: habitações autoconstruídas, empreendimentos comerciais e serviços especializados.”

Ainda no início da década de 1960, promove-se o prolongamento da Avenida Dom Pedro II e a abertura da Avenida Cruz das Armas possibilitou o desenvolvimento da cidade na direção sul e sudeste (SOUSA, 2006), o que somou para o delineamento de um padrão periférico de crescimento da cidade que se esgarçou para além Jaguaribe.<sup>36</sup>

As intervenções estatais não contemplavam a população de baixa renda, que foi empurrada para dentro do vale do rio Jaguaribe, apropriando-se e territorializando-se em um espaço que ainda não tinha importância para o Estado nem para o capital, mantendo esse espaço como um depósito de mão de obra barata, um território da informalidade, confinando as comunidades através de estratégias como criação de vias de trânsito rápido. Na comunidade São Rafael existem duas dessas vias.

Visivelmente o vale do Jaguaribe passou a ser incorporado ao espaço urbano da cidade, através das ocupações irregulares ou oficiosas, dos empreendimentos comerciais e de serviços públicos e privados, confinando as comunidades que se apropriaram de suas margens, reproduzindo contradições como no caso da política habitacional, por exemplo, (SOUSA, 2006, p. 29).

Segundo Koury (2005, p. 178), políticas para implantação de conjuntos habitacionais foram concretizadas e vários bairros destinados à população de baixa renda, como Castelo Branco (I, II e III), Geisel, Cristo, Bancários, Mangabeira (que vai do I ao VII), Valentina de Figueiredo e outros foram criados na direção sul e sudeste. Para a direção oposta, norte e nordeste, foram delimitados loteamentos e construídos edifícios para atender a demanda da população de maior poder aquisitivo.

Com a explosão demográfica, entre as décadas de 1970 e 1980, configurada com um aumento populacional em 62% e uma ampliação da área urbana 170% (idem), aliada à ampliação do número de conjuntos habitacionais nas margens do rio Jaguaribe e das possibilidades de trabalho, a população começou a se adensar também em áreas consideradas de ocupação irregular por causa de suas restrições físicas.

O processo de favelização no vale do rio Jaguaribe é fruto de um constante e intenso fluxo migratório em especial causado pela expulsão de trabalhadores do campo, seja pelas

---

<sup>36</sup> No Anexo D consta a Planta de João Pessoa no ano de 1963, a qual contém o mapa de ocupação e os eixos viários da cidade.

transformações na organização da produção seja pelas secas prolongadas nas regiões áridas da Paraíba (Sertão, Borborema e Agreste). Esse processo de favelização ficou ainda mais acirrado por causa das desigualdades sociais encontradas na cidade de João Pessoa: baixos salários, desemprego e subemprego, entre outros (LAVIERI & LAVIERI, 1999).

Essa conjuntura promove a coexistência de duas cidades, a cidade ilegal e a cidade legal, numa relação conflituosa e contraditória. A cidade ilegal é encarada pelo Estado como aglomerados invasores e ocupações irregulares, todavia essas comunidades informais mantiveram-se sempre disponíveis para atender às necessidades da sociedade formal sob uma relação de inclusão perversa ou exclusão-inclusão (SOUSA, 2006). Este autor acrescenta:

“Além disso, o Estado mantém uma relação conflitante e contraditória com as comunidades que se apropriaram do vale ao impor normas de controle e repressão. O discurso do Estado é divulgado pela mídia contribuindo para acentuar o estigma desses espaços como territórios ou redutos da violência, de criminalidade e tráfico de drogas. Outra forma de dominação e controle das comunidades pelo Estado se verifica nas estratégias intervencionistas dos projetos de reurbanização, com políticas de remoção de favelas, nos discursos de área de risco ou de projetos de integrar a favela ao bairro” (SOUSA, 2006, p. 76).

Santos (2005b, p. 79) afirma que “os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros”. A ocupação de vazios ou interstícios especulativos, efetuada de forma legal ou clandestina, foi determinada a partir dos interesses ou desinteresses dos promotores imobiliários, das ações do Estado e das resistências das comunidades de baixa renda. Assim, as formas de apropriação, dominação e usos do solo do vale do Jaguaribe, mesmo com o conhecimento do Estado, realizou-se de forma desordenada, desrespeitando as leis 4.771/65 (Código Florestal), alterada pela lei nº. 7.803/89 lei nº 2102 / 75 (Código de Urbanismo de João Pessoa) de 31/12/1975 e lei nº 2.699, de 07/11/1979, a Constituição Estadual e os Planos Diretores da cidade de João Pessoa de 1974 e 1994, com sua inclusão nas Zonas Especiais de Preservação (SOUSA, 2006; OLIVEIRA, 2001; LAVIERI & LAVIERI, 1999).

No caso, a comunidade São Rafael, esta se localiza no vazio especulativo entre a BR 230 e o rio Jaguaribe<sup>37</sup>, numa área classificada pelas Geociências como área invadida/barreira, sopé, de encosta, e sujeita à inundação (OLIVEIRA, 2001), com um adensamento de domicílios. Este mesmo autor relata a situação de vulnerabilidade:

---

<sup>37</sup> Duas fotos, que mostram a localização da comunidade São Rafael entre a BR 230 e o rio Jaguaribe, constam no anexo E.

A ocupação desordenada que ocorre nesse aglomerado está deixando o ambiente bastante vulnerável a riscos de escorregamentos, gerando apreensão nos moradores, notadamente aqueles que têm suas casas construídas em pontos críticos e com grande probabilidade de que um acidente venha a ocorrer. Esta preocupação não é por acaso; ela é fruto de cenas presenciadas no ano de 1985 por ocasião das fortes chuvas que se concentraram nos meses de março e julho, alcançando um dos mais altos índices pluviométricos da cidade de João Pessoa [...], deixando um saldo de trinta famílias desabrigadas, mas sem registro de mortes” (OLIVEIRA, 2001, p. 42, 43).

A comunidade São Rafael também é classificada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa como Zona Especial de Interesse Social, conforme descrição feita na Lei do Plano Diretor da Cidade de João Pessoa, seção II, artigo 33, inciso I: “terrenos públicos ou particulares ocupados por favelas ou por assentamentos assemelhados em relação aos quais haja interesse público em promover a urbanização ou a regularização jurídica da posse da terra, delimitados no mapa 3 [...]” (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 1993).

Na década de 1980, o Governo do Estado da Paraíba, na gestão de Wilson Braga<sup>38</sup> através da Fundação Social do Trabalho (FUNSAT), dirigida pela primeira dama Lucia Braga, realizou atendimentos emergenciais em áreas que sofriam recorrentes inundações e catástrofes por deslizamentos de barreiras.

A partir do Projeto João de Barro deu início ao processo de reurbanização das favelas, com medidas imediatistas e sem efetividade na mudança da qualidade de vida das populações das periferias (SOUSA, 2006; LAVIERI & LAVIERI, 1999). Em entrevista “Seu Zé Marcos” relatou que na comunidade São Rafael as casas de taipa dispunham-se de maneira espalhada, desorganizada. Estas casas foram reconstruídas, desmanchadas e foram construídas “casas de tijolo”.

Essa postura política do governo da época visava “pulverizar ações em vários pontos críticos de conflito popular”, “ampliar sua base de apoio e angariar dividendos políticos” e, “se por um lado criou insatisfações – sobretudo entre as antigas lideranças populares – por outro lado, criou uma ampla base de sustentação política nas periferias” (LAVIERI & LAVIERI, 1999, p. 53).

---

<sup>38</sup> Eleito em 1983 e, portanto, primeiro a assumir a esfera estadual pelo voto direto após o regime militar, Wilson Braga “fez da aproximação com as organizações populares, do amortecimento do conflitos e da implementação de programas sociais calcados em pequenos empreendimentos, os pilares básicos de sua política. Para isso, foi criada a Fundação Social de Apoio ao Trabalho (FUNSAT), a qual, sob a coordenação da primeira dama, Lúcia Braga, passou a implementar uma série de ações na área habitacional, em paralelo aos programas tradicionais: os chamados “projetos alternativos”. Estes projetos caracterizavam-se pela urbanização das favelas e programas habitacionais com investimentos modestos [...] e o mutirão como forma de trabalho. O que tinha como resultado habitações de padrão bastante precário. Tal política era acompanhada de perto pela coordenadora da FUNSAT e do Programa de Ações Sócio-Culturais para as Populações Carentes do Meio Urbano (PRODASEC URBANO), que incluía uma série de pequenos benefícios de atendimento imediato aos bairros, muitos deles de caráter transitório e cunho clientelista [...]” (LAVIERI & LAVIERI, 1999, p. 52).

Apesar dos autores citados mencionarem que não foram políticas comprometidas com a transformação da condição de exclusão da população, a postura de providenciar abrigos provisórios para os moradores vítimas de deslizamentos, desabamentos, inundações, de construir substituir casas de taipa por alvenaria, de entrega de termos de posse para alguns moradores, foi marcante para a comunidade São Rafael a ponto de, até os tempos atuais, Lucia Braga ficar “com a imagem de mãe pra muitos” (“Seu Zé Marcos”) e Wilson Braga ser lembrado como “um herói dos pobres”, provocando em muitos moradores a concepção de que “devem favor” ao ex-governador pela ajuda (SANTOS, 2011, p. 36).

Este é apenas um exemplo de como gestores vêem populações submersas em condições de vulnerabilidade, uma compreensão de que estas pessoas são “clientes” que corroboram para o êxito eleitoral e a construção de carreiras políticas. Moreira e Queiroz (2004), a partir da reflexão atrelada a um projeto de extensão que contemplou a comunidade São Rafael, detectaram que moradores desta localidade, diante da condição de precariedade em que vivem, interpretam as intervenções estatais como favores de políticos, ao invés de discernirem que tais intervenções, que sequer resolvem verdadeiramente os problemas locais, são respostas aos direitos que a população detém. Além do mais, muitas vezes a condição de vulnerabilidade torna a população “presa fácil” de políticas descomprometidas.

#### **3.1.4. O contexto atual da comunidade São Rafael**

Segundo os dados atualizados em abril de 2013, fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de João Pessoa (SMS/PMJP)<sup>39</sup>, a população da comunidade São Rafael é composta por 1.430 pessoas, sendo 692 do sexo masculino e 738 do feminino. O quadro abaixo detalha o número de pessoas de cada faixa etária e o sexo das mesmas.

---

<sup>39</sup> Os dados fornecidos foram entregues impressos pela SMS/PMJP para a autora desta pesquisa.

**Quadro 6<sup>40</sup> – Dados demográficos da comunidade São Rafael**

Sexo	Faixa etária									Total
	1 a 4	5 a 6	7 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 39	40 a 49	50 a 59	> 60	
M.	46	32	37	90	68	248	90	38	43	692
F.	37	42	47	79	67	261	102	39	64	738
Total	83	74	84	169	135	509	192	77	107	1.430

Existem 227 moradores, entre 07 e 14 anos, que frequentam a escola, o que significa 89,72% do total desta faixa etária. Moradores acima de 15 anos e que são alfabetizados correspondem a um número total de 863 pessoas, ou seja, 84,61% do total da faixa etária mencionada

Conforme a pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde, 135 famílias declararam que são contempladas no Programa Bolsa Família, o que significa 31,84% das famílias da comunidade. No que se refere às construções das casas, apenas 01 é feita de taipa e não tem revestimento e 03 são de madeira.

Na comunidade há os seguintes equipamentos sociais: Escola Estadual de Ensino Fundamental São Rafael, Posto de Saúde da Família<sup>41</sup>, Posto de Distribuição de Pão e Leite, Praça São Rafael<sup>42</sup>, Rádio Comunitária Voz Popular<sup>43</sup>, Rádio Difusora. Sobre as ruas, parte delas já foram calçadas, e todas já receberam nomes, conforme Lei N° 10.464, de 1° de junho de 2005<sup>44</sup>. Na área geográfica onde está localizada a comunidade está instalada a Rádio Tabajara, criada pelo Governo do Estado da Paraíba.

<sup>40</sup> O quadro foi elaborado pela autora deste estudo, com base nas informações cedidas pela SMS/PMJP.

<sup>41</sup> Uma comissão da Associação de Moradores da Comunidade São Rafael solicitou da Câmara Municipal de João Pessoa a construção da sede do PSF da Comunidade São Rafael no terreno cedido pela Rádio Tabajara. O requerimento foi apresentado pelo vereador Ubiratan Pereira de Oliveira, com a seguinte justificativa: “A comissão de saúde da Associação de Moradores da Comunidade São Rafael procurou nosso gabinete para solicitar a construção da nova sede da Unidade de Saúde da Família em um terreno que será cedido pela Rádio Tabajara. Atualmente a unidade funciona em um ambiente que não representa o ideal, com algumas instalações inadequadas, em uma casa que foi adaptada dentro da própria Comunidade São Rafael, que com o tempo se tornou limitada diante das demandas existentes na localidade o que a longo prazo tratá prejuízos a população. Desta forma, diante da cessão do terreno pela Rádio Tabajara, requeiro a construção da sede do PSF da Comunidade São Rafael, de acordo com as normas sanitárias, além da instalação de móveis e equipamentos adequados” (CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 2011). Até não houve avanço sobre a questão e o PSF continua funcionando no espaço citado acima.

<sup>42</sup> Fotos da praça estão dispostas no Anexo F.

<sup>43</sup> Fotos relacionadas à Rádio Comunitária Voz Popular contam no Anexo G.

<sup>44</sup> A Lei N° 10.464, de 1° de junho de 2005, que denomina as artérias públicas existentes na comunidade São Rafael, consta no Anexo H.

Atualmente, há três empreendimentos econômicos solidários: dois formados, o Grupo de Produção Jovem Pão, também chamado de padaria comunitária, e o Banco Comunitário de Desenvolvimento Comunitário; um em formação, Doceria Doce Infância & Doce Vida.

Dentre as instituições da comunidade, destacam-se seis, as quais, em intensidades diferentes, têm seus trabalhos reconhecidos socialmente pela comunidade: Entidade Beneficente Evangélica (EBE), que estabeleceu parcerias com várias instituições externas à comunidade e impulsionou os processos educativos no território; Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC), entidade responsável pela Rádio Comunitária Voz Popular e pelo Banco Comunitário Jardim Botânico e que tem se destacado nos últimos anos pelo envolvimento em diversas ações comunitárias; Assembleia de Deus Missão, que está implantando um fundo rotativo de cabras, pretende estimular a criação de uma cooperativa ligada à criação de cabras e bodes, desenvolve algumas ações assistencialistas, tem projetos em vista, para a geração de trabalho e renda na localidade; Igreja Nazareno, Grupo de Alcoólicos Anônimos São Rafael, Associação de Moradores da Comunidade São Rafael (AMCSR). No que tange às organizações externas, se sobressaem: Associação de Prevenção à AIDS (AMAZONA), primeira instituição externa que estabeleceu um vínculo com a comunidade de forma mais duradoura e contínua, e que investiu com intensidade nos processos educativos na comunidade e estabeleceu parcerias com outras instituições externas para fomentar o desenvolvimento local em diferentes âmbitos; Universidade Federal da Paraíba (UFPB), de forma pontual por parte de vários setores, e, de forma mais prolongada, por meio da Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES), cujo foco é a promoção de práticas de economia solidária no território; Association de Solidarité Internationale (ESSOR), cujo objetivo de intervenção é a profissionalização e a geração de trabalho e renda; Prefeitura Municipal de João Pessoa, de forma pontual, por vezes, com caráter assistencialista; Universidade Federal da Bahia (UFBA), especificamente Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (ITES), que se aproximou da comunidade para apoiar o processo de criação do BCD Jardim Botânico.

## 4. METODOLOGIA DA PESQUISA

### 4.1. A natureza da pesquisa e a escolha do método

Para Demo (1995) a avaliação de um trabalho científico pode contemplar dois parâmetros importantes: um sob o ponto de vista político e um sob o ponto de vista formal. Quando se considera a qualidade política de um trabalho, este contempla, em seu conteúdo a capacidade crítica de pensar o mundo. Já no que se refere à qualidade formal, o documento científico cumpre os meios e formas adequados para a produção científica. Na confecção deste trabalho buscamos incorporar estes dois parâmetros.

Crotty (1998) afirma que o significado do fenômeno é construído pelos seres humanos, que interagem com o mundo que estão interpretando. O significado não é inerente ao objeto. Consideramos que o entendimento do mundo social só é possível a partir do ponto de vista dos indivíduos que vivenciam determinada situação ou atividade. Neste trabalho importa-nos apreender o sentido da experiência vivida pelos sujeitos, sentido este que extrapola os limites da lógica quantitativa dos fenômenos. Segundo Merriam (2009, p. 5), a pesquisa qualitativa visa “compreender como as pessoas interpretam suas experiências, como elas constroem seus mundos e que significado elas atribuem a suas experiências”.

A postura epistemológica subjacente à pesquisa qualitativa básica escolhida para este estudo diz respeito ao Construcionismo Social, ou Construtivismo. Considera-se que a partir das interações sociais as pessoas constroem a realidade (MERRIAM, 2009). A perspectiva epistemológica que o construcionismo social assevera é a de que o conhecimento é ideológico, político e permeado por valores (ROUSE, 1996, apud SCHWANDT, 2006), visão compartilhada pela economia solidária na proposição de suas práticas (COSTA & CARRION, 2008) e pelo método de análise do discurso.

A classificação ideográfica, explicitada por Burrell e Morgan (1979), foi adotada no presente estudo porque esta abordagem metodológica enfatiza a análise das constatações subjetivas que os sujeitos da pesquisa geram no desenvolvimento de suas atividades, de sua experiência, ou seja, no contexto em que os mesmos interagem.

Baseados nas explanações de Merriam (2009) e de Cozby (2009), entendemos que a nossa pesquisa tomou a forma de um estudo de caso em razão de seu foco voltar-se para as especificidades e a trajetória da comunidade São Rafael no seu processo de implantação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico.

O estudo constituiu-se como pesquisa de natureza exploratória-descritiva porque pautou-se por informações que ainda não tinham sido elencadas e analisadas em momento anterior por outro pesquisador, já que a organização da implantação do banco comunitário, foco da pesquisa, aconteceu durante o período desta investigação. Ademais, a pesquisa teve também uma natureza interpretativa-explicativa, pois se debruçou sobre a subjetividade e interatividade dos sujeitos, sua vivência e significados dados aos fenômenos em análise (SAMPIERE, COLLADO e LUCIO, 1998).

#### **4.2. Os participantes da pesquisa**

Os sujeitos da pesquisa incluem quatro grupos, sendo dois deles diretamente ligados ao processo de criação/implantação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico (BCDJB) e dois atrelados a atividades relacionadas à organização comunitária e precedentes à abertura do banco.

Os dois grupos ligados ao banco comunitário são: 1) Membros integrantes do território, que incluem moradores e representantes de organizações instaladas na comunidade; tais membros compõem o conselho gestor do banco e o comitê de avaliação de crédito; 2) Representantes das incubadoras universitárias, organizações de apoio externas à comunidade, envolvidas com o projeto de criação do banco comunitário, a saber, Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (ITES) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Os outros dois grupos foram incorporados por constatar-se a existência de uma construção social e organizacional anterior à criação do banco, cujos efeitos potencializaram o aprendizado e o engajamento para o planejamento e consecução de diferentes atividades no território. A trajetória desta construção teve a participação de dois tipos de grupo, os quais foram contemplados nesta pesquisa: 1) Moradores e representantes de organizações instaladas na comunidade; 2) Integrantes de entidades de apoio externas que corroboraram para a realização de atividades associadas à organização social local.

Realizamos uma amostragem por julgamento, de forma não probabilística, selecionando os participantes por conta da conveniência no que tange ao esclarecimento sobre questões relacionadas ao banco comunitário e ao processo de organização social local (MALHOTRA, 2001).

A fim de procedermos de forma ética, repassamos para as pessoas com as quais interagimos informações pertinentes sobre a nossa pesquisa e o papel da pesquisadora na comunidade. Explicitamos também a manutenção do anonimato das pessoas e consultamos os entrevistados acerca da autorização de uso das informações verbalizadas na pesquisa. Sobre este aspecto, a preservação das identidades pessoais, consideramos como de suma importância, já que durante a pesquisa de campo, em algumas situações, emergiram falas e comportamentos nos quais percebemos desconforto ou constrangimento, ainda que de forma implícita. Portanto, consideramos como conveniente e respeitoso garantir a confidencialidade.

A decisão de classificar os sujeitos participantes da pesquisa<sup>45</sup> em quatro grupos, explicitados anteriormente, foi associada à decisão de codificação destes sujeitos, o que resultou na seguinte definição:

**Quadro 7 – Caracterização dos participantes da pesquisa**

<b>Código</b>	<b>Grupo</b>	<b>Componentes</b>	<b>Nº de pessoas</b>
IB	Integrante do Banco	Moradores e representantes de organizações instaladas na comunidade. Tais membros compõem o conselho gestor do banco e o comitê de avaliação de crédito	- 08 no total - 07 homens - 01 mulher
AB	Assessoria do Banco	Representantes das incubadoras universitárias envolvidas com o projeto de criação do banco comunitário, a saber, Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (ITES) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).	- 06 no total - 06 homens
IC	Integrante da Comunidade	Moradores e representantes de organizações instaladas na comunidade	- 12 no total - 05 homens - 07 mulheres
AC	Assessoria da Comunidade	Integrantes de entidades de apoio externas que corroboraram para a realização de atividades associadas à organização social local	- 03 no total - 02 homens - 01 mulher

<sup>45</sup> Consideramos participantes da pesquisa pessoas com as quais interagimos – em reuniões, em encontros espontâneos, em conversas informais, em entrevistas – e que verbalizaram informações relevantes para o processo de análise. Tivemos contato com outras pessoas das categorias assessoria do banco e integrante da comunidade, no entanto seus relatos não acrescentaram informações relevantes, portanto, não as contabilizamos como participantes da pesquisa.

### 4.3. O processo de coleta de dados

Merriam (1998) e Minayo (1993) esclarecem que quando optamos por executar uma pesquisa qualitativa, isto é, quando estamos interessados em compreender o fenômeno social com os significados e interpretações construídos pelos participantes da experiência é inerente à execução deste tipo de pesquisa considerar a linguagem, os símbolos, os gestos, as imagens, a fim de interpretar valores, crenças e atitudes.

Halbwachs (2006), por sua vez, assevera que num processo de pesquisa é possível reconstruir um conjunto de lembranças, reconhecendo as concordâncias nos elementos essenciais, apesar de certas divergências. Este autor esclarece que as percepções mudam com o tempo; as memórias individuais interagem umas com as outras e podem construir memórias coletivas diferentes das individuais isoladamente. Assim, durante uma pesquisa a estratégia de recorrer aos testemunhos das pessoas serve para reforçar, enfraquecer ou completar o conhecimento que se tem sobre um evento ou um fenômeno.

A formação acadêmica da pesquisadora, no âmbito da psicologia social, subsidiou, na condução metodológica deste estudo, a adoção da postura de pesquisador enunciada por Spink (2008), que propõe um reposicionamento do pesquisador quando este se disponibiliza a acompanhar o cotidiano dos micro lugares<sup>46</sup>. “Virar as costas para o cotidiano é abrir mão da possibilidade de uma inserção mais caótica no mundo das ações sociais; uma inserção ordinária e corriqueira - diferente da daquela do especialista e do observador imparcial” (idem, p. 71).

Esse reposicionamento proposto por Peter Spink não significa dizer que o pesquisador deve abandonar a objetividade da pesquisa. A questão é que para este autor o conceito de objetividade na investigação científica não se submete a uma postura de indiferença, de distância, de separação entre o pesquisador e o contexto da pesquisa (micro lugares e participantes das relações nestes micro lugares). No cotidiano, o agente da pesquisa busca ter uma visão objetiva do outro, a partir de uma objetividade construída intersubjetivamente.

“Estar no campo pode ser um período intenso de viver junto, ou simplesmente uma série de visitas; e há disputas interdisciplinares sobre o quanto de tempo constitui um trabalho de campo ‘de verdade’” (idem, p. 72). No caso da construção deste estudo, fazer visitas esporádicas e restringi-lo às entrevistas estruturadas seriam estratégias insuficientes, dada a

---

<sup>46</sup> A noção de micro lugares implica em considerar os lugares compostos por pequenas sequências de eventos, por exemplo, um aperto de mão é co-constitutivo da noção da cordialidade enquanto processo social mais amplo (SPINK, 2008).

riqueza e a complexidade de um processo de organização comunitária e o preparo coletivo para a criação e gestão de uma tecnologia social, cuja natureza abrange, de maneira sistêmica, as dimensões econômica, política, social, cultural, psicológica, administrativa.

Segundo Peter Spink, no caso de projetos de pesquisa-ação, os dados relevantes revelam-se nas conversas informais e formais, nas anotações de campo, na participação em atividades do cotidiano do tema em foco, nos encontros espontâneos. O campo passa a ser tratado como campo-tema, que, conforme o teórico Harold Garfinkel, configura-se como uma matriz de questionamento, de argumento, de ação e de narração (SPINK, 2008, p. 74).

Quando a inserção do pesquisador acontece de forma horizontal, ele torna-se mais um dos “membros competentes de uma comunidade moral, que busca arguir e agir para melhorias” (idem, p. 71), este indivíduo passa a se conectar com os fluxos constantes de pessoas, falas, espaços, conversas e objetos, coletando “os pequenos momentos do fluxo diário, abertos às possibilidades da convivência cotidiana; são fragmentos, às vezes de conversas, às vezes de acontecimentos, às vezes de pedaços de materialidade, às vezes de documentos que nos chegam às mãos e às vezes de relatos na mídia” (idem, p. 72, 73).

A atuação da pesquisadora no âmbito da economia solidária, desde 2004, induziu a escolha pela pesquisa na área. E a INCUBES, incubadora da UFPB, mediou o contato com a comunidade, pois em 2011 ampliou a visão de trabalho com economia solidária na comunidade São Rafael, adotando o desafio de lidar com a tecnologia dos bancos comunitários de desenvolvimento. Foi então que, em abril de 2012, passamos a participar das atividades da incubadora e da comunidade São Rafael. A graduação em psicologia e a atuação no terceiro setor, em especial, no acompanhamento a empreendimentos econômicos solidários e a comunidades contribuiu para a seleção do foco da pesquisa que, obviamente iria abranger a subjetividade humana.

Nos primeiros meses da pesquisa de campo a estratégia foi participar das atividades/reuniões formais para iniciar o contato e a relação com os atores ligados à implantação do banco comunitário. Continuamente, observamos os acontecimentos, falas e comportamentos, escrevendo as informações e reflexões no caderno de campo e nas sistematizações das atividades/reuniões.

Gradativamente, a percepção das pessoas de que havia “uma estranha” nos ambientes passou a diminuir na medida em que o tempo decorreu o papel de “membro competente de uma comunidade moral”, defendido por Peter Spink, passou a ser exercido, pois o objetivo da atuação acadêmica não se limitava a apenas coletar as informações para a escrita do trabalho científico, não apenas explorar a comunidade para a obtenção de um diploma.

O perfil pessoal aliado ao Programa do Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes (MPGOA) foram decisivos para, concomitantemente à compreensão das experiências das pessoas e os significados atribuídos, também assumir uma postura proativa para comunidade, e, junto com ela, refletir sobre as questões comunitárias, organizar ações, elaborar projetos, buscar informações para construir a história local, tendo em vista, como já explicitamos, a verificação de uma demanda relevante para o coletivo de construção da identidade histórica do território de sua pertença – desdobraram-se mais duas atuações proativas:

1) Durante o período da pesquisa trabalhávamos numa organização voltada para comunicação, audiovisual e controle social, chamada Instituto Soma Brasil. Num determinado momento a comunidade São Rafael foi beneficiada com um projeto que incluía a área de audiovisual, denominado Copa Solidária. A semelhança da proposta de trabalho fez com que membros da equipe do Instituto Soma Brasil apoiassem as atividades na comunidade. Foi aí que passamos a apoiar a equipe de audiovisual de jovens da comunidade, participando da cobertura do II Encontro Nordestino das Incubadoras de Economia Solidária (II ENIES), que incluiu tanto o registro das palestras, debates, lançamento simbólico da moeda Orquídea e demais atividades do evento como também as entrevistas com os participantes sobre temas abordados no evento e sobre o lançamento da moeda na comunidade. Também estamos engajados na produção de documentários<sup>47</sup> sobre a comunidade São Rafael e já realizamos filmagens e entrevistas acerca de atividades locais, incluindo a inauguração do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico. A participação na filmagem de diferentes atividades foi uma experiência enriquecedora para apreender informações relevantes para a esta investigação;

2) Devido a demanda pelo registro da história local em livro, nos empenhamos em realizar um levantamento de maneira mais extensa sobre este assunto, recorrendo, inclusive, ao apoio de duas historiadoras, já que registros sobre o território encontravam-se dispersos<sup>48</sup>. Compreendemos que esta é uma pequena retribuição a todo acolhimento e atenção que a comunidade nos concedeu.

---

<sup>47</sup> Os documentários estão em fase de produção. As tomadas de imagens e registro de entrevistas são feitos a partir de temas e na medida em que forem finalizadas as filmagens e edições os vídeos serão disponibilizados na internet para acesso livre e gratuito. Um dos temas em produção é o Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico.

<sup>48</sup> Conforme mencionamos anteriormente, apesar de termos encontrado inúmeros trabalhos científicos – dissertações, teses, artigos, relatórios e outros – verificamos que a contextualização histórica referente à comunidade São Rafael foi apresentada de forma limitada, com vácuos de informação importante para o entendimento sobre a trajetória de estruturação da atual comunidade São Rafael.

A dinâmica de realização desta investigação desenvolveu-se para fazer um registro histórico do momento presente, escrevendo uma versão da história vivida por atores sociais da comunidade pesquisada e por parceiros deste coletivo local. No processo de levantamento dos dados acessamos arquivos e documentos relacionados à comunidade e realizamos conversas informais, entrevistas abertas, semiestruturadas e estruturadas, observações de situações da vida cotidiana local e de atividades programadas. Durante o processo pedagógico as formas de registro utilizadas foram anotações no caderno de campo, gravações em áudio e em audiovisual, fotografias.

A escolha pelos três tipos de entrevista – aberta, semiestruturada e estruturada – aconteceu de forma sequenciada por que: 1) A entrevista aberta teve como objetivo fazer emergir pontos significativos associados à realidade dos dois fenômenos englobados nesta investigação, a organização comunitária precedente à inauguração do banco comunitário e a organização comunitária voltada para a implantação do banco; 2) Os pontos elencados permitiram a delimitação de perguntas mais objetivas nas entrevistas semiestruturadas, no entanto foi necessário garantir um certo nível de flexibilidade para que os entrevistados pudessem verbalizar outros elementos significativos para eles; 3) A entrevista estruturada serviu para o esclarecimento de questões pontuais que precisavam ser melhor compreendidas durante o processo de ordenação e análise dos dados.

No que se refere à análise documental, tivemos acesso a projetos<sup>49</sup>, leis, reportagens, mapas, fotografias, vídeos. A documentação é um recurso elucidativo de situações relacionadas direta e/ou indiretamente ao objeto de pesquisa em foco (SOUZA, 1987).

#### **4.4. O processo de análise dos dados**

Segundo Minayo (1993), o processo de tratamento dos dados de uma pesquisa qualitativa envolve três etapas centrais: 1) Ordenação dos Dados; 2) Classificação dos Dados; 3) Análise Final.

Na ordenação e classificação dos dados realizamos os seguintes procedimentos para ordenação dos elementos do referencial teórico e dos dados de campo. Sobre o referencial teórico, na literatura em geral, fizemos um levantamento relacionado às temáticas abordadas neste trabalho e, de forma mais focada na realidade da comunidade São Rafael, rastreamos trabalhos científicos associados ao território mencionado. Parte destes materiais foram

---

<sup>49</sup> Os projetos foram disponibilizados por membros da comunidade.

digitadas de forma resumida e depois foram eleitas palavras-chave que identificassem os assuntos abordados nos parágrafos digitados ou eleitos como importantes.

Consequente a esse momento, adotamos dois tipos de procedimentos. Em alguns casos construímos mapas mentais, que sintetizaram ainda mais as informações, determinando a localização das palavras-chave ou categorias semelhantes; em outros casos elaboramos planilhas no programa Excel com o mesmo objetivo de sintetizar e localizar as palavras-chave ou categorias identificadas. Tais técnicas permitiram o cruzamento das informações semelhantes para a elaboração deste trabalho.

Na ordenação e classificação dos dados coletados no campo, foram sistematizadas as reuniões, atividades e formações em que participamos, foram digitadas as anotações do diário de campo, foram transcritas as gravações das observações pessoais feitas durante a pesquisa de campo e as gravações das entrevistas. Os materiais foram impressos para facilitar a identificação de palavras-chave ou categorias de análise, e estes procedimentos subsidiaram o mapeamento das informações coletadas e a classificação dos dados.

O processo de análise final consistiu no cruzamento dos conjuntos de informações sistematizadas - advindas do referencial teórico, da coleta no campo e de outros documentos acessados (como lei, projetos, fotografias, e outros) – o que possibilitou o ajustamento das categorias de análise em consonância com os objetivos e a inserção dos dados nas mesmas.

A definição das categorias de análise deste trabalho seguiu a proposição de Merriam (1998), a qual afirma que existem três fontes que delimitam os nomes das categorias: o pesquisador, os pesquisados, a literatura.

Nesta investigação qualitativa buscamos explorar os sentidos e a lógica de organização da comunidade do ponto de vista dos sujeitos que a constituem e dos representantes de instituições parceiras desta. Para Alves-Mazzoti e Gewandsznajder (1999, p. 170), no intuito de obter dados que gerem interpretações significativas, o método de análise do discurso é o mais adequado, pois a partir dele o pesquisador debruça-se sobre as falas mais representativas, “vai procurando identificar temas e relações, construindo interpretações e gerando novas questões e/ou aperfeiçoando as anteriores”.

Para a interpretação dos comportamentos verbais e não verbais norteamos-nos pela literatura contemplada neste trabalho, sem nos limitarmos à análise do que foi verbalizado, haja vista que avaliamos como importante a reflexão sobre o universo das informações coletadas, levando em consideração o contexto estudado, as reações dos sujeitos participantes do processo de pesquisa, os enunciados que precedem e seguem o discurso exposto, o papel e

o posicionamento ideológico dos participantes (MARTINS & BÓGUS, 2004; SOUTO MAIOR, 2011).

Uma consideração importante a fazer é que os estudos qualitativos não podem ter a pretensão de serem generalizáveis, pois seu objetivo é compreender um fenômeno em seu ambiente usual (SAMPIERE, COLLADO e LUCIO, 1998). E, porque realizamos um estudo de caso, essa observação tornou-se regra, uma vez que nos detivemos à vivência de uma única comunidade com suas especificidades.

Embora não tenhamos acompanhado o funcionamento do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico e a gestão de suas atividades atualmente em vigor, por nesta fase já termos concluído a pesquisa de campo pudemos, no entanto, nos dedicar, durante um ano, ao acompanhamento do processo maturacional do grupo responsável por desenvolver as condições para a inauguração do banco.

Por fim, consideramos que a construção desta dissertação também tem o cunho de registrar a memória coletiva dos atores sociais ligados à organização comunitária. Sendo assim, na perspectiva teórica sobre construção histórica, para a comunidade:

“Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. [...] Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem.” (HALBWACHS, 2006, p. 30).

## **5. A COMUNIDADE SÃO RAFAEL E O BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO JARDIM BOTÂNICO**

Para a análise dos dados nós dividimos as informações coletadas e analisadas em dois eixos centrais porque numa dimensão temporal, o presente estudo abarca dois períodos: um período em que fenômenos e acontecimentos incitaram algum tipo de ação coletiva/comunitária no âmbito geral da vida da comunidade; um período em que a organização social passou a se estruturar especificamente para a abertura do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico.

### **5.1. Os acontecimentos e as ações do processo de organização comunitária**

Para a análise dos fenômenos dentro dos tópicos seguintes nós tomamos como base aspectos teóricos das seções sobre economia solidária e organização comunitária e correlacionamos aos dados coletados a partir das diferentes técnicas e estratégias mencionadas na metodologia.

Os fenômenos identificados estão ligados a uma integração entre instituições comunitárias e à relação com parcerias externas, das quais resultaram um empreendimento coletivo, o Grupo Produtivo Jovem Pão (padaria), uma rádio comunitária, RADCOM Voz Popular, um conjunto de projetos educativos. Esses fenômenos constituíram a análise desta seção.

#### **5.1.1. O entendimento acerca da concepção de economia solidária por parte de membros de empreendimentos solidários**

Os membros do Grupo Produtivo Jovem Pão e do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico entendem que seus empreendimentos fazem parte do movimento da economia solidária e que, portanto, têm a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento local e de desenvolver atividades que contribuam para a conquista da autonomia e da construção da cidadania coletivamente (TIRIBA, 2004; EID, 2003).

A nossa participação em diversas reuniões possibilitou a coleta de falas que dão a entender que parte do conselho gestor e do comitê de avaliação de crédito (CAC) e os atores ligados às instituições de assessoria ao banco comunitário acreditam que a partir da prática da economia solidária é possível construir outras formas de produzir, comercializar e consumir,

sem que estas sejam regidas por uma ideologia competitiva, focada no lucro. Alguns membros do conselho e do CAC não revelaram em seus discursos uma clareza sobre esse entendimento ou sobre a crença de que esse conjunto de práticas inovadoras é possível de ser concretizado.

No entanto, nas reuniões do banco e da padaria foi possível captar que seus membros acreditam que é importante promover e participar de atividades de estímulo à coesão social, de reforço do liame social de inclusão do fator econômico (FRANÇA FILHO, 2002; FRANÇA FILHO, et. al., 2013), motivados pelo “comprometimento” (SEN, 2000).

Vale destacar também que os membros dos dois empreendimentos participam de outras atividades laborais para garantia de suas rendas e mesmo assim destinam tempo para participação em atividades direta e indiretamente ligadas aos empreendimentos solidários e à comunidade sob a lógica da dádiva (DZIMIRA e FRANÇA, 1999).

### **5.1.2. A vivência prática da economia solidária dentro do sistema capitalista**

Nós tomamos a experiência do Grupo Produtivo Jovem Pão (padaria), já que é o empreendimento solidário de maior destaque nos relatos dos participantes. Está em processo de formação um outro empreendimento, uma doceria chamada Doce Infância Doce Vida, contudo ele ainda está vinculado à execução de um projeto da ONG ESSOR e ainda não tem vivenciado a autogestão de todas as atividades de produção, comercialização e gestão. Por isso não incluímos a doceria neste tópico de análise.

Sobre a origem da padaria, isto aconteceu depois que um grupo de jovens participantes das ações da Amazona, via projeto na área de saúde e de rádio comunitária, afirmou que era preciso gerar renda na comunidade e envolver os jovens. Após uma pesquisa de mercado foi identificado o potencial de viabilidade economia de uma padaria e a partir da parceria entre a INCUBES e a AMAZONA, jovens participaram de encontros formativos para a abertura do empreendimento em 2005.

Conforme foi relatado por participantes do grupo produtivo, há um entendimento claro de que as práticas de produção, gestão e comercialização são orientados por princípios diferentes do que é praticado pelo mercado capitalista. As experiências de trabalho destas pessoas no empreendimento fazem-nas acreditar que o modo de organização do trabalho e de gestão da padaria pode se desenvolver mesmo dentro de um contexto econômico cultural oposto, e o funcionamento da padaria pode acontecer sem ser subsumido aos valores utilitaristas, individualistas, competitivos do sistema capitalista.

Três membros do grupo (IC) e uma pessoa de entidade de assessoria que acompanhou o grupo (AC) emitiram falas semelhantes: a experiência de trabalhar num empreendimento solidário - praticando a cooperação, a autogestão, o diálogo para a decisão coletiva, a partilha do saber e do poder - foi marcante; há um desejo intenso por parte dos membros de continuarem vinculados ao grupo de produção e de um dia conseguirem obter renda suficiente para suas sobrevivências; o retorno financeiro limitado da padaria obriga as pessoas a terem que trabalhar em outros espaços, em empresas capitalistas e em entidades governamentais, cujos valores são opostos ao que se é praticado no grupo; o trabalho em espaços com cultura oposta aos preceitos da economia solidária incomoda os membros do grupo; apesar da carga horária de trabalho em outros ambientes, membros da padaria não deixaram de se esforçarem e acreditam que chegará o tempo em que a produção na padaria dará retorno financeiro suficiente para seus componentes; há uma opção ideológica que vincula os membros ao empreendimento; diferentes gerações já participaram do grupo e se empenharam para que a padaria não parasse de funcionar, dedicando tempo, esforço e dinheiro para isso; há a crença de que este empreendimento pode promover uma mudança microssocialmente, interferindo na cultura de consumo; a padaria já está fixada no imaginário de pessoas da comunidade, pois há uma procura constante pelos produtos e para saber quando o grupo passará a produzir com frequência; há também uma busca por parte de pessoas externas à comunidade pelos produtos do grupo; pessoas externas e internas à comunidade já elogiaram por diversas vezes a qualidade dos produtos.

Fica latente o significado subjetivo do trabalho na padaria para algumas pessoas, caso contrário, diante de tantas dificuldades (para aquisição de ativos permanentes e de insumos de produção, para a realização das atividades em espaço apropriado), essas pessoas já teriam abandonado a padaria, já teriam deixado de produzir, deixado de buscar apoio para melhorar as condições da produção.

Os anos de trabalho na padaria possibilitaram uma ressignificação dos laços de proximidade e uma transformação nos comportamentos dos que, em algum momento, participaram do empreendimento. Dentre as transformações comportamentais citadas encontram-se: o abandono do uso de drogas, a superação da timidez, a clarificação dos objetivos de vida e de trabalho, a criação de empresa própria, a descoberta e o desenvolvimento de competências individuais.

O depoimento de uma das componentes do grupo produtivo Jovem Pão explicita bem a importância do grupo de produção para ela e para outras pessoas:

“O grupo de produção ainda existe, né? Nem que seja no nosso imaginário, mas ele existe né? [...] A gente acha que essa padaria, além de ser o próprio, é... recurso nosso, é um recurso pra comunidade, porque as pessoas que vão trabalhar é da comunidade, vai gerir dinheiro dentro da comunidade. Então a padaria vem com essa intuição. É educativo, é social, porque [...] a ideia da padaria era ver inicialmente gerar recurso, mas a gente vê com essa outra proposta, né? Tirar os meninos da droga [...] Seu Clélio, que é do Centro Popular, Seu Zé Marcos também, que é do Centro Popular, eles apostam 100% nisso. E quando a gente tinha dificuldade, aí pronto, tinha dificuldade com material, eles davam do próprio bolso deles. Porque eles eram os únicos que trabalhavam, né?”

Ainda sobre a vivência, um aspecto a ser destacado nos âmbitos dos grupos da padaria e do banco comunitário, é que suas experiências estão ligadas a uma (re) construção dos conhecimentos durante os processos educativos e produtivos. Os espaços destes empreendimentos são espaços pedagógicos de experimentação.

A realidade vivenciada nas discussões, nas decisões, nos encaminhamentos, nas ações impulsionam a aprendizagem porque se trata de uma vivência democrática e autogestionária em que cada componente tem a sua interferência no processo coletivo. Percebemos que até a pessoa mais tímida, que raramente se pronuncia nas reuniões, também faz intervenções importantes e tem o reconhecimento de valor por parte dos demais membros do grupo do banco. Os espaços de discussão são possibilidades de exercício da emancipação humana em que “todo ser humano sabe alguma coisa na medida em que viveu” (AUTHIER e LÉVY, 1996, p. 119).

A junção dos conhecimentos e as experiências estimulam que o sentimento de pertença a um mesmo grande grupo e de corresponsabilidade para o alcance dos resultados (como conseguir levantar recursos para a compra da sede de três empreendimentos e do Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC), inauguração de iniciativas produtivas e outras) e fazem com que se estruture o que Lévy chama de engenharia do laço social com seu sentido educativo porque o que está em foco é consolidar o poder coletivo a partir da “arte de suscitar coletivos inteligentes e valorizar ao máximo a diversidade das qualidades humanas” (LÉVY, 2007, p. 32).

É natural a presença de limites educacionais, dada a realidade de comunidades como a São Rafael que, por vezes, trava o desenvolvimento de muitas atividades. Contudo, o desafio é superar esses limites e conseguir os melhores resultados que o coletivo puder conseguir.

### **5.1.3. O cuidado com a segurança alimentar na comunidade**

Um dos cuidados elencados pelo movimento de economia solidária é com a segurança alimentar das pessoas (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2006 b; FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2003). Essa preocupação é percebida por uma das organizações locais, componente do conselho gestor do banco. Dois de seus projetos envolvem o estímulo à agricultura e a criação de animais para que famílias da comunidade produzam alguns dos alimentos para consumo próprio e isso contribua para a diminuição da subnutrição.

Conforme o argumento de um dos componentes desta organização, o objetivo é “ensinar a pescar” para tornar as pessoas “independentes”. O relato deste entrevistado mostra que, no âmbito subjetivo, o fundo rotativo de cabras, criado pela Igreja Assembléia de Deus de Missões, tem estimulado as relações de proximidade entre as famílias e tem trabalhado o trato intrafamiliar. O objetivo da organização social é que todas as famílias do território tenham pelo menos uma cabra, cujo leite sirva para fortalecimento da saúde dos moradores, principalmente das crianças, e que, no futuro, seja criada uma cooperativa na comunidade que facilite a comercialização dos animais, do leite e que também possibilite o beneficiamento dentro da própria comunidade.

### **5.1.4. A relação da comunidade com o meio ambiente**

O aspecto ambiental da área da comunidade São Rafael e de seu entorno, dada a sua relevância por conter um dos principais rios da cidade de João Pessoa e por conter reserva de Mata Atlântica. Inúmeros problemas ambientais, causados pela população local e do entorno, já foram identificados por trabalhos acadêmicos. No geral, os moradores com os quais dialogamos reconhecem que é preciso fazer uma intervenção na comunidade para tratar dos problemas, principalmente da poluição e do desmatamento.

O grupo do Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC) e da equipe gestora do banco estão mobilizados para estabelecer parceria com a companhia de tratamento de esgoto e com a empresa de fornecimento de energia para que o esgoto da comunidade receba tratamento, a água seja encaminhada para o rio e a partir dos dejetos seja produzido gás, o qual será transformado em energia.

Membros da equipe, que conheceram uma experiência de produção de gás em Fortaleza, têm estudado sobre esta tecnologia e pretendem encaminhar projetos para concretizar esta

ação. A produção de energia e gás abastecerá a sede onde funcionam o grupo Jovem Pão, o CPCC, o Banco Comunitário Jardim Botânico, a Rádio Voz Popular.

Outra ação realizada é a formação sobre meio ambiente, que envolve a Escola Estadual de Ensino Fundamental São Rafael, o Jardim Botânico Benjamim Maranhão, a Entidade Beneficente Evangélica, moradores da comunidade São Rafael de diferentes faixas etárias, mas principalmente crianças, adolescentes e jovens.

Para que os moradores mudem seus comportamentos e passem a cuidar da área onde está instalada a comunidade serão necessárias outras ações educativas até o ponto em que os moradores sintam-se responsáveis e mudem a cultura de degradação ambiental que ainda se verifica na localidade.

Entretanto, é também importante destacar que se a comunidade muda o comportamento, mas o bairro vizinho continua jogando seus dejetos no rio, a participação da comunidade será ínfima no que tange ao cuidado com o rio Jaguaribe e com a Mata Atlântica, pois, proporcionalmente, a quantidade de esgoto que a comunidade São Rafael joga no rio é mínima se comparada aos domicílios, prédios de luxo e estabelecimentos comerciais do bairro vizinho.

#### **5.1.5. A solidariedade para superação dos efeitos negativos da chuva**

A área em que está instalada a comunidade São Rafael é classificada pelas Geociências como área invadida, com ocupação desordenada. É uma área de encosta, com recorrentes inundações por causa do aumento do nível do rio Jaguaribe e com catástrofes por deslizamentos de barreiras (SOUSA, 2006; OLIVEIRA, 2001).

Em diversos anos parte da população já sofreu com os efeitos negativos de fortes chuvas na região<sup>50</sup>, já perdeu móveis, eletrodomésticos e outros bens e já teve que ser realocada temporariamente em casas de familiares ou de amigos e em espaços públicos como escola, a sede do Lyons Club (hoje a Capela Santíssima Trindade<sup>51</sup> (SANTOS 2011).

As fotos em anexo mostram as condições físicas precárias da escola onde foram abrigadas as famílias no ano de 2012. A escola apresentava vazamentos, goteiras, mofos e risco de curto circuito nas salas onde a população foi alojada, assim como o mutirão feito por moradores da comunidade para ajudar as pessoas que sofreram algum tipo de dano. Houve

---

<sup>50</sup> Fotos da situação de alagamento da comunidade encontram-se no Anexo I.

<sup>51</sup> Fotos da escola onde foram alojadas as famílias retiradas de suas casas por causa da forte chuva encontram-se no Anexo J.

tentativa, por parte de lideranças comunitárias e moradores locais, de conseguir melhor espaço de alojamento, mas a prefeitura, em caráter de urgência, só conseguiu disponibilizar a escola pública mostrada nas fotos.

Souza (1987) afirma que, num nível de engajamento mais situacional, verifica-se o auxílio mútuo ou a colaboração solidária entre vizinhos e grupos que moram num mesmo território. Esta prontidão do auxílio vigora com maior intensidade em época de crise, que é o que acontece nos períodos de caos provocado pela forte chuva.

Quando o coletivo se cala, não age – nem com a participação de todos os seus componentes, nem com a mediação de alguns de seus representantes – a força deste coletivo se dilui e a segregação fragiliza a capacidade de contestar, de protestar, de lutar, de agir. Quando a população se mobiliza em ação coletiva e faz protestos, pleiteia intervenções do governo, ela torna consistente a ação coletiva, deixa claro que tipo de necessidade precisa ser suprida (LEFEBVRE, 1991).

Inúmeras notícias já foram divulgadas sobre os estragos causados na comunidade São Rafael, sobre protestos da população na BR 230 e na Av. Pedro II com interdição temporária do fluxo de carros em ambas<sup>52</sup>, sobre o trabalho de intervenção de diferentes secretarias da prefeitura municipal, da companhia de fornecimento de energia, do corpo de Bombeiros e de outros órgãos<sup>53</sup>.

As notícias e as fotos revelam o engajamento não apenas das pessoas vítimas dos estragos, mas também de moradores que se sensibilizam, que apresentam compaixão e empatia em relação à situação de maior vulnerabilidade das vítimas da chuva (LISBOA, 2003). Mas é também importante destacar que mesmo no caos não verificamos uma adesão de todos os moradores, apenas de parte deste coletivo e em diferentes níveis.

Em períodos de necessidade como os mencionados neste tópico, uma rádio difusora, administrada por um morador da comunidade, chamado Pozo, lança campanha para arrecadação de gêneros alimentícios, vestuário e outros objetos que são destinados para as

---

<sup>52</sup> Fotos dos protestos da comunidade por causa dos estragos causados pela forte chuva encontram-se no Anexo K.

<sup>53</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP. **Visita preventiva** – Defesa Civil faz vistorias para evitar danos causados pelas chuvas. João Pessoa, 05 jan. 2012. Disponível em: <[http://www.espacoecologicoanoar.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=19822&Itemid=46](http://www.espacoecologicoanoar.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=19822&Itemid=46)>. Acesso em: 5 abr. 2013.

MAGALHÃES, Glaucia. Moradores da São Rafael interditam via e param o trânsito na Pedro II. João Pessoa, 28 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.paraibamaster.com.br/moradores-da-sao-rafael-interditam-pedro-ii-e-prejudicam-o-transito-no-local/>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

PROTESTO: Moradores da Comunidade São Rafael interditam principal do Castelo Branco em JP. **PB Agora**, João Pessoa, 4 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20090704145954>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

vítimas da chuva. Mesmo com limites financeiros por causa da baixa renda familiar, inúmeros itens são doados na campanha. Esta postura explicita o sentimento de solidariedade entre os moradores locais. Com o apoio de outras organizações locais também são solicitados à comunidade o apoio para mutirão de limpeza, para resgate de pessoas das áreas ainda mais vulneráveis, para produção de alimentos para os desabrigados.

Apesar dessa mobilização, percebe-se nas falas dos entrevistados que, tal como Lefebvre (1991) argumenta, depois da participação social acontecer naquelas circunstâncias, as pessoas retornam para um estado de passividade, de apatia social, quando a situação de crise desaparece.

#### **5.1.6. A concepção de comunidade para a comunidade São Rafael, para o poder público e para os meios de comunicação**

Sobre a compreensão do que é comunidade, duas vertentes são importantes de serem destacadas: uma sob a ótica do poder público e da mídia, porque estes dois interpretam de maneira semelhante; outra sob o olhar do coletivo residente na área da chamada comunidade São Rafael.

Na primeira vertente percebemos que o poder público e a mídia mencionam comunidade com dois significados diferentes, dependendo do contexto do pronunciamento. Há momentos em que a expressão dá a entender que faz referência direta ao espaço geográfico (FERREIRA, 1968), tal como se verifica quando classifica a comunidade São Rafael como área de risco de alagamento, como área de instalação de um equipamento social, como região regada pelo rio Jaguaribe, como espaço detentor de Mata Atlântica a ser preservada.

Há situações em que a declaração se direciona para uma interpretação que se refere ao aglomerado populacional que vive numa mesma área geográfica, com partilha dos mesmos interesses, com um significativo nível de consciência da participação em ideias e valores comuns, com uma trama de relações e contatos íntimos (HOGGART, 2001; FERREIRA, 1968). Além do mais, segundo Hoggart (2001), existe um sentido inconsciente de comunidade derivado da convicção de que a união é necessária quando se tem a pretensão de melhorar as condições de vida da coletividade.

Esse conjunto de características é verificado quando representantes do poder público e dos meios de comunicação publicam as reivindicações da população relacionadas à realidade vivida no mesmo espaço físico, tal como aconteceu na notícia publicada pelo PB Agora sobre

o protesto e a reivindicação da população em relação aos problemas vividos na área física da comunidade por causa das fortes chuvas: “Os agentes tentam entrar em negociação com os manifestantes. A comunidade reclama que, com as fortes chuvas ocorridas durante toda esta manhã, as casas dos moradores ficaram alagadas e o poder público não faz nada para ajudar” (PB AGORA, 2009<sup>54</sup>).

Outro exemplo é verificado na luta pela construção da passarela, reivindicação feita por causa da dificuldade de travessia na av. Pedro II e porque muitos acidentes ocorreram, provocando, inclusive, mortes<sup>55</sup>. Frases como as divulgadas no portal Pb News demonstram essa compreensão que inclui a população e a área: “Após muitos anos de reivindicações, a comunidade ganhou uma passarela metálica. [...]Cada vez mais a prefeitura vem investindo nas comunidades [...]”. “E foi com o objetivo de trazer segurança e qualidade de vida para as centenas de pessoas que moram naquela comunidade que a prefeitura de João Pessoa (PMJP) investiu cerca de R\$ 680.500,00 na instalação da passarela metálica” (SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PREFEITURAMUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 2009a<sup>56</sup>).

Há também circunstâncias em que o poder público interage, ou até mesmo faz acordos, com um grupo menor, cujos interesses divergem de outros grupos menores, que implica na existência de mais de uma comunidade em uma única área, num conjunto de relações e inter-relações, de poderes e contrapoderes que se estruturam, (SOUZA, 1987). A divergência de interesse é um fenômeno natural na interação grupal, mas em determinados momentos fragiliza o poder e a ação da comunidade enquanto grupo que vive os mesmos problemas numa mesma área.

A tensão também pode ser percebida também nas articulações políticas entre membros do poder público local e lideranças comunitárias, inclusive no período de preparação e de eleição da gestão da associação comunitária. Este fenômeno foi narrado por quatro moradores, que explicitaram o impacto dos acordos para apoios mútuos prefeitura-liderança e

---

<sup>54</sup> PROTESTO: Moradores da Comunidade São Rafael interditam principal do Castelo Branco em JP. **PB Agora**, João Pessoa, 4 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20090704145954>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

<sup>55</sup> Duas notícias concedem estas informações:

- SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PREFEITURAMUNICIPAL DE JOÃO PESSOA / SECOM-PMJP. **Passarela da Pedro II é inaugurada**. João Pessoa, 7 ago. 2009b. Disponível em: <<http://pbnews.com.br/cidades/2009/08/passarela-da-pedro-ii-e-inaugurada.html>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

- SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PREFEITURAMUNICIPAL DE JOÃO PESSOA / SECOM-PMJP. **Prefeitura inaugura passarela da Av. Pedro II nesta sexta-feira**. João Pessoa, 29 jul. 2009c. Disponível em: <<http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20090729165522>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

<sup>56</sup> SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PREFEITURAMUNICIPAL DE JOÃO PESSOA / SECOM-PMJP. **Passarela da Pedro II é inaugurada**. João Pessoa, 7 ago. 2009a. Disponível em: <<http://pbnews.com.br/cidades/2009/08/passarela-da-pedro-ii-e-inaugurada.html>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

que, segundo os narradores, fragiliza a luta pelos reais benefícios coletivos, passando a vigorar interesses pessoais ou de pequenos grupos.

Na segunda vertente, percebemos que os moradores e representantes de entidades locais também mencionam a comunidade São Rafael com diferentes significados, variando com os contextos. Na referência ao espaço físico, fica evidente quando moradores referem-se à São Rafael da mesma maneira que o poder público e os meios de comunicação.

A concepção de aglomerado populacional, vivendo numa mesma área e com interesses semelhantes, pode ser verificada a partir da organização de festas que mobilizam diversos moradores com o discernimento de que beneficiará os habitantes da localidade. Desatacamos os eventos: “Por um Natal Feliz”, projeto idealizado pela moradora Wanessa Costa Santos que conta com o apoio de vários moradores e comerciantes e que desde 2009 promove a coleta de brinquedos dentro e fora da comunidade para doação para crianças nas comunidades São Rafael e Padre Hildo Bandeira<sup>57</sup>; a comemoração do dia das crianças, com a distribuição de doces e realização de atividades lúdicas e que também tem o apoio de moradores e comerciantes locais e externos.

Sobre a coexistência de várias comunidades dentro da comunidade São Rafael, sobre a tensão entre interesses antagônicos e sobre a relação de poderes e contrapoderes, tal como já explanamos em parágrafos anteriores, interpretamos que esta concepção teórica é compatível com a comunidade São Rafael. No caso do comportamento exclusivo de membros da comunidade, nós exemplificamos com duas vivências: a partir de um projeto, em 1998, foi criada uma cooperativa de serviços e em 2005 a rádio comunitária foi institucionalizada. Em ambas as iniciativas houve moradores contrários a elas, que espalharam rumores pela comunidade de que estas iniciativas “não prestavam”, atuando para minar a imagem dos empreendimentos.

As narrativas do conselho gestor, do comitê de avaliação de crédito (CAC) e de membros da padaria revelam um discurso recorrente de que boa parte das pessoas da comunidade não tem o senso de lutar pelo coletivo, mesmo pertencendo à mesma. Os depoimentos, e por vezes desabafo, revelam o que Souza (1987) e Bauman (1999) anunciam como fenômeno em áreas de urbanização pós-moderna: uma cultura individualista e consumista, o encolhimento do espaço público de interação coletiva, produzindo, muitas vezes, indivíduos atuantes que se encarregam de fazer a veiculação da ideologia dominante no seio da sua própria classe social.

---

<sup>57</sup> Fotos da organização do evento e da distribuição dos presentes encontram-se no Anexo L.

### **5.1.7. A comunidade São Rafael x a favela São Rafael**

A criação de favelas é fruto do processo de urbanização (LAVIERI & LAVIERI, 1999). Freire (2008) e Gondim (2010) informam que uma das características de uma favela é a irregularidade fundiária, o que torna a população vulnerável à remoção. A informalidade nas comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano transita pelas atividades produtivas e pelas propriedades das casas, fortalecendo a exclusão social e reforçando a ausência de condição real de ser cidadão (FRANÇA FILHO, et. al., 2013).

Essa condição de irregularidade é sentida pelos moradores da comunidade São Rafael, provocando receio nos mesmos de serem removidos porque: já têm um laço afetivo e uma história de vida construídos na relação com a área física e com as pessoas que a pertencem; investiram na melhoria de suas residências e temem por perderem o investimento feito para transformar o ambiente segundo seus anseios; podem receber casas menores do que as que possuem e isso implica em perda de conforto para a família; perderem os imóveis excedentes, pois há pessoas que têm mais de um imóvel na comunidade e no caso de remoção só terão direito a receber apenas um; não têm certeza da área geográfica em que serão realocados, perdendo alguns dos benefícios já adquiridos, como facilidade para pegar transporte público, instalação de equipamentos sociais.

Conforme Gondim (2010) e Freire (2008), a classificação de um território como favela traz um elemento constitutivo da identidade da população que habita a área: a estigmatização no imaginário social de que é um espaço cujos componentes são ligados à pobreza, à violência e à criminalidade. As autoras revelam que as favelas são alvo de estereótipos associados às características do ambiente de moradia e aos comportamentos e atitudes atribuídos aos seus moradores. Além do mais, a mídia e o senso comum qualificam a favela como dissipadora da criminalidade (GONDIM, 2010; FREIRE, 2008).

Durante o período da pesquisa, cinco pessoas da comunidade, sete pessoas do nosso círculo de amizade e duas pessoas de uma entidade de assessoria externa que acompanha a comunidade São Rafael me perguntaram o que eu achava da comunidade, se eu não tinha medo de entrar e circular no território. Estas abordagens foram significativas para perceber: a imagem que algumas pessoas de fora da São Rafael têm da comunidade, imagem de que na comunidade os habitantes são pobres e com um alto índice de marginais, em potencial, imagem que se assemelha ao que Freire (2008) e Gondim (2010) afirmam; e a própria

curiosidade dos moradores ao tentarem saber se eu me sentia desconfortável por ter que frequentar a comunidade.

Um jovem integrante da comunidade (IC) durante uma roda de conversa espontânea na rua disse que certa vez ouviu uma pessoa externa à comunidade dizer que na comunidade São Rafael “só mora quem não presta”. Ele complementou ressaltando a percepção que ele tem acerca do preconceito com a comunidade. Um integrante do banco, que participa de movimentos de articulação local e nacional ligados ao banco comunitário e à rádio comunitária, citou experiências que teve, nas quais as pessoas demonstraram subestimar as competências e a capacidade intelectual que moradores de uma comunidade de baixa renda podem ter.

A construção de uma identidade advém de um processo de negociação intra e interpessoal, numa relação dialética com a sociedade (VERONESE & ESTEVES, 2009; FERREIRA, 1968). Essa estigmatização atrela aos moradores uma identidade deteriorada e depreciativa, em uma relação de subordinação na estrutura social, que não é necessariamente reconhecida pelos próprios moradores da área chamada favela, o que provoca, conseqüentemente, a negação desta identidade de “favelado” (GONDIM, 2010; FREIRE, 2008; HOGGART, 2001; BAUMAN, 1999).

Sete moradores da comunidade, sendo cinco jovens e dois adultos, com os quais conversamos, veementemente afirmaram que a comunidade São Rafael não é uma favela, pois “não há troca de tiros”, não acontecem atos de violência corriqueiramente com os moradores<sup>58</sup>, não existe miséria na comunidade, as pessoas são trabalhadoras, há um senso de boa vizinhança, de apoio mútuo, de troca de favores em meio às necessidades, há uma relação de amizade entre as famílias moradoras, as pessoas se conhecem. Essa questão de ser ou não favela tornou evidente a compreensão de unidade das pessoas como pertencentes a um ambiente que não pode ser julgado como favela.

Um membro de assessoria do banco (AB 5) destacou o sentimento de pertença a comunidade é forte, pois muitas pessoas que moram na comunidade São Rafael não desejam sair do território, tem uma relação “muito boa” com a vizinhança e outros moradores da comunidade. O membro ponderou que esse é um elemento distintivo da comunidade e, talvez, por isso, este sentimento corroborou com tornar a comunidade São Rafael um lugar propício para a implantação de um BCD.

---

<sup>58</sup> Segundo estes moradores a violência na comunidade se efetiva entre os traficantes por dois motivos: “acerto de contas” com os indivíduos que têm alguma dívida de drogas; disputa de mercado consumidor entre os dois grupos opostos, “os de baixo” e “os de cima”.

Quando fizemos a busca na internet por materiais relacionados à São Rafael, nós encontramos várias notícias relacionadas à violência. Verificamos que várias notícias mencionam que os fatos de violência e criminalidade aconteceram na comunidade São Rafael, todavia quando consultamos as pessoas da comunidade, descobrimos que é frequente a mídia divulgar atos que acontecem no bairro Castelo Branco ou na comunidade Padre Hildo Bandeira como tendo acontecido na comunidade São Rafael.

A notícia mais peculiar encontrada foi divulgada em dois portais virtuais, intitulada “Saiba quem são os novos líderes do tráfico de drogas”<sup>59</sup>. Mostramos as notícias para duas lideranças comunitárias, que têm amplos círculos de relacionamentos, e nenhuma delas reconheceu algum dos nomes divulgados e nem reconheceram a imagem da foto publicada na matéria como pertencente a algum espaço da comunidade. A foto parece uma imagem “cinematográfica”<sup>60</sup>, com dois jovens portando armas sem qualquer constrangimento.

Trata-se do que Bauman (1999) chama de “espetaculosidade” na transmissão de atos de violência e que Santos (2005b) denomina de falsificação de eventos na emissão das notícias. Assim, os episódios são maquiados pela mídia, a partir de seus preconceitos, visões e interesses, e entregues ao leitor, ao ouvinte e ao telespectador. Esse direcionamento da percepção do receptor das mensagens provoca a produção de fábulas e mitos no imaginário social (idem).

Quanto à rejeição de “ser favelado”, Hoggart (2001) e Bauman (1999) afirmam que existem pessoas de baixa renda que almejam pertencer a uma classe social mais alta e também existem aquelas que recriminam os indivíduos que se comportam como superiores aos outros membros da sua classe. Freire (2008) em sua pesquisa identificou posturas distintas de moradores da favela dentro e fora da área em questão, numa luta contra o estigma de ser favelado.

Percebemos as mesmas posturas em comentários de quatro jovens acerca de pessoas que buscam outros lugares para morar a fim de não terem mais que “viver na favela”, que usam roupas e sapatos “incompatíveis” com o padrão de consumo da população em geral da

---

<sup>59</sup> Ambos os portais mencionam que a notícia original foi divulgada pelo Correio da Paraíba. Não conseguimos ter acesso à fonte primária. As fontes das notícias são:

- SAIBA quem são os novos líderes do tráfico de drogas. [S.I.], 4 set. 2011. Disponível em: <<https://cratonoticias.wordpress.com/2011/09/04/saiba-quem-sao-os-novos-lideres-do-traffic-de-drogas/>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

- SAIBA quem são os novos líderes do tráfico de drogas. [S.I.], 2 set. 2011. Disponível em: <<http://brejo.com/2011/09/02/saiba-quem-sao-os-novos-lideres-do-traffic-de-drogas-em-joao-pessoa/>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

<sup>60</sup> A foto, constante no Anexo M, pertence à seguinte referência: SAIBA quem são os novos líderes do tráfico de drogas. [S.I.], 4 set. 2011. Disponível em: <<https://cratonoticias.wordpress.com/2011/09/04/saiba-quem-sao-os-novos-lideres-do-traffic-de-drogas/>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

comunidade, que se comportam como superiores às demais pessoas da comunidade São Rafael, buscando afirmar uma identidade distinta da que é imposta pelo estereótipo de ser da ou estar na comunidade.

#### **5.1.8. Os mecanismos de comunicação da e na comunidade São Rafael**

A comunicação é a via pela qual as pessoas compartilham experiências, valores, sentimentos e mantêm uma vida comum. A Rádio Comunitária Voz Popular (RADCOM Voz Popular)<sup>61</sup> tem um papel fundamental no desenvolvimento da comunidade São Rafael, no apoio às ações comunitárias, na disseminação de valores, o próprio movimento de comunicação comunitária (SANTOS 2011).

O espaço da rádio é aberto para as pessoas da comunidade exercitarem a capacidade de refletir e debater sobre os problemas, estimularem práticas solidárias cooperativas, partilharem o saber e o poder, desenvolverem competências múltiplas, disseminarem valores importantes para a comunidade, criarem laços afetivos com e entre os moradores, praticarem o empoderamento social na reflexão e na mobilização para ações coletivas, exporem articulações e parcerias feitas pela comunidade para projetos que beneficiam grupos da comunidade e a comunidade como um todo, exercitarem a liberdade política sem o vínculo político partidário para não beneficiar qualquer candidato especificamente, exporem/debaterem sobre direitos civis e sobre saúde.

Esse conjunto de ações desenvolvidas a partir da construção e transmissão de programas pela rádio comunitária possibilitam o estímulo a um desenvolvimento vinculado às características da comunidade, o reforço ou reformulação de valores e comportamentos (SEN, 2000; SANTOS, 2005b; GOHN, 2004).

Um destaque especial para a reformulação de valores: houve moradores que se opuseram às transmissões da rádio, alegando que a rádio era destrutiva dos bons costumes da comunidade. Depois de conversas com a equipe gestora da rádio e da aproximação e participação destes moradores nas ações da rádio, estes moradores mudaram suas percepções e passaram a reconhecer e defender a rádio como mecanismo de fortalecimento identitário da comunidade, do poder coletivo e de respeito ao ser humano.

---

<sup>61</sup> A Rádio Comunitária Voz Popular tem um conselho comunitário, faz a cobertura dos eventos da comunidade, tem parceria com organizações da localidade, como o Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC), a escola estadual local, a padaria (um empreendimento econômico solidário), e ainda com organizações externas, como governos municipal e estadual. Suas caixas de som estão dispostas não apenas na São Rafael, mas também na comunidade vizinha, chamada de Padre Hildo Bandeira.

Os membros diretamente ligados à rádio local também estão conectados a um movimento maior de articulação: a luta pela democratização da comunicação. Fazer parte deste movimento nacional e estadual fortalece a identidade destes militantes, produz um sentimento de pertencimento social e dinamiza ainda mais as ações locais, dando visibilidade às ações comunitárias em rádios espalhadas pelo estado da Paraíba e por todo o país (GOHN, 2004).

Os membros da comunidade São Rafael contribuem, inclusive, para a multiplicação da tecnologia da rádio em cidades próximas a João Pessoa, tendo um reconhecimento social deste trabalho, sem necessariamente terem um retorno financeiro. Novamente se verifica que a crença ideológica move estas pessoas a partir do “comprometimento” com o desenvolvimento local de outros territórios (SEN, 2000).

Outra estratégia de comunicação e informação é o meio virtual. A gratuidade permitiu inserir a rádio comunitária Voz Popular na internet e construir um site e um blog para publicar informações referentes às ações da comunidade São Rafael e ações em que membros da comunidade participam em articulações políticas e sociais em outros territórios gratuitos. Os meios virtuais de comunicação permitem o desenvolvimento e a propagação de novos saberes e conteúdos, para ampliação das articulações, para fortalecimento do processo de empoderamento social (SANTOS, 2005b; GOHN, 2004).

Os vídeos produzidos por membros da comunidade sobre as ações em que a comunidade São Rafael esteve presente (congressos, lançamentos, inaugurações, protestos, passeatas) possibilitam à sociedade o acesso a tais informações e o uso destas produções como materiais educativos (em escolas, em pesquisas, em exposições de vídeo em diferentes espaços).

Além destes materiais, o Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC) – tratado mais adiante – publicou no próprio site, imprimiu e distribuiu o Informativo Voz Popular, um pequeno jornal com informações relacionadas à comunidade. Já faz alguns meses que o informativo não é produzido e três moradores falaram que sentem falta da distribuição deste material para se manterem informados.

Sobre a produção deste material é importante destacar que a pessoa responsável pela formatação das informações tem demonstrado sobrecarga de trabalho, envolvido com outras atividades comunitárias, em especial com atividades ligadas ao banco comunitário. Essa maior concentração da produção do informativo em uma pessoa entrava os processos de comunicação da comunidade. Essa situação revela a necessidade de distribuição de tarefas, de

encontros educativos para outras pessoas desenvolverem as competências ligadas à produção dos materiais comunicativos da comunidade.

Apesar dessa dinamicidade, Santos (2005b) ressalta que ainda é um número limitado de pessoas que são incluídas nessa troca veloz de informações, dadas às diversas condições de exclusão e de vulnerabilidade que perpassam a vida de moradores de uma comunidade de baixa renda. Isso limita, por exemplo, que apenas parte da população da comunidade São Rafael tenha acesso ao formato de divulgação e a algumas informações expostas na internet pelo CPCC.

### **5.1.9. A contribuição das parcerias para estimular os processos educativos com vistas às ações e ao desenvolvimento comunitários na comunidade**

Duas instituições apresentam maior destaque, nas falas dos entrevistados, por suas contribuições nos processos educativos voltados para ações e desenvolvimento comunitários: a Entidade Beneficente Evangélica (EBE), organização local que não limitou suas ações e seus apoios às atividades religiosas; e a Associação de Prevenção à AIDS (AMAZONA), ONG externa à comunidade e que iniciou sua atuação no território em 1999 com a crença de que a comunidade São Rafael, semelhantemente a outras comunidades, era o que Souza (1987) caracteriza como um potencial espaço de mobilização, organização e luta populares.

A EBE é reconhecida como a principal instituição da comunidade. Sua força de atuação e seu reconhecimento social facilitaram a inserção de instituições externas na comunidade. As parcerias estabelecidas, principalmente a partir do final da década de 1990, subsidiou um processo educativo que provocou o surgimento de novas lideranças comunitárias, muitas das quais continuam envolvidas com a busca pelo desenvolvimento local. O depoimento de um membro de assessoria da comunidade (AC 2) demonstra a importância da EBE:

“Talvez o que na São Rafael a gente tenha de diferença, de diferencial seja o papel da EBE, porque mesmo quando eu cheguei, quando você já tem uma instituição por onde chegar, é diferente, né. E aí, assim, todas elas tinham associação de moradores. Mas a associação de moradores nem sempre é atuante. É também, quando você vai ver, muitas vezes [...]a comunidade tem uma visão, às vezes, não positiva daquela associação, que dificulta a entrada[...]Então, na época em que nós entramos aqui a EBE tinha um papel muito forte dentro dessa comunidade, embora sendo uma instituição evangélica [...] mas isso não era impeditivo [...] era uma instituição evangélica, a gente fazia as atividades lá, mas vinha todo mundo” “Eu lembro nas outras comunidades a gente não tinha uma instituição tão próxima que a gente pudesse já chegar. Então, acho que isso contribui pra... o desenvolvimento das outras parcerias.”

A AMAZONA, quando decidiu atuar na comunidade São Rafael, estabeleceu um diálogo e uma parceria com a EBE, pois esta era a instituição na comunidade de maior referência para os moradores. Ambas as instituições desenvolveram, muitas vezes em parceria, projetos educativos ligados à saúde preventiva<sup>62</sup>, ao cuidado com o meio ambiente, à democratização da comunicação (com a instalação da Rádio Difusora Fala Garotada, em 2000, e institucionalização desta, transformando-a em rádio comunitária, no ano de 2005), à valorização da cultura regional e local, à prevenção ao uso de drogas, à profissionalização, à cidadania, à valorização do gênero e da etnia, entre outros temas.

Os projetos envolveram não apenas crianças, adolescentes e jovens, mas adultos e idosos também contribuíram na construção das ações. Como pano de fundo, os projetos também tiveram o intuito de elevar a autoestima da comunidade. Se estes projetos fossem desenvolvidos pelo banco comunitário seriam chamados de serviços solidários de organização local (FRANÇA FILHO et. al., 2013). Mas, como se pode perceber, há um histórico de processos educativos e de estímulo à organização comunitária antes mesmo do banco comunitário passar a existir na comunidade São Rafael, o que reitera a importância das especificidades desta comunidade.

Antes mesmo da Amazona atuar na comunidade São Rafael, membros da Universidade Federal da Paraíba já tinham atuação na comunidade, todavia, segundo os relatos, apenas a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (INCUBES/UFPB) tem feito um trabalho de apoio e acompanhamento contínuo, iniciado em 2005 numa parceria com a AMAZONA.

A passagem rápida de outros setores da universidade pela comunidade São Rafael é intensamente criticado por moradores e por membros de entidades externas de apoio. Há uma compreensão de que esses outros setores apenas extraem o que desejam da comunidade ou, no máximo, fazem intervenções que não têm continuidade e, portanto, criam expectativas nos moradores, estabelecem um vínculo e interrompem o trabalho, fazendo com que alguns moradores sintam-se “abandonados”.

Quatro entrevistados, dois integrantes do banco (IB 1, IB 2), uma integrante da comunidade (IC 1) e uma componente de assessoria da comunidade (AC 2) destacaram esse fenômeno e refletiram que se as outras pessoas e setores da UFPB tivessem o mesmo

---

<sup>62</sup>O projeto incluiu ações para prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e de gravidez precoce, incluindo educadores externos e internos à comunidade. No caso dos internos, jovens da comunidade destacaram-se por seu desempenho e reconhecimento social do trabalho. Por exemplo, membros da equipe do Posto da Saúde da Família em conversas e em uma entrevista elogiaram o trabalho de prevenção e a atuação da moradora Wanessa Costa Santos nas intervenções dentro da comunidade e na interação com os moradores.

envolvimento com o território, tal como a INCUBES tem tido, a comunidade poderia ter avançado e aprendido mais.

Em 2005 foi institucionalizado o Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC), que congrega outras organizações locais e que tem dinamizado o desenvolvimento comunitário na medida em que carrega apoios internos e externos para a realização de ações que fortaleçam a comunidade. Por causa da atuação dos seus componentes esta entidade, gradativamente, tem conquistado um reconhecimento social entre os moradores.

O CPCC tem estimulado e executado processos e espaços democráticos de decisão e a prática da autogestão social, econômica e política (ALBUQUERQUE, 2003), tal como o que se percebe nos conselhos gestores da rádio comunitária e do banco comunitário, na eleição dos nomes e logomarcas de ambos os empreendimentos, na realização de festas comunitárias.

A Association de Solidarité Internationale (ESSOR), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) são duas instituições que passaram a apoiar a comunidade mais recentemente, a primeira no âmbito de formações ligadas à profissionalização e a criação de um grupo de produção, a segunda, por sua vez, aproximou-se especificamente para acompanhar a criação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico.

O texto abaixo congrega os elementos mencionados sobre o histórico de fortalecimento comunitário e refere-se a uma parte da resposta de uma representante de assessoria da comunidade (AC), que acompanha a comunidade São Rafael desde 1998, à pergunta “O que contribuiu para que a comunidade atingisse o nível de organização atual?”.

“Eu acho que, por exemplo, mesmo aquela crítica que eu fiz, que muitas vezes a universidade vem, pesquisa, vai embora e não tem um... retorno muito grande. Mas, esse contato [...], de algum modo... deixa alguma coisa, né. talvez não deixe o tanto que a gente esperasse que deixasse. Mas, por exemplo, nós quando chegamos, outros já tinham passado, e esses outros nos trouxeram. Então, essa coisa, esse contato, não acho, não é querendo dizer, assim, que a organização vem de fora, é o intelectual que vem e traz. Não, não é isso. [...] a minha visão é uma visão mais equilibrada. Porque se vem um intelectual de fora, mas não tem um potencial localmente, nada se resolve, né. então, eu acho que... é a junção das duas coisas: tem forças externas, tem parcerias externas que vieram, mas tem esse potencial interno que absorveu. E aí [...] o que a gente vê hoje na São Rafael, acho que seria muito... é... injusto dizer: é fruto de uma única iniciativa, né. por exemplo, acho que por mais que a gente diga hoje que esse processo atualmente é um processo mais puxado pela INCUBES, mas é um processo que se não tivesse essa construção anterior de tantas outras experiências da AMAZONA, da ESSOR e tantas outras, né, estratégias que foram mais ou menos bem desenvolvidas, talvez não se chegasse a esse... E aí a gente vê também isso, por exemplo, os jovens que tão no CPCC, uma boa parte deles foram jovens que participaram de projetos da AMAZONA em economia solidária, em parceria com a INCUBES. Então, assim, pra mim é uma conjuntura, uma conjunção de fatores, de... experiências anteriores [...]. Não tiro aí, com certeza, de jeito nenhum o mérito da INCUBES [...] De fato é uma metodologia própria<sup>63</sup>, né, mas que talvez se chegasse

<sup>63</sup> Nesta frase a entrevistada faz referência à metodologia do banco comunitário de desenvolvimento.

num outro momento não tivesse o mesmo... a mesma possibilidade de.. de estabelecer, de consolidar”.

Interpreta-se a partir do conteúdo mencionado neste tópico que as forças intrínsecas à comunidade, a união de esforços locais, o estabelecimento de parcerias com organizações externas criaram uma coalizão colaborativa entre os organismos internos e externos à comunidade (KISIL, 2005; MARIANE & ARRUDA, 2011).

Segundo Gohn (2004), a ação comunitária não se limita a atuação da comunidade por si mesma. Pode haver a colaboração das entidades existentes dentro e fora do território, que constituem a força social que potencializa os recursos locais e aliando-se ao comprometimento com os interesses e características da comunidade (GOHN, 2004; KISIL, 2005; MARIANE & ARRUDA, 2011; SOUZA, 1987).

#### **5.1.10. O exercício da liderança na comunidade**

Existe um grupo de pessoas com idades variadas, de jovens a idosos, que se destacam na comunidade, que gozam de boa reputação, que são vistas como indivíduos íntegros e que despertam confiança nos outros (SEN, 2000). Nós identificamos com clareza nove moradores, sendo duas mulheres, que têm um significativo reconhecimento social. É certo que existem outros líderes, no entanto nos limitamos a identificar aqueles ligados às iniciativas comunitárias que discutimos neste trabalho. São pessoas motivadas pelo “comprometimento”, que se esforçam para serem exemplos para outras pessoas, que sacrificam tempo de descanso e lazer, que doam recursos financeiros, que mesmo adoentadas e/ou cansadas participam de reuniões para discussão de decisões coletivas.

Escolhemos o depoimento de um integrante do banco (IB), que vive na comunidade desde 1952, para demonstrar a visão acerca da credibilidade que algumas pessoas têm perante a comunidade:

“Com certeza daqui a mais uma temporada boa a comunidade vai olhar diferente. Até porque eles estão vendo pessoas que não gostam de pobrema com a justiça, por exemplo, eu, Clelio, Daniel... que não têm pobrema com a justiça, né. Embora que vai ter alguns pobrema... ninguém sabe, né. Pequenos pobrema, mas vai ter. Ai alguém vai se corrigir por nós, vai dizer: ‘Não, aqueles estão ali porque o negocio tá certo’. Eu tenho essa visão, né. [...] E a população vai olhar pra gente e não pro banco, né. Depois é que eles vão olhar pro banco, né. [...] ‘Hummm... os meninos tão ali, Seu Zé Marcos, Wanessa, Daniel, Clelio, né. Né possível que eles vão inventar um banco pra dá errado!’ Eu vejo assim.[...] Eu acredito que a gente tá passando uma boa imagem de confiança pra população, porque como eu já disse: como é que a gente vai entrar num negocio desse... Aí a população vai olhar assim,

como eu já disse: ‘Eles só estão ali porque a coisa é certa, então vamo lá no banco deles. Vamo lá também, né, fazer um empréstimo, vamo comprar alguma coisa, com esse dinheiro deles’.

A noção de co-responsabilidade é perceptível em vários momentos tanto em comportamentos e falas individuais como em discursos enunciados em reuniões com o objetivo de lembrar aos participantes o compromisso assumido. Em algumas reuniões foram verbalizadas frases com “um tom de cobrança” para que os participantes assumissem tarefas para agilizar os processos, uma cobrança pela divisão efetiva de tarefas a fim de minimizar a concentração de responsabilidades em poucas pessoas.

Lévy (2007) assevera a importância da valorização da inteligência coletiva e do leque variado de saberes de cada indivíduo para promover o reconhecimento e o enriquecimento mútuos das pessoas, para mobilizá-las para participarem de projetos coletivos. Isso fortalece a autoestima individual e o reconhecimento da contribuição que cada um pode dar para o andamento grupal.

O processo de aprendizagem coletiva na prática, que inclui uma rotatividade das pessoas na participação de encontros formativos externos, possibilita que cada um tenha a oportunidade de vivenciar e expor o que aprendeu, o que refletiu, o que sentiu. Essa partilha do saber e, portanto, do poder, estimula o reconhecimento da importância de cada participante para a construção coletiva, o estreitamento dos laços sociais, o fortalecimento do sentimento de pertença ao grupo (LÉVY, 2007; BROTTTO, 1997). Os benefícios dessa aprendizagem vivencial cooperativa para o grupo, mencionados por Brotto (1997), confluem numa coesão grupal.

Dahrendorf (1992) acredita que as lideranças impulsionam ações transformadoras que ainda não foram visualizadas e/ou absorvidas pelos demais membros do coletivo. Há dentro e fora da comunidade quem classifique o grupo responsável pelo banco como “doidos” e como “corajosos”. Tal como Dahrendorf (idem, p. 66) afirma, o grupo que tem encabeçado a implantação do banco parece “estar nadando contra a corrente, mas, na realidade, simplesmente sentiu a mudança da maré antes que os outros”. Durante o período de convivência com este grupo diretamente ligado à gestão do banco foi possível perceber que há a crença de que “o banco vai dar certo” e “vai fazer diferença na comunidade”.

É importante destacar que, assim como na experiência de criação do Banco Palmas, na implantação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico foi um grupo pequeno que assumiu o desafio de criar o empreendimento solidário, não houve um engajamento mais amplo por parte da comunidade. Se tomarmos a realidade atual do Banco

Palmas como referência, na comunidade São Rafael é provável que no futuro continue não tendo o engajamento amplo dos moradores da comunidade na consecução de ações comunitárias, as quais não se restringem ao banco.

O conjunto de tarefas que líderes locais podem executar para a promoção do desenvolvimento local enumeradas por Kisil (2005) exige habilidades e competências diversas que superam as condições atuais de algumas lideranças. Mesmo com limites esse grupo tem realizado ações e estabelecido parcerias para potencializar os efeitos das ações, para agregar competências que contribuam para a promoção do desenvolvimento comunitário (KISIL, 2005; MARIANE & ARRUDA, 2011; SEN 2000).

O desafio de descentralizar o poder requer uma liderança rotativa a fim de que as habilidades e competências individuais sejam desenvolvidas, compatibilizando com as demandas situacionais para criar a engenharia do laço social (LÉVY, 2007). Nesse ponto ergue-se uma tensão: o tempo para desenvolvimento de competências e realização de tarefas varia de acordo com os potenciais e estágios de aprendizagem individual, e pode acontecer de determinadas atividades precisarem ser concretizadas com tempo limitado.

Alem do mais, a descentralização do poder pressupõe a superação da relação tradicional líder-seguidores e a concretização da cultura da cooperação e da autogestão em todas as suas dimensões (ALBUQUERQUE, 2003).

Essas considerações deste item serão verificadas na discussão específica sobre a implantação do BCD Jardim Botânico a seguir.

## **5.2. As ações de organização social direcionadas para a implantação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico**

Para refletir sobre o processo de criação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico foi retomada a explanação teórica relacionada à metodologia de implantação de bancos comunitários de desenvolvimento, correlacionada com os enunciados teóricos das três seções do referencial utilizado e com os dados empíricos e documentais levantados durante a pesquisa nos diferentes ambientes em que transitamos, considerando, porém, a dinâmica da pesquisa.

Durante a pesquisa de campo percebemos que os trabalhos de assessoria promovidos pela Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (ITES) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pela Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) assemelharam-se aos

trabalhos indicados na metodologia de implantação de bancos comunitários proposta do Instituto Palmas. Diante da realidade própria da comunidade São Rafael, adaptações precisaram ser feitas e nem todas as atividades enunciadas na teoria foram realizadas, tal como se perceberá ao longo da exposição que segue.

A configuração do banco comunitário depende da dinâmica comunitária local, dos interesses dos moradores do território. Isto implica compreender que a metodologia é flexível para poder contemplar a articulação e a potencialização das ações existentes, dos interesses e das necessidades do coletivo (NEIVA, BRAZ, NAKAGAWA, MASCARENHAS, 2013). Essa flexibilidade na constituição e no próprio processo de implantação pode ser verificada na experiência da comunidade São Rafael, por exemplo: na definição de iniciar o funcionamento do banco apenas com o uso da moeda social; na não realização de determinadas atividades e/ou tarefas discriminadas no modelo teórico de implantação.

A ideia da criação do banco comunitário na comunidade não advém de uma demanda identificada pela própria comunidade. Surgiu da proposição, e talvez possamos até dizer “provocação” da Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES), que já mantinha relação com a comunidade São Rafael desde 2005, a partir de projetos de extensão universitária, em parceria com a ONG AMAZONA, na área de economia solidária para a geração de trabalho e renda no território.

No final de 2011 a INCUBES inseriu o tema bancos comunitários de desenvolvimento na pauta das reuniões institucionais, nas quais dois moradores da comunidade São Rafael, que também eram integrantes da incubadora, participaram das discussões. Com o apoio destes membros, a INCUBES, então, apresentou a ideia para outros moradores da comunidade.

Em janeiro de 2012 a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (ITES), que detinha conhecimento técnico sobre bancos comunitários e adquirira recursos financeiros e humanos advindos da política de fomento e apoio às Finanças Solidárias executada pela SENAES/MTE, passou a acompanhar a comunidade São Rafael no processo de implantação do banco.

Diante destes fatos, entendemos como oportuna uma breve exposição acerca dos projetos de atuação das duas incubadoras em 2012-2013 que corroboraram com a intervenção de ambas na implantação do banco comunitário na comunidade São Rafael.

### **5.2.1. A proposta de intervenção do programa da INCUBES/UFPB**

Em 2005 a INCUBES foi convidada pela ONG AMAZONA para trabalhar o tema da economia solidária na comunidade São Rafael, pois a incubadora detinha um conhecimento que complementava e ampliava a ação desenvolvida pela ONG.

As diretrizes de atuação da INCUBES/UFPB que consideramos mais compatíveis com o trabalho efetivado para a implantação do banco comunitário na comunidade São Rafael são:

1) A “pedagogia da alternância”, que incluiu momentos formativos presenciais, de vivência e de prática para reflexão sobre os processos coletivos de gestão e organização do processo de produção da vida material e social. Essa proposta metodológica, como analisamos mais à frente, potencializou a aprendizagem individual e coletiva;

2) A articulação com as ações e políticas de fomento e apoio à economia solidária, com vistas à promoção da complementaridade entre organizações governamentais, não governamentais e movimentos sociais populares. Essa postura provocou a parceria com a ITES e o apoio à comunidade no diálogo com os governos municipal e estadual (INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS, 2011<sup>64</sup>)

### **5.2.2. A proposta de intervenção do projeto da ITES/UFBA**

O projeto, financiado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), teve como abrangência de atuação oito estados da região nordeste do Brasil, a saber: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte.

Em relação ao estado da Paraíba, constava no projeto o apoio ao Banco Beira Rio, criado em 2008, mas também havia a oportunidade de implantar 06 novos bancos comunitários na região nordeste, com o provimento de materiais e remuneração de agentes de crédito. No diálogo entre a ITES e a INCUBES, esta indicou a comunidade São Rafael para ser incorporada à execução do projeto, haja vista que a incubadora paraibana tinha identificado potencial para implantação da tecnologia social no território mencionado.

No que se refere às atividades enunciadas no projeto, ressaltamos aqui, de forma resumida, as mais compatíveis com o processo de criação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico: 1) “Assessoramento e acompanhamento na estruturação

---

<sup>64</sup> Versão do projeto disponível na comunidade.

da Rede de Bancos Comunitários na Região Nordeste”; 2) “Realização de 02 encontros regionais da Rede de BCDs no NE”; 3) “Criação e manutenção de 01 (um) Fórum Permanente Virtual da Rede de BCD’s no NE”; 4) “Criação da identidade visual dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento por meio do desenvolvimento e produção de material de comunicação”; 5) “Assessoria e acompanhamento na implantação de 06 (seis) novos BCD’s, por meio da atuação de 06 (seis) Agentes de Crédito Comunitário”; 6) “Realização de 06 Cursos Estaduais de capacitação em finanças solidárias e gestão de BCD’s com 20 participantes cada”; 7) Realização de 04 (quatro) Intercâmbios de Experiências entre BCD’s no NE com 10 participantes cada” (idem, p. 7). Ao longo desta seção de análise estas atividades são retomadas.

### **5.2.3. Os aspectos iniciais para a implantação do BCD Jardim Botânico**

Conforme mencionamos anteriormente, a INCUBES tem realizado ações de fomento à economia solidária na comunidade desde 2000, e ao longo de anos já teve moradores da comunidade, inclusive duas lideranças comunitárias fortes, Wanessa Costa Santos e Daniel Pereira dos Santos, compondo o quadro discente da organização na realização de atividades diversas e atuando de forma direta na própria comunidade São Rafael e em outros territórios.

Durante todo o processo de implantação do banco a INCUBES teve como membro de sua equipe o aluno Daniel Pereira dos Santos - liderança reconhecida pelo coletivo da comunidade como uma forte referência de atuação, de comunicação, de articulação – o qual exerceu papéis múltiplos, enquanto assessoria da INCUBES e enquanto membro da comunidade, do Conselho Gestor do banco e da entidade responsável pela legalidade do banco.

Esses aspectos – tempo de atuação no território e composição da equipe com moradores da comunidade São Rafael – estruturaram um vínculo com a comunidade que facilitou o levantamento das condições necessárias e favoráveis para a instalação do banco, tais como o engajamento de membros e organizações com ações no território interessados em assumirem o projeto do banco.

Em abril de 2012 iniciamos a participação nas reuniões da INCUBES, o que possibilitou inúmeras anotações no diário de campo. Um aspecto importante dessas observações foi a percepção de que havia entre os membros do grupo uma crença positiva acerca do potencial da comunidade São Rafael para a implantação da tecnologia social. Podemos até acrescentar que o grupo da INCUBES, ao longo do processo, depositou cada vez

mais confiança na dinâmica associativa e mobilizadora do coletivo de lideranças da comunidade.

Um dos membros de assessoria do banco (AB 4) - componente da INCUBES e detentor de um histórico de acompanhamento à comunidade São Rafael desde 2009 - verbalizou que a INCUBES, na ideia de criar mais um banco comunitário em João Pessoa, levou em consideração a relevância do conhecimento que se tinha acerca da organização social da comunidade São Rafael, do acúmulo de aprendizado coletivo, da vivência de gestão do grupo de produção Jovem Pão e da rádio comunitária.

Essa trajetória comunitária, na visão da INCUBES, era fundamental para a implantação de uma tecnologia social cuja estrutura se fundamenta na base comunitária de mobilização e ação coletiva.

É importante ressaltar que o forte perfil de liderança de Daniel, com suas múltiplas competências reconhecidas pelos coletivos da comunidade e da INCUBES, alimentou a posição da incubadora de estimular e legitimar a presença deste membro nas articulações dentro e fora da comunidade e da incubadora.

Concomitantemente, foi perceptível que a condição de liderança em duas frentes, enquanto membro da entidade de assessoria e membro do conselho gestor, fez com que ele tivesse que lidar com papéis diferentes que nem sempre o deixou em situação confortável, como por exemplo, na negociação entre os diferentes atores sociais acerca da data de inauguração do banco comunitário.

Outro elemento a destacar é a trajetória de processos educativos, mobilização e organização comunitária da comunidade São Rafael, que facilitou a construção coletiva de interesses e compromissos dos atores locais identificados com a tecnologia social. Estes atores locais, que inicialmente assumiram fazer parte da comissão provisória até a inauguração do banco, assumiram a continuidade da gestão coletiva do empreendimento e à condução do desenvolvimento local incorporando estratégias diversas.

#### **5.2.4. As primeiras ações e definições do processo de implantação**

Na metodologia de implantação há a indicação de realização do Seminário de Sensibilização, que deve incluir diferentes organizações e lideranças locais para adquirirem um entendimento básico acerca da tecnologia social (INSTITUTO PALMAS, 2011). Na experiência da comunidade São Rafael, antes do Seminário foram promovidas reuniões explicativas sobre BCDs e uma preparatória para o Seminário, que contaram com a

participação de membros do Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC) e da INCUBES.

Segundo um integrante do banco (IB 1) quando a INCUBES apresentou a proposta do banco comunitário para um grupo de lideranças comunitárias, logo estas pessoas consideraram que era uma boa ideia para a comunidade. Ao mesmo tempo, por causa da frustração com o fracasso de uma experiência com uma cooperativa de serviços na comunidade, entre os anos 2000 e 2001, o grupo manifestou rejeição à implantação no curto prazo e se propôs a entender melhor sobre o tema para poder avaliar e decidir sobre a criação do BCD.

A etapa seguinte foi a realização do Seminário de Sensibilização<sup>65</sup>, em 26 de janeiro de 2012, e contou com o apoio da Associação de Moradores da Comunidade São Rafael (AMCSR), da Entidade Beneficente Evangélica (EBE), da INCUBES, do Grupo de Alcoólicos Anônimos São Rafael, da Igreja Nazareno, Assembleia de Deus Missão. Participaram da atividade a ITES e cerca de 40 pessoas da comunidade, incluindo comerciantes.

Em entrevista com o integrante do banco (IB 1), percebemos que eram latentes o temor, a insegurança e a relutância do coletivo local para assumir o compromisso de conduzir a implantação de um banco na comunidade. IB 1 lembrou que “No começo foi uma confusão! E aí logo no começo eu não acreditava”. O entrevistado relatou que, no Seminário, ele verbalizou para os representantes da incubadora que o coletivo não assinaria qualquer documento e não assumiria qualquer compromisso porque as lideranças ainda não sabiam se o banco seria uma experiência que daria certo.

Mesmo com o grupo local ainda com dúvida e com desconfiança, as lideranças locais decidiram “arriscar”. À medida que o tempo passou, que as formações, intercâmbios e reuniões aconteceram, o desconforto e a insegurança do grupo diminuíram gradativamente.

Para dar visibilidade ao tema banco comunitário aos moradores locais, em 2012 o CPCC realizou duas exposições de vídeos no projeto Cinema na Rua<sup>66</sup>.

No mês seguinte ao Seminário o CPCC e a INCUBES promoveram uma reunião, na qual foi composto o conselho gestor do banco, uma comissão provisória para a condução cooperativa e autogestionária do processo de criação do banco (SILVA JR., 2008; MELO NETO & MAGALHÃES, 2008).

---

<sup>65</sup> O Convite do Seminário de Sensibilização elaborado pelo Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC) e distribuído na comunidade para divulgação da atividade consta no Anexo N.

<sup>66</sup> A primeira exposição incluiu a entrevista que Joaquim de Melo concedeu à Natura sobre o Banco Palmas e a segunda contemplou vídeos produzidos sobre experiências de bancos comunitários no país.

Embora a sugestão do Instituto Palmas (2011), na primeira etapa da metodologia, seja a formação de uma comissão provisória, o grupo de lideranças locais decidiu formar o conselho gestor com uma atuação permanente, vigorando até o presente momento, e com uma estrutura flexível, isto é, com abertura para a entrada de outras entidades da comunidade.

O conselho gestor está composto por moradores e por representantes de entidades locais – Associação de Moradores da Comunidade São Rafael (AMCSR), Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC), Entidade Beneficente Evangélica (EBE), Igreja Assembléia de Deus de Missões, Igreja do Nazareno – que atuam no território em atividades diversas. O grupo de Alcoólicos Anônimos (AA) da localidade será convidado a também fazer parte do conselho.

Embora a comunidade São Rafael já tenha na sua história a constituição de espaços para discussão sobre questões comunitárias nos âmbitos político, ambiental, comunicacional, social – como, por exemplo, o conselho comunitário de comunicação, criado em 2005 para fazer a gestão da Radio Comunitária Voz Popular, a associação de moradores, o CPCC, o grupo produtivo Jovem Pão – na experiência do conselho do banco comunitário incorpora-se a relação socioeconômica com uma abrangência territorial mais ampla, dá-se continuidade ao exercício de uma pedagogia política transformadora para e no território (FRANÇA FILHO, 2013; MELO NETO & MAGALHÃES, 2006).

O conselho de avaliação de crédito (CAC), que atua diretamente na execução das atividades do banco, é formado por 04 moradores da comunidade, sendo 02 agentes de crédito, 01 representante da entidade gestora – CPCC – e 01 representante dos comerciantes locais. Estes moradores refletiram, junto com o conselho gestor, sobre as questões sociais, econômicas, políticas e culturais ligadas ao desenvolvimento local do território (FRANÇA FILHO, 2013; MELO NETO & MAGALHÃES, 2006).

Quanto à instituição legítima e representativa do local que assume o papel de abrigar legalmente o banco comunitário, no caso da comunidade São Rafael, é o Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC) que faz esse papel e já desenvolveu, com vários parceiros de caráter governamental e não governamental, em anos anteriores, ações ligadas à economia solidária, à cidadania, à educação popular, à democratização da comunicação.

Segundo o entendimento da ITES, essa organização, que abarca juridicamente o banco, contempla uma instância sociopolítica, num exercício de democracia local e configura-se como um espaço de auto-organização e de proximidade (INCUBADORA TECNOLÓGICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, 2010).

O CPCC é fruto de um investimento em processos educativos, cujos principais promovedores são a EBE, a AMAZONA e a INCUBES. Percebemos isto porque os membros do centro tiveram envolvimento com as atividades formativas das três instituições citadas, desenvolveram a capacidade de refletir sobre o mundo e de almejar a melhoria da qualidade de vida no território, segundo os depoimentos de um membro de assessoria do banco (AB 6), dois membros de assessoria da comunidade (AC 1 e AC 2) e dois integrantes da comunidade (IC 1 e IC2). O relato de IC 1, integrante da comunidade, mostra a organização comunitária como fruto de um longo processo educacional no território:

“Entra governo, sai governo. Bota melhoria, às vezes não. Mas a organização comunitária ela é forte! Né? E... a comunidade São Rafael é exemplo. Pode ser citada como exemplo pra isso. Desde o próprio Centro [CPCC] até a própria organização da associação. Porque quando eu cheguei aqui nem sabia que existia associação, de tão fraca que ela era. Hoje ela não tá tão... como a gente almejava. [...] Então essa construção que eu tô te colocando, pra mim, é marco na comunidade. Por isso que eu coloco como educação, né? É uma coisa de desconstruir pra construir”.

A partir da interação com moradores da comunidade, destacamos que o CPCC, pela sua natureza tem uma atuação ligada a, pelo menos, três importantes papéis: o de criar a possibilidade de institucionalizar um grupo de lideranças juvenis e adultas na comunidade para a realização de atividades e projetos no local; o de tornar-se a via para a congregação de entidades locais na reflexão e, por conseguinte, a consecução de ações coletivas no território num somatório de esforços; e o de viabilizar a institucionalização da rádio difusora, transformando-a numa rádio comunitária FM, disseminadora de informações relevantes para a comunidade local.

A decisão por tornar o CPCC a entidade jurídica do banco comunitário tem promovido e ainda promoverá modificações significativas na dinâmica comunitária local. Estas modificações transcendem as reformulações estatutárias, pois novas responsabilidades institucionais são assumidas pelo grupo local, o que empoderará ainda mais a comunidade no desenvolvimento de competências, no estabelecimento de articulações e parcerias, na apresentação de projetos de financiamentos que tenham o CPCC como proponente, já que ainda prepondera a apresentação por instituições parcerias externas à comunidade.

Essas atividades podem ser encaradas como um processo educativo/formativo necessário para o desenvolvimento das atividades de economia solidária.

### 5.2.5. O processo educativo/formativo

Faz parte do processo educativo uma conjunção de influências, decorrentes de relações intra e interpessoal, que incluem os conteúdos assimilados, modificados, acumulados durante toda a vida do ser humano nas. Essa conjunção surge e se processa em diferentes espaços e situações, com diferentes finalidades, permeadas por jogos de forças existentes em cada sociedade e em cada tempo.

É importante destacar que na cultura em que estamos submersos perpassa a concepção de que, segundo Singer (2005, p. 15), “no plano econômico, cada um está condicionado a afirmar seus interesses individuais, vistos como antagônicos aos dos outros”. Conseqüentemente, o autor aponta como necessidade relevante um processo de “reeducação coletiva”, que é um desafio pedagógico porque o verdadeiro aprendizado do relacionamento cooperativo, democrático e autogestionário é efetivado com a prática.

Libaneo (2009) assevera que na ação educativa o meio social influi nos indivíduos a partir de conhecimentos, experiências, valores, crenças, modos de agir, técnicas e costumes, acumulados por gerações de indivíduos e grupos. Estes, por sua vez, assimilam e recriam essas influências, tornando-se capazes de estabelecer uma relação ativa e transformadora com o meio.

No projeto da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (2010) a formação é mencionada como um dos eixos do processo de incubação de redes locais de economia solidária, como uma permanente necessidade a ser suprida ao longo do processo de incubação, abrangendo, simultaneamente, a dimensão de sociabilidade e a de gestão do conhecimento, tendo como alvo a construção de uma cultura do trabalho democrático e autogestionário. No documento consta, ainda, que a formação é diretamente proporcional às características do público alvo, o qual, geralmente, apresenta muitos déficits educacionais.

No que tange aos encontros formativos do projeto de criação de bancos comunitários, a ITES realizou quatro formações no território, com a participação do grupo local e da INCUBES, e viabilizou a participação de membros da comunidade São Rafael em atividades formativas externas à localidade<sup>67</sup>. Além do mais, a INCUBES incluiu membros da

---

<sup>67</sup> VI Encontro da Rede Baiana de Bancos Comunitários, no I Encontro Nordeste de Bancos Comunitários, no III Encontro Nacional da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, na Inauguração do Banco Comunitário Rede Opala no Piauí, na visita ao Banco dos Cocais. Na busca por aprender mais sobre a experiência de gerir um banco comunitário, por iniciativa própria um integrante do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico visitou o Banco Comunitário Cidade de Deus.

comunidade São Rafael na viagem para vivência da dinâmica de funcionamento do Banco Palmas.

É importante reafirmar que várias lideranças comunitárias locais já tiveram envolvimento com diversas atividades comunitárias, já participaram de formações sobre temas variados, inclusive sobre economia solidária. Na avaliação de um membro de assessoria do banco (AB 1), o grupo que conduz a implantação do banco na comunidade São Rafael apresenta um acúmulo de aprendizagem que faz com que os momentos formativos tomem um andamento diferente:

“Acho que tem um grupo que... já tem uma caminhada [...] dentro de outros trabalhos, ou dentro de movimento social. As formações aqui sempre o pessoal é bastante ativo, bastante crítico, bastante atento a... ao que pode ser feito pro bem estar da comunidade. Eu acho que isso é um diferencial importante que a gente não acha em qualquer lugar.”

Durante o processo de pesquisa de campo pudemos perceber em diferentes momentos a importância e a necessidade de processos formativos contínuos. As duas principais lideranças juvenis da comunidade, por diversas vezes, ressaltaram essa demanda, explanaram a fragilidade que se instala no processo de organização coletiva na medida em que as formações passam a ser escassas.

Vale ressaltar que o tema da economia solidária não é estranho para vários dos membros do conselho gestor e do comitê de avaliação de crédito (CAC) e moradores da comunidade de diferentes faixas etárias. A parceria que a AMAZONA fez com a INCUBES possibilitou a realização de processos de formação em economia solidária e temas afins ao longo de anos, cujas reverberações foram verbalizadas em diferentes momentos da pesquisa de campo.

Em síntese, essas formações subsidiaram a capacidade de refletir sobre a realidade e possibilitaram a inserção dos participantes das formações em espaços de geração de trabalho e renda tradicionais e cooperativos, em movimentos sociais, em ações comunitárias, em articulações políticas.

Do segundo encontro formativo promovido pela ITES, chamado pela metodologia do Instituto Palmas como Seminário ABC da Economia Solidária (INSTITUTO PALMAS, 2011), participaram pessoas de diferentes segmentos, interessadas pela temática. Foram abordados aspectos da economia solidária, já conhecidos por alguns dos participantes, e conteúdos relacionados às finanças solidárias e aos bancos comunitários, ainda desconhecidos de quase todo o grupo de participantes. A explanação sobre experiências de outros bancos

comunitários subsidiou um melhor entendimento acerca do tema e isto teve valor reconhecido pelos participantes.

Os intercâmbios são reconhecidos pelos integrantes do banco como excelentes estratégias de promoção de uma aprendizagem que suscita significado e aplicabilidade do conhecimento prático, e por vezes teórico. A Pedagogia da Alternância apresentou benefícios, na medida em que incorporou, enquanto momentos de formação, as vivências e os exercícios práticos para a experimentação, ampliação e aprimoramento dos aprendizados (INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS, 2011; INCUBADORA TECNOLÓGICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, 2010).

De acordo com a proposta metodológica da ITES, tratar dos processos coletivos de gestão e organização do processo de produção da vida material e social sob a forma de experimentação no local de trabalho e de vivência do cotidiano faz emergir elementos para processos de debate, questionamentos e reflexão nos momentos das experiências e nos momentos formativos presenciais (INCUBADORA TECNOLÓGICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, 2010).

A interação com pessoas que vivenciam situações, desafios e angústias semelhantes e a partilha de tais elementos favorecem a compreensão das questões, das dúvidas, dos conflitos tratadas nesses momentos pedagógicos. A partilha pode promover uma diminuição da sensação de insegurança e isso pode ser percebido na experiência de três integrantes do banco (IB 2, IB 3 e IB 7) que, ao testemunharem as vivências práticas de outros bancos comunitários perceberam que é viável a implantação e a gestão desses empreendimentos.

Apesar desses momentos de vivências fora da comunidade São Rafael durarem poucos dias, eles provocam uma intensidade na aprendizagem por conta dos significados atribuídos pelos aprendizes. E mesmo não sendo possível a participação presencial de todos os membros do conselho gestor e do CAC nas vivências externas, a partilha das experiências e das percepções nas reuniões do grupo responsável pela gestão do banco contribuiu para que os membros do coletivo, gradativamente, passassem a compreender melhor a viabilidade da iniciativa coletiva e os caminhos a serem percorridos.

Após o retorno do Encontro Nordeste de Bancos Comunitários, que aconteceu nos dias 6 e 7 de dezembro de 2012 e que reuniu representantes de territórios nordestinos envolvidos com bancos comunitários, um integrante do banco (IB 3) apresentou na reunião do conselho e do CAC um relatório sobre a viagem e sua experiência.

Este acontecimento compreendeu um conjunto de elementos subjetivos da relação deste membro com os demais companheiros da gestão do banco: gratidão pela confiança do grupo em permitir que ele representasse o coletivo e em acreditar que ele aprenderia no encontro e que repassaria o aprendizado para o grupo; satisfação pela oportunidade de participar de um encontro formativo fora do território da comunidade São Rafael, de poder conhecer relatos e interagir com pessoas ligadas à criação e gestão de BCDs em outras localidades; compromisso de contribuir para a aprendizagem coletiva, citando o que viu, o que sentiu e o que refletiu; motivação para estimular os demais integrantes do banco a continuarem envolvidos com a implantação do banco comunitário e na execução de projetos voltados para o desenvolvimento local, sustentável e solidário; crença de que os valores da economia solidária são possíveis de serem concretizados; alegria por estar envolvido em um grupo responsável por implantar um banco comunitário na comunidade porque este, na visão dele, é um mecanismo de transformação da realidade local.

Na parte final do relatório sobre a viagem, IB 3 escreveu o seguinte:

“Este encontro trouxe-me um melhor entendimento sobre o assunto, além de conhecer pessoas fantásticas com potencial de conhecimento na área de Bancos Comunitários, trouxe-me uma perspectiva e um diferencial para ser aplicado em nossa comunidade, além de uma troca de informações e conteúdo [...]. Meus agradecimentos pela confiança e a oportunidade de enriquecer meu curriculum intelectual e participar desse projeto para mudança de nossa sociedade local. AVANTE.”

Para Instituto Palmas (2011) e Costa (2010a) a etapa da Oficina de Planejamento inclui a delimitação das formas de funcionamento e de gestão do banco, os produtos e serviços que serão disponibilizados, os instrumentos de gestão – formulários, fichas de cadastro, política de juros, procedimentos e ferramentas de análise de crédito e outros.

Esta fase também contempla o providenciamento da documentação para registro junto aos órgãos oficiais do poder público federal, estadual e municipal, a abertura de conta corrente, o registro em cartórios, as assinaturas dos convênios. Na experiência da comunidade São Rafael, é importante destacar que as atividades contempladas nesta fase demandaram meses e nem todas foram concluídas até o momento da inauguração, que aconteceu no dia 27 de maio de 2013. A explanação dos fatos para esclarecimento das atividades desta etapa segue abaixo.

Na Oficina de Planejamento o coletivo mencionou para a ITES que tinham sido eleitas as linhas de crédito para grupo, para indivíduo, para produção e para consumo, contudo, ainda era preciso definir melhor a política de juros e outras questões financeiras. Outras reuniões e

formações foram realizadas, entretanto até o momento da inauguração, nem toda a política financeira do banco estava definida, incluindo questões consideradas por membros da ITES como elementares no que se refere à política de um banco comunitário.

Em outubro de 2012, a ITES propôs, como pauta do encontro, novamente o funcionamento e a gestão do banco, incluindo alguns instrumentos de gestão e o correspondente bancário. Na oportunidade seriam entregues e explicados alguns documentos e enumerados encaminhamentos para o coletivo da comunidade São Rafael providenciar. Nem todos os documentos foram entregues e, ao que parece, nem todas as dúvidas do coletivo foram esclarecidas, pois, em momentos subsequentes, foram comunicadas interpretações distintas por parte de membros do coletivo da comunidade São Rafael acerca de alguns assuntos.

Nos dias desse encontro de formação passou a ser mais evidente que as definições construídas pelo coletivo, com ou sem a presença de membros das incubadoras, não emergiam com facilidade, e nem estavam disponíveis os registros impressos ou digitais sobre tais definições para facilitar o resgate das decisões anteriores.

Percebemos que, na dinâmica de interação dos dois grupos de atores sociais nesta experiência – incubadoras e coletivo comunitário, não havia o hábito de levar para as reuniões as decisões e encaminhamentos tomados, sob a forma escrita, a fim de garantir a lembrança do que já fora definido e a continuidade do processo de debate a partir do ponto anterior. Salientamos que esse tipo de situação não desqualifica o trabalho coletivo, porque, guardando as devidas proporções, é recorrente em diferentes coletivos. Isso pode revelar os diferentes ritmos das pessoas na participação coletiva.

Um exemplo que pode ser citado é o do tema da política de crédito, da qual alguns aspectos, após definidos, precisaram ser debatidos novamente em pelo menos mais dois momentos que incluíram os dois grupos de atores sociais, coletivo comunitário e incubadoras, por conta da falta de clareza acerca do que fora definido anteriormente.

Uma observação interessante, que ficou ainda mais evidenciada no encontro formativo em outubro de 2012, foi a forma como as pessoas da comunidade participaram do momento educativo. Tais pessoas, que em geral são excluídas do sistema financeiro tradicional, interagiram com o mediador, envolveram-se com os conteúdos abordados sobre questões financeiras.

Verificamos um salto no acesso a um tipo de conhecimento que, em geral, não faz parte da realidade da população de baixa renda. Tal como afirmam os teóricos França Filho (2013)

e Singer (2013; 2005), o aspecto revolucionário da tecnologia social dos bancos comunitários é a democratização da economia desde a sua compreensão até a sua execução.

Neste encontro formativo de outubro, quando houve discussão sobre empréstimos em moeda nacional e em moeda social, foi entregue para o coletivo um modelo de tabela de crédito para preenchimento pelo conselho, incluindo a definição dos critérios para empréstimo. No momento de formação, que antecedeu a inauguração do banco, este assunto foi retomado e, novamente, houve um debate, só que desta vez foi recuperado o arquivo escrito em que constavam os critérios definidos anteriormente.

Na etapa final da metodologia de criação de bancos comunitários consta o treinamento da equipe para o funcionamento das atividades financeiras do banco. O momento final, com a discussão de possibilidades de casos de clientes, que aconteceu dias antes da inauguração, foi muito importante e produtivo. Além do mais, a capacitação dos agentes de crédito com um treinamento prático acerca dos controles contábeis, emissão e gestão do sistema de moeda social e outros assuntos foi avaliada pelo comitê de avaliação de crédito (CAC) como muito produtiva.

Quando o correspondente bancário da comunidade São Rafael for funcionar e que já houver a disponibilização do serviço de crédito, está prevista, na metodologia, uma vivência em um banco em funcionamento, a fim de que os agentes sejam capacitados nas atividades financeiras, contábeis e administrativas para a execução das atividades.

Segundo o que observamos e ouvimos, devido a vários fatores – prazo de execução do projeto, distância entre comunidade e sede da ITES, compatibilidade de agenda entre incubadoras e comunidade, disponibilidade de tempo reduzida do conselho e do CAC) por conta dos compromissos e da carga horária profissionais – foram realizados quatro encontros formativos com tempos curtos de duração.

Os quatro encontros formativos com a comunidade, em que membros da ITES facilitaram o processo educativo, precisaram ser intensivos para aproveitar o tempo de permanência dos técnicos na cidade de João Pessoa. Mas a complexidade e o volume de conteúdo, sugeridos nas etapas de criação de um banco comunitário, excederam o tempo das formações realizadas e o grupo local precisou buscar alternativas para minimizar as dúvidas que emergiram ao longo da caminhada.

Houve atrasos para início de algumas formações, adiamentos de datas e cancelamento de turnos previstos nas formações. Tudo isso implicou numa quebra de ritmo das formações como também numa redução do tempo de processo educativo sobre a implantação e a gestão do banco com a equipe de assessoria da ITES.

Além do mais, observamos e ouvimos reclamações de um integrante do banco (IB 2) e de uma integrante da comunidade (IC 2) sobre momentos em que foi necessário ir até as residências de membros do conselho e do CAC para pedir que estes participassem da reunião/formação marcada, para reafirmar a importância da participação destas pessoas e relembrar os acordos dos horários estabelecidos. Esses atrasos e ausências implicaram em prejuízos para o aprendizado coletivo.

Apesar desse conjunto de aspectos que interferiram negativamente no processo educativo, com base nos diálogos que presenciamos, o processo de aprendizagem do grupo local possibilitou que o coletivo se tornasse menos desconfiado, mais crente e motivado para prosseguir na criação e gestão do Banco Comunitário Jardim Botânico.

Há reconhecimento generalizado por parte dos integrantes do banco acerca da importância e do benefício dos momentos educativos em diferentes espaços e, principalmente, da relevância do contato com outras experiências para a afirmação de que o banco comunitário pode ser vetor para o desenvolvimento e fortalecimento de territórios empobrecidos (INSTITUTO PALMAS, 2011).

O integrante da comunidade (IC 3) relatou que entrou no processo de criação do banco com uma visão de “cultura de subsistência”, ou seja, com uma crença de que o banco comunitário teria um caráter assistencialista. Na medida em que o tempo passou, ele relatou que compreendeu melhor a proposta do banco comunitário, mudou sua visão e passou a acreditar no potencial transformador de um empreendimento deste tipo numa comunidade pobre.

Já o integrante do banco (IB 3) mencionou que sua participação nos diferentes processos educativos e sua busca por entender melhor a economia solidária e os bancos comunitários fizeram-no perceber que o banco comunitário empodera as pessoas: “O banco é uma arma contra tudo porque ele setoriza a visão empresarial e a visão de economia. A economia fica na palma das mãos das pessoas”.

Um ponto a destacar é a importância do registro da memória do processo de implantação do banco, e de outras atividades, uma vez que se trata da história de uma comunidade, refere-se à identidade de uma coletividade. No nosso caso, o cuidado com o registro foi feito para que pudesse fundamentar o presente trabalho acadêmico e, aproveitando-o, pudesse também beneficiar o arquivamento por parte dos atores envolvidos acerca da memória do processo. Mas, conforme mencionado anteriormente, a prática de registrar e de retomar os registros para o bom andamento das ações comunitárias precisa ser melhor cuidado.

Halbwachs (2006) discorre que é natural que elementos do passado sejam esquecidos. A lembrança, por sua vez, é uma reconstrução do passado, que incorpora dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções realizadas em tempos anteriores. Tais dados, imagens e testemunhos, já se apresentam bastante alterados, mas são estes que dão corpo às lembranças.

Com o tempo, os lapsos de registros se acumulam e as memórias dos moradores ficam danificadas, o desenho da história da comunidade perde traços importantes. Nesta experiência percebemos que é útil para a comunidade um processo educativo sobre sistematização. Já existe uma política nacional, promovida pela SENAES, para estímulo ao registro. Nesse sentido, talvez seja interessante para a comunidade e para as entidades parceiras buscarem oportunidades e estratégias para suprir essa demanda de conhecimento. Mas também é preciso reconhecer o limite da prática da escrita de muitos moradores de comunidades de baixa renda, as quais assumem a execução da tecnologia social dos bancos comunitários.

Falkembach (2006, p. 5) explica que a sistematização “possibilita, a partir dos lugares que ocupamos e dos tempos em que vivemos, transformar nossas práticas sociais em objeto de reflexão, produção de conhecimentos e aprendizagens”. A sistematização possibilita a reflexão e a aprendizagem com a própria experiência, mas não é uma tarefa fácil, e por isso, como a própria autora menciona, a sistematização acaba se tornando um tanto quanto “elitizada” (FALKEMBACH, 2005).

As restrições ou limitações observadas são, contudo, desafios a serem superados.

#### **5.2.6. A relação com o poder público**

Segundo o Instituto Palmas (2011), o apoio do poder público para o projeto é de grande relevância, mas não é imprescindível. Na experiência da comunidade São Rafael, até o momento da inauguração, diálogos e tentativas de diálogos foram realizados com representantes do governo municipal e estadual, da dimensão do poder executivo, momentos estes em que, com ou sem a presença de membros de entidades externas de apoio, pelo menos um integrante do banco da comunidade esteve presente. Todavia, não houve avanço no que tange a um apoio efetivo à iniciativa do banco.

Há um projeto, apresentado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, do governo estadual da Paraíba, que foi submetido à seleção da Chamada Pública da SENAES/MTE, de N.º 02/2011– Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária para o Desenvolvimento Local e Territorial, visando a superação da extrema pobreza. O projeto,

cuja aprovação foi divulgada pelo comitê de avaliação da SENAES em 23 de setembro de 2011 (SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011a), até o presente momento ainda não foi executado.

Segundo informação coletada em uma reunião do conselho gestor do Banco Comunitário Jardim Botânico, o grupo não sabe ao certo o motivo da não execução, mas tem conhecimento de que o supracitado projeto inclui ações de apoio a seis bancos comunitários em seis cidades do estado da Paraíba, inclusive, a contratação de agente de crédito. A comunidade São Rafael, por sua vez, é um dos territórios que será beneficiado com a concretização das ações deste projeto.

A compreensão anterior sobre o papel do Estado – acumulada ao longo das experiências comunitárias e das lutas sociais por melhorias na comunidade – aliada às aprendizagens adquiridas – a partir das vivências em outras localidades onde funcionam bancos comunitários e das participações em encontros de formação com representantes de outros territórios envolvidos com esta tecnologia social – fizeram o grupo local da comunidade São Rafael perceber os tipos de apoio que governos de outras localidades concedem às iniciativas de finanças solidárias e o papel do Estado na promoção do bem estar da população que vive em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Em um dos momentos em que o conselho gestor e o conselho de avaliação de crédito (CAC) estiveram reunidos, o integrante do banco IB 2 mencionou com clareza o direito que a comunidade São Rafael tem de solicitar o apoio do poder público local, haja vista o que ele presenciou em outras experiências: “As outras experiências mostraram que a maioria das prefeituras apoiam os bancos, e nós queremos que isso aconteça aqui!”

Neiva, Braz, Nakagawa, Mascarenhas (2013, p. 113) alertam para a questão de que “as finanças solidárias não podem ser vistas pelo poder público apenas como agentes que capilarizam as ações governamentais”. O protagonismo comunitário é antagônico à condição da comunidade como mera recebedora, acrítica e passiva das políticas governamentais e como mera executora de ações governamentais. Essa concepção pode ser verificada em falas de membros do conselho gestor e do CAC em reuniões e em diálogos informais.

Após o término das reuniões do conselho gestor, por vezes, acontecem conversas sobre algumas questões ligadas direta e/ou indiretamente à realidade da comunidade. No mês dos preparativos para a inauguração do banco, abril de 2013, certa vez, o aspecto da política surgiu na conversa pós reunião. O integrante do banco IB 3 mencionou que recebeu uma proposta de remuneração por parte de um vereador da Câmara Municipal de João Pessoa da gestão atual para ser um articulador na comunidade São Rafael e representar o governante. IB

3 reproduziu a resposta para o vereador: “Olhe, guarde o seu dinheiro [...] Eu não quero não. Eu faço um trabalho com você pela uma instituição chamada Câmara Municipal, mas com o vereador ‘X’<sup>68</sup> eu não quero”.

IB 3 justificou a rejeição da proposta de ser remunerado por um vereador porque a proposta criava um caráter de favor pessoal, pois o comportamento do político não representava o compromisso com o bem estar da comunidade, mas como uma oportunidade de garantir um “cabo eleitoral” para fazer campanha dentro do território. A fala de IB 3 sobre a resposta dada ao parlamentar foi a seguinte:

“Sabe... Esse não é o objetivo. Porque, a gente não pode tá nas mãos das pessoas. A gente pode tá na mão das instituições. Porque vai sair, entrar outro<sup>69</sup>. Entendeu? [...] Eu fico muito triste assim, sabe? Porque a gente vê que as pessoas se aproveitam... E... eu não quero me aproveitar, porque se eu for me aproveitar eu vou ser mais um... E num é isso... num é isso que a gente quer pra, pra comunidade”.

A mesma opinião foi percebida a partir das falas de três integrantes da comunidade (IC 1, IC 3, IC 4) e dos integrantes do banco (IB 1, IB 2, IB 3, IB 4, IB 5, IB 6, IB 8): há uma disputa política muito forte pela gestão da associação comunitária, inclusive na última eleição foram constituídas quatro chapas. A disputa por vezes é permeada por interesses pessoais em detrimento do que realmente é importante para a melhoria da qualidade de vida da comunidade como um todo. Segundo estas pessoas citadas acima, esse fenômeno desgasta e desmotiva quem realmente quer trabalhar pelo interesse coletivo com “compromisso”, no sentido da afirmação de Sen (2000) e Santos (2005b).

### **5.2.7. A gestão das ações do e para o banco**

Após a constituição do conselho gestor, que aconteceu em fevereiro de 2012, foram realizadas reuniões do grupo quase que semanalmente até a inauguração, e a INCUBES esteve presente em alguns desses momentos. A periodicidade semanal, para discussão sobre a gestão e o funcionamento do banco após a abertura do empreendimento, permanecerá.

A experiência de trabalho em conselho já existe na Rádio Comunitária Voz Popular e esse acúmulo de conhecimento prático contempla a reflexão, a definição e a execução de

<sup>68</sup> Embora o entrevistado tenha mencionado o nome do político, optou-se por não revelar a identidade do governante para evitar quaisquer possíveis transtornos para IB 3.

<sup>69</sup> Na fala, o entrevistado disse “Por que vai sair e entrar outro” referindo-se aos políticos, que numa eleição assumem o cargo e na outra perdem. Na visão de IB 3, vincular-se ao vereador, este enquanto pessoa, é “ficar amarrado”, e para ele a liberdade de atuação na comunidade é de grande valor.

diretrizes para as ações concernentes às demandas emergentes, às capacidades e às oportunidades locais.

Essa experiência, segundo relatos de dois integrantes do banco (IB 4 e IB 2) e de um integrante da comunidade (IC 2), contribuiu para o exercício do trabalho coletivo no conselho gestor do banco comunitário. O trabalho coletivo do conselho e do CAC permite que seus componentes identifiquem novos papéis sociais em relação ao próprio grupo e à comunidade, por conseguinte, favorece a produção de novas identidades pessoais e modos distintos de autopercepção.

Durante o processo de implantação do banco comunitário, incontáveis tarefas precisaram ser executadas o foram. Contudo, também se verificam diversas pendências que não foram resolvidas, embora tenham sido reconhecidas pelo grupo, em reuniões, como importantes. Algumas pendências ficaram sob a responsabilidade de pessoas específicas e outras não foram relacionadas a ninguém. Dois exemplos são citados a seguir para esclarecer a questão.

Em agosto de 2012, ao final do encontro formativo com a ITES, ficou como tarefas para o conselho e o CAC o preenchimento e o envio do formulário sobre as demandas de equipamentos para o banco. Até março de 2013 o formulário não tinha sido enviado. Desde agosto de 2012, foi mencionado como necessidade o esclarecimento e a aquisição do documento que garante a posse do terreno para o CPCC. O assunto foi tratado inúmeras vezes, encaminhamentos foram definidos, por exemplo, dialogar com a Prefeitura Municipal, com a Fundação de Ação Comunitária do governo estadual, com o antigo proprietário da casa em que está instalada a sede do banco, entretanto nenhum deles foi executado.

Aconteceram três reuniões com a Caixa Econômica Federal, e, em todas, a instituição perguntou pela documentação e os representantes da comunidade São Rafael não mencionaram qualquer avanço em termos de informação sobre o documento de posse.

Esses exemplos e outras situações que acompanhamos permitem a identificação de um acúmulo de tarefas, ligadas à comunidade, por parte de poucos e uma das justificativas para isso é o conjunto de competências que esses poucos já têm desenvolvido, em especial uma das lideranças comunitárias. Há, inclusive, o reconhecimento por parte dos componentes gestores do banco de que este integrante “é muito atarefado”. Assim, identificamos que há uma concentração de responsabilidades que, para o processo de fortalecimento do grupo e para a concretização dos objetivos do coletivo, precisa ser modificada.

Em abril de 2013, no processo de preparação para a realização de uma importante ação comunitária, a inauguração do banco, foi discutida a definição de responsáveis para as tarefas

preparatórias. Houve a argumentação de que todos eram responsáveis por tudo, sob a lógica de que o banco é de todos. O integrante do banco IB 6 alegou que todos assumem a responsabilidade, mas que para se garantir uma organização na realização das atividades era preciso ter pessoas como referências para as atividades, para que ficassem claros os papéis de cada um.

Foi bastante polêmica a discussão sobre deixar todas as atividades com todos ou distinguir quem ficaria responsável por tarefas específicas. Percebemos que o entendimento de dividir tarefas para alguns tratava-se de fazer com que o processo deixasse de ser coletivo e passasse a pertencer aos indivíduos separadamente, e não ao coletivo. Após um longo debate IB 6 justificou que “Esse negocio de não ter um cabeça dá falha demais”. Então o grupo decidiu dividir as tarefas.

Esta situação possibilitou ao coletivo a reflexão sobre a organização do trabalho em grupo e o exercício da liderança flexível. Souza (1987) explica que o exercício da liderança, voltado para o desenvolvimento comunitário, pode se manifestar em qualquer membro do grupo de acordo com as características das situações, isto é, pessoas que lideram em uma situação deixam de liderar em outras.

Essa vivência faz com que a liderança passe a ser tratada como um fenômeno de situações e que as pessoas compreendam que assumir a liderança é possível para todo e qualquer membro do grupo. O que motivará a pessoa a assumir a liderança é a inquietude com o *status quo*.

"Mesmo vivenciando as contradições de um processo de liderança considerado como fenômeno natural e especial de alguns seres humanos, a questão da liderança se reveste sempre de certo destaque. Inegavelmente, em toda comunidade encontra-se sempre um ou outro comunitário que se destaca entre os demais. Mesmo não se conhecendo ou procurando de imediato esta pessoa, as conversas e os informes sempre a deixam numa situação de centralidade na área. [...] Não se pode, no entanto, desconhecer a importância da liderança como elemento do desenvolvimento comunitário. Não se trata propriamente de liderança centralizada, mas de exercício de liderança, que deve ser desenvolvido pelos mais diversos membros da comunidade. A divisão de trabalho, a tomada de decisões em comum, as avaliações em comum, os trabalhos em grupos são meios facilitadores de expressão da liderança presente a esses mais diversos membros da comunidade. Quanto mais se desenvolve o processo de liderança presente na população, mais se cria uma estrutura sólida de apoio ao desenvolvimento comunitário. Esse processo se desenvolve sem que se deixe de reconhecer a existência de uma ou outra manifestação do chamado "líder natural" ou líder de rotina." (SOUZA, 1987, p.223).

Há um destaque a fazer sobre a relação entre liderança e execução de ações ou tarefas na comunidade São Rafael. Há pessoas que se evidenciam, por suas habilidades de comunicação, de articulação, de proposição de ideias, de agilidade de comportamento nas

tomadas de iniciativa, de agregação de forças para a realização de objetivos comuns. O resultado disso é o reconhecimento das competências destes indivíduos, e, por conseguinte, a legitimação destes pelo coletivo, e a estruturação de um poder emanado das relações de confiança que o grupo deposita nestas lideranças. Este poder pode ser utilizado para benefício do grupo ou para benefício individual ou para ambos.

Nos membros do conselho e do CAC identificamos características pessoais que compõem diferentes perfis de liderança, mas, ao mesmo tempo, percebemos que as pessoas precisam ter oportunidades e estímulos para desenvolverem suas capacidades e assumirem determinadas responsabilidades, as quais, durante todo o ano de acompanhamento à São Rafael, continuam concentradas em poucas pessoas.

Uma situação pode ser destacada como estímulo ao exercício da liderança. Quando o contrato do primeiro agente de crédito foi efetivado, este incorporou a sua função, deixou de esperar pela articulação e mediação das reuniões, assumindo a execução destas tarefas como sua responsabilidade, e começou a desenvolver, com mais ênfase, comportamentos e falas propositivos. A primeira reunião conduzida pelo agente de crédito revelou com mais clareza para a nossa pesquisa a capacidade de liderança do agente.

Sobre a compreensão acerca da dedicação e do compromisso do conselho gestor e do CAC, o integrante do banco IB 3 discursou na primeira reunião conduzida pelo agente de crédito contratado sobre o trabalho e o compromisso de ambas as instâncias, CAC e conselho gestor: “Nós<sup>70</sup> não estamos trabalhando para nós. Nós estamos trabalhando para a população!”.

Analisando o discurso e o envolvimento do grupo na experiência do banco comunitário, na visão de Souza (1987), quando a decisão gera encaminhamentos necessários ao enfrentamento dos interesses comuns, isto implica no exercício cooperativo de ampliação das condições de cidadania da população local.

Sobre a cooperação, pode-se exemplificar com uma discussão sobre o funcionamento do banco. Quando foi constatado que o banco só teria a atuação de um agente de crédito, pois o recurso para a contratação da segunda pessoa não foi disponibilizado, automaticamente um dos membros do conselho se dispôs a ajudar no plantão para atendimento de clientes dentro do banco.

---

<sup>70</sup> O entrevistado IB 3 pronunciou sua fala destinando-a para o conselho gestor, para o CAC e para outras pessoas presentes na reunião.

Na argumentação deste conselheiro, todos os membros do conselho e do CAC poderiam ajudar porque todos tiveram a oportunidade de participar das mesmas formações presenciais na comunidade e estariam capacitados para assumirem alguns trabalhos do banco.

Os desafios que se ergueram no processo de implantação fez com que o grupo local discutisse com veemência nas reuniões que todos precisam estar preparados e unidos para lidar com os problemas, para refletir sobre as dificuldades e buscar as soluções. Em uma das reuniões, dois dos integrantes do banco (IB 2 e IB 3) alertaram que o processo de aprendizagem transcorrerá na e com a prática, que as dificuldades que surgirem precisarão ser refletidas e solucionadas coletivamente.

Após as explicações destes membros os demais concordaram com unanimidade sobre todos assumirem a postura de aprendizado conjunto, com e na prática, para que sejam alcançados os objetivos definidos coletivamente.

Um aspecto importante a destacar da dinâmica comunitária é que faz parte da natureza do CPCC congregar as diferentes entidades da comunidade e entidades parceiras externas para a realização de atividades conjuntas. E nessa perspectiva, têm sido articuladas ações de apoio ou complementares para o fortalecimento do desenvolvimento territorial e, por conseguinte, do Banco Comunitário Jardim Botânico.

O exercício de articulação de forças sociais comuns, dentro e fora da comunidade é uma estratégia para a promoção do desenvolvimento e participação comunitários. Souza (1987) destaca que a participação é um processo existencial concreto, que toma forma na dinâmica da sociedade e se expressa na própria realidade cotidiana. Sendo assim, produzirão efeitos positivos a continuidade do trabalho das lideranças comunitárias para o estímulo à participação comunitária e de congregação de forças sociais comuns.

O Instituto Palmas (2011) observa na metodologia de implantação de bancos comunitários que, por causa da imaturidade do grupo no que concerne ao funcionamento do BCD, é importante que a entidade de assessoria, que deve ser reconhecida pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários por sua competência, monitore e assessore à distância a equipe de gestão. Infere-se que a falta de maturidade na gestão do banco comunitário provoca insegurança por parte dos membros da comunidade envolvidos diretamente com a condução da administração do banco.

Sobre a insegurança sentida pela comunidade, por causa da falta de maturidade na gestão do BCD, pronunciando-se para membros da ITES, o integrante do banco IB 1 verbalizou na formação em agosto de 2012 sua angústia acerca da necessidade do coletivo comunitário ser apoiado por pelo menos um ano. O membro da assessoria do banco (AB 1),

por sua vez, argumentou sobre o limite da instituição na execução do projeto e, portanto, no acompanhamento à comunidade São Rafael.

O prazo para conclusão do projeto foi estendido e a ITES continuou apoiando a estruturação do banco dentro de seu planejamento de atividades previsto. Essa ampliação de prazo beneficiou o coletivo local, que demonstrou sentir-se menos inseguro por continuar sendo acompanhado pelas duas incubadoras.

Apesar do projeto da ITES estar em fase de finalização, segundo o membro de assessoria do banco AB 1, a incubadora continuará a relação com o Banco Jardim Botânico. Vale esclarecer que o encaminhamento tomado no III Encontro Nacional de Bancos Comunitários de Desenvolvimento é que a Rede de Bancos Comunitários de Desenvolvimento dará suporte para os novos bancos comunitários.

No III Encontro Nacional da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, em março de 2013, a SENAES anunciou que editará uma chamada pública, cujos recursos serão destinados para instituições de ação estadual e/ou municipal. Diante do aviso, os integrantes do banco (IB 6 e IB 2), presentes no evento, explicitaram que sendo o CPCC, entidade jurídica do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico, compatível com os critérios estabelecidos pela secretaria, os membros da entidade se organizarão para participarem da seleção, a fim de poder fortalecer a experiência da comunidade e obter condições de ajudar outros territórios a implantarem seus bancos comunitários.

#### **5.2.8. A comunicação intragrupal e intergrupala**

A constituição de espaços de discussão coletiva e pública é de suma importância, pois a natureza dos bancos comunitários incorpora princípios da economia solidária, tais como gestão democrática, autogestão, cooperação, solidariedade. Esses espaços são propícios para a construção não apenas da articulação entre os diversos atores presentes no território, tanto moradores como parceiros externos que atuam na localidade, mas também para a edificação do sentido coletivo das ações. (NEIVA, BRAZ, NAKAGAWA, MASCARENHAS, 2013).

A expectativa do grupo local em relação à contratação do segundo agente de crédito era tanta que a inexecução do projeto do governo estadual até o momento da inauguração foi frustrante para o grupo. Em abril de 2013 houve uma reunião em que o primeiro agente de crédito, contratado pelo projeto da ITES, repetiu a proposta da divisão de sua remuneração com a segunda agente de crédito para que ela pudesse repartir com ele as tarefas do banco até

o momento em que fosse liberada a contratação pelo projeto Ações Integradas, do governo estadual.

A justificativa dada pelo primeiro agente de crédito (IB 6) foi que era injusto a segunda agente estivesse envolvida desde o começo da articulação do banco não tivesse remuneração:

“É injusto uma pessoa que está desde o começo do banco não receba. [...] Primeiro, ela não vai estar aqui dentro sem receber nada! Já que ela vai passar boa parte do tempo aqui dentro. Segundo, eu preciso de alguém aqui porque enquanto eu to conversando com um comerciante vai ter que ter alguém aqui dentro pra poder receber alguém que queria trocar o dinheiro ou fazer alguma outra coisa. Porque eu não vou poder fazer as duas coisas ao mesmo tempo. Porque se eu vou sair pra conversar com o comerciante eu vou passar um bom tempo lá com ele...”

O cuidado com o funcionamento do banco e com uma de suas integrantes ficou evidente não só por parte do primeiro agente. Esse discurso se tornou, também, explícito, de forma generalizada, ao longo da reunião.

Diante da rejeição da proposta por parte da segunda agente, percebemos que logo o grupo se opôs à rejeição à posição da agente porque, na visão dos demais membros do grupo, esta postura prejudicaria o andamento das atividades do banco. O clima da reunião, portanto, ficou tenso.

Uma característica da realidade da comunidade São Rafael é que as relações afetivas entre os membros do conselho gestor e do CAC, juntamente com suas famílias, permitem que as pessoas se conheçam, que tenham acesso a informações sobre, até mesmo, dilemas individuais e familiares. O conhecimento mútuo impeliu o debate sobre a situação embaraçosa que se instalara por causa da não contratação da segunda agente.

O integrante IB 1 explicitou a necessidade de um diálogo claro e aberto na reunião sobre as dúvidas existentes, os questionamentos da família da agente, o porquê da contratação da agente não ter sido efetivada. Este acontecimento foi crucial para reafirmar a importância de usar o tempo das reuniões para exercitar o poder comunicativo de forma democrática (BRENNAND, 2006) e para torná-las laboratórios de prática e de aprendizagem (COSTA e CARRION, 2008).

Nesta reunião foi revelado um ruído de comunicação que não se revelara para o coletivo durante semanas, talvez meses. O ruído se referiu à interpretação, por parte da segunda agente, de que tinha havido remuneração para outra pessoa, que não era agente de crédito, fazer o trabalho do banco. O entendimento equivocado foi, então, esclarecido pelo grupo, que reforçou que o único pagamento por parte de projeto feito para pessoa física em relação as atividades do banco saía pelo projeto da ITES para o primeiro agente de crédito. Também foi

relembrado que o fundo do banco, por decisão coletiva, precisou ser usado para pagamento do trabalho do primeiro agente de crédito porque houve atraso para a efetivação do contrato pelo projeto da ITES do primeiro agente e este precisava de renda.

Houve incômodo coletivo quanto à postura de não verbalizar e não dialogar o que precisa ser tratado coletivamente. Assistimos a argumentação de que as reuniões devem ser aproveitadas para discussão e esclarecimento das dúvidas e a fala do integrante do banco IB 2 demonstra isso: “Toda reunião eu pergunto aqui sobre o que ta acontecendo. Eu pergunto: ‘Pessoal, tem dúvida? Tem isso? Tem aquilo?’ [...] Em qual momento da reunião a gente não discute o que está acontecendo?”.

As reuniões do conselho e do CAC representam espaços e tempos de convivência coletiva em que a comunicação implica em relacionamento com mutualidade, em que o diálogo deve vigorar.

“Diálogo é manter espaços abertos para que todas as partes expressem-se. Diálogo é confrontar opiniões, ouvindo razões do outro e valorizando suas preocupações e anseios. Diálogo é veicular a opinião do outro e propor a busca de um terreno comum quando ocorrem divergências ou conflitos. Se não é possível encontrar este terreno com a troca de idéias, diálogo é testar, na prática, as ideias de cada um, para depois confrontar os resultados desse teste e refletir juntos sobre o melhor caminho a seguir.” (ARRUDA, 2005, p. 38).

Na prática, o que se percebeu é que não há conforto e segurança por parte de todas as pessoas em expressarem suas opiniões e questionamentos nas reuniões. No momento posterior à reunião, quatro membros demonstraram incômodo quanto à situação debateram sobre o quanto a timidez impede que as pessoas se posicionem publicamente.

Vale ressaltar mais dois fatores detectados a partir das falas dos quatro membros do conselho: 1) A cultura machista na Paraíba e suas implicações para o retraimento de mulheres no que se refere a elas se posicionarem publicamente; 2) A pressão de algumas famílias sobre membros que se dedicam a trabalhos voluntários. O integrante do banco IB2 desabafou sobre a experiência dele: “Eu entendo a história da pressão, porque em casa também tem uma pressão da bixiga, quando eu comecei a participar desses negócio.”

Quanto à comunicação com os parceiros, durante o acompanhamento à comunidade, percebemos várias situações em que ruídos de comunicação prejudicaram o andamento de atividades. Três integrantes do banco (IB 1, IB 2, IB 6) em conversas e reuniões citaram a falta ou demora de respostas da ITES para o esclarecimento de algumas dúvidas do coletivo comunitário, para o encaminhamento de alguns documentos ou procedimentos, para a

definição dos encontros presenciais, para a fabricação da moeda social. Informações equivocadas foram passadas para a comunidade, a exemplo do edital incorreto encaminhado para contratação dos agentes de crédito e da indicação da época em que o agente seria contratado.

Em ambas as situações membros do conselho e do CAC angustiaram-se, pois havia a expectativa da remuneração a fim de que se possibilitasse uma maior dedicação dos agentes no que se referia às ações preparatórias para a abertura e funcionamento do banco. Em agosto de 2012 um membro da assessoria do banco (AB 1) expôs a condição de contratação do agente de crédito apenas com a abertura do banco, porque o projeto não permitia a justificativa de contratação de um articulador para um empreendimento sem que este existisse formalmente.

Em agosto de 2012, um integrante de assessoria do banco, AB 1, declarou que a fala da comunicação deveu-se a uma concentração no repasse das informações e a comunicação não fluiu. No último encontro formativo que antecedeu à inauguração do banco, refletiu-se que em alguns momentos, durante o andamento do projeto, a comunicação travou. Em outubro de 2012, outro membro de assessoria do banco (AB 2) mencionou que a ITES teve problemas de gestão do projeto, o que travou a efetivação de algumas ações de apoio ao banco da comunidade São Rafael.

### **5.2.9. O funcionamento do banco**

Em agosto de 2012 houve uma visita da ITES à comunidade para tratar do funcionamento e da gestão do banco. Na oportunidade, o coletivo da comunidade São Rafael mencionou a decisão de não incluir a comunidade vizinha, chamada Padre Hildo Bandeira, pelo fato de estar no início da criação do banco e que era sensato primeiro estruturar o banco.

Na formação, o integrante do banco IB 2 argumentou para o grupo que era preciso o coletivo “ficar mais seguro”, para depois incluir a outra comunidade. “A gente não quer dar um passo maior que as pernas e por isso não dá pra abraçar a comunidade Padre Hildo Bandeira nesse primeiro momento” (IB 2). Mas, quando o correspondente bancário passar a funcionar, o coletivo gestor decidiu que os moradores da comunidade Padre Hildo Bandeira poderão utilizar o equipamento.

Algumas questões serão resolvidas após a inauguração do banco. Quanto ao período de funcionamento do banco, o Conselho Gestor e o CAC decidiram delimitar os dias e horários após a inauguração do banco. O debate sobre o assunto já acontecera em outras reuniões do

coletivo e sugestões foram levantadas com base no que seria melhor para os moradores da comunidade.

Após conversa no grupo local e com a família da segunda agente de crédito, esta aceitou a proposta de divisão da remuneração do primeiro agente de crédito e de divisão do trabalho do banco. Já que o recurso do fundo do banco é pouco, inicialmente o trabalho dos agentes de crédito será voltado para apresentar a moeda social para os comerciantes locais e explicar sobre a importância da circulação da Orquídea para o desenvolvimento local.

Trata-se de um desafio conquistar a aceitação dos comerciantes, pois ainda há intensa desconfiança acerca do banco e da moeda, como foi possível verificar conversando diretamente com comerciantes locais e ouvindo o relato dos integrantes do banco IB 8, IB 4, IB 5, IB 1 e IB 6.

Na medida em que os comerciantes forem aderindo à moeda social outros saberão da adesão e gradativamente a crença de que o banco e a moeda são seguros convencerá os demais trabalhadores a participarem desta tecnologia social. Isso é o que o grupo gestor do BCD Jardim Botânico espera.

Ao perguntar se a comunidade mudará de opinião em relação ao banco, se a desconfiança diminuirá, IB 1 respondeu:

“Vai! Vai! Vai! Com certeza daqui a mais uma temporada boa a comunidade vai olhar diferente. Até porque eles estão vendo pessoas que não gostam de pobreza com a justiça, por exemplo, eu, Clélio, Daniel... que não têm pobreza com a justiça, né”. [...] “É a população vai olhar pra gente e não pro Banco, né. Depois é que eles vão olhar pro Banco, né. Hummm... os meninos tão ali, Seu Zé Marcos, Wanessa, Daniel, Clelio, né. Né possível que eles vão inventar um banco pra dá errado! Eu vejo a visão que os moradores, nesse sentido eu vejo. [...] Eu acredito que a gente tá passando uma boa imagem de confiança pra população, porque como eu já disse: como é que a gente vai entrar num negócio desse... Aí a população vai olhar assim, como eu já disse: eles só estão ali porque a coisa é certa, então vamos lá no Banco deles, vamos lá também, né, fazer um empréstimo, vamos comprar alguma coisa, com esse dinheiro deles”. Agora, isso lá na frente, como eu já falei.”.

A credibilidade do coletivo que conduz o banco perante os moradores da comunidade é notória. As pessoas desse grupo são reconhecidas por seu histórico de dedicação ao trabalho comunitário. E essa imagem de dedicação, de compromisso com a comunidade, de integridade nas atitudes fazem com que o conselho gestor e o CAC sejam observados por moradores da comunidade com respeito.

Sobre o diálogo com o poder público, futuramente, o conselho gestor e o CAC retomarão o diálogo com a Prefeitura Municipal de João Pessoa para tentar articular uma parceria junto ao Programa Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios de João Pessoa

(Empreender-JP) para que o microcrédito seja disponibilizado para moradores da comunidade São Rafael através do BCDJB. Outras possibilidades de ajuda pelo ente governamental também serão sondadas.

Segundo a metodologia citada pelo Instituto Palmas (2011) e por Costa (2010a), a última etapa inclui a realização de um mapeamento simplificado da produção e do consumo locais para nortear quais atividades o banco desenvolverá, segundo a realidade local. A iniciativa de executar o mapeamento contou com a participação de membros da INCUBES e da comunidade em 2012.

Por causa do período eleitoral, o mapeamento foi interrompido temporariamente, pois o grupo responsável pela pesquisa entendeu que os moradores da comunidade poderiam interpretar a atividade como uma iniciativa política partidária e que os pesquisadores poderiam receber pedidos de favores por parte dos moradores.

Entre janeiro e fevereiro de 2013 realizaram-se três reuniões com o intuito de fazer um balanço acerca do que já tinha sido pesquisado e do que faltava pesquisar, de revisar o perfil das iniciativas e das pessoas que seriam abordadas, de refazer o mapa dos pontos a serem abordados, de recompor e capacitar a equipe para o preenchimento do questionário Mapeamento Socioeconômico<sup>71</sup>.

Nas reuniões detectou-se que o material produzido em 2012 tinha sido extraviado, o que configurou um prejuízo em relação à mobilização e ao trabalho grupal da pesquisa já realizado. Em março de 2013, a estratégia de pesquisa foi repensada e definiu-se que a equipe passará a ter membros do conselho gestor e do CAC, a fim de fortalecer a identidade do grupo que está conduzindo o banco e para facilitar a entrada dos pesquisadores da INCUBES nas casas e estabelecimentos comerciais. Até a inauguração do banco a pesquisa não tinha sido reiniciada.

#### **5.2.10. A identidade do banco**

O Instituto Palmas (2011) assevera que os processos de definição dos nomes do banco e da moeda social fazem emergir os aspectos que caracterizam a comunidade, que destacam a especificidade do território e impulsiona a construção da memória e da identidade coletivas.

---

<sup>71</sup> O modelo do questionário do Mapeamento Socioeconômico foi entregue para o conselho gestor pela ITES. Tal modelo foi adaptado pela comunidade Matarandiba, na Bahia. Porque as realidades dos territórios são diferentes, cada comunidade adéqua as questões às suas especificidades. O material consta no Anexo O.

No caso da comunidade São Rafael, esse processo foi longo e teve a participação da comunidade.

Houve um concurso para definição do nome do banco<sup>72</sup>, no qual a população da comunidade escreveu as sugestões. O conselho gestor e o CAC escolheram três nomes dentre as sugestões e esses três nomes foram submetidos à votação da comunidade, que implicou na eleição do nome “Jardim Botânico”. O símbolo do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico (BCDJB) é a chamada *Árvore do Abraço*, que se trata de uma junção de duas árvores, uma Gameleira e uma Dendezeira, as quais se “abraçam”, formando a imagem de uma só árvore.

A *Árvore do Abraço* localiza-se no Jardim Botânico, popularmente conhecido como Mata do Buraquinho, que é uma reserva de Mata Atlântica ao lado da comunidade São Rafael. Esta árvore conta com um forte apreço por parte dos moradores da comunidade e, por este fato, foi eleita como o símbolo do banco. Após a eleição do símbolo pelo conselho, Flavio Gomes desenhou a logomarca do banco<sup>73</sup>, incorporando sugestões do conselho e do CAC para a melhoria dos traços do desenho.

Quanto à definição do nome e das imagens da moeda social, foi feito um concurso na Escola Estadual de Ensino Fundamental São Rafael, localizada na própria comunidade. Alguns nomes e desenhos foram apresentados para o conselho e o CAC, os quais escolheram o nome Orquídea para a moeda social e o desenho uma casa da comunidade feito por uma criança para fazer parte da imagem da arte visual de uma das notas.

Reuniões do conselho com o CAC foram realizadas para a eleição das imagens das outras notas<sup>74</sup>. O resultado da escolha foi: 1) Um dos primeiros moradores da comunidade, já falecido, chamado Antônio Domingos, cuja foto foi retirada da cédula de identidade dele; a sugestão foi feita por Sr. José Marcos de Souza Vieira (Seu Zé Marcos); 2) O Poço Amazonas, localizado na Mata do Buraquinho, e que serve de abastecimento para a comunidade desde sua fundação; a foto do poço foi tirada por Daniel Pereira dos Santos; 3) A vista aérea da comunidade; foto tirada por Cícero Pedroza; 4) O jardim comunitário, que foi construído por moradores e que foi premiado pela Prefeitura Municipal como jardim mais bonito da cidade de João Pessoa; nesse caso não se sabe quem tirou a foto.

---

<sup>72</sup> Fotos relacionadas ao processo de eleição do nome do banco constam no Anexo P.

<sup>73</sup> A foto da *Árvore do Abraço* e a imagem da logomarca do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico constam no Anexo Q.

<sup>74</sup> As imagens que compuseram os *layouts* das notas da moeda Orquídea se encontram no Anexo R.

A moeda social Orquídea teve dois *layouts*. Os primeiros modelos das primeiras moedas<sup>75</sup> foram produzidos por Daniel Pereira, integrante do banco, com sugestões dos membros do conselho e do CAC e foram apresentados para um público de fora da comunidade, em 17 de maio de 2013, durante a Plenária Preparatória da Zona da Mata - Rumo a V Plenária Nacional de Economia Solidária, promovida pelo Fórum Estadual de Economia Solidária da Paraíba.

O lançamento simbólico da moeda social Orquídea foi realizado no dia 09 de outubro de 2012, como atividade integrante do II Encontro Nordestino de Incubadoras de Economia Solidária – II ENIES, realizado pela INCUBES. A inclusão do lançamento no II ENIES permitiu que pessoas de reconhecimento nacional no apoio à implantação de bancos comunitários estivessem presentes na programação, inserindo um prestígio à mobilização da comunidade São Rafael.

Compôs a mesa de abertura do lançamento: Paul Singer – Secretário Nacional de Economia Solidária; Maurício Sardá – Coordenador da INCUBES; Enoque Raulino da Silva - Representante da Assembleia de Deus Missão no conselho gestor do BCDJB; Katiucha Maria da Cunha - Coordenadora do CPCC; Genauto França Filho – Coordenador da ITES. Percebemos que a presença dos especialistas, reconhecidos socialmente na área de bancos comunitários e de economia solidária, construiu na subjetividade dos moradores envolvidos com o banco e de outros moradores uma compreensão acerca da importância da comunidade local, a ponto de receber estes especialistas.

O evento foi filmado por jovens da comunidade São Rafael<sup>76</sup>, participantes do Projeto Copa Solidária, desenvolvido pela Association de Solidarité Internationale (ESSOR). Isso mostra a integração dos projetos desenvolvidos na comunidade, a disposição de jovens para trabalharem voluntariamente no registro da memória e da história local (KISIL, 2005; HALBWACHS, 2006; SOUZA, 1987).

O secretário nacional de economia solidária, Paul Singer, verbalizou que tem participado de várias inaugurações de bancos comunitários e que tem percebido uma “alegria autêntica” nas comunidades que inauguram os seus bancos. Paul Singer pronunciou o reconhecimento quanto ao avanço que a comunidade São Rafael teve em promover o lançamento de sua moeda social: “A comunidade está dando um passo importante do qual ela vai se orgulhar sempre. Porque o banco comunitário é da comunidade”.

---

<sup>75</sup> Os modelos das primeiras notas da moeda social Orquídea constam no Anexo S.

<sup>76</sup> Vídeo “Lançamento da Moeda Social Orquídea” encontra-se disponível no endereço eletrônico: <[https://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=TcU4DfiRECw#!>](https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=TcU4DfiRECw#!>).

Por sua vez, o coordenador da INCUBES, Maurício Sarda, destacou que o Banco Comunitário Jardim Botânico é fruto de uma luta comunitária: “[...] é um pouco fruto da história de luta da comunidade São Rafael, né. Luta pra sua cidadania, por melhores condições de vida, trabalho [...] E o banco [...] é mais um instrumento nesse processo”.

O coordenador da ITES, Genauto França Filho, diante da sua experiência no acompanhamento à implantação de bancos comunitários e na pesquisa sobre o tema, explicitou a singularidade da comunidade São Rafael, comparando-a com as outras experiências que ele tem conhecimento. Segundo este professor a comunidade São Rafael tem um aspecto especial que é a atuação da rádio comunitária na promoção do desenvolvimento comunitário.

O depoimento do integrante do banco, Enoque Raulino da Silva, esclareceu o trabalho social que a Igreja Assembleia de Deus Missão tem realizado na comunidade São Rafael. O discurso dele revelou a satisfação de pertencer ao grupo do conselho gestor para a transformação da realidade da comunidade.

O relato da liderança comunitária, Katiucha Maria da Cunha, foi permeado por emoção quando relembrou a história local e seu envolvimento com a construção da mesma, na realização de diversas ações na comunidade São Rafael. Ela relembrou o esforço coletivo ao longo de anos para a melhoria da comunidade São Rafael, com um forte apoio da AMAZONA.

“Isso não é trabalho de dois ou de três, é um trabalho de todos [...] Hoje a gente vê o quanto a gente evoluiu. [...] O sonho de fato tá se tornando realidade. [...] Isso pra comunidade também é de suma importância, vendo o valor do suor, de acordar cedo de se estressar, de gritar, chorar muitas das vezes, bater na porta e muitas das vezes não ser bem atendido. E hoje a gente tá aqui, né... simbolicamente... a nossa moeda. [...] Acho que agradecimento pra Amazona a gente não tem palavras, né. Porque foi uma associação que acreditou na juventude e luta em prol da juventude, em prol do futuro...[...] E eles investiram e colocaram isso dentro da gente”.

Após a cerimônia de lançamento da moeda, autores tiveram a oportunidade de lançar seus livros e a equipe de audiovisual, da qual a pesquisadora fez parte, realizou entrevistas com Paul Singer, Genauto França Filho e Sarah Araújo de Lucena sobre a atividade que se realizara na comunidade São Rafael<sup>77</sup>.

A entrevista do professor Genauto França para a equipe de audiovisual revela elementos importantes sobre o trabalho de implantação de BCDs, na medida em que incubadoras

<sup>77</sup> Vídeo “Entrevistas na São Rafael durante o II ENIES” encontra-se disponível no endereço eletrônico: <<https://www.youtube.com/watch?v=clm6XLeIhiQ>>.

universitárias se mobilizam para apoiar a promoção do desenvolvimento de comunidades pobres e do processo de auto-organização das comunidades. Ademais, segundo a percepção deste professor, a comunidade São Rafael dá mostras acerca da capacidade de se organizar e de entrelaçar parcerias tanto no nível da comunidade, como também das universidades, através das incubadoras ITES e INCUBES.

Os primeiros *layouts* foram modificados a partir da atividade, do projeto da ITES, de “Criação da identidade visual dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento por meio do desenvolvimento e produção de material de comunicação”. A modificação feita por uma *designer*, que favoreceu o aprimoramento da arte visual da moeda social<sup>78</sup>, e percebemos o reconhecimento unânime entre todos os atores envolvidos na criação do banco de que a arte final das moedas adquiriu uma beleza peculiar. Os objetivos para a alteração das artes das moedas foram:

- 1) Facilitar a distinção das notas para a comunidade diferenciando as cores;
- 2) Inserir mecanismos de segurança, como impressão em alto relevo, numeração de cada nota, código de barras.

Tal como consta na proposta de Costa (2010a) cumprida a exigência documental e impressa a moeda social o banco pode, então, ser inaugurado. Na prática, foi o que aconteceu.

### **5.2.11. A mobilização de recursos**

Até o ano de 2013 o CPCC, a Rádio Comunitária Voz Popular e o grupo de produção da Padaria funcionavam em espaços que não eram próprios e fizeram investimentos para a construção e reforma de tais lugares a fim de garantir a realização de suas atividades. Já era de interesse do grupo que faz parte do CPCC adquirir um espaço próprio, conforme o relato abaixo do integrante do banco IB: "A gente não tem sede própria e não quer arriscar alugar um espaço, fazer a reforma e depois sair, mas a gente quer comprar uma casa para a sede".

A mobilização do grupo local foi intensa para a captação de recursos e teve apoio de parceiros externos, a exemplo da Amazona, que doou R\$ 10.000,00 (dez mil reais), da ESSOR, que repassou R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), da INCUBES, com a mobilização de recursos pela venda de rifa e de bebida em uma calourada universitária e da ITES, que entregou R\$ 600,00 (seiscentos reais) para reforma.

---

<sup>78</sup> Os modelos das notas da moeda social Orquídea circuladas atualmente na comunidade constam no Anexo T.

O CPCC, que no início do ano de 2012 tinha R\$ 300,00 (trezentos reais), no fim do ano já possuía R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Um avanço grande reconhecido por todos os atores sociais da comunidade e das entidades parceiras ligadas diretamente às atividades.

Houve a negociação para a compra de uma casa e, na iminência de fechar o contrato, o proprietário desistiu da venda. O grupo procurou outro espaço e, por fim, adquiriu uma casa localizada na metade da principal rua da comunidade<sup>79</sup>. Do valor total de R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais), já foi pago R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) e o restante, R\$ 8.000,00 foi dividido em parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

O esforço coletivo e a responsabilidade do grupo local causam admiração em membros de entidades parceiras. E, conforme dois membros de assessoria da comunidade (AC 2 e AC 3), cinco membros de assessoria do banco (AB 1, AB 2, AB 3, AB 4, AB 6) e dois integrantes do banco (IB 2 e IB 1), um dos diferenciais da comunidade São Rafael em relação a outros territórios é que ela consegue mobilizar uma rede de apoio, consegue articular diferentes projetos que têm atuação na comunidade.

Vale ressaltar que há certo “receio” quanto ao pagamento das prestações da casa, mas o conjunto de pessoas da comunidade, CPCC, conselho gestor, CAC, padaria, rádio comunitária, demonstram satisfação pela concretização do sonho da sede própria e estão decididos a continuarem a mobilização de recursos para o cumprimento do compromisso financeiro.

Diversas estratégias foram utilizadas para mobilização de recursos a serem destinados para a implantação do banco comunitário, para a reforma da sala onde está instalado o banco, para a criação do fundo e para pagamento de despesas ligadas ao empreendimento: bingos, brechós, remanejamentos de projetos de instituições parceiras, doações de moradores e organizações locais – em especial dos que estavam diretamente ligados à implantação do banco – e de pessoas e organizações parceiras, doações de produtos para sorteios, incluindo eletrônicos e alimentos, venda de bebida em calourada universitária, venda de rifa.

Por causa dos gastos ocorridos para a viabilização da reforma do espaço, da compra da sede, do registro em cartório – e vale destacar que reuniões e atas foram feitas sobre o processo de criação do banco e sobre mudança de estatuto do CPCC para incorporação do empreendimento, mas que não foram todas registradas para evitar despesas – da produção de materiais ligados ao banco o fundo foi reduzido a R\$ 200,00 (duzentos reais) antes da inauguração do banco, e, porque o limite do fundo era pequeno, o conselho e o CAC

---

<sup>79</sup> Essa localização favorece o acesso dos moradores da parte de cima e da parte de baixo da comunidade.

decidiram não disponibilizar no ato da inauguração recurso para empréstimo em Real, e colocar à disposição da população apenas o serviço de troca de Real por Orquídea, a fim de garantir a entrada de recurso para o fundo.

Ficou encaminhado, no dia 26 de abril de 2013, que na semana posterior à inauguração, após o balanço do que foi arrecadado com a troca de Orquídeas por Real e com a venda das cartelas de bingo no dia da inauguração do banco, 27 de abril de 2013, que o conselho e o CAC se reunirão e decidirão sobre as pendências quanto ao serviço de empréstimo para a população, tais como valor e periodicidade de liberação dos empréstimos. As atividades de mobilização de recursos para o banco no dia da inauguração fizeram o fundo aumentar de R\$ 200,00 (duzentos reais) para R\$ 585,30 (quinhentos e oitenta e cinco reais e trinta centavos). Na semana seguinte, segundo o balanço feito pelo primeiro agente de crédito, constatou-se que estão em circulação 148,50 orquídeas (cento e quarenta e oito orquídeas e cinquenta centavos).

#### **5.2.12. A inauguração do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico**

Na etapa da Oficina de Planejamento, constante na metodologia de criação de bancos comunitários (INSTITUTO PALMAS, 2011), um dos cuidados é que se boa parte dos serviços – por exemplo, crédito produtivo, moeda social, correspondente bancário e outros – não forem possíveis do banco executar, deve-se ter cautela no que tange à data de inauguração.

Em agosto de 2012, no encontro de formação entre incubadoras e comunidade, um membro da assessoria, AB 1, verbalizou que pela metodologia do banco, em dois meses a comunidade São Rafael já poderia inaugurar o banco e que seria suficiente mais duas vindas da ITES para encaminhamentos de questões e depois uma vinda para acompanhar a inauguração.

Após essa formação, membros do grupo local refletiram sobre a inauguração no prazo de dois meses e os integrantes do banco IB 1, IB 2, IB 8, IB 5 verbalizaram com clareza o receio sobre a questão, mencionaram a necessidade de estarem mais seguros, de receberem maior apoio, de terem melhores condições para a abertura do empreendimento.

Destacamos a reflexão feita por uma componente de assessoria da comunidade (AC 2), técnica que acompanha a comunidade São Rafael desde 1998 e que nesse tempo já fez parte de três instituições de apoio externas à comunidade. Esta entrevistada asseverou em sua

entrevista que, por vezes, membros de entidades de assessoria almejam que a comunidade tenha uma maior velocidade para execução de atividades, para a sua organização.

Contudo, AC 2 alega que nesses anos de acompanhamento à comunidade São Rafael e a outras comunidades permitiram que ela entendesse que a organização comunitária é um processo lento que, talvez, quem não pertence à comunidade e que acompanha as ações comunitárias possa acreditar que a organização comunitária demora muito para acontecer.

AC 2 explicou que durante o tempo que acompanhou a São Rafael percebeu que os membros de entidades de assessoria ficam ansiosos para que se estabeleça organização e o desenvolvimento comunitários. Porém, segundo a entrevista, é preciso entender que quem se propõe a viver a economia solidária vive um conflito porque está envolvida na economia capitalista, cujos pressupostos contrapõem o ideal daqueles que querem garantir a sua sobrevivência sob a égide da economia solidária.

Semelhantemente ao lançamento simbólico da moeda Orquídea, a festa de inauguração do Banco Comunitário Jardim Botânico contou com a presença de pessoas da comunidade e de representantes de entidades externas, como gestores públicos e componentes de organizações sociais<sup>80</sup>.

Convidar os órgãos públicos<sup>81</sup> foi uma estratégia para dar visibilidade à concretização da tecnologia social e para explicitar publicamente a importância do apoio governamental para o fortalecimento das iniciativas comunitárias e para reforçar o papel dos entes governamentais na promoção do bem estar social da população.

A programação do evento contou com a fala de abertura do agente de crédito do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico, Flavio Gomes de Pontes, do membro do conselho gestor do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico, Enoque Raulino da Silva, do Secretário Executivo do Orçamento Participativo da Prefeitura Municipal de João Pessoa, Hidelvânio Macedo, da representante da Secretaria de Desenvolvimento Humano do estado da Paraíba, do técnico da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba, Edinaldo Rosendo Barbosa,

---

<sup>80</sup> Na inauguração estiveram presente mais de 50 pessoas, incluindo membros do Conselho Gestor, do CAC, de entidades parceiras internas e externas à comunidade, de comerciantes adeptos ao recebimento das Orquídeas, de outros moradores da comunidade, de gestores públicos do poder executivo municipal e estadual, ou seja, prefeitura municipal e governo estadual, do poder legislativo municipal, isto é, da Câmara de Vereadores, de representantes de territórios e de entidades interessadas em criarem bancos comunitários em suas localidades.

<sup>81</sup> Foram distribuídos dois modelos de convites: um colorido, impresso e entregue para parceiros e potenciais parceiros externos, como também enviado por email para a lista de contatos do CPCC; e um preto e branco, impresso e entregue para atores sociais internos à comunidade e parceiros mais próximos do grupo gestor. A programação do evento foi divulgada, junto com o convite, pelo CPCC por meio virtual. Estes materiais visuais constam no Anexo U.

do técnico da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia, Diogo Ferreira de Almeida Rego.

Em seguida foram pronunciadas duas palestras: “Economia Solidária na Paraíba”, ministrada por Edinaldo Rosendo Barbosa e “Bancos Comunitário de Desenvolvimento no Brasil”, por Diogo Ferreira de Almeida Rego.

Após as apresentações, foram assinados publicamente os contratos de aceitação da moeda social Orquídea<sup>82</sup>. As iniciativas comerciais que se comprometeram em receber a moeda Orquídea são: uma farmácia localizada no bairro onde está inserida a comunidade São Rafael; um ponto de venda de bebidas, administrada por “Seu Peixinha”, representante dos comerciantes no conselho gestor. Depois da inauguração mais quatro estabelecimentos comerciais da comunidade assinaram o contrato para recebimento de Orquídeas: um armário, um salão de beleza, uma lanchonete e uma mercearia. Isso mostra o movimento para o início da constituição da rede local de prosumidores (MELO NETO & MAGALHÃES, 2008; MELO NETO & MAGALHÃES, 2006; INSTITUTO PALMAS, 2011).

Na organização do evento, várias pessoas da comunidade se engajaram para, como disse Katiucha, tornar o sonho em realidade. O lanche oferecido na inauguração foi produzido por componentes do grupo de produção, Padaria comunitária, a saber, Katiucha e Wanessa. O evento foi filmado por dois jovens da comunidade, Joânderson Gomes e Niraulo Felipe, que participaram da formação em audiovisual no Projeto Copa Solidária, com o apoio da pesquisadora. Os registros fotográficos tiveram o apoio da pesquisadora e de membros da comunidade, como também das incubadoras. Mais uma vez se percebe o envolvimento com as ações comunitárias movidas pelo “comprometimento”, tal como já mencionamos em exemplos anteriores ao longo da seção em que refletimos sobre os dados coletados.

Entrevistas foram gravadas, pelos dois jovens apoiados pela pesquisadora deste trabalho, com representantes do poder público, das incubadoras, de entidades de apoio e do coletivo comunitário responsável pela condução da implantação do banco, cujo resultado será a produção de um pequeno documentário sobre a experiência de organização do Banco Comunitário Jardim Botânico a ser exibido na comunidade e disponibilizado no site institucional do CPCC. As filmagens da inauguração e das entrevistas serão editadas e disponibilizadas para o público no *youtube*.

---

<sup>82</sup> Duas estratégias para dar visibilidade ao BCD Jardim Botânico foram a produção e a distribuição: do folder de divulgação do banco (Anexo V); do cartaz que indica que o estabelecimento é conveniado ao Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico, material entregue para cada comerciante que assina o contrato de aceitação da moeda social Orquídea (Anexo X).

### **5.2.13. As condições mínimas para criação do Banco Comunitário de Desenvolvimento**

O Instituto Palmas (2011) elenca condições mínimas para que seja criado um BCD. Comparando a proposta com a realidade da comunidade São Rafael, elucida-se que:

1) A comunidade São Rafael tem um histórico de organização comunitária, de contato com o tema economia solidária e vivencia desta a partir do grupo de produção, de participação em movimento social como democratização da comunicação, de participação em mecanismos de controle social como o Orçamento Participativo, de mobilização local para realização de atividades comunitárias, de articulação política, de luta coletiva por melhorias para a comunidade;

2) A Entidade Beneficente Evangélica (EBE), durante anos, foi referência e base para a realização de inúmeras atividades comunitárias, congregando diversas organizações internas e externas à comunidade, dando suporte para a concretização de projetos em diferentes vertentes. Outra entidade de destaque é o CPCC, que agrega outras entidades voltadas para o desenvolvimento local, que é a responsável institucional pelo banco, que estimula a realização de projetos e atividades na comunidade e que se envolve na luta política sem assumir um posicionamento partidário;

3) O espaço físico do banco comunitário pertence ao CPCC, que é a entidade jurídica responsável pelo empreendimento;

4) Os equipamentos e móveis disponíveis no banco foram adquiridos a partir da doação do Instituto Soma Brasil, do repasse de objetos por parte do CPCC;

5) Os dois agentes de crédito dividem as tarefas e a remuneração no desejo de potencializarem o funcionamento do Jardim Botânico;

6) O valor do fundo está bem inferior ao que é sugerido pelo Instituto Palmas (2011), o valor atual é de R\$ 585,30 e é usado apenas como lastro para a Orquídea; a intenção do conselho gestor e do CAC é aumentar o recurso do fundo para no próximo mês possibilitar o serviço de crédito para consumo em moeda social;

7) A sensibilização dos atores econômicos e sociais locais para a adesão à moeda social iniciou-se antes da inauguração e terá maior empenho dos agentes de crédito para promover a adesão à iniciativa;

8) O material de divulgação foi produzido com o fundo do banco e, imaginamos, que em dois meses será preciso confeccionar mais materiais.

No tempo que acompanhamos a experiência, percebemos que as condições mínimas, enunciadas no referencial, para a instalação do banco não foram cumpridas pela comunidade São Rafael, no entanto, estas condições não foram impeditivas para a implantação desta tecnologia social. O coletivo de lideranças locais conseguiu criar e cumprir as suas próprias condições, resultando na abertura do BCD Jardim Botânico

Da mesma forma que elementos da experiência do Banco Palmas podem ser utilizados para compreender a experiência do BCD Jardim Botânico, as condições presentes na comunidade São Rafael também podem ser consideradas como referências para outras experiências. A tecnologia do banco comunitário de desenvolvimento tem flexibilidade suficiente para se conformar de acordo com as características que a comunidade detiver.

#### **5.2.14. A perspectiva de futuro do BCD Jardim Botânico e da comunidade São Rafael**

Discutir sobre o futuro é ousado, já que o tempo contém um conjunto de fatores imprevisíveis. No entanto, a pesquisa de campo permitiu a coleta de percepções de componentes dos quatro grupos de participantes desta pesquisa sobre o diferencial da comunidade, os entraves, as potencialidades que circunscrevem a realidade da comunidade.

Quanto aos desafios, um membro de assessoria do banco (AB 4) esclarece que a falta de apoio externo adequado às necessidades de recursos financeiros dos BCDs, em todo o país, é um obstáculo para o funcionamento dos empreendimentos. Segundo este participante da pesquisa, o poder público enfrenta limites quanto ao repasse de recursos para os BCDs.

Ademais, AB 4 salienta que, semelhantemente a outras experiências de gestão de BCDs no Brasil, a comunidade São Rafael tem o desafio de conseguir estruturar o seu fundo de crédito, definir uma metodologia que seja adequada à sua realidade.

O diálogo com o poder público é outro desafio porque a comunidade tem problemas cuja resolução é responsabilidade dos entes governamentais. Um membro de assessoria da comunidade (AC 3) destacou que a comunidade precisa “conquistar definitivamente” sua urbanização para que seu desenvolvimento possa ser efetivado.

No que se refere ao banco comunitário, a desconfiança dos moradores da comunidade é um entrave circunstancial que preocupa integrantes da comunidade (IC 4, IC 2) e integrantes do banco (IB 5, IB 6, IB 8). Percebemos a rejeição de comerciantes, em conversas que participamos, e observamos que o conselho gestor e o CAC têm clareza do empenho necessário a fim de conquistar a confiança das pessoas. Conforme IB 1, a adesão dos

comerciantes e da comunidade ao uso da moeda Orquídea é só uma questão de tempo, pois as pessoas envolvidas na gestão do banco são reconhecidas pela comunidade como idôneas.

Sobre os aspectos de destaque positivo da comunidade, enunciamos alguns. Semelhantemente ao que acontece no conjunto Palmeira, na comunidade São Rafael há interação entre gerações, cujo resultado é o somatório de características naturais de cada geração (sabedoria, disposição para ação, capacidade analítica da situação, rapidez para ação e outras).

A relevância dessa integração foi observada nas falas de quatro participantes da pesquisa - dois membros de assessoria do banco (AB 1 e AB 4), de um integrante de assessoria da comunidade (AC 2) e de um integrante do banco (IB 2). Segundo estes participantes, a confluência de esforços de pessoas de idades distintas enriquece o trabalho coletivo e constrói uma admiração no imaginário da comunidade.

É notório o reconhecimento social da atuação das instituições locais, EBE, CPCC, e, ganhando notoriedade, Assembleia de Deus Missão. Percebemos os benefícios das capacidades das mesmas tecerem redes de apoio e articulação, mobilizarem conexões entre projetos na comunidade, lutarem para a concretização de ações que suprissem as necessidades locais.

Esse processo empoderou lideranças comunitárias, cujas posturas são identificadas como diferenciais da comunidade em relação a outros territórios, segundo quatro integrantes do banco (IB 2, IB 3, IB 5, IB 6), três integrantes da comunidade (IC 1, IC 2, IC 4), seis membros de assessoria do banco (AB 1, AB 2, AB 3, AB 4, AB 5, AB 6), três integrantes de assessoria da comunidade (AC 1, AC 2, AC 3). Para a continuidade do processo organizativo comunitário esse diferencial é crucial.

Já discorremos, anteriormente, sobre os argumentos que nos autorizam a dizer que o Banco Comunitário de Desenvolvimento tem um potencial para “dar certo”. Um dos membros de entidade de assessoria do banco (AB 1) certa vez pronunciou: “A proporcionalidade do banco dar certo é quanto mais a comunidade abraçar essa causa. Eu acho que com São Rafael, se é uma comunidade que já tem uma... integração, já tem uma cultura comunitária. Isso deve facilitar bastante”.

Na comunidade são nítidos o acúmulo de conhecimentos e experiências e a capacidade de organização política, a qual fortalece a articulação de parcerias. O envolvimento de diferentes participantes sociais promove a confluência de recursos e competências para melhoria da qualidade de vida da comunidade São Rafael.

Inferimos que, na medida em que os gestores do BCD adquirirem mais conhecimento técnico sobre as ações do banco comunitário e criarem estratégias para o fortalecimento do empreendimento, o desenvolvimento local tomará proporções mais amplas nos âmbitos econômico e social.

Com base no que discorremos ao longo da reflexão sobre a experiência da comunidade, percebemos uma multiplicidade de comportamentos na relação com as instituições externas: há situações em que a comunidade demonstra uma necessidade de acompanhamento externo para a execução de ações no território; há momentos em que o coletivo, na dependência do apoio, se submete às decisões das instituições externas, mesmo o grupo local discordando; há circunstâncias em que moradores não esperam pela ação das organizações externas e, de forma autogestionária, providenciam os encaminhamentos necessários para cumprirem os objetivos comunitários.

A maturidade do coletivo local engajado no Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico se destacou para as duas incubadoras. E, seguindo a decisão da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de descentralizar a responsabilidade pelo acompanhamento aos bancos instalados e a serem criados - uma vez que o banco existente dá testemunho sobre seu funcionamento - a INCUBES e a ITES já dialogaram com membros do BCD Jardim Botânico para que a comunidade São Rafael ajude a criar outros bancos na Paraíba.

Os membros do conselho gestor e do CAC compreendem que o BCD Jardim Botânico pode se tornar uma referência para o estado. Além do mais, o grupo entende que poderá e deverá instigar uma luta política que pressione o poder público, nos níveis estadual e municipal, a cumprir o papel de apoiar os BCDs da Paraíba.

Sobre essa questão, o integrante do banco, IB 5, em uma reunião do grupo gestor, verbalizou o seguinte: “A gente tem que fazer fluir daqui”. Seu discurso enfatizou que o grupo da São Rafael é agente de transformação não apenas na comunidade, mas no estado da Paraíba e, portanto, precisa se mobilizar para isso.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto em que vivemos é notório o culto ao individualismo, à competição, ao consumismo, à interação virtual, à valorização do poder aquisitivo, como também é corolário a alienação política e a conformidade com as políticas assistencialistas. Assim, a ambiência atual tornou-se complexa demais e, para que aconteçam mudanças estruturais realmente efetivas, as intervenções para a melhoria da qualidade de vida da população demandam esforços múltiplos da sociedade como um todo, dirigidos pelo real interesse de beneficiar os seres humanos em perspectiva universalista.

Durante todo o período de observação, nas diferentes situações em que estivemos presentes, inclusive no aniversário do Banco Palmas, uma questão foi recorrente: a cultura de participação social, de interação coletiva, de ajuda mútua não têm tanta expressão na dimensão generalizada.

No caso por nós estudado, uma “contradição” aparece na coexistência de dois discursos enunciados pelos participantes da pesquisa: a comunidade São Rafael é uma comunidade forte – e esta ideia pode suscitar a compreensão de que esse forte se refere a todo o aglomerado de pessoas fixadas na área geográfica da comunidade; por outro lado, aparece também nas falas que as pessoas da comunidade não participam, não contribuem para a construção das ações comunitárias.

Assim, percebemos que os limites de uma comunidade estão no grau de repercussão participativa de seus moradores, que nem sempre se reconhecem nos interesses e preocupações elencados por um ou mais grupos dentro do território. No entanto, esses limites não são impeditivos de que lideranças da comunidade São Rafael se mobilizem e, motivadas pelo “compromisso”, conquistem outras pessoas para o movimento de luta, com o intuito de provocar mudanças e melhorias na comunidade, mesmo discernindo que muitos moradores não se engajam na luta. Esse processo de mobilização pelo engajamento da população em projetos comunitários já existia na São Rafael quando do surgimento da proposta de criação de um BCD.

A criação do BCD Jardim Botânico na comunidade São Rafael surge num período em que a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, as ações governamentais, os apoios não governamentais para esta tecnologia social se ampliam. Sendo assim, a abertura do BCD Jardim Botânico se deve à organização social local na condução do processo de implantação, mas também é produto dos apoios diretos das incubadoras universitárias e do governo federal e dos apoios indiretos das instituições não governamentais, internas e externas à comunidade,

que têm atuado na comunidade desde a década de 1990, disseminando os valores da economia solidária.

O Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico pode se configurar, no futuro, como um empreendimento de ampla atuação na comunidade porque tem um coletivo de lideranças obstinadas e duas instituições comunitárias que trabalham para a promoção do desenvolvimento local, sustentável e solidário.

O BCD, no contexto da economia solidária, é o empreendimento mais complexo dentre todos os outros. Daí o pré-requisito decisivo: a existência de um processo de organização social local anterior à implantação do banco. Além do mais, são cruciais aspectos como: a comunidade não ser dependente de apoios externos para realizar ações que ela mesma tem condições de desenvolver; a legitimidade da gestão comunitária do BCD; a confiança depositada no funcionamento do BCD e o empenho de lideranças para que os moradores do território acreditem no empreendimento e na possibilidade deles mesmos protagonizarem seu desenvolvimento local.

Com base nos achados dessa pesquisa, pensamos que, em territórios onde não há um engajamento de lideranças comunitárias, legitimamente reconhecidas, e pelo menos uma instituição local com atuação também reconhecida, a experiência de criação e consolidação de um BCD não é sustentável nas dimensões social, política e cultural, conforme discutidas por França Filho e Santana Junior (2007).

Na comunidade São Rafael são realizadas atividades que congregam os moradores: o projeto “Por um Natal feliz”, o café da manhã coletivo no início do ano, a comemoração do dia das mães, a festa do dia das crianças, o aniversário da Rádio Comunitária Voz Popular. Essas práticas são importantes estímulos à construção de laços sociais e de conhecimento mútuo, na medida em que possibilitam a interação humana, mesmo em momentos pontuais, mas que incitam os vínculos, já que a comunidade é pequena e “todo mundo se conhece”.

A praça/quadra tem sido utilizada por moradores como espaço de lazer. Mesmo fora dos padrões esportivos e sem ter sido contemplado um pedido da população local à prefeitura<sup>83</sup>, conforme depoimentos de participantes da pesquisa, a quadra pode ser usada para estimular

---

<sup>83</sup> Inicialmente havia uma solicitação da comunidade para que o equipamento possibilitasse a realização de atividades de lazer, de integração social, esportivas e econômicas, beneficiando comerciantes locais com a venda de alimentos. No entanto, segundo cinco entrevistados, a prefeitura não atendeu a todos os requisitos e fez acordo com poucos moradores, ligados à associação comunitária, mas que não representaram o interesse da maioria da população local. Apesar disso, moradores têm usado a praça para brincar, para jogar, para conversar, para ingerir bebida alcoólica, para consumir alguns alimentos. Vale explicar que os comerciantes se instalam na calçada da praça e na rua, já que não há espaço suficiente para o comércio.

um pouco mais a interação humana e o estabelecimento de laços afetivos, por meio de práticas esportivas, adaptadas ao limitado espaço físico.

O saciamento da fome, na comunidade São Rafael, abarca outras dimensões, na perspectiva de construção do desenvolvimento humano e social. A fome não é apenas material, mas de saberes, de discernimento político, de mudança de valores, de capacidade de organização coletiva.

No que tange ao âmbito político, porém, ainda não é possível contar com o discernimento popular: sobre o papel do Estado e da política partidária dos governos; sobre as disputas dentro da associação comunitária, que recebem a interferência de gestores do poder público municipal (tanto da instância executiva como da legislativa), da manipulação dos interesses pessoais e, por conseguinte, de pequenos grupos e da dependência, para certas ações no território, de intervenções governamentais. (a exemplo do que aconteceu no mapeamento da produção na comunidade). Estes aspectos confundem ou, de certa forma, direcionam a percepção popular para um entendimento equivocado sobre a política na localidade. Portanto, a superação da dependência de ações assistencialistas e do comodismo é ainda um desafio, passível, dependendo do contexto, de ser superado por meio do próprio processo de aprendizagem inerente às práticas comunitárias e participativas.

Na estrutura da sociedade há um conjunto de elementos complexos do sistema político, econômico, cultural e educacional que complicam a superação da pobreza em seu sentido amplo: material e cultural. Na dimensão cultural, podemos citar o exemplo da destruição do jardim, construído e mantido por moradores da comunidade, que recebeu o prêmio de jardim coletivo mais bonito da cidade de João Pessoa. A demolição aconteceu por iniciativa de um morador que, ao adquirir um carro, destruiu o jardim a fim de garantir um espaço para guardar o seu automóvel, já que na sua casa não havia espaço de garagem.

A experiência de construção comunitária do jardim e de destruição do mesmo, por interesse individual de um morador, revela para nós a ênfase de Souza (1987) sobre o pesquisador não se restringir aos dados “aparentes”. A autora enfatiza que a problematização da aparência é uma condição necessária para que a população compreenda, concretamente, a sua realidade e os seus meios de enfrentamento, que incluem a comunicação enquanto facilitadora de articulação e organização social.

Percebemos que é importante que a comunidade reflita mais sobre esta experiência, sobre a desistência de lutar pela manutenção de uma construção coletiva, que foi o jardim. Destacamos esse ponto porque durante o processo de dados tornou-se notória a importância do recebimento deste prêmio nas falas de vários participantes da pesquisa. A vitória marcou o

imaginário social a ponto de, até hoje, moradores explicitarem que o recebimento destes prêmios foi uma conquista coletiva significativa.

Quando nos debruçamos sobre os relatos acerca do comportamento das pessoas quando um morador destruiu o jardim, identificamos, na subjetividade dos indivíduos, a raiva, a revolta, a tristeza com o comportamento individualista do morador. Mas, também percebemos, além da decepção e da tristeza, o conformismo dos moradores com a atitude de importantes lideranças comunitárias em ratificar a destruição. Mesmo assim, é possível considerar a afirmação de Souza (1987, p. 85) como uma explicação para a experiência do jardim:

"Em outras situações em que a população não consegue ter o mesmo grau de reflexão e a apatia, a ausência, a indiferença, o mutismo se apresentam como características maiores, estes elementos, aparentemente de não-participação, podem ser indicadores de participação. Por vezes, estas situações se apresentam como os únicos caminhos de que a população dispõe para dizer não a uma realidade não aceita".

De todo modo, é de suma importância que a comunidade reflita sobre esse acontecimento, dada a sua relevância sobre a participação coletiva e porque experiência semelhante pode acontecer no futuro e o coletivo precisa estar consciente das conseqüências.

Detectamos que, em certos momentos, há dificuldades para o trabalho em equipe entre os diferentes atores sociais ligados à experiência da comunidade São Rafael. Numa visão mais abrangente, entendemos que o trabalho em equipe pode e deve ser estimulado nos diferentes espaços de aprendizagem, especialmente na escola, com todos os seus elementos constitutivos, haja vista que é neste lugar que a estruturação da personalidade recebe, mais intensamente, a influência das regras de convivência social.

Na nossa visão, o exercício da cooperação e da autogestão no trabalho em equipe contempla quatro dimensões interdependentes: reflexão, decisão, deliberação e ação. Se alguma destas dimensões não é trabalhada coletivamente, entendemos que isso provoca um desequilíbrio no processo de construção grupal, que reflete a identidade do coletivo.

Retomando o aspecto da comunicação, são recorrentes os problemas de relacionamento e os entraves para o trabalho em grupo provocados por ruídos e falhas de comunicação. A experiência da comunidade mostrou a necessidade de exercitar o diálogo e a ação em equipe, não apenas entre os membros da comunidade, mas também entre os integrantes das diferentes entidades parcerias externas para que a extensão e a eficácia das coalizões entre estes atores sociais potencializem os efeitos e a satisfação do trabalho coletivo.

Ficou evidente a relevância do processo educativo/formativo para a formação de lideranças comunitárias, para a mudança de valores, para o estímulo à realização de iniciativas comunitárias e ao estabelecimento de parcerias com pessoas e organizações que acolham as demandas comunitárias.

Os processos educativos desenvolvidos por instituições locais e externas à comunidade incitaram, no grupo de lideranças com quem convivemos, a confiança em seus objetivos e ideais, o fortalecimento do vínculo com a comunidade. Foi perceptível, no discurso e nas práticas observadas, que estas lideranças têm um forte sentimento de pertença, o qual os mobiliza a lutarem por melhorias para a comunidade.

Apesar de não ser foco do nosso trabalho, consideramos importante mencionar alguns aspectos, de nível macrossistêmico, pois a experiência deste caso está inserida num contexto propenso à multiplicação de BCDs pelo Brasil, haja vista o envolvimento de organizações sociais e do poder público para essa disseminação.

No que tange aos apoios de entes governamentais para os bancos comunitários no Brasil, algumas questões despontam: 1) Será que podemos considerar que o apoio governamental, em seus diferentes níveis, são efetivos e eficientes para uma mudança estrutural?; 2) Se a economia solidária e os BCDs lutam contra a acumulação do capital, a aliança com bancos privados não seria contraditória, ideologicamente?; 3) Considerando a divergência entre a natureza dos bancos privados (voltada para a concentração de lucro nas mãos dos banqueiros, para o investimento atrelado ao retorno financeiro, para uma responsabilidade social como estratégia para aumentar seus lucros) e a natureza dos BCDs, portanto, qual será o resultado no médio e longo prazos da relação entre estes dois tipos de empreendimentos econômicos?

Ressaltamos que houve dois encontros em que este trabalho científico foi apresentado para integrantes do BCD Jardim Botânico (IB) e integrantes da comunidade (IC): no dia da defesa para apreciação da banca de avaliação docente, que aconteceu no dia 17 de julho de 2013, na UFPB; e no dia da devolução e debate, enquanto ponto de pauta da reunião do conselho gestor e do comitê de avaliação de crédito, em 18 de julho de 2013, na sede do BCD Jardim Botânico<sup>84</sup>.

Na reunião do dia 18 nós debatemos com o grupo gestor do banco e com moradores da comunidade São Rafael sobre todas as seções desta dissertação, inclusive sobre a metodologia

---

<sup>84</sup> Integrantes do banco e da comunidade que participaram dos dois encontros são mostrados nas fotos do anexo Y.

da pesquisa. Também refletimos sobre sugestões para superação de alguns desafios que tem se apresentado durante este período de implantação e de funcionamento do BCD Jardim Botânico.

Como últimas considerações deste trabalho, o nosso estudo de caso qualitativo não pode ser generalizável, uma vez que o objetivo foi compreender a experiência da comunidade São Rafael com suas particularidades (SAMPIERE, COLLADO e LUCIO, 1998). Todavia, na medida em que acompanhamos a fase de organização da comunidade para a implantação de seu BCD Jardim Botânico, constatamos que há experiências pelo país que têm semelhanças com a realidade da comunidade estudada.

Sendo assim, sugerimos que pesquisas posteriores possam complementar a compreensão de experiências de implantação de BCDs, focando, por exemplo: o papel e a postura das incubadoras no acompanhamento aos BCDs, em fase de criação e em funcionamento; as estratégias para a criação e fortalecimento de uma cultura de ação comunitária; os aspectos subjetivos que permeiam os serviços dos BCDs, como a confiança na moeda e no banco, as implicações do aval da vizinhança; os aspectos facilitadores para a implantação de BCD em outros territórios; o avanço da atuação do BCD Jardim Botânico na comunidade São Rafael, incluindo a contribuição que a rádio comunitária concede, informando e mobilizando os moradores, as outras entidades locais.

As pesquisas sobre estes e outros temas ampliarão a compreensão sobre a realidade dos bancos comunitários de desenvolvimento no país e, por conseguinte, subsidiarão o aprimoramento dessa tecnologia social.

## REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Braziliense, 1995.
- ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. In CATTANI, Antonio David (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 20-26.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais** – pesquisa quantitativa e qualitativa. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1999.
- ARRUDA, Marcos. Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a educação de jovens e adultos. In. KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: INEP, 2005. p. 31-40.
- \_\_\_\_\_. Socioeconomia Solidária. In CATTANI, Antonio David (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 232–242.
- AUTHIER, Michel; LÉVY, Pierre. **As árvores do conhecimento**. Portugal: Instituto Piaget, 1996.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Inclusão Financeira**. Brasília: BCB, 2010. v. 1, n. 1.
- BARBOSA, José da Cunha. **Avanços e Recuos da Paisagem Florestal no Território do Campus-I da UFPB**.1999. Monografia (Graduação em Geociências) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BRENNAND, Edna; MEDEIROS, Washington (Orgs.). **Diálogos com Jürgen Habermas**. João Pessoa: UFPB, 2006.
- BROTTO, Fábio Otuzi. **Jogos cooperativos** - se o importante é competir, o fundamental é cooperar! Santos: Re-Novada, 1997. (Projeto Cooperação).
- BURRELL, G.; MORGAN G. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis**. Tradução livre de Prof. Wellington Martins. London, UK: Heinemann Educational Books, 1979.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei Complementar Substitutivo 1 (SBT 1 CTASP) do PLC nº 93/2007, de 9 jul. 2008**. Disponível em: <[HTTP://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=403826](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=403826)>. Acesso em: 29 jul. 2012.
- CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **Requerimento Nº 043/2011, de 31 mar. 2011**. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:vLZsBEIH9ccJ:200.164.108.163:9>>

673/sapl/sapl\_documentos/materia/19928\_texto\_integral+&cd=1&hl=pt&ct=clnk>. Acesso em: 5 abr. 2013.

CARBONARI, P. C. Economia Popular Solidária: possibilidades e limites. In: SEMINÁRIO REGIONAL PASSO FUNDO DE TRABALHO E ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA, dez. 1999. (mimeo)

CENTRO POPULAR DE CULTURA E CIDADANIA. Site institucional. Disponível em <<http://cpcc.webnode.com.br/>>. Acesso em: 02 set. 2012.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização na cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

COSTA, Adriano Borges. Banco Palmas como uma plataforma de desenvolvimento comunitário. In: MORAIS, Leandro; BORGES, Adriano (Orgs.). **Novos paradigmas de produção e consumo: experiências inovadoras**. São Paulo: Instituto Pólis, 2010a. p. 249 – 292.

\_\_\_\_\_. Banco dos Cocais uma experiência inovadora de Bancos Comunitários. In: MORAIS, Leandro; BORGES, Adriano (Orgs.). **Novos paradigmas de produção e consumo: experiências inovadoras**. São Paulo: Instituto Pólis, 2010b. p. 295 – 341.

COSTA, Márcia da Silva. **Despotismo de Mercado: medo do desemprego e relações de trabalho**. João Pessoa: UFPB, 2006.

COSTA, Pedro de Almeida; CARRION, Rosinha da Silva Machado. Situando a Economia Solidária no Campo dos Estudos Organizacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS (ENEO) DA ANPAD, 5. **Anais...** Belo Horizonte: 2008.

COZBY, Paul C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**. Tradução Paula Inez Cunha Gomide, Emma Otta. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CROTTY, Michael. **The Foundations of Social Research – meaning and perspective in the research process**. London: Sage Publications, 1998.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. Políticas Públicas de Economia Solidária enquanto ressignificação das relações Estado-Sociedade: alguns elementos teóricos e empíricos. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007.

DAHRENDORF, R. **O Conflito Social Moderno: um ensaio sobre a política da liberdade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DZIMIRA, S.; FRANÇA, G. Economia Solidária e Dádiva. In: ORGANIZAÇÕES & SOCIEDADE, [S.I.], v. 6, n.14, p.141-183, jan-abr. 1999.

ENTREVISTAS na São Rafael durante o II ENIES. João Pessoa, 18 jan. 2013. 1 vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=clm6XLeIhiQ>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

EID, Farid. Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? In: **Experiências de Formação do Programa Integrar da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT**. [S.I.]: [s.n.] 2003. (mimeo)

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. **Sistematização: uma arte de ampliar cabeças**. [S.I.]: [s.n.], 2006. Disponível em: [http://www.fetraece.org.br/images/Site\\_6/siste.pdf](http://www.fetraece.org.br/images/Site_6/siste.pdf). Acesso em: 11 maio. 2013.

\_\_\_\_\_. Sistematizando: juntando cacos, construindo vitrais. In **Caderno de textos** – 1º Curso estadual de Formação de Formadores em Economia Solidária. João Pessoa: [s.n.], 2005. (mimeo)

FERREIRA, Francisco de Paula. **Teoria Social da Comunidade**. São Paulo: Herder, 1968.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Carta de Princípios da Economia Solidária**. Brasília: FBES, 2003. (mimeo)

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de (et. al). **Bancos Comunitário de Desenvolvimento (BCD's) como expressão de finanças solidárias: por uma outra abordagem da inclusão financeira**. Brasília: SENAES/MTE, 2013.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. A Temática da Economia Solidária e suas Implicações Originais para o Campo dos Estudos Organizacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS (ENEO) DA ANPAD. **Anais...** Recife: 2002. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo\\_2002/ENEO63.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo_2002/ENEO63.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2011.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; SANTANA JUNIOR, Gildásio. **Economia Solidária e Desenvolvimento Local: uma contribuição para redefinição da noção de sustentabilidade a partir da análise de três casos na Bahia**. Salvador: [s.n.], 2007. Disponível em: <[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CEUQFjAA&url=http%3A%2F%2Fdowbor.org%2Far%2F07genautolocal.doc&ei=UjkoUJKQA8Wr0AHR9YGwDA&usq=AFQjCNGwn4uLC7nXff\\_LaHxROzbnDnoLJg&sig2=5aYTYbcmjuWuXfnzA2CVsg](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CEUQFjAA&url=http%3A%2F%2Fdowbor.org%2Far%2F07genautolocal.doc&ei=UjkoUJKQA8Wr0AHR9YGwDA&usq=AFQjCNGwn4uLC7nXff_LaHxROzbnDnoLJg&sig2=5aYTYbcmjuWuXfnzA2CVsg)>. Acesso em: 12 ago. 2012.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; SILVA JUNIOR, Jeová Torres. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. In: CATTANI, Antonio David (et. al.). **Dicionário Internacional da outra Economia**. São Paulo: Almedina, 2009. p. 31-36. (Coleção CES).

FREIRE, Leticia de Luna. Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. In: REVISTA DILEMAS. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 95-114, out-dez. 2008.

FREIRE, Marusa Vasconcelos. **Moedas Sociais** - contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil. Tese (Doutorado em Direito, Estado e Constituição) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2011.

GAIGER, Luiz I. Eficiência Sistêmica. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 125- 129.

\_\_\_\_\_. Sentido e possibilidades da Economia Solidária hoje. In: KRAYCHETE, G.; COSTA, B. (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GARCIA, Daniel Bruno. A contextualização teórica de Bancos Comunitários de Desenvolvimento. In: REVISTA TEMAS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. [S.I.], ESP, v.4, n. 7, 2012.

GOHN, Maria da Glória. Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. In: REVISTA NOMADAS, Bogotá, Universidad Central, n. 20, 2004. p.140-150. (col)

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açucares: política e economia na Capitania da Parayba – 1585-1630**. Bauru: EDUSC, 2007.

GONDIM, Linda M. P. Habitação Popular, Favela e Meio Ambiente. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 1., SIMPÓSIO TEMÁTICO URBANISMO NA SOCIEDADE DE RISCO: VIOLÊNCIA URBANA E VULNERABILIDADE AMBIENTAL, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: [s.n.], 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOGGART, Richard. "Nós" e "Eles". In OLIVEIRA, Paulo de Salles (Org.). **O lúdico na cultura solidária**. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 171-195.

INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS – INCUBES. **Programa Fortalecimento da Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBES** com a ampliação das ações de geração de trabalho e renda e desenvolvimento comunitário. João Pessoa: UFPB, 2011. (Projeto PROEXT 2011-2012).

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Projeto Básico Rede Nordeste de Bancos Comunitários de Desenvolvimento**. Salvador: UFBA, 2010. (Edital de Chamada Pública de Parceria SENAES/MTE n.º 03/2010).

INSTITUTO PALMAS. **Cartilha para multiplicadores na metodologia de bancos comunitários** – material pedagógico de apoio. Fortaleza: Instituto Palmas, 2011.

KALINA, Eduardo; KOVADLOFF, Santiago. **As ciladas da cidade**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978.

KISIL, Marcos. **Organização social e desenvolvimento sustentável**: projetos de base comunitária. In IOSCHPE, Evelyn (et. al). **3º setor**: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p. 131-155.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Viver a cidade: um estudo sobre pertença e medos. In: REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA DA EMOÇÃO/GRUPO DE PESQUISA EM ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA DA EMOÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, João Pessoa, GREM, v. 4, n. 11, ago. 2005. p. 172-183.

KYOTOKU, Virginia Regis de Barros Correia. A (re)imigração japonesa no Brasil: rastros na Paraíba (1938 - 1958). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4, 2009 Maringá. **Anais...** Maringá: [s.n.], 2009. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/92.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2013.

LANÇAMENTO da Moeda Social Orquídea. João Pessoa, 14 fev. 2013. 1 vídeo. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=TcU4DfiRECw#!](https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=TcU4DfiRECw#!)>. Acesso em: 20 fev. 2013.

LAVIERI, João Roberto; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira. Evolução urbana de João Pessoa Pós-60. In GONÇALVES, Regina Célia; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira; LAVIERI, João Roberto; RABAY, Glória. **A questão urbana na Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1999. p. 39 – 54.

LEFÉBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva** - por uma antropologia do ciberespaço. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2007. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=N9QHkFT\\_WC4C&oi=fnd&pg=PA11&dq=L%C3%89VY,+P+%2B+A+intelig%C3%Aancia+coletiva&ots=HvSEmb9NPY&sig=5LonMKmxlyxEQyfcDR-ouNpsME0#v=onepage&q=L%C3%89VY%2C%20P%20%2B%20A%20intelig%C3%Aancia%20coletiva&f=false](http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=N9QHkFT_WC4C&oi=fnd&pg=PA11&dq=L%C3%89VY,+P+%2B+A+intelig%C3%Aancia+coletiva&ots=HvSEmb9NPY&sig=5LonMKmxlyxEQyfcDR-ouNpsME0#v=onepage&q=L%C3%89VY%2C%20P%20%2B%20A%20intelig%C3%Aancia%20coletiva&f=false)>. Acesso em: 1 set. 2012.

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. 29 ed. São Paulo, Cortez, 2009.

LISBOA, Armando de Melo. **Solidariedade**. In CATTANI, Antonio David (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 242 – 250.

\_\_\_\_\_. A emergência das redes de economia popular no Brasil. In: DAL RI, Neusa M.; VIEITEZ, Candido G. (et. Al.). **A Economia Solidária** - o desafio da democratização das relações de trabalho. São Paulo: Arte & Ciência, 1999. p.55-89.

MAGALHÃES, Glaucia. Moradores da São Rafael interditam via e param o trânsito na Pedro II. João Pessoa, 28 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.paraibamaster.com.br/moradores-da-sao-rafael-interditam-pedro-ii-e-prejudicam-o-transito-no-local/>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARIANI, Milton Augusto Pasquotto; ARRUDA, Dyego de Oliveira. A inserção dos artesãos na atividade do turismo: economia solidária como estratégia de desenvolvimento. In

OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de; BECK, Marta Costa (Orgs.). **Cotidiano: cidade, educação e cidadania**. Campo Grande: UFMS, 2011. p. 251-272.

MARTINS, Maria Cezira Fantini Nogueira; BÓGUS, Cláudia Maia. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. In: SAÚDE E SOCIEDADE [S.I.], v.13, n. 3, p.44-57, set-dez. 2004. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n3/06.pdf](http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n3/06.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2011.

MELO NETO, Joaquim de. De mãos dadas com o empreendedor. In: REVISTA TRABALHO, Brasília, MTE, n. 9, p. 5 -12, jan-mar. 2011. (entrevista)

\_\_\_\_\_. **Estudo de Caso** – Banco Palmas. Disponível em: <<http://www.gaiabrasil.net/site/modules/smartsection/item.php?itemid=2>>. 2006. Acesso em: 1 mai. 2012.

MELO NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros pobres, ricas soluções** - Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão, 2008.

\_\_\_\_\_. **Bancos comunitários de desenvolvimento** – uma rede sob controle da comunidade. Fortaleza: Instituto Palmas, 2006.

\_\_\_\_\_. **O poder do circulante local** - a moeda social no conjunto Palmeira. Fortaleza: Instituto Palmas, 2005.

MELO NETO SEGUNDO, Joaquim João; MAGALHÃES, Sandra. **Banco Comunitário e Cooperativa de Crédito** - uma relação necessária para potencializar as finanças da periferia. Fortaleza: Expressão, 2005.

MENDONÇA, Antônio Haroldo. **Finanças Solidárias** - apoio a Bancos Comunitários no Brasil. 2008. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/arquivos/horario\\_arquivos/apres\\_117.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/arquivos/horario_arquivos/apres_117.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2012.

MERRIAM, S.B. **Qualitative Research** - a guide to design and interpretation. San Francisco: Jossey-Bass, 2009. p. 21 – 38.

\_\_\_\_\_. Designing the study and selecting a sample. In: \_\_\_\_\_. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento** - pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1993.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Fomento a Finanças Solidárias com Base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/fomento-a-financas-solidarias-com-base-em-bancos-comunitarios-e-fundos-solidarios.htm>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Conferência Temática de Finanças Solidárias. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – PELO

DIREITO DE PRODUZIR E VIVER EM COOPERAÇÃO DE MANEIRA SUSTENTÁVEL, 2, 2010, Brasília. **Caderno Temático**. Brasília: MTE, 2010, P. 21 a 25.

\_\_\_\_\_. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília: MTE, 2006 a.

\_\_\_\_\_. **I Conferência Nacional de Economia Solidária** - Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento. Brasília: MTE, 2006 b.

MOREIRA, Eliana Monteiro Moreira; QUEIROZ, Tereza Correia da Nóbrega. Ações Integradas em Busca da Cidadania: Juventude e Cultura em Áreas Precarizadas de João Pessoa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: [s.n.], 2004.

MUÑOZ, Ruth. Finanças Solidárias. In: CATTANI, Antonio David (et. al.). **Dicionário Internacional da outra Economia**. São Paulo: Almedina, 2009. p. 208-212. (Coleção CES).

NASCIMENTO, Maria Odete Teixeira. **Estudo de temperatura e conforto térmico: o caso da área do Campus I na UFPB**. 2002. Monografia (Graduação em Geociências) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2002. Disponível em: <[http://www.geociencias.ufpb.br/~paulorosa/paginas/trab\\_acad/trabalhos\\_acade/Odete/Estudo%20de%20temperatura%20e%20conforto%20termico.pdf](http://www.geociencias.ufpb.br/~paulorosa/paginas/trab_acad/trabalhos_acade/Odete/Estudo%20de%20temperatura%20e%20conforto%20termico.pdf)>. Acesso em: 4 abr. 2013.

NEIVA, Augusto Câmara; BRAZ, Juliana de Oliveira Barros; NAKAGAWA, Carolina Teixeira; MASCARENHAS, Thais Silva. In NUCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (NESOL/USP); INSTITUTO PALMAS. **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**. São Paulo: A9, 2013. p.105-178

OLIVEIRA, Juliana Barros de. **O bairro de Jaguaribe na memória dos seus moradores idosos**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

OLIVEIRA, Francisco Borges de. **Degradação do meio físico e implicações ambientais na Bacia do Rio Jaguaribe**. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

PARAÍBA. Lei Nº 2.525, de 12 de março de 1968. Autoriza a doação do terreno e dá outras providências.

PARAÍBA. Lei Nº 1.071, de 17 de novembro de 1958. Autoriza o Chefe do Poder Executivo a fazer a doação do terreno destinado à construção da Cidade Universitária.

PASSOS, Ósia Alexandrina Vasconcelos Duran. Explorando novas práticas organizacionais em economia solidária: conceito e características dos bancos comunitários. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS (ENE) DA ANPAD, 5., 2008, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: [s.n.], 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP. **Visita preventiva** – Defesa Civil faz vitorias para evitar danos causados pelas chuvas. João Pessoa, 05 jan. 2012. Disponível em:

<[http://www.espacoecologicoar.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=19822&Itemid=46](http://www.espacoecologicoar.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=19822&Itemid=46)>. Acesso em: 5 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 10.464**, de 1º jun. 2005, que denomina as artérias públicas existentes na comunidade São Rafael.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 3, de 30 de dezembro de 1992, Lei do Plano Diretor da Cidade de João Pessoa. Atualizada e consolidada a Lei Complementar nº 4, de 30 de abril de 1993.

PRIMAVERA, Heloisa. Clube de Trocas - o que há de novo? In: MELO NETO, Joaquim João; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros pobres, ricas soluções**: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão, 2008. p. 60-63.

PROTESTO: Moradores da Comunidade São Rafael interditam principal do Castelo Branco em JP. **PB Agora**, João Pessoa, 4 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20090704145954>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

RAZETO, Luis Migliaro. **Las Donaciones y La Economía de Solidaridad y Mercado Democrático**. Santiago: Ediciones PET, 1994.

SAIBA quem são os novos líderes do tráfico de drogas. [S.I.], 4 set. 2011. Disponível em: <<https://cratonoticias.wordpress.com/2011/09/04/saiba-quem-sao-os-novos-lideres-do-trafico-de-drogas/>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

SAIBA quem são os novos líderes do tráfico de drogas. [S.I.], 2 set. 2011. Disponível em: <<http://brejo.com/2011/09/02/saiba-quem-sao-os-novos-lideres-do-trafico-de-drogas-em-joao-pessoa/>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

SAMPIERE, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodología de la investigación**. México: McGraw-Hill, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir Para Viver** - os caminhos da produção não capitalista. v.2, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a. (Coleção Reinventar a Emancipação Social - para novos manifestos).

SANTOS, Daniel Pereira dos. **Rádios Comunitárias** – a importância no desenvolvimento local. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual Vale do Acaraú / Universidade Aberta Vida, João Pessoa, 2011. Disponível em: <<http://cpcc.webnode.com.br/biblioteca-virtual/>>. Acesso em: 2 set. 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005b.

SCHWANDT, Thomas. Três posturas epistemológicas: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna (Orgs.). **Planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PREFEITURAMUNICIPAL DE JOÃO PESSOA / SECOM-PMJP. **Passarela da Pedro II é inaugurada**. João Pessoa, 7 ago. 2009a. Disponível em: <<http://pbnews.com.br/cidades/2009/08/passarela-da-pedro-ii-e-inaugurada.html>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Passarela da Pedro II é inaugurada**. João Pessoa, 7 ago. 2009b. Disponível em: <<http://pbnews.com.br/cidades/2009/08/passarela-da-pedro-ii-e-inaugurada.html>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Prefeitura inaugura passarela da Av. Pedro II nesta sexta-feira**. João Pessoa, 29 jul. 2009c. Disponível em: <<http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20090729165522>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURAMUNICIPAL DE JOÃO PESSOA / SMS-PMJP. Dados Demográficos da comunidade São Rafael. João Pessoa: SMS/PMJP, 2013. (mimeo).

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES/MTE). **Relatório final do Comitê de Avaliação do Edital de Chamada Pública N.º 02/2011** – Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária para o Desenvolvimento Local e Territorial visando a superação da extrema pobreza. Brasília: SENAES/MTE, 2011a. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3268205A0132A5CE413F6622/Relatorio%20Final%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20Edital%20Estados%20-%200002.2011..pdf>>. Acesso em: 10 maio. 2013.

\_\_\_\_\_. **Edital de Chamada Pública N.º 02/2011 – Anexo I** - Especificações Complementares para – Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária para o Desenvolvimento Local e Territorial visando a superação da extrema pobreza. Brasília: SENAES/MTE, 2011b. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D308E21660131099043715575/chp\\_SENAES\\_002\\_2011\\_anexoI.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D308E21660131099043715575/chp_SENAES_002_2011_anexoI.pdf)>. Acesso em: 10 maio. 2013.

\_\_\_\_\_. **Chamada Pública Complementar n.º 03/2010**. Brasília: SENAES/MTE, 2010. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BD96D6A012BE3955A726F3E/chp\\_SENAES\\_03\\_2010\\_complementar.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BD96D6A012BE3955A726F3E/chp_SENAES_03_2010_complementar.pdf)>. Acesso em: 21 abr. 2012.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA JR., Jeová T. (coord. Geral). **Avaliação de Impactos e de Imagem** - Banco Palmas – 10 anos. Juazeiro do Norte: UFC, 2008. (Relatório de Pesquisa). Disponível em: <[http://www.banquepalmas.fr/IMG/pdf/Rapport\\_Jeova\\_Evaluation\\_BP.pdf](http://www.banquepalmas.fr/IMG/pdf/Rapport_Jeova_Evaluation_BP.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2012.

SINGER, Paul. O banco comunitário de desenvolvimento como política pública de economia solidária. In NUCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (NESOL/USP); INSTITUTO PALMAS. **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**. São Paulo: A9 Editora, 2013. p. 35-39

\_\_\_\_\_. A Economia Solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: INEP, 2005. p. 13-20

\_\_\_\_\_. A Economia Solidária no Governo Federal. In: MERCADO DE TRABALHO. Rio de Janeiro: IPEA, ago. 2004. p. 3 -5.

\_\_\_\_\_. **Introdução a Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. Economia Solidária - geração de renda e alternativa ao liberalismo. In: PROPOSTA, n. 72, p. 5-13, mar- mai. 1997.

SOUSA, Paulo Rener de Freitas. **A via crucis das comunidades São José – Chatuba** no vale do Jaguaribe em João Pessoa – PB. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

SOUTO MAIOR, Roberia Cesar. **O discurso na gestão de pessoas: relações de saber-poder e produção de verdades**. João Pessoa: Fotograf, 2011.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 1987.

SPINK, Peter Kevin. O pesquisador conversador no cotidiano. In: PSICOLOGIA & SOCIEDADE, Porto Alegre, v. 20, p. 70-77, 2008. Edição especial. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20nspe/v20nspe10.pdf>>. Acesso em: 22 maio. 2013.

TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos para história territorial da Parahyba**. v. CCXLV, 1982. Edição Fac-similar. (Coleção Mossoroense).

TIRIBA, Lia. Ciência econômica e saber popular - reivindicar o “popular” na economia e na educação. In: TIRIBA, Lia; PIKANÇO, Iracy (Orgs.). **Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. Aparecida: Idéias & Letras, 2004. v. 1, p. 75 - 102. Disponível em: <[http://web.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/Ci\\_ncia\\_econ\\_mica\\_e\\_saber\\_popular\\_1\\_.pdf](http://web.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/Ci_ncia_econ_mica_e_saber_popular_1_.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2012.

VERONESE, Marília Veríssimo; ESTEVES, Egeu Gómez. Identidade. In: HESPANHA, Pedro (et. al.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 219-223.

WEBERING, Susana Iglesias. Uma justificativa crítica pela economia solidária. In: ENANPAD, 32., Rio de Janeiro, [s.n.], 2008.

**ANEXOS**

## Anexo A

Anexo A: Registro da concessão da sesmaria e do dimensionamento do terreno doado em favor de Francisco Gonçalves Serralheiro. Fonte: Tavares (1982, p. 31).

— 31 —

## N.º 2 EM 8 DE FEVEREIRO DE 1587

Joam Tavares Capp. M. e Governador nesta Cidade de N. S.<sup>ra</sup> das Neves Capitania da Parayba por El Rey nosso Sr. faço saber aos que esta minha Carta de Data e Sismaria virem, que no anno do Nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de Mil e Quinhentos e Oytenta e Sette annos, aos oytto dias do mez de Fevereiro do dito anno nas pouzadas de mim escrivão pareceu Francisco Giz Morador nesta Cidade, e por elle me foi dado huma petição com hum despacho do Sr. Joam Tavares Capitão e Governador, a qual petição e despacho hé o seguinte, Sr. Diz Francisco Gonçalves Serralheiro assistente nesta povoação da Parayba, em a qual está em serviço de Sua Majestade que a elle lhe hé necessario Mil braças de terra em Joguaribe em coadra alem do Ryo da banda do Sul e assim mais a varge da banda do Varadouro com as agoas vertentes da parte e junctamente com a ilha aonde hé Aldea do braço do Peixe, contestando com agoa salgada. O que se achar para nella dita terra fazer bemfeytorias, pelo que pede a vossa mercê lhe mande passar sua Carta de data e receberá mercê. Passe Carta ao Suplicante de mil braças de terra em coadra na parte que pede, de Cincoenta braças da banda dos Manguez no Varadouro para casas e quintal, não prejudicando aos Caminhos e Serventias desta Povoação «Joam Tavares». Por bem do qual despacho lhe dou em nome de Sua Majestade para elle e para todos os que após delle vierem com todas as entradas e sahidas logradouros e que faça nella como cousa sua que já hé deste dia para todo o sempre. O qual será mettido de posse real e actual e corporal e com estas condições lhe ouverão por dada: a qual será registada no Livro da Fazenda do dito Sr. Em fé e testemunho de verdade mandaram ser feita dita Carta de data Sismaria e que desta lhe sejam dado os treslados que lhe comprirem. E eu Bentto Roiz, escrivão das dadas e demarcações nesta Capitania o escrevy. «Joam Tavares» e eu Antonio da Costa escrivão da Fazenda a registei bem e fielmente, da propria que tornei a p.<sup>te</sup> hoje vinte e sete de Fevereiro de Oytenta e Sette annos «Antonio da Costa» E eu Mathias Leytam escrivão da Fazenda de Sua Majestade, Alfandiga e Almoxarifado nesta Capitania da Parayba por El Rey nosso Sr. tirei este treslado do Livro

— 32 —

dos Registos a que me reporto em todo e por todo. O qual treslado o tirei por mandado do Pro.<sup>or</sup> da Fazenda do dito Sr. E me assigno hoje dez de Julho de mil e seiscentos e seis annos «Mathias Leytam» Concertado por mim escrivão da Fazenda «Mathias Leytam».

## Anexo B

Anexo B: Notícia publicada no Jornal A União com o título “Instalado um Núcleo de Colonos Japoneses na ‘Fazenda São Rafael’”. João Pessoa, 30 de setembro de 1938. Cad. A União Agrícola, p. 1 e 7. Fonte: Kyotoku (2009, p. 992).

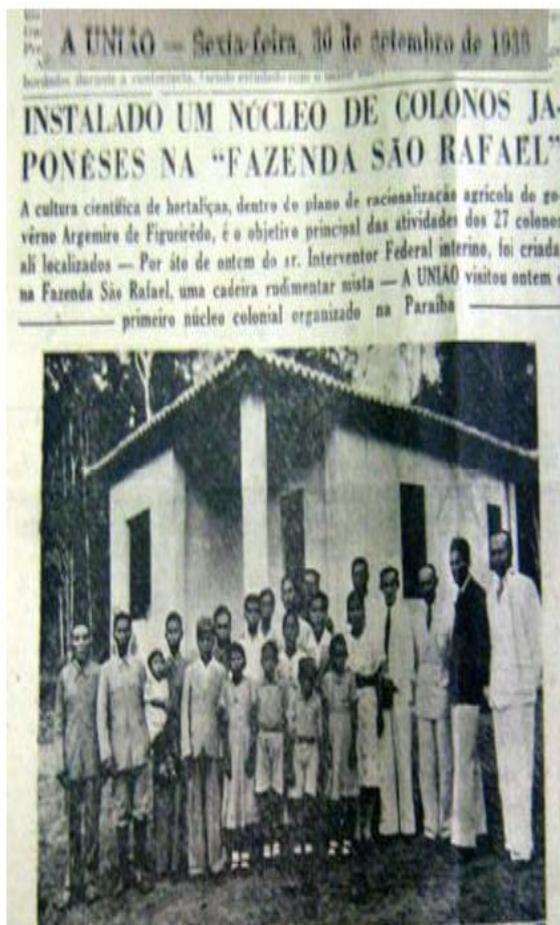


Figura 1 - Reportagem publicada em 30 de setembro de 1938, notificando a chegada dos colonos japoneses.

Fonte: Jornal do Estado A União

## Anexo C

Anexo C: Notícia publicada no Jornal A União com o título “Transferidos para Camaratuba os Colonos Japoneses da Granja São Rafael”. João Pessoa, 13 de março de 1942. Cad. A União Agrícola, p.3. Fonte: Kyotoku (2009, p. 994).

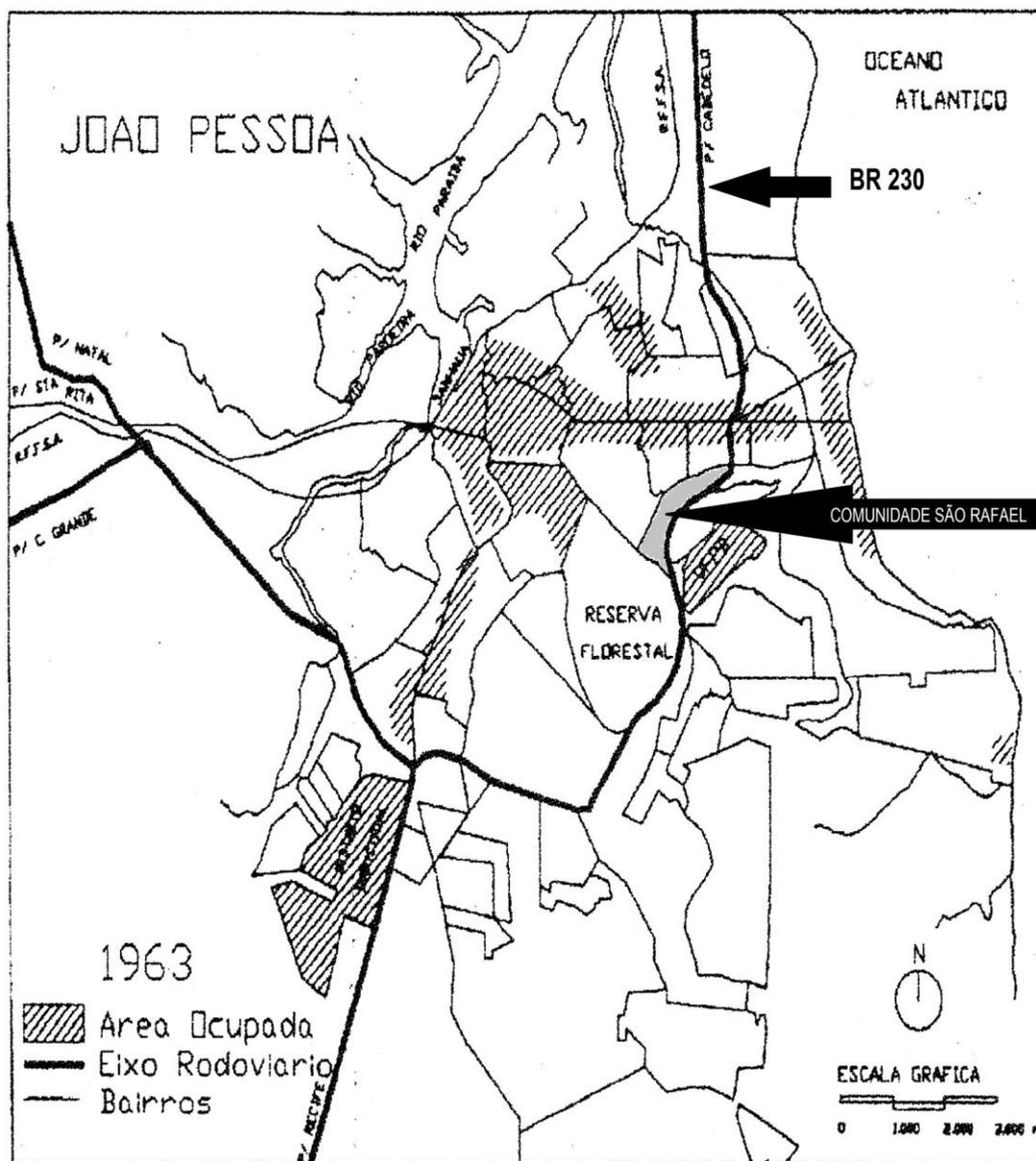


**Figura 2 - Reportagem publicada em 13 de março de 1942.**

**Fonte: Jornal do Estado A União.**

## Anexo D

Anexo D: Planta de João Pessoa no ano de 1963, que contém o mapa de ocupação e eixos viários da cidade. Fonte: Lavieri e Lavieri (1999, p. 58). Imagem foi adaptada pela autora desta pesquisa.



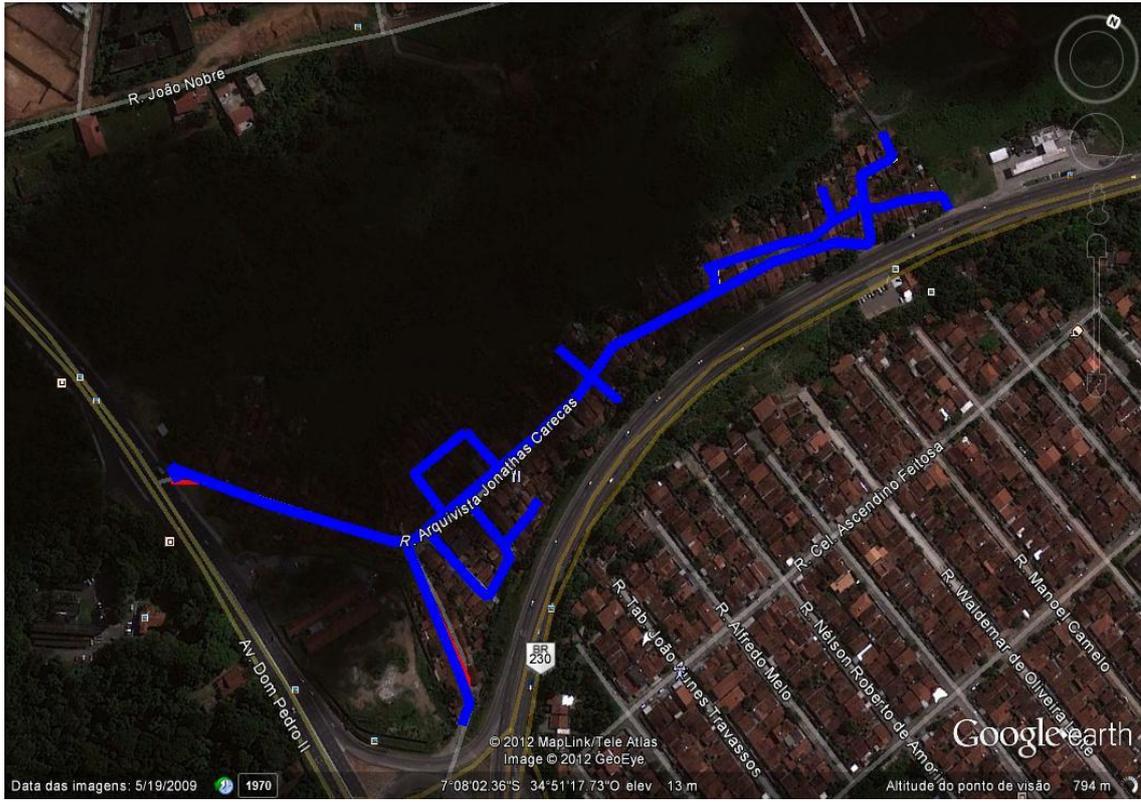
PESQUISA MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E ESTADO NO NORDESTE

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DA PARAIBA  
NORDE / NCS / ECS / DA

## Anexo E

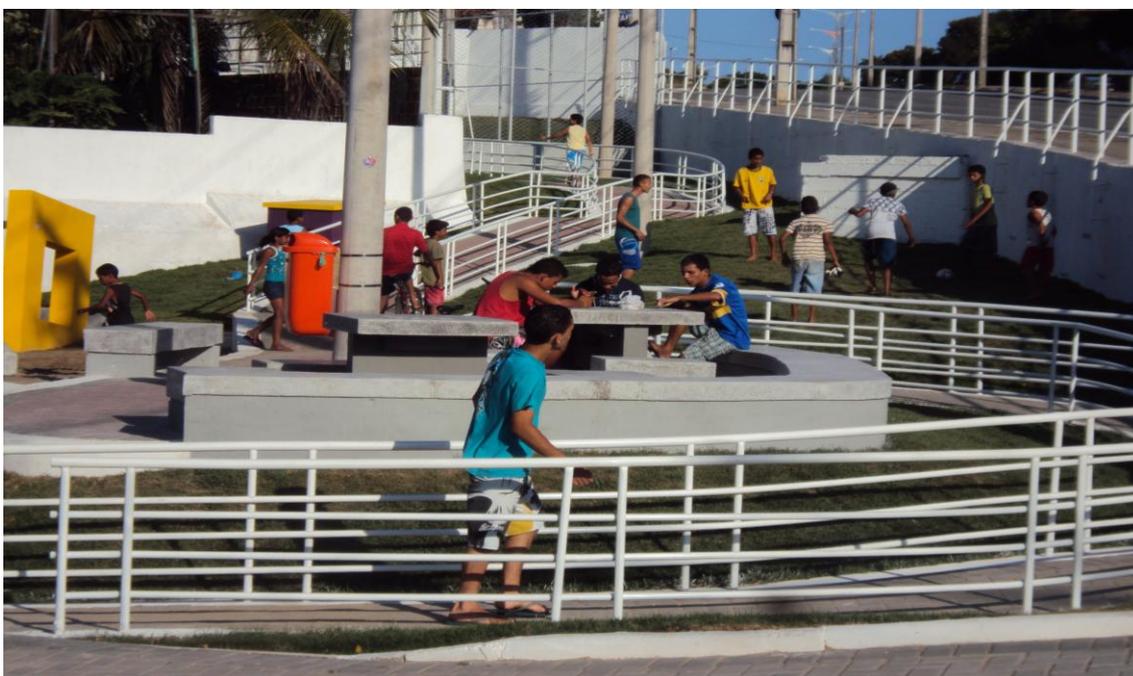
Anexo E: A primeira foto mostra a disposição geográfica da comunidade São Rafael em relação ao restante do bairro Castelo Branco. A BR 230 faz separação entre a comunidade e o bairro, ou seja, entre a população mais pobre, na parte de baixo, e a população de melhor poder aquisitivo, na parte de cima. A segunda foto mostra o rio Jaguaribe, que limita uma das laterais da comunidade. A terceira imagem exhibe o traçado das ruas da comunidade São Rafael. Fonte: Acervo do CPCC.





## Anexo F

Anexo F: Praça São Rafael, construída pela Prefeitura Municipal de João Pessoa. Fonte: Acervo do CPCC.



## Anexo G

Anexo G: A primeira foto mostra a realização de um programa na Rádio Comunitária Voz Popular. A segunda exibe um painel que representa, em forma de desenho, a rádio comunitária. Fonte: Acervo do CPCC.



## Anexo H

Anexo H: Lei Nº 10.464, de 1º de junho de 2005, que denomina as artérias públicas existentes na comunidade São Rafael.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 10.464, DE 1º DE JUNHO DE 2005.

DÁ DENOMINAÇÃO A ARTÉRIAS PÚBLICAS  
EXISTENTES NA COMUNIDADE SÃO RAFAEL,  
BAIRRO CASTELO BRANCO E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE  
LEI:

**Art. 1º** Fica denominada de rua **BELJA FLOR**, a via localizada entre os números 100 a 155, na Comunidade São Rafael, no Bairro do Castelo Branco, nesta Cidade, ainda sem denominação oficial.

**Art. 2º** Fica denominada de rua **RIO AMAZONAS**, a via localizada entre os números 300 a 322, na Comunidade São Rafael, no Bairro do Castelo Branco, nesta Cidade, ainda sem denominação oficial.

**Art. 3º** Fica denominada de rua **DAS FLORES**, a via localizada entre os números 400 a 450, na Comunidade São Rafael, no Bairro do Castelo Branco, nesta Cidade, ainda sem denominação oficial.

**Art. 4º** Fica denominada de rua **RIO PARAÍBA**, a via localizada entre os números 600 a 616, na Comunidade São Rafael, no Bairro do Castelo Branco, nesta Cidade, ainda sem denominação oficial.

**Art. 5º** Fica denominada de rua **RIO JAGUARIBE**, a via localizada entre os números 5 a 19, na Comunidade São Rafael, no Bairro do Castelo Branco, nesta Cidade, ainda sem denominação oficial.

**Art. 6º** Fica denominada de rua **RIO SÃO FRANCISCO**, a via localizada entre os números 701 a 732, na Comunidade São Rafael, no Bairro do Castelo Branco, nesta Cidade, ainda sem denominação oficial.

**Art. 7º** Fica denominada de rua **CASAS NOVAS**, a via localizada entre os números 501 a 530, na Comunidade São Rafael, no Bairro do Castelo Branco, nesta Cidade, ainda sem denominação oficial.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 9º** Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, em 1º de junho de 2005.

RICARDO VIEIRA COUTINHO  
PREFEITO

## Anexo I

Anexo I: As três revelam a situação de alagamento provocada pelo excesso de chuva na comunidade São Rafael. Fonte: Acervo do CPCC.



## Anexo J

Anexo J: As duas primeiras fotos da escola revelam a situação da escola pública, onde foram alocadas as famílias retiradas de suas casas por causa da forte chuva. A terceira mostra o trabalho voluntário de moradores da comunidade no fornecimento de alimentos para as famílias alojadas na escola. Fonte: Acervo do CPCC.



## Anexo K

Anexo K: Protesto da comunidade, com interdição da av. Pedro II, por causa dos estragos causados pela forte chuva. Fonte: Acervo do CPCC.



## Anexo L

Anexo L: A primeira foto mostra a organização da festa de Natal. A segunda exibe a distribuição de presentes para as crianças da comunidade São Rafael e a terceira a distribuição para as crianças da comunidade Padre Hildo Bandeira. Fonte: Acervo do CPCC.



## Anexo M

Anexo M: Imagem divulgada na notícia “SAIBA quem são os novos líderes do tráfico de drogas”. Fonte: portal virtual <<https://cratonoticias.wordpress.com/2011/09/04/saiba-quem-sao-os-novos-lideres-do-traffic-de-drogas/>>.



## Anexo N

Anexo N: Convite do Seminário de Sensibilização, elaborado pelo Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC) e distribuído na comunidade para divulgação da atividade. Fonte: Acervo do CPCC.

# **BANCO COMUNITÁRIO**

O Centro Popular de Cultura e Comunicação, Rádio Comunitária Voz Popular em parceria com a Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba (INCUBES/UFPB) vem convidar a todos(as) moradores da Comunidade São Rafael e interessados no PROJETO DO BANCO COMUNITÁRIO, em nossa comunidade para que no dia 26 de Janeiro (quinta-feira) a partir das 18:30min na Rua Arquivista Jonathas Carécas, assistir o documentário (BANCO PALMAS) que conta como surgiu o primeiro banco comunitário do Brasil.

**QUINTA-FEIRA**  
**26 de Janeiro**  
**18:30h**  
 Rua Arquivista Jonathas Carecas

**CONTAMOS COM SUA PARTICIPAÇÃO!**

**APOIO:**

**AMCSR EBE INCUBES/UFPB**

GRUPO DO  
**A.A.**  
 São Rafael

**IG. NAZARENO**

**ASSEMBLÉIA  
 DE DEUS  
 MISSÕES**

Rua Arquivista Jonathas Carécas, Comunidade São Rafael, Castelo Branco III, João Pessoa, Paraíba  
 Contato: (83) 8873-9289 / 8854-8148 ou [www.cpcc.webnode.com.br](http://www.cpcc.webnode.com.br)

## Anexo O

Anexo O: Modelo do questionário do Mapeamento Socioeconômico, entregue, pela ITES/UFBA, para o conselho gestor e o comitê de avaliação de crédito (CAC). Tal modelo foi adaptado pela comunidade Matarandiba, na Bahia. Porque as realidades dos territórios são diferentes, cada comunidade adéqua as questões às suas especificidades. Fonte: Acervo do CPCC.

**PROJETO ECOSMAR**  
**PESQUISA DE MAPEAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DE MATARANDIBA**  
**MAPA DA PRODUÇÃO**

Questionário n.º

Nome do pesquisador: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**CADASTRO DE NEGÓCIO**

Nome do Empreendimento: \_\_\_\_\_

Formalizado: ( ) Sim ( ) Não

Nome do Entrevistado: \_\_\_\_\_

Endereço do Empreendimento: \_\_\_\_\_

Referência: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

1- Setor:

a) ( ) Produção      b) ( ) Serviço      c) ( ) Comércio

2- Tipo de sociedade:

a) ( ) Individual      b) ( ) Associado. Quantos? \_\_\_\_\_

3- Sua família é proprietária dos equipamentos de produção?

a) ( ) Sim      b) ( ) Não

4- Onde você vende seu produto/serviço?

( ) em casa

( ) em ponto comercial no bairro

( ) em outro município/cidade

( ) em outras ilhas/comunidade

( ) na praia

( ) Outros . Qual? \_\_\_\_\_

5- Quanto você ganha por mês? (*valor bruto*) \_\_\_\_\_

## I. PRODUÇÃO

IA. Qual(is) o(s) tipo(s) de produção? \_\_\_\_\_

Principais produtos	Quanto produz por mês? (não esquecer a unidade)	Por quanto você vende? (preço unitário)

6- Quais meses do ano você produz? (*pergunta de múltipla escolha*)

- |                  |                 |                       |
|------------------|-----------------|-----------------------|
| a) ( ) Janeiro   | g) ( ) Julho    | n) ( ) O ano inteiro. |
| b) ( ) Fevereiro | h) ( ) Agosto   |                       |
| c) ( ) Março     | i) ( ) Setembro |                       |
| d) ( ) Abril     | j) ( ) Outubro  |                       |
| e) ( ) Maio      | l) ( ) Novembro |                       |
| f) ( ) Junho     | m) ( ) Dezembro |                       |

IB. Insumos/ matéria-prima

Insumos / Matérias Primas	Quanto consome por mês? (não esquecer a unidade)	De quem você compra?	Quanto paga por cada insumo? (preço unitário)

7- Qual a forma de pagamento normalmente utilizada na aquisição de insumos / matérias-primas de produção? (*múltipla escolha*)

- a) ( ) Dinheiro  
 b) ( ) Cheque  
 c) ( ) Cartão de crédito  
 d) ( ) Fiado  
 e) ( ) Credíário  
 f) ( ) Outra. Qual? \_\_\_\_\_

## II. SERVIÇO

IIA. Qual(is) o(s) tipo(s) de serviço? \_\_\_\_\_

Principais serviços	Quanto produz por mês? (não esquecer a unidade)	Por quanto você vende? (preço unitário)

8- Quais meses do ano você presta o(s) serviço(s)? (*pergunta de múltipla escolha*)

- |                  |                 |                      |
|------------------|-----------------|----------------------|
| a) ( ) Janeiro   | g) ( ) Julho    | n) ( ) O ano inteiro |
| b) ( ) Fevereiro | h) ( ) Agosto   |                      |
| c) ( ) Março     | i) ( ) Setembro |                      |
| d) ( ) Abril     | j) ( ) Outubro  |                      |
| e) ( ) Maio      | l) ( ) Novembro |                      |
| f) ( ) Junho     | m) ( ) Dezembro |                      |

II B. Insumos / matérias-primas

Insumos/ Matéria-Prima	Quanto consome por mês? (não esquecer a unidade)	De quem você compra?	Quanto paga por cada insumo?(preço unitário)

9- Qual a forma de pagamento normalmente utilizada na aquisição de insumos / matérias-primas do(s) serviço(s)? (*múltipla escolha*)

- a) ( ) Dinheiro  
 b) ( ) Cheque  
 c) ( ) Cartão de crédito  
 d) ( ) Fiado  
 e) ( ) Crediário  
 f) ( ) Outra. Qual? \_\_\_\_\_

### III. COMÉRCIO

III.A. Qual(is) o(s) tipo(s) de comércio? \_\_\_\_\_

Principais Mercadorias (tipo)	Quanto Vende por Mês (R\$)?	Qual quantidade vende por mês?	De quem você compra?	Quanto você paga pela mercadoria (preço unitário)?

10- Qual a forma de pagamento normalmente utilizada na aquisição de insumos / matérias-primas que você comercializa? (*múltipla escolha*)

- a) ( ) Dinheiro
- b) ( ) Cheque
- c) ( ) Cartão de crédito
- d) ( ) Fiado
- e) ( ) Crediário
- f) ( ) Outra. Qual? \_\_\_\_\_

11- Quais meses do ano você realiza a comercialização? (*pergunta de múltipla escolha*)

- a) ( ) Janeiro
- b) ( ) Fevereiro
- c) ( ) Março
- d) ( ) Abril
- e) ( ) Maio
- f) ( ) Junho
- g) ( ) Julho
- h) ( ) Agosto
- i) ( ) Setembro
- j) ( ) Outubro
- l) ( ) Novembro
- m) ( ) Dezembro
- n) ( ) O Ano inteiro.

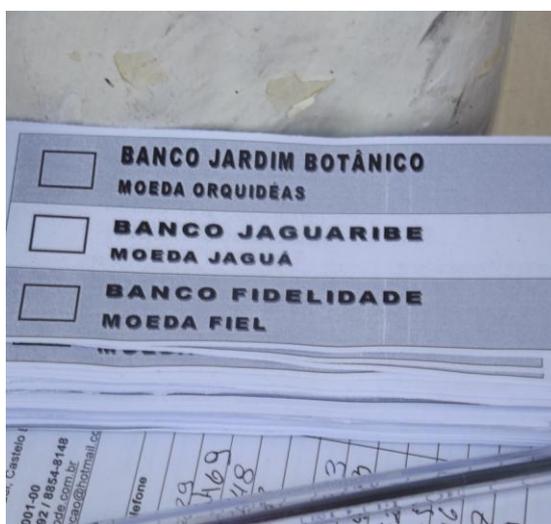
III.B. Estrutura Financeira do empreendimento (mensal):

ÍTEM	VALOR (R\$)
1. Faturamento total	
2. Custo com compras de produtos	
3. Despesa com água	
4. Despesa com luz	
5. Despesa com aluguel	
6. Despesa com funcionários	
7. Despesa com impostos	
8. Outras despesas	

## Anexo P

Anexo P: A primeira foto mostra a urna utilizada no processo de eleição do nome do banco. A segunda revela o ponto fixo onde a urna ficou disponibilizada. A terceira exibe a cédula de votação.

Fonte: Acervo do CPCC.



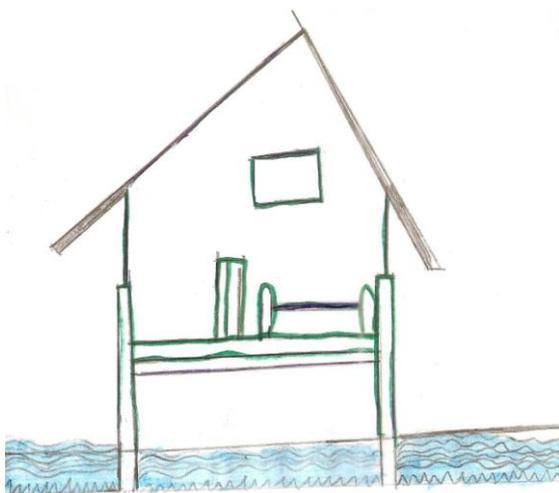
## Anexo Q

Anexo Q: A primeira foto refere-se à Árvore do Abraço. A segunda à logomarca do Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico. Fonte: Acervo do CPCC.



## Anexo R

Anexo R: As cinco imagens que compuseram os *layouts* das notas da moeda Orquídea são: 1) O desenho de uma criança, refletindo sua visão sobre uma casa da comunidade; 2) A foto de Antônio Domingos, um dos primeiros moradores da comunidade; 3) A foto do Poço Amazonas; 4) Avista aérea da comunidade; 5) A foto do jardim comunitário. Fonte: Acervo do CPCC.



Anexo S

Anexo S: Modelos das primeiras notas da moeda social Orquídea. Fonte: Acervo do CPCC.



Anexo T

Anexo T: Modelos das notas da moeda social Orquídea, circuladas atualmente na comunidade São Rafael. Fonte: Acervo do CPCC.



## Anexo U

Anexo U: Os materiais visuais sobre a inauguração do banco foram os seguintes. O primeiro convite foi distribuído impresso para moradores e parceiros mais próximos do coletivo gestor do banco. O segundo convite foi distribuído de forma impressa e virtual para parceiros e potenciais parceiros externos. A programação foi enviada virtualmente, juntamente com o convite virtual. Fonte: Acervo do CPCC.

**CONVITE**

O Centro Popular de Cultura e Comunicação (CPCC), vem por meio deste, convidar Vossa Senhoria \_\_\_\_\_, para a inauguração do Banco Comunitário Jardim Botânico, no dia 27 de Abril de 2013 (Sábado) a partir das 14h00min e na sede do CPCC e na Associação de Moradores da comunidade São Rafael. O evento contará com a participação de todas as parcerias do CPCC além da Comunidade.

Sua presença será muito importante em mais esta conquista!

Sem mais para o momento agradecemos a atenção e reiteramos votos de elevada estima e consideração!

Atenciosamente a direção.



---

Daniel Pereira dos Santos

Diretor Geral

# Convite

O (CPCC) Centro Popular de Cultura e Comunicação, convida vossa senhoria para a inauguração do Banco Comunitário Jardim Botânico na comunidade São Rafael. O evento contará com a participação de todas as parcerias do CPCC além da comunidade.

**Sua presença será muito importante em mais esta conquista!**

Realização:

**SÁBADO  
27 DE ABRIL  
14H00min  
LOCAL: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES**

## Inauguração do BCD Jardim Botânico

O (CPCC) Centro Popular de Cultura e Comunicação, convida vossa senhoria para a inauguração do Banco Comunitário Jardim Botânico na comunidade São Rafael. O evento contará com a participação de todas as parcerias do CPCC além da comunidade.

Sua presença será muito importante em mais esta conquista!

### PROGRAMAÇÃO

14:00	MESA DE ABERTURA
15:30	BCDS E SEUS BENEFÍCIOS NAS COMUNIDADES
16:00	ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PARAÍBA
16:30	INAUGURAÇÃO DO BCD JARDIM BOTÂNICO
17:00	LANCHE
17:30	BINGO COMUNITÁRIO
18:00	APRESENTAÇÕES CULTURAIS (NA PRAÇA)

**SÁBADO  
(27 DE ABRIL)**

### Realização



### APOIOS



LOCAL: RUA ARQUIVISTA JONATHAS CARECAS, COMUNIDADE SÃO RAFAEL, Nº 110, CASTELO BRANCO III, JOÃO PESSOA, PARAÍBA.

CONTATOS: (83) 8873-9289 / 8854-8148 OU [www.cpcc.webnode.com.br](http://www.cpcc.webnode.com.br)

## Anexo V

Anexo V: Folder de divulgação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Comunitário, produzido por dois integrantes do banco, Enoque Raulino da Silva e Daniel Pereira dos Santos. Fonte: Acervo do CPCC.

# ACEITAMOS ORQUÍDEA

## Estabelecimento conveniado ao Banco Comunitário Jardim Botânico



**REALIZAÇÃO:**






Secretaria Nacional  
de  
Economia Solidária  
Ministério do  
Trabalho e  
Emprego

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Anexo X

Anexo X: Cartaz que indica que o estabelecimento comercial é conveniado ao Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico. Fonte: Acervo do CPCC.

<p><b>CONSELHO GESTOR</b></p>  <p><b>INSTITUIÇÕES PARCEIRAS</b></p> 	<p><b>CENTRO POPULAR DE CULTURA E COMUNICAÇÃO</b></p> <p>RUA ARQUIVISTA JONATHAS CARECAS</p> <p>Nº 512, CEP: 58050-705</p> <p>COMUNIDADE SÃO RAFAEL CASTELO BRANCO III JOÃO PESSOA - PARAÍBA</p> <p>FONES: (83) 8873-9289 / 8854-8148</p> <p>Portal de voz: 3209-2123</p> <p>Site: <a href="http://www.cpcc.webnode.com.br">www.cpcc.webnode.com.br</a></p> <p>Email: <a href="mailto:cpcc.org.br@gmail.com">cpcc.org.br@gmail.com</a></p>	 <p><b>RÁDIO COMUNITÁRIA</b></p> <p>VOZ POPULAR</p> <p><b>97,7 FM</b></p> <p>ONDE VOCÊ FAZ A DIFERENÇA</p> 
 <p><b>O Que é um banco Comunitário?</b></p> <p>“É um conjunto de serviços financeiros, solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltada para geração de trabalho e renda para facilitar e organizar a economia local, tendo por base os princípios da Economia Solidária”.</p> <p><b>Qual é o seu objetivo?</b></p> <p>Gerar desenvolvimento comunitário através de estímulos a criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio aos empreendimentos sócio produtivos de prestação de serviços, comercialização (mercearias, lanchonetes, mercadinhos, lojas de serviços, feiras solidarias e organizações de consumidores.</p>	<p><b>Quais as Características do Banco Comunitário?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>◆A Coordenação e a Administração de seus recursos são feitas por uma organização Comunitária (CPCC);</li> <li>◆A Comunidade é quem decide desde a criação, Linha de crédito, taxa de juros, tipo de cobrança e critérios de Participação do Banco;</li> <li>◆Financiamento a produção e o consumo local, através de linhas de crédito em moeda nacional (real) setor produtivo e o credito em moeda social setor de consumo;</li> <li>◆A concessão e a cobrança do credito tem como base as relação vizinhança, gerando um controle mas social que econômico;</li> <li>◆Apoio aos empreendimentos (feiras, eventos culturais, etc).</li> </ul> <p><b>NOSSAS MOEDAS</b></p> 	<p><b>Quais as vantagens e importância da Moeda Social?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>◆Circulação somente na comunidade;</li> <li>◆Diminuem o poder centralizador da economia;</li> <li>◆Crescimento econômico da comunidade;</li> <li>◆Riqueza gerada circule na comunidade;</li> <li>◆Construção da Cidadania</li> </ul> <p><b>Como Obter Moedas Sociais?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>◆Fazendo empréstimos no banco comunitário;</li> <li>◆Prestando serviços para alguém da comunidade e recebendo as moedas;</li> <li>◆Trocando as moedas nacionais pelas moedas comunitária;</li> <li>◆Participando de algum empreendimento e recebendo as moedas sociais;</li> <li>◆Vendendo e passando o troco ou recebendo em moeda social.</li> </ul>

## Anexo Y:

Anexo Y: A primeira foto mostra alguns dos integrantes do banco e da comunidade que assistiram a defesa da dissertação para banca de avaliação docente, na UFPB. A segunda revela os integrantes do banco e da comunidade que participaram do debate sobre a dissertação, na sede do BCD Jardim Botânico. Fonte: Acervo da autora deste trabalho científico.

